

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

FORTES LAÇOS EM LINHAS ROTAS:
LITERATOS NEGROS, RACISMO E CIDADANIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Campinas

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

FORTES LAÇOS EM LINHAS ROTAS:
LITERATOS NEGROS, RACISMO E CIDADANIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

ORIENTADOR: PROF. DR. SIDNEY CHALHOUB

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para a obtenção do Título de Doutora em História, na área de concentração História Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese, defendida pela aluna Ana Flávia Magalhães Pinto, orientada pelo Prof. Dr. Sidney Chalhoub e aprovada no dia 17/12/2014.

Campinas

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

P658f

Pinto, Ana Flávia Magalhães, 1979-
Fortes laços em linhas rotas : literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. / Ana Flávia Magalhães Pinto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escritores negros. 2. Imprensa. 3. Cidadania. 4. Racismo. 5. Brasil - História - Séc. XIX. I. Chalhoub, Sidney,1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Strong ties in shabby lines : black writers, racism, and citizenship in the second half of nineteenth century
Palavras-chave em inglês:
Black writers
Press
Citizenship
Racism
Brazil - History - 19th century
Área de concentração: História Social
Titulação: Doutora em História
Banca examinadora:
Sidney Chalhoub [Orientador]
Robert Wayne Andrew Slenes
Lucilene Reginaldo
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque
Data de defesa: 17-12-2014
Programa de Pós-Graduação: História

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 17 de dezembro de 2014, considerou a candidata ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

Profa. Dra. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Profa. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

RESUMO

Esta tese corresponde a um estudo sobre experiências de homens negros, livres, letrados e atuantes na imprensa e no cenário político-cultural das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Apostando na viabilidade de seus próprios projetos individuais, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, sujeitos centrais desta narrativa, e tantos outros "homens livres de cor", buscaram de diferentes modos conquistar e manter seus espaços no debate público sobre os rumos do país. Indo de encontro às cotidianas práticas de "preconceito de cor", eles não apenas colaboraram para as discussões travadas em jornais diários, abolicionistas, negros, literários, como também protagonizaram a criação de mecanismos e instrumentos de resistência, confronto e diálogo. A observação de episódios de suas trajetórias permitiu, ademais, reconhecer tanto distâncias quanto proximidades entre eles; não sendo raros os momentos em que desenvolveram ações conjuntas, especialmente em defesa da cidadania de pessoas negras livres, libertas e escravizadas.

Palavras-Chave: Literatos Negros, Imprensa, Cidadania, Racismo, Século XIX.

ABSTRACT

This dissertation presents a study about the experiences of free and literate black men, who were active in the press, as well as in the political-cultural landscape of the cities of São Paulo and Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century. Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocinio, Ignacio de Araújo Lima, Arthur Carlos and Theophilo Dias de Castro are the central subjects in this narrative, along with so many other "free men of color" who sought in different ways to conquer and maintain their spaces in the public debate about the Brazil's paths, while relying on the sustainability of their own individual projects. Against the grain of "color prejudice" daily practices, they not only contributed to debates on daily, abolitionist, black and literary newspapers, but also led the creation of resistance, confrontation and dialogue tools and mechanisms. Moreover, an analysis of their trajectories allowed for the recognition of the similarities and differences among them. Often times, they developed joint interventions, especially in the defense of citizenship rights for the manumitted, free and enslaved blacks.

Keywords: Black Writers, Press, Citizenship, Racism, Nineteenth Century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

PARTE I – ENTRE NÓS E LAÇOS **5**

Capítulo 1 – As muitas evidências de José Ferreira de Menezes **13**
Capítulo 2 – Luiz Gama, uma vida na roda viva **57**
Capítulo 3 – José do Patrocínio: embates sobre raça, abolição e ciência **85**
Capítulo 4 – O mundo negro de Machado de Assis **113**

PARTE II – LIVRES E PELA LIBERDADE EM TEMPOS DE INCERTEZA **147**
Capítulo 5 – Sobre vinténs, "homens de cor" e outros valores **153**
Capítulo 6 – Raça, abolicionismos e cidadania nos anos 1880 **187**

PARTE III – SONHOS DE ORDEM EM MEIO À DESORDEM **221**
Capítulo 7 – O importante é participar: perdas e ganhos da cidadania negra em São Paulo **231**
Capítulo 8 − Organizações negras e dissonâncias políticas em tempos de abolição **267**

FONTES **305**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **313**

À minha mãe, Sara Ramos Magalhães Pinto, por ser a pessoa linda tão mais linda do mundo, fonte inesgotável de fé na vida e no que virá!

Às minhas irmãs do coração Rachel Quintiliano, Angelita Garcia, Eliane Cavalleiro, Fernanda Lopes e Denise Botelho, por não me deixarem pelo caminho e serem a prova de que ainda existe amor em SP!

AGRADECIMENTOS

A sensação é de ter subido mais de 1800 colinas. Felizmente, chegou o momento de fazer um brinde ao cansaço, agradecer e abraçar com palavras as pessoas que me apoiaram nessa travessia rumo ao posto de primeira doutora de uma família de trabalhadores negros, descendentes de goianos e baianos, radicados numa cidade-satélite do Planalto Central. A fim de expressar a minha gratidão e em respeito ao costume de colocar música em tudo o que faço, eu bem que poderia dedicar individualmente uma das tantas que escutei enquanto trabalhava na escrita desta tese. Isso, porém, tomaria o dobro de páginas que ora apresento, sobretudo pelo volume do incentivo recebido. Vou, então, tentar fazer isso de um jeito o mais direto possível.

Antes de mais nada, gostaria de saudar os "bem lembrados" homens que se tornaram os fios condutores da pesquisa, por terem construído suas vidas com tanta intensidade, sonhos, medos e coragem. Obrigada por me darem a oportunidade de aprender com suas histórias. Os senhores me ganharam, justamente por todas as suas convicções e contradições! A propósito, aproveito para reverenciar a todos e todas ancestrais que lutaram pela liberdade.

À minha amada mãe, Sara Ramos Magalhães Pinto, eu agradeço por ter me ensinado a sonhar e não me intimidar com as dificuldades que a vida teima em apresentar. Agradeço, sobretudo, por ter lutado tão bravamente contra a doença e ter vencido a morte em 2011. Meu maior sonho até hoje foi dedicar este momento a ti, como retribuição ao seu esforço por me alfabetizar e me lançar ao mundo! Graças à senhora, tomei gosto pelas letras e chegamos juntas até aqui! Não poderia deixar de reconhecer que, naquele momento tão difícil, contamos com a ajuda decisiva do grandioso doutor Roland Montenegro Costa, um médico daqueles que honram o ofício mesmo!

A meu pai, Luiz Pereira Pinto; minha irmã, Luana Magalhães Pinto; meu "cunhabrow" Guilherme Coelho; Adriana Magalhães da Silva, prima-irmã; Pedro Henrique

Magalhães Pinto, sobrinho-primo; Tuquinha (*in memoriam*) e Belinha, as cachorrinhas; vai aí o meu pedido de desculpas por ter feito vocês escutar as histórias que eu fui descobrindo ao logo da pesquisa. Sim, tanto os parentes quanto as cachorras foram obrigadas a participar desta tese... Família, obrigada pela paciência. Agradeço também à minha tia Maria das Graças Nicolau, com todo carinho e admiração. Não poderia esquecer de homenagear Seu Leco, meu querido vizinho que virou ancestral no fim de 2010, um dos meus mais animados interlocutores, um sujeito incrível que muito me ensinou sobre o que foi viver o século XX.

Para o meu orientador, Sidney Chalhoub, muito obrigada é pouco para agradecer o apoio e a confiança depositados em mim. Foi muito importante contar com a parceria de alguém comprometido não apenas com a emancipação no passado, mas também no presente e no futuro. Seu exemplo me inspira tanto como pesquisadora quanto como educadora. Aproveito para agradecer pelo apoio financeiro recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No Brasil e nos Estados Unidos, as bolsas de doutorado e doutorado sanduíche foram indispensáveis ao desenvolvimento do projeto.

Sobre os momentos marcantes na Unicamp, adoro recordar episódios passados, em especial, com a professora Silvia Lara e o professor Bob Slenes. São modos diferentes de viver a mesma paixão pela historiografia, e vê-los atuando me deu a certeza de que fiz a escolher a certa ao priorizar este ofício. Obrigada por todas as críticas aos textos e indicações de leitura. Agradeço ainda pelas lições aprendidas com os professores Jefferson Cano, Fernando Teixeira, Lucilene Reginaldo e Cláudio Batalha. Também guardo lindas lembranças do convívio e apoio recebido da Flávia Peral e do Júnior (Alcebíades Rodrigues Júnior). Por isso, muitíssimo obrigada por me salvarem das minhas trapalhadas burocráticas. Ainda em agradecimento às coisas e, sobretudo, às pessoas boas que encontrei na Unicamp, gostaria de destacar alguns nomes: Cassia Silveira, Candido Domingues, Janaína Damaceno, Mário Augusto Medeiros da Silva, Carlos Felipe Pinto, Robério Souza, Wagner do Nascimento Rodrigues, Andrea Mendes, Lucimar Felisberto, Josimeire Alves,

Giovana Xavier, Rodrigo Camargo de Godoi, Mariana Santos de Assis, Marcelo Mac Cord e Carolina Santos Pinho. Tem sido uma honra compartilhar ideias e ações com vocês.

Para além das fronteiras nacionais, sou eternamente grata aos "deuses da diáspora negra" por todo o aprendizado que me foi facultado ao longo de nove meses nos Estados Unidos. Foi um tempo tão intenso que a impressão é de ter passado uns nove anos ali. Não apenas consegui superar o bloqueio de me comunicar em inglês, como também rompi com uma série de limitações que me impendiam de visualizar o quanto interessante e mágica é a variedade dos grupos humanos presentes neste mundo. Meus sinceros agradecimentos aos professores da University of Texas at Austin e da San Francisco State University, bem como aos pesquisadores independentes com quem pude compartilhar informações: João H. Costa Vargas, Edmund T. Gordon, Christen Smith, Frank Guridy, Jossianna Arroyo, Charles Hale, Lorraine M Leu, Belinda Reyes, Maria Cetto, John Templeton, Maya Berry, Frank Wilderson III, entre outros. Tão importante foi também a família estendida que formei por lá: Olayemi Akinola Ayobade e Dotun Ayobade, Victor Duribe, Christen Smith e Clayton Rogério Sousa, Silvia Regina Lorenso Castro, Edilene Machado, Dalila Torres, Viviane Santiago e Cory LaFevers, Tony Polanco-Bethancourt, Jerry Miller, Lou Thomas, em Austin; Eliane Cavalleiro e Danny Glover, Juan Cavalleiro, Ramon Cavalleiro, Cida Cassman e Peter Cassman, em San Francisco; Calvin Barnet, James Reynolds, Montana Monti e Akisa Sherman, Yusseff Malik e Cheryl Sterling, em Nova York. Em especial, preciso registrar a generosidade de dois amigos valiosos: Raquel Luciana de Souza, por me fazer acreditar que eu conseguiria aprender inglês desde que me permitisse errar e errar até acertar; e Ricardo Janoário, pelas idas ao mercado com direito à dança no corredor e por ter me ensinado a pronunciar corretamente as palavras *racism*, *machism* e *elite*! Eita, turma boa! *One love, one heart*!

No que diz respeito ao trabalho de pesquisa propriamente dito, fui agraciada pela ajuda de uma série de pesquisadores fanáticos e trabalhadores dos diferentes arquivos e bibliotecas por onde passei. Meu agradecimento especial a João Rachid Said, Marlene Silva Rebeccler, Maria Aparecida Batista Gusmão, Geane Sinésio, Maria Veralucia Gomes, Philippe Arthur, do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís; Tárcio Sandro Nascimento Silva e Elisabete dos Santos Bernardo, do Arquivo Público do Estado de São

Paulo, bem como a Jaelson Bitran Trindade, que generosamente me procurou para informar sobre a existência de fontes importantíssimas nesse arquivo. E também aos amigos Candido Domingues, Fernando Batista e Diogo Cerqueira, que atenderam meus pedidos de busca de documentos e livros nas cidades de Salvador, Recife e Austin. Infelizmente, perdi uma folha de anotações com o nome da simpática senhora que me ajudou a compreender a lógica organizativa do Schomburg Center for Research in Black Culture (a oitava maravilha do mundo); mesmo assim, agradeço. Não poderia esquecer de agradecer o estímulo recebido do professor João Reis, quando da minha passagem por Salvador, ainda em 2008.

E como eu só tenho amigo sabido, manifesto o quanto sou grata ao apoio intelectual e emocional da legião que não me deixa andar só: Edson Cardoso (meu mestre favorito), Rachel Quintiliano, Angelita Garcia, Fernanda Lopes, Tatiane Cosentino Rodrigues, Pai Aurélio e família Ilê Odé Opô Ilê, Eliete Marin Martins, Sabrina Faria, Denise Botelho, Inaldete Pinheiro de Andrade, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Oswaldo de Camargo, Celso Monteiro, Martha Rosa Queiroz, Isabel Reis, Lúcia Helena Oliveira Silva, Helenita Mattos, Juçara Santiago, Jaqueline Fernandes, Chaia Dechen, João Peçanha, Andressa Marques, Raíssa Gomes, Lélia Charliane Andrade, Alexandre Magno Brito, Lúcia Pedroza, Fernanda Oliveira, Paula Balduíno de Melo e todas as pessoas que colaboraram direita ou indiretamente para a finalização do trabalho.

Por fim, cabe agradecer às poetisas e aos poetas negros contemporâneos que com suas rimas e versos, mesmo sem saber, foram decisivos para manter acessa a chama por todo esse tempo! Valeu Conceição Evaristo, Oliveira Silveira, Shirley Campbell Barr, Maya Angelou, Paulinho da Viola, GOG, Mano Brown, Elizandra Sousa, Akins Kinte e tantos outr@s! #temqueacreditar #palavraquealimenta

Morte, vela
Sentinela sou
Do corpo desse meu irmão que já se foi
Revejo nessa hora tudo que aprendi
Memória não morrerá
Longe, longe ouço essa voz
Que o tempo não vai levar

Sentinela (1980), na voz de Milton Nascimento

Zumbido, com suas negrices
Vem há tempo provocando discussão
Tirou um samba e cantou
Lá na casa da Dirce outro dia
Deixando muita gente de queixo no chão
E logo correu que ele havia enlouquecido
Falando de coisas que o mundo sabia
Mas ninguém queria meter a colher
O samba falava que nego tem é que brigar
Do jeito que der pra se libertar
E ter o direito de ser o que é.

Zumbido (1979), na voz de Paulinho da Viola.

La nuestra nos nos llegó en capítulos
ni de menor a mayor
como suele suceder
no nos llegó desde el principio
desde la cuna
desde los primeiros dóas de escuela
no nos apareció em los libros
o em las sorpresas de los cereales o
esas cosas
se nos portó cruel y egoísta
se nos mantuvo oculta como una ladrona
como quien se resiste a dar luz... y compartir.

Nuestra Historia (2004), Shirley Campbell Barr

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Companhia de Teatro Fênix Dramática **7**

magem 2 – José Ferreira de Menezes **17**

Imagem 3– "As delícia de Capua ou vista interior de uma barraca oficial no acampamento d'Água Branca" **44**

Imagem 4 – Luiz Gama **60**

Imagem 5 – José Carlos do Patrocínio **107**

Imagem 6 – Quatro visões de Machado de Assis –fotografias tiradas entre as décadas de 1860 e 1900 **117**

Imagem 7 – Emílio do Lago **127**

Imagem 8 – Hemetério José dos Santos **138**

Imagem 9 – Anúncio do drama *Ódio de Raça* na *Gazeta de Notícias* **148**

Imagem 10 – Repercussões sobre a Revolta do Vintém **174**

Imagem 11 – Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897 – detalhe do Sul da Sé **250**

Imagem 12 – Estevão Roberto da Silva. Fotografia de Brito & Delfort **282**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 − Eleitores dos Distritos do Norte e Sul da Sé por ano de alistamento **258**

Tabela 2 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé por ano de alistamento **258**

Tabela 3 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé alistados entre 1870 e 1889, por ocupação declarada **259**

Tabela 4 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé alistados entre 1890 e 1892, por ocupação declarada **260**

INTRODUÇÃO

Imbuídos do dever de tornar a jovem nação algo mais que um "arbusto de segunda ordem no jardim das Musas", medalhões, homens de *sciencia* e figuras de menor monta se empenharam por estabelecer as feições com que o Brasil se apresentaria no concerto das nações modernas. Não se tratava de missão simplória, nem se anunciava como tarefa inglória. O certo é que muitos obstáculos pareciam atravancar o progresso... O problema estaria no sistema escravista? Nos jogos dos partidos? Na forma ou no sistema de governo? Ou seria ainda a composição racial da população nacional, posto que, de mais a mais, crescia o número de cidadãos − ou quase isso − egressos do escravismo sob o expediente de variadas formas de alforria? Dado inconteste, o século XIX assistiu a inúmeros projetos direta ou indiretamente apresentados na arena político-cultural brasileira[1].

Nada alheios a esses acalorados debates, foi justamente nesse cenário que diferentes pensadores e literatos negros forjaram suas trajetórias, vivenciaram incertezas, estabeleceram suas estratégias e alianças e, sobretudo, construíram seus entendimentos sobre o país do qual se consideravam parte e participantes − mesmo que, não raras vezes, tivessem esse pertencimento atacado em virtude de sua origem racial. Apostando na viabilidade de seus próprios projetos individuais, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, sujeitos centrais desta tese, e tantos outros "homens livres de cor", buscaram de diferentes modos conquistar e manter seus espaços no debate público sobre os

[1] Cf. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, v. 1 e 2. 8.ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997; Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*: *forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992; Luiz Felipe de Alencastro, O fardo dos bacharéis, *Novos Estudos Cebrap,* n. 19, dezembro de 1987, p. 68-72; José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem:* a elite política imperial*; Teatro de sombras:* a política imperial. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; e Jeferson Cano, *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário"e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

rumos do país. Em suas ações, frequentemente, aproximaram-se de plataformas políticas das quais avistavam possíveis garantias para a participação tanto dos recém-libertos quanto das outras parcelas da população naquela sociedade que se reorganizava. Providencialmente, a imprensa assumia para eles um lugar privilegiado para o desenvolvimento de seus anseios[2]. E ao ocuparem as colunas dos jornais, eles tanto localizavam suas particularidades no cenário amplo quanto contribuíam para evidenciar o quão estreitos podiam ser os caminhos criados para os futuros passos do país.

Mesmo acreditando que o reconhecimento dessas individualidades em seus contrapontos ao que estava dado já seria algo de grande valor, isso me pareceu não justificar a escrita de algumas centenas de páginas de uma tese de doutoramento. Afora indicar os limites da democracia brasileira, cabia ir além e questionar: O que mais a observação das vidas desses homens, marcadas por trânsitos e interdições, apostas e contingências, teria a contribuir para os estudos da história social interessados nas experiências negras antes e depois do fim da escravidão? Foi, então, que, recapitulando as várias provocações lançadas por Silvia Lara no decantado artigo "*Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil"[3], este trabalho, ao priorizar a abordagem da liberdade em detrimento da escravidão, buscou oferecer alguns elementos para que o debate não se restringisse, por exemplo, aos termos normalmente pressupostos na expressão "luta de classes sem classes", cunhada pelo historiador inglês[4]. À luz das especificidades da

[2] A imprensa assumiu importância impar para a intelectualidade brasileira de maneira geral. Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

[3] Silvia Hunold Lara, *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil, *Projeto História*, v. 12, outubro de 1995, p. 43-56.

[4] Fundamentado na observação do processo social ao longo do tempo, mediante o trabalho com dados empíricos, Thompson argumenta: "Sabemos que há classes por que as pessoas têm se comportado repetidamente de modo classista; esses eventos históricos adquirem regularidade nas respostas a situações similares; e em um momento dado (a formação "madura" da classe) observamos a criação de instituições e de uma cultura com características de classe, que admitem comparações transnacionais". Todavia, como as evidências históricas muitas vezes servem para contrariar as teorias, muito do que se pretende aglutinar por meio do emprego de uma categoria estática (de classe) acaba não cabendo nessa mesma moldura, criando a sensação de haver algo fora lugar, quando de fato não necessariamente é disso que trata. Em sendo assim, com vistas aos usos possíveis das ideias thompsonianas para o caso das relações raciais brasileiras, cabe ao historiador não negligenciar os significados do que, a princípio, parece ser apenas um mero desvio de conduta, e seguir na contramão do que muito se fez a respeito dos registros sobre identidade e conflito racial (Edward P. Thompson, La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?, in: Edward P.

experiência brasileira, os documentos consultados no decorrer da pesquisa apontaram para a necessária e urgente ampliação das investigações sobre conflitos entre "raças" vivenciados a partir de identidades raciais instáveis e/ou negadas[5]. Se no âmbito da escravidão o problema não se resolvera com a substituição da palavra "operário" pela "escravo"; também aqui a questão não poderia se limitar à troca da categoria "classe" por "raça". Em vez disso, o desafio que se colocou foi o de seguir os vestígios das várias instabilidades geradas pelo complexo cruzamento entre ambos os vetores na formação dos grupos e hierarquias sociais oitocentistas.

De tal sorte, o que apresento nas próximas páginas é o resultado de uma pesquisa dirigida à identificação e à análise de experiências vividas por um conjunto de literatos negros que refletiram sobre projetos e atuaram nos processos de formação/reformulação nacional brasileira nas cidades de São Paulo e do Rio Janeiro da segunda metade do século XIX. Cabe reconhecer ainda que o objetivo da investigação − que incialmente era tão somente promover um estudo comparativo entre as trajetórias dos indivíduos tomados como representativos de diferentes perfis de homens negros livres, letrados e atuantes na imprensa das duas cidades − foi reformulado. Conforme fui avançando na reunião e na leitura das fontes, pude perceber uma série de articulações diretas e indiretas existentes entre eles. Compartilhando espaços semelhantes, muitos deles não apenas souberam da existência um do outro, como também desenvolveram ações conjuntas. Havia fortes laços, ainda que dados em linhas rotas, a aproximá-los. Diante das inúmeras evidências, deixou de fazer sentido a construção de uma narrativa que os tratasse separadamente.

A tese, então, foi divida em três partes organizadas a partir de recortes cronológicos. Na primeira "Entre nós e laços", concentro-me em episódios da vida de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio e Machado de Assis, passados majoritariamente até o início dos anos de 1880. Eventos transcorridos ao longo dessa década se tornaram

---

Thompson, *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1989, p. 13-61).

[5] Não é demais lembrar que utilizo a categoria raça como um construto social e não como um dado biológico. Sobre o tema, conferir entre tantos outros: Stephen Jay Gold, *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003; e Gislene Aparecida dos Santos, *A invenção do ser negro*: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade os negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

assunto da segunda parte, “Livres e pela liberdade em tempos de incerteza”. Por sua vez, a na terceira parte “Sonhos de ordem em meio à desordem” − em que os capítulos incorporam lances das trajetórias de Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, além de Machado e Patrocínio –, trabalho com questões referentes ao pós-abolição. Uma vez que cada parte conta com textos introdutórios específicos, prefiro não me alongar correndo o risco de ser repetitiva. Convido, então, a quem lê este trabalho a passar à pagina seguinte.

PARTE 1 – ENTRE NÓS E LAÇOS

Eles viveram numa época em que foi possível encontrar Callado dando aulas de flauta no Conservatório de Música e no Liceu de Artes e Ofícios do Rio Janeiro, bem como vê-lo executar suas aclamadas composições e tantas outras de autoria diversa em audições restritas ou destinadas a um público mais amplo. Seus admiradores e detratores tiveram a oportunidade de saber dele num "concerto de flauta sobre motivos da popular ópera *Norma*", parte da celebração do aniversário da imperatriz e do batizado do príncipe recém-nascido no Imperial Teatro D. Pedro II; num grande evento no salão do Conservatório; numa missa cantada por ocasião da festa do Senhor Bom Jesus dos Perdões no morro do Castelo, e também em festas de família, serenatas, bailes, quintais de amigos e por aí afora[1].

Nesses espaços, também podiam dar com a presença de outras figuras memoráveis do universo musical da segunda metade do século XIX. Uma dessas era o maestro Henrique Alves de Mesquita, que fora professor de Callado no final da adolescência e se tornara uma referência central para ele e outros mestres do Choro, a exemplo de Chiquinha

[1] Joaquim Antonio da Silva Callado Junior, tido hoje como o pai do Choro, nasceu no Rio de Janeiro em 1848 e morreu em 1880, aos 32 anos de idade, vítima de meningo-encefalite perniciosa, deixando viúva e quatro filhos (*Gazeta de Notícias*, 21 de março de 1880, p. 1; 24 de março de 1880, p. 1). Filho do músico de banda Joaquim Antonio da Silva Callado (1815-1867), desde cedo travou contato com diferentes influências musicais. Além de pupilo de Henrique Alves de Mesquita, foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes, recebendo ali prêmios de menção honrosa e medalha de prata em virtude de seu desempenho nas aulas de rabeca (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de junho de 1863, p. 1; 30 de dezembro de 1864, p. 1). Teve também aulas de piano, mas seu principal instrumento foi mesmo a flauta de ébano (André Diniz, *Joaquim Callado:* o pai do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 24). Graças à sua dedicação a ela, tornou-se professor do Conservatório de Música bem antes de ser oficialmente efetivado como professor adjunto em 1879, no mesmo ano em que recebeu o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa das mãos do Imperador, justamente pelos serviços prestados como discente naquela instituição (Baptista Siqueira, *Três vultos históricos da música brasileira* − ensaio biográfico: Mesquita, Callado, Anacleto. Rio de Janeiro: D. Araújo, 1970; *Gazeta de Notícias*, 16 de dezembro de 1879, p. 1). Paralelamente, esse ilustre morador da Cidade Nova fundou o conjunto Choro Carioca ou Choro do Callado, tido como o grupo inaugural do gênero. É autor de mais de sessenta composições, entre elas *Lundu Característico*, *Querida por todos* e *Flor Amorosa*. Para os registros das apresentações, cf.: *Gazeta de Notícias*, 10 de março de 1878, p. 4; 4 de janeiro de 1879, p. 5; 11 de julho de 1878, p. 4; Baptista Siqueira, *Três vultos históricos da música brasileira*...

Gonzaga e Anacleto de Medeiros[2]. Outro amigo de Callado não menos talentoso a estar por ali era seu ex-aluno, o flautista e saxofonista Viriato Figueira da Silva, que, convidado a compor a orquestra regida por Mesquita, acompanhou a Companhia de Teatro Fênix Dramática em suas apresentações no Teatro de São José, a principal casa de São Paulo, em 1876[3].

A propósito, a Companhia de Teatro Fênix Dramática era, então, o território máximo do renomado ator e dramaturgo Francisco Corrêa Vasques, que ali ocupava o posto de primeiro ator e fazia muito sucesso com seus personagens cômicos. Àquela época, a despeito das intenções e dos esforços da reforma realista contra os "carpinteiros teatrais", iniciada em meados do século e que contou com a colaboração de Machado de Assis, os gêneros ligeiros enchiam os olhos da maioria do público, ao se valer de recursos cênicos como a música, a dança, a improvisação e outros elementos comuns às feiras e festas populares[4]. Essa estreita relação entre música e teatro facilitou, portanto, aquele trabalho conjunto entre os três artistas negros não apenas naquela temporada na capital paulista, quando foram encenados dramas, como *Fausto*, e comédias, como *Ali-Babá ou os Quarenta Ladrões*, com música original de Mesquita[5]. E a julgar pela gravura com os bustos dos integrantes da Fênix Dramática publicada em um número de *O Mequetrefe*

---

[2] Marcos Antônio Marcondes (ed.), *Enciclopédia da Música Popular Brasileira:* erudita, folclórica e popular. 2.ed. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 2000; Baptista Siqueira, *Três vultos históricos da música brasileira...*; Ricardo Cravo Albin, Henrique Alves de Mesquita, in: Ricardo Cravo Albin (ed.), *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: www.dicionariompb.com.br/henrique-alves-de-mesquita/dados-artisticos. Acesso em: novembro de 2011.

[3] *Correio Paulistano*, 31 de outubro de 1876, p. 2. Como se verá adiante, o Teatro São José foi um espaço importante para a afirmação de Ferreira de Menezes no mundo das letras e das artes, enquanto esteve em São Paulo nos anos 1860.

[4] Silvia Cristina Martins de Souza, Cá estou outra vez em cena: diálogos políticos nas *Scenas Comicas* de Francisco Correa Vasques, *Revista História Social – Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*, n. 12, 2006, p. 151-181; *Idem*, Um Offenbach tropical: Francisco Correa Vasques e o teatro musicado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, *História e Perspectivas*, n. 34, janeiro-junho de 2006, p. 225-259; Andrea Marzano, *Cidade em cena:* o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008. Se foi possível a Machado de Assis manifestar certo apreço pela arte de Callado, como fica sugerido na referência feita ao músico pelo narrador Manassés na crônica de 1º de julho de 1876, de *História de quinze dias,* a mesma simpatia não se deu em relação à produção de Vasques, uma vez que o literato foi um dos defensores do Realismo Dramático (Machado de Assis, *História de Quinze Dias,* Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 64).

[5] *Diário de S. Paulo*, 7 de outubro de 1876, p. 4; 17 de outubro de 1876, p. 4.

(Imagem 1), havia ali outros atores não brancos, embora ninguém seja representado como tendo a pele muito escura...



Imagem 1 – Companhia de Teatro Fênix Dramática
O Mequetrefe, 17 de março de 1877 (ano3, n. 95), p. 7.

Mas como nem todas as especulações surgem para virar certeza, por ora, fico com o fato de que a relação entre homens como Callado, Mesquita, Viriato e Vasques foi além do profissionalismo e incluiu outros sujeitos. Em 1883, por exemplo, este último se uniu a um grupo de artistas para promover um espetáculo-concerto em benefício da compra de um mausoléu para os músicos há pouco falecidos. Na ausência de seu grande amigo José do Patrocínio, em viagem para a Europa, Francisco Corrêa Vasques, que desempenhava o ofício de folhetinista da *Gazeta da Tarde*, assim comentou sobre o evento: "Teve lugar na

segunda-feira, 17, no Teatro Santana, o espetáculo cujo produto deve servir para a compra dos jazigos perpétuos de Callado e Viriato, esses dois talentos, que nos foram arrebatados tão cedo. Lá estiveram seus companheiros e amigos"[6].

Gente na música, no teatro, na imprensa, em instituições de ensino..., cada ponta que se puxa traz enrolada em si um ou mais fios. Lembranças sobre Callado carregam consigo a oportunidade de se falar sobre Mesquita, que chama por Vasques, que chama Machado e Patrocínio, que chamam Ferreira de Menezes e Luiz Gama, que chamam... Não sei se a imagem correta seria um tecido bem tramado ou um emaranhado de linhas cheio de nós que, mesmo não tendo virado bordado, defendem muita beleza. Indiscutivelmente, causam-me uma espécie de encantamento as maneiras muitas vezes diretas e dinâmicas como as trajetórias dessas pessoas negras livres, letradas e atuantes em diferentes espaços culturais e políticos oitocentistas se enlaçavam umas às outras.

Os personagens centrais desta narrativa sobre experiências de literatos negros nas últimas décadas do século XIX e início do XX são Machado de Assis, José Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, que viveram e deixaram marcas na história das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; mas bem que poderiam ser tantos outros, caso eu tivesse privilegiado um conjunto documental diverso, como sugerem os registros agrupados nas linhas anteriores. Não por acaso, a definição da proposta de pesquisa se deu em estreito diálogo com algumas intenções e procedimentos da micro-história, na medida em que, como observa Jacques Revel, "a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama"[7]. De tal sorte, o realce de momentos das trajetórias desses homens negros livres e letrados, para além da incontestável legitimidade do olhar sobre os indivíduos, pode contribuir para o reconhecimento e a compreensão do

[6] *Gazeta da Tarde*, 17 de dezembro de 1883, p. 4; 20 de dezembro de 1876, p. 1. O Teatro Santana era o espaço da Fênix Dramática e evento logrou sucesso, pois Callado e Viriato estão sepultados juntos no cemitério São Francisco Xavier.

[7] Jacques Revel, Microanálise e construção social, in*:* Jacques Revel (org.), *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 20.

vivido por outros mais que compartilharam experiências semelhantes ou até mesmo díspares, lidaram com incertezas, ousaram inovar e também se acomodar ao que estava disponível.

Cabe assumir, ademais, que a viabilidade desse enredo historiográfico não foi dada apenas por um procedimento metodológico ou um mero capricho de quem o propôs. A presença de indivíduos negros livres a circular nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nas últimas décadas de vigência da escravidão era algo marcante. Se na capital paulista, conforme o *Recenseamento de 1872*, os negros (pretos e pardos) correspondiam, oficialmente, a 7.851 indivíduos ou 25% de uma população livre formada por 27.557 pessoas, na Corte, essa participação ainda era mais acentuada: das 226.031 pessoas livres registradas, 26,65% ou 73.311 correspondiam a homens e mulheres negros que viviam legalmente por si. Os números guardam outras peculiaridades. Enquanto no Município Neutro havia seis livres para cada dez indivíduos negros no geral; em São Paulo, a proporção era de 6,72 livres para dez. Se já é interessante saber que a população livre superava a escravizada em ambas as localidades no início da década de 1870, mais instigante é perceber que a experiência da liberdade entre os negros era até levemente mais acentuada em São Paulo do que na Corte. Ou seja, ao andar pelas ruas da pequena Pauliceia, os negros entre si se encontravam mais como gente livre do que como escravizada, numa proporção maior que a verificada na cidade do Rio de Janeiro, que, entretanto, em números absolutos era muito mais volumosa[8].

Esse relativo avanço em relação à liberdade, por certo, não era sinal de melhoria em outros aspectos da vida, a começar pelo acesso à educação. Em 1872, enquanto os homens e mulheres que sabiam ler e escrever no Município Neutro estavam em torno de 35%, em

[8] Dados trabalhados a partir de: Brasil / Diretoria Geral de Estatística (DGE), *Recenseamento Geral do Império de 1872*, Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876. Considero legítima a referência aos pretos e pardos como negros já para o contexto do século XIX pelo fato de que os "escravos" eram classificados apenas entre esses dois segmentos populacionais diferenciados por cor nos documentos estatísticos oficiais consultados, de modo que essas categorias aglutinam os não brancos e também os não indígenas. Entendo, pois, que um critério semelhante foi adotado para caracterizar a população livre e liberta. Sidney Chalhoub trabalha com os dados estatísticos nacionais e para o Rio Janeiro e analisa a precariedade da liberdade negra desde a primeira metade do século XIX em: Sidney Chalhoub, *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 229-230.

São Paulo não chegavam a 25%[9]. Também é certo que esse nível de precariedade não impedia as apostas no desenvolvimento das instituições nacionais, bem como das empresas voltadas para a cultura letrada, a exemplo das livrarias, tipografias e dos próprios jornais[10]. Diante de tal contrassenso, o franco Sr. Algarismo, interlocutor de Manassés, narrador das crônicas machadianas *Histórias de Quinze Dias*, num registro irônico da divulgação das estatísticas oficiais, tinha lá suas razões ao ponderar nestes termos:

> As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação"; mas – "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata[11].

Acontece que, para o bem e para o mal, tanto Machado de Assis quanto os demais indivíduos citados estavam presumidos nesses 30%, logo, aptos a compartilhar dessa tal "opinião pública". Mais do que isso, investiam sua inteligência e seu conhecimento nessa dinâmica cultural forçada a se desenvolver mediante o convívio diário com o analfabetismo endêmico encarnado na maioria da população. Facilmente se vê que o lugar social de onde se projetavam era instável e melindroso por várias razões. No entanto, como sói acontecer na vida de pessoas que fazem coisas parecidas ou circulam em espaços comuns, cada qual construiu e aproveitou possibilidades individuais e muitas vezes conectadas de se fazer homem das letras, da política ou das leis.

À luz dessas questões, dedico esta primeira parte da tese ao reconhecimento das presenças de José Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio e Machado de Assis, e da simultaneidade de suas experiências, primordialmente, até o início da década de 1880, uma vez que a abordagem dos anos posteriores será privilegiada nos outros momentos do

[9] DGE, *Recenseamento Geral do Império de 1872*...

[10] A bibliografia sobre o assunto é vasta, mas, conscientemente, este comentário foi inspirado na leitura de: Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil.* 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; Heloísa de Faria Cruz, A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50, in: Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo*, v. 2 − a cidade no Império, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 351-385; Márcia Abreu, *Os caminhos do livro.* Campinas: Mercado de Letras, 2003.

[11] Machado de Assis, 15 de agosto de 1876 (História de Quinze Dias), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 315.

trabalho. O intuito principal é problematizar como os dilemas do escravismo e da racialização puderam entrecortar a identificação dos sujeitos pesquisados feita por ele próprios e por outros e, de algum modo, impactar sobre os seus esforços de participação nesses espaços e instituições da chamada elite. Interessa também assinalar a importância dos trânsitos espaciais empreendidos por alguns e a criação de espaços de diálogo que permitiram conexões entre eles, sejam essas mais ou menos estreitas. A intenção, obviamente, não é uma abordagem exaustiva dos dados da vida desses sujeitos, mas tão somente pensar como diferentes trajetórias se conectam num tempo e numa espacialidade compartilhada. Convém justificar que, ainda que a menção a Arthur Carlos, Ignacio de Araújo Lima e Theophilo Dias de Castro esteja minimamente garantida, esses não serão priorizados neste momento na medida em que tal exercício também será mais bem aproveitado adiante.

CAPÍTULO 1 – AS MUITAS EVIDÊNCIAS DE JOSÉ FERREIRA DE MENEZES

Não quero que digam
Que fui atrevido
E que na ciência
Sou intrometido[1].

O futuro mostrava-se um completo desconhecido, mas o rapazote José Ferreira de Menezes estava carregado de sonhos ao embarcar para Santos, no vapor Hermes, em 26 de fevereiro de 1861 − a mesma embarcação que, ao se chocar com uma pedra, levaria à morte o escritor Manoel Antonio de Almeida em novembro do mesmo ano. O filho do "preto" José Joaquim Ferreira de Menezes viajava sob seus próprios cuidados, enquanto outras pessoas negras iam naquele barco na condição de escravas, acompanhadas de seus senhores e senhoras ou, quem sabe, como "objeto" de alguma transação do tráfico interprovincial[2]. Nos últimos tempos, ele havia se dedicado aos estudos no Colégio Tautphoeus de Nova Friburgo, tendo sido aprovado em novembro último nos exames preparatórios para as academias do Império perante o Conselho de Instrução Pública. Dirigia-se, então, às terras paulistanas no intuito de se lançar ao curso de Direito. O início efetivo de suas atividades como acadêmico, naquela que era uma das duas únicas faculdades de Direito do país, parece que só aconteceu no ano seguinte, a julgar pelo ano de sua formatura, 1866. A partida antecipada, eu suponho, deu-se para tratar de assuntos burocráticos e do seu estabelecimento no novo endereço. Pelas regras, os calouros da Academia do Largo de São Francisco passavam pelo Curso Anexo, durante o qual assistiam a aulas de diferentes disciplinas e eram avaliados em suas habilidades para atravessar os anos do bacharelado.

[1] Luiz Gama, No álbum do meu amigo J. A. da Silva Sobral, in: Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Edição de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 32-33.

[2] *Correio Mercantil*, 27 de fevereiro de 1861, p. 4 e 5 de dezembro de 1861, p. 1. Entre os cerca de cinquenta passageiros da viagem em fevereiro, 13 eram gente escravizada, sendo dez homens e três mulheres, ou seja, algo em torno de 25% das pessoas presentes. O registro limita-se a diferenciar o sexo do escravizado. Além disso, a ausência de expressões como "a entregar" e o fato de as pessoas livres serem acompanhadas de um ou dois escravizados não me permitem afirmar sobre as condições exatas da ida a Santos.

Aqueles que tivessem sido aprovados em outros exames de admissão contavam com a prerrogativa de requerer a dispensa. Ferreira de Menezes podia muito bem entrar com tal recurso ou ainda repetir as avaliações com alguma facilidade[3].

O desembarque no porto de Santos, após quase um dia de viagem pelo mar, seguido da cavalgada para São Paulo devem ter sido momentos de apreensão e alguma reflexão. Afinal, descendendo de gente que saíra da escravidão e construía a vida na liberdade, tinha diante de si o desafio de seguir mudando o rumo da história daqueles que o precederam, e isso na capital de uma província que ainda muito prosperava graças ao trabalho compulsório de africanos, seus filhos e netos[4]. A aposta no mundo das letras por jovens como Ferreira de Menezes já não era incomum, contudo, o avanço por ele conquistado até ali não deixa de me intrigar. Como teria sido sua infância? Como foi possível a ele estudar num internato frequentado por filhos-família como Joaquim Nabuco? Teria contado com uma mão abastada para custear seus estudos?

A julgar pelos comentários exibidos por vários jornais no contexto de sua morte prematura em 6 de junho de 1881, Ferreira de Menezes teria contrariado as "regras" de uma sociedade fundada na dependência de pessoas livres pobres aos donos do poder e se tornado alguém exitoso em se fazer pelo próprio esforço[5]. "Fez-se por si, erguendo-se do nada" –

---

[3] *Correio Mercantil*, 17 de dezembro de 1860, p. 2 e 27 de fevereiro de 1861, p. 4; *Correio da Tarde*, 28 de novembro de 1860, p. 2 e 12 de dezembro de 1860, p. 2; *Correio Paulistano*, 1 de maio de 1863, p. 6; Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, *A vida atormentada de Fagundes Varella*, São Paulo: Livraria Martins, 1966, p. 44. Tendo a garantia de que o nome do pai de José Ferreira de Menezes era José Joaquim Ferreira de Menezes, fiei-me na suposição de que fosse o mesmo homem a que se referiu a *Gazeta da Tarde* ao tratar do funeral do jornalista em junho de 1881: "Perto do caixão choravam os filhinhos e *o velho preto José Joaquim que o carregara pequenino*. Pobre preto, arrastava sua dor de pequeno, uma dor obscura, quase desapercebida" (*Gazeta da Tarde,* 8 de junho de 1881, p. 1 – grifo meu).

[4] Robert W. Slenes, "Great Arch" Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Enslaved, Freeborn and Freed Black Identities in Southeastern Brazil, 1791–1888, in: John Gledhill e Patience A. Schell (orgs), *New Approaches to Resistance in Brazil and Mexico*. Durham: Duke University Press, 2012, p. 100-118. Neste artigo, o historiador apresenta dados centrais de sua pesquisa que demonstra as possibilidades de formação de uma identidade de grupo articulando africanos, crioulos, gente negra livre, liberta e escravizada na região Sudeste, com base na dinâmica do tráfico e da economia escravista, sobretudo ao longo do século XIX. Cf. também: Robert W. Slenes, *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Luiz Alberto Couceiro e Carlos Eduardo Moreira de Araújo, Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, 2003, p. 281-306.

[5] Cf. Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

publicou *A Província de S. Paulo*. "Ele que nascera pobre e desconhecido, conquistara pelo seu talento e civismo lugar eminente entre os vultos mais imponentes da nossa imprensa jornalística e literária, e se enriquecera do respeito de seus coevos", registrou a *Gazeta de S. Paulo*. "De nascimento obscuro, pobre, desprotegido, elevou-se a grande altura por seus merecimentos pessoais" foram palavras de *O Sapucaiense*. Em Curitiba, o *Paranaense* diria: "Com o trabalho seu conseguiu formar-se em uma das academias do Império, com ele viveu e com a força de seu talento impôs-se ao respeito e consideração de seus concidadãos"[6].

Em contraponto, num dos raros textos em que fez referência à sua infância, Ferreira de Menezes apontou para um detalhe curioso ao relembrar o momento em que conhecera Fagundes Varella, em Angra dos Reis, para onde o amigo se mudara em 1852 e vivera por dois anos na companhia dos pais, Emiliano Fagundes Varella e Emília de Andrade, esses oriundos de famílias fluminenses abastadas. Transcorridos treze anos desde o início da amizade, foi assim que se reportou ao lugar onde morava: "A casa do coronel B***, onde eu estava hospedado, era de uma beleza sem par, naquela imensa praia". Hóspede ou agregado? O termo utilizado pode ser tanto a expressão de uma verdade pura e simples quanto o emprego de um eufemismo. Para complicar ainda mais, a dimensão lúdica de suas memórias de quando não tinha sequer completado dez anos inspira outras tantas inquietações:

> Quantos coqueirais, quantas rochas atiradas por ali, cujo cimo galgávamos alegres a colher os frutos dos gragoatás, e as parasitas rubras. [...] À noite, reuníamo-nos todos: O que dizíamos? No que pensávamos? O que sonhávamos então? Não sei, nem tu talvez o possas dizer. [...] E o tom monótono das cantigas dos escravos pela manhã, quando partiam para as roçadas, e quando voltavam... que doce poesia, que tristeza naquelas rezas[7].

Para aquele menino, ou na cabeça do jovem acadêmico, o mundo escravista era feito simultaneamente de alegria e monotonia, poesia e tristeza − sensações desimpedidas a

[6] *Gazeta da Tarde,* 9 de junho de 1881, p. 2; 14 de junho de 1881, p. 2; 2 de julho de 1881, p. 2.

[7] José Ferreira de Menezes, Prefácio, in: Luiz Nicolau Fagundes Varella, *Cantos e phantasias*. São Paulo: Garraux de Lailhacar e Cia., 1865, p. 12-13; Frederico Pessoa de Barros, *Poesia e vida de Fagundes Varela*. São Paulo: Editora das Américas, 1965, p. 43-48.

quem vivia a liberdade transitando e observando diferentes aspectos do mundo à sua volta. Na ausência de outros documentos, logo se percebe que todos esses comentários convidam a muita especulação, mas o fato é que os caminhos que o levaram a São Paulo, infelizmente, estão bem encobertos. Pouco se sabe até mesmo sobre sua origem familiar. Afora a identidade paterna, posso afirmar apenas que ele teve dois irmãos: Antônio Ferreira de Menezes e Claudina Ferreira de Menezes, que fizeram suas vidas na Corte[8]. Nem mesmo os resumos biográficos escritos a seu respeito se detiveram a esses detalhes e a essa dimensão mais anônima da sua vida. No mais antigo perfil encontrado dentro e fora dos jornais, presente nos *Retratos biographicos de academicos contemporaneos*, de 1866, Antero Ferreira d'Avila diria tão somente que ele contava "com vinte e três anos de idade e [era] natural do Rio de Janeiro"[9]. Algo nesse mesmo tom faria parte dos comentários de Presalindo de Lery Santos num verbete do seu *Pantheon Fluminense*, de 1880, quando a *Gazeta da Tarde* nem existia. Segundo o pesquisador, Ferreira de Menezes nascera na "cidade do Rio de Janeiro no ano 1845" e concluíra "com grande vantagem os estudos preparatórios"[10]. Além de lacunar, parte da informação pode estar equivocada. Neste último comentário que foi reproduzido em vários registros posteriores, atribui-se o nascimento de Ferreira de Menezes ao ano de 1845, não obstante, em 1881, todos os jornais dizerem que ele estava com 39 anos ao morrer, tendo nascido, portanto, em 1842, tal como atestado por d'Avila (Imagem 2). A distância temporal não é considerável, mas ainda resta a dúvida sobre o local de nascimento, haja vista que Angra dos Reis se afigura como uma possibilidade. A falta do registro de batismo, entretanto, me afasta da exatidão.

Certo é que, uma vez em São Paulo, ele não demorou a registrar seu nome e torná-lo assunto nas páginas dos jornais e nas rodas de acadêmicos, literatos e políticos. A rápida credibilidade alcançada foi tal que, no programa das comemorações pelos 37 anos de fundação dos cursos jurídicos no Brasil, realizadas no Teatro de São Paulo em 1864, constava a comédia *De um argueiro, um cavaleiro*, traduzida "pelo distinto acadêmico José

[8] *Jornal da Tarde*, 29 de dezembro de 1878, p. 2; *O Besouro*, 4 de janeiro de 1879, p. 2; *Gazeta de Notícias*, 12 de junho de 1881, p. 5.

[9] Antero Ferreira d'Avila, *Retratos biographicos de academicos contemporâneos*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1866, p. 39.

[10] Presalindo de Lery Santos, *Pantheon fluminense:* esboços biográficos. Rio de Janeiro: Typ. G.Leuzinger & Filhos, 1880, p. 449.

Ferreira de Menezes". A peça marcava o encerramento do espetáculo composto pela execução do Hino Acadêmico e pela comédia *O caminho da porta*, do "distinto poeta brasileiro" Machado de Assis[11]. Dão outras provas de sua reputação as palavras de Almeida Nogueira ao registrar a pessoa de Ferreira de Menezes nas memórias que publicou em 1907 sobre os estudantes da Faculdade de Direito. "Inteligente, perspicaz [e de] temperamento artístico", aquele rapaz de "estatura regular, cor parda, nenhuma barba, bigodinhos, sorriso levemente sarcástico [e] monóculo" fez-se um homem das letras, do teatro e dos debates públicos, revelando-se um "valente polemista", com "inclinações à vida de boêmio [e] coração humanitário"[12].

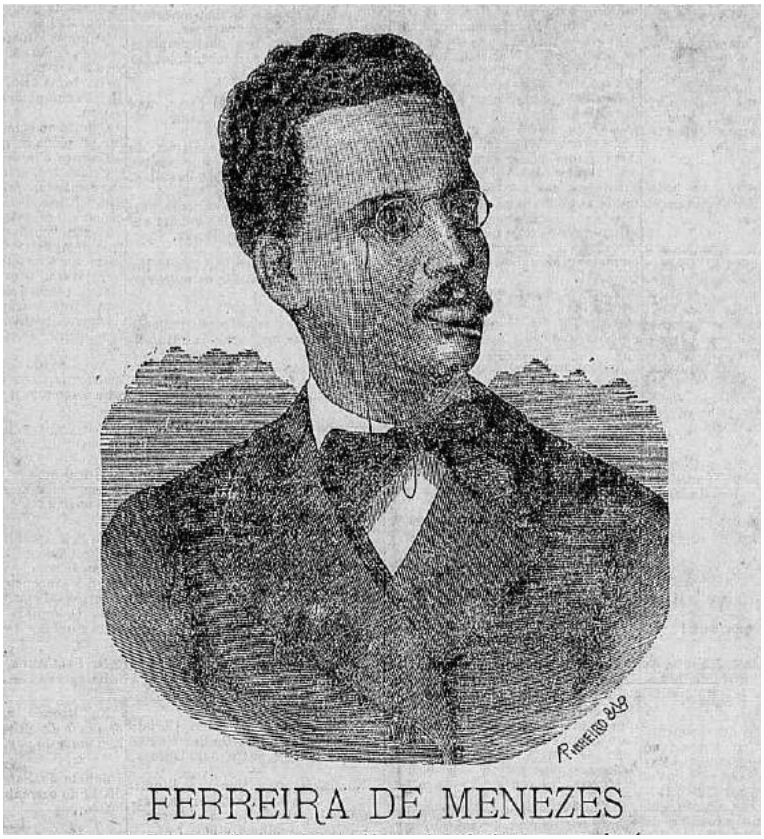


Imagem 2 – José Ferreira de Menezes.

Gazeta da Tarde, 6 de junho de 1882, p. 1.

[11] *Correio Paulistano*, 10 de agosto de 1881, p. 4; 11 de agosto de 1864, p. 1.

[12] José Luis de Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo:* tradições e reminiscências – estudantes, estudantões, estudantadas (Segunda Série). São Paulo: [s.n.], 1907, p. 241. Percepção semelhante foi apresentada quarenta anos antes por Antero Ferreira d'Avila nos *Retratos biographicos de academicos contemporâneos*, obra citada anteriormente.

Verdade seja dita, ao chegar em São Paulo, esse moço dinâmico pôde perceber que a vida cultural do lugar não era tão cheia de variedades quanto a da Corte. De todo modo, havia estudantes que levavam uma vida razoavelmente erradia para tornar os dias por ali mais amenos[13]. Entre esses, destacava-se Luiz Nicolau Fagundes Varella, o amigo de infância que Ferreira de Menezes não via há sete anos. Varella estava em São Paulo desde 1859, com o mesmo propósito de Menezes e, quando da chegada deste, ainda prestava os exames preparatórios, embora já gozasse da fama de poeta e boêmio irremediável. Apresentou ao novato os teatros, as tavernas, as ruas e os becos da cidadezinha de cerca de 30 mil habitantes. O moço loiro de família rica, que muito esbanjava e acabava não honrando suas dívidas, chegou a frequentar os dois primeiros anos do curso e teve o apoio do amigo negro que ficou um ano adiantado. Porém, a sua volubilidade regada a álcool, a perda do filho recém-nascido e o agravamento das dificuldades financeiras acentuariam sua malquerença pelo ambiente acadêmico. Na tentativa de não abandonar de vez os bancos da faculdade, foi no fim de 1864 para Rio Claro com o encargo de comunicar ao pai sua aprovação para o terceiro ano e a transferência para a Faculdade de Direito do Recife. Ao partir, não levou consigo a esposa Alice Guilhermina Luande, ex-artista circense que, doente, estava sob os cuidados da família do marido desde a morte de seu menino no ano anterior. Essa veio a falecer meses depois, ao passo que a carreira literária do viúvo ganhava cada vez mais projeção. Só que, mais uma vez, a academia e a cidade não encheram seus olhos; e São Paulo voltou a ser uma possiblidade. Para lá retornou e chegou a se matricular no quarto ano, mas desistiu dos estudos no momento em que o amigo começava a disfrutar o título que autorizava o uso da abreviatura "Dr." antes de seu nome[14]. Numa referência àqueles primeiros tempos, Ferreira de Menezes recordaria que, "curvados sobre a nossa mesa de estudos, naquelas vigílias da nossa casinha do Braz, muito conversamos, muito sonhamos". Aliás, a relação de amizade era tão estreita que Fagundes

[13] Cf. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, v. II. 2.ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 28-ss.

[14] Sobre a presença de Luiz Nicolau Fagundes Varella na Faculdade de Direito de São Paulo, cf.: *Correio Paulistano*, 14 de outubro de 1863, p. 4 e 13 de outubro de 1864, p. 4. Ainda a esse respeito e sobre a trajetória de vida desse poeta romântico: Barros, *Poesia e vida de Fagundes Varela*..., e Azevedo, *A vida atormentada de Fagundes Varella*...

Varella confiou a Ferreira de Menezes o prefácio de sua obra-prima, *Cantos e phantasias*, de 1865, de onde esses registros de memória foram extraídos[15].

Não duvido, pois, que os desdobramentos de seus compromissos boêmios na companhia de Fagundes Varella sejam parte da explicação para o não comparecimento a várias aulas, o que o fez beirar a reprovação por diversas vezes. Nos quatro últimos anos do bacharelado, alcançou uma média de trinta faltas em cada disciplina, sendo que o limite era de até 39[16]. A outra parte dos motivos, não muito distante dali, estaria nas atividades como folhetinista, crítico, autor e tradutor de peças encenadas, sobretudo, no Teatro de São Paulo e no Teatro São José[17]. Esta última casa ainda estava em construção quando José Ferreira de Menezes iniciou suas contribuições para a cena teatral paulistana. Em 1863, foi pela primeira vez ao palco do Teatro de São Paulo o drama *A filha do lavrador*, tradução do original em francês *La fille du paysan*, escrito por Auguste Anicet-Bourgeois e Adolphe d'Ennery. Um crítico que foi às páginas do *Correio Paulistano* apresentar suas impressões, sob a assinatura de Fiorentino, faria algumas ressalvas ao trabalho executado pelo jovem acadêmico, mas não sem dizer que era "o primeiro a apertar-lhe a mão e a congratular-me com a escolha que fez a empresa do tradutor do drama francês"[18]. Naquele mesmo ano, o Atheneu Dramático da Corte, antigo São Januário, havia promovido uma temporada no mês de janeiro com a comédia *De um argueiro um cavaleiro*, de Théodore Barrière e Lambert Thiboust, traduzida pelo "Sr. J. Ferreira de Menezes, estudante de S. Paulo", e incluíra a primeira representação de *A Mancenilha*, comédia em um ato de sua própria autoria. Em setembro de 1863, seria a vez de a tradução que fizera de *A galinha e os pintos* subir aos palcos do Atheneu Dramático[19].

---

[15] Menezes, Prefácio..., p. 14. O registro da origem do projeto deste livro se encontra em: *Correio Paulistano*, 13 de setembro de 1863, p. 1.

[16] Cf. *Correio Paulistano,* 14 de outubro de 1863, p. 4; 13 de outubro de 1864, p. 4; 19 de julho de 1865, p. 4; 18 de outubro de 1866, p. 4.

[17] Para um apanhado da História do Teatro São José, cf.: Antonio Barreto do Amaral, *História dos velhos teatros de São Paulo*: da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal. São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 61-158.

[18] *Correio Paulistano*, 4 de junho de 1863, p. 1; e 14 de junho de 1863, p. 3.

[19] *Correio Mercantil*, 16 de janeiro de 1863, p. 4 a 25 de janeiro de 1863, p. 4. Segundo outro anúncio ali publicado, uma tradução de *De um argueiro um cavaleiro* feita por Aquiles Varejão foi concomitantemente encenada no Teatro Ginásio, a partir de 24 de janeiro de 1863. Quanto a *A galinha e os pintos*, cf.: *Correio Mercantil*, 23 de setembro de 1863, p. 4.

A representação da *Mancenilha*, a título de ilustração, rendeu alguns comentários nos jornais. O *Correio Mercantil* elogiou a iniciativa do Atheneu Dramático em oferecer ao público "mais uma peça nacional", para em seguida voltar-se à comédia: "Delicado e espirituoso, este pequeno ato pertence àquela ordem de composições reformadoras, tão desagradável aos paladares grosseiros, quanto simpática aos espíritos finos e educados. O dialogo é fácil, o estilo elegante, as cenas naturais; assiste-se a essa comédia como a uma conversa de sala". Dizia isso para, em seguida, manifestar sua aposta no jovem dramaturgo: "Sem dúvida que a prática e o estudo desenvolveram os dotes naturais do Sr. Ferreira Menezes, de quem há direito de esperar ainda muito"[20]. Machado de Assis, justamente por ser "amigo do poeta", também deitou sua pena a escrever apreciações sobre o trabalho do "jovem estreante na carreira dramática", que recorreu à imagem da árvore javanesa "tão maléfica que dá a morte a quem procura a sombra dela" para criar sua cena sobre o casamento de um moço incauto com uma mulher ardilosa. Nas páginas de *O Futuro,* recriminou, pois, a fragilidade da construção/apresentação dos personagens e o tamanho alongado de algumas cenas, que poderia tirar "não o interesse do espectador culto e paciente, mas o interesse da massa geral do público, com o qual se deve contar". Mas nem só do levantamento de pontos negativos foi feita a crítica:

> Feitos estes reparos, cumpre-me acrescentar que o autor da *Mancenilha,* com a sua comédia, obrigou-se solenemente a escrever novas peças; esta é apenas um ensaio, mas um ensaio onde o poeta, ao lado dos defeitos, mostrou verdadeiras qualidades. Sabe travar o diálogo, dar-lhe mesmo certo sabor e torneado que não são comuns em nossa cena[21].

E, de fato, a dedicação de Menezes ao teatro resultou em outras produções nos anos seguintes. Em agosto de 1865, *A filha do lavrador* chegaria ao Teatro São José, e em dezembro seria a vez do entreato *Aurora do artista* por ele escrito. A estreia de sua fantasia dramática *Entre primos* viria em abril de 1866, no mesmo ano em que a representação de

[20] *Correio Mercantil*, 19 de janeiro de 1863, p. 1.

[21] Machado de Assis, 31 de janeiro de 1863, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 92. Em 1865, Ferreira de Menezes, ao elogiar o trabalho de tradução feito por Machado de Assis no *Anjo da meia noite*, aproveitou para: "dizer a Machado de Assis que na noite de domingo as minhas saudades por ele mais se aumentaram e mais também o meu culto por seu talento" (*Correio Paulistano*, 21 de setembro de 1865, p. 1).

sua cena cômica *O Passarinho* seria sucedida pelo "ator Vasques" a cantar a ária da *Califórnia* num benefício realizado em junho. Finalizado seu período na Academia do Largo de São Francisco, ainda houve oportunidade para que a Associação Dramática Paulistana levasse aos palcos do São José a sua tradução do drama *Manon Léscaut*, de Théodore Barrière e Auguste Anicet-Bourgeois, que foi bastante aplaudida em setembro de 1869; bem como sua comédia *Amores de um sacristão* em janeiro de 1872[22].

As lembranças desses feitos estavam bem vivas quando Lery Santos escreveu seus esboços biográficos de 1880, tanto que conseguiu registrar boa parte dessas composições e traduções[23]. A mesma sorte não teve Elizabeth Ribeiro Azevedo, passados cento e alguns anos. Em *Um palco sob as arcadas*, a pesquisadora abordou a produção de vários estudantes de Direito do Largo de São Francisco, autores mais e menos afamados, sem reconhecer a presença do aluno dramaturgo José Ferreira de Menezes, que se tornaria renomado jornalista e aguerrido abolicionista ali e na Corte. O pior é que, ao desconsiderar a trajetória dele, atribuiu todas as obras citadas por Lery Santos e mais algumas a outro José, o José Ignácio Gomes Ferreira de Menezes, nascido no Rio de Janeiro, em 1848, e falecido no Recife, em 1881:

> Estudante entre 1861 e 1865, Ferreira de Menezes foi jornalista, crítico, tradutor e dramaturgo. Depois de formado, foi juiz em Sergipe. Assinava o folhetim semanal de *O Correio Paulistano*, tendo passado depois, em 1865, para o *Diário de S. Paulo.* Suas traduções incluem: *De um argueiro, um cavaleiro* (1864), *A filha do lavrador* (1865, de Anicet Bourgeois), *O*

[22] *Correio Paulistano*, 22 de agosto de 1865, p. 4; 20 de dezembro de 1865, p. 2; 13 de junho de 1866, p. 4; 3 de setembro de 1869, p. 4; 18 de setembro de 1869, p. 1-2; 26 de setembro de 1869, p. 1; 27 de setembro de 1869, p. 1; 2 de fevereiro de 1872, p. 2. O jornal dedicaria especiais elogios aos resultados apresentados em *Manon Léscaut*: É inútil acrescentar elogios a uma peça primorosa que mereceu os garbos não só de Paris como de toda a Europa. / Vai ela ser hoje apreciada em S. Paulo, vertida para a língua do Pe. Antonio Vieira pelo Sr. Dr. Ferreira de Menezes, o esmerado tradutor que, no remanso das composições originais, com tanto proveito das letras pátrias, vai trazendo para o nosso acanhado repertório algumas peças de subido valor de que se ufana o teatro do velho mundo. / O estilo elegante e fluente com que o Sr. Dr. Ferreira de Menezes sabe tão brilhantemente vazar para os moldes pátrios as belezas da língua francesa é um mérito que, ao par dos que possuem o drama em si mesmo, convida a gente a ir hoje apreciá-lo" (*Correio Paulistano*, 26 de setembro de 1869, p. 1). Vários autores creditam uma tradução de *O Suplício de uma mulher*, de Alexandre Dumas Filho, a Ferreira de Menezes, no entanto, só encontrei o registro da tradução feita por Machado de Assis. Cf., entre outros: Raimundo de Menezes, *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*, v. III. São Paulo: Editora Saraiva, 1969, p. 832; José Galante de Sousa, *O Teatro no Brasil:* subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil, tomo II. Rio de Janeiro: INL, 1960, p. 353; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Dicionario Bibliographico Brazileiro*, v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 427.

[23] Santos, *Pantheon fluminense...*, p. 450.

> *suplício de uma mulher* (de Dumas Filho e Émile de Girardin, 1866) e *Manon Lescaut* (1869).
>
> Escreveu ainda algumas comédias como: *A maçanilha* (*sic*) (1863); *Entre primos*, montada em 1866. Criou as cenas cômicas: *A aurora do artista*, representada em 1865, e *O passarinho*, encenada em 1866[24].

Primeiramente, cabe registrar que ambos os "Josés" existiram e foram estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Só que os dias de acadêmico do José Ignácio Gomes tiveram fim em 1863, enquanto o colega José Ferreira de Menezes cursava o segundo ano, conforme consta nas listas de falta dos estudantes da Faculdade de Direito[25]. Do mesmo modo, de acordo com o registrado nas páginas do *Correio Paulistano*, todas as traduções e comédias citadas por Azevedo são de autoria de José Ferreira de Menezes, o que se comprova até mesmo pelo fato de o jornal se referir, em várias ocasiões, ao ano que cursava o referido acadêmico. Isso aconteceu, por exemplo, no anúncio da representação da comédia *De um argueiro, um cavaleiro*, "traduzida pelo distinto acadêmico José Ferreira de Menezes", em 1864; ou ainda no caso do espetáculo *A Filha do Lavrador*, com "tradução do distinto estudante do 4º ano, o Sr. José Ferreira de Menezes", em 1865[26].

A historiadora, entretanto, não foi a primeira a cometer esse tipo de engano. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, ao comentar sobre a amizade entre o nosso Ferreira de Menezes e Fagundes Varella, incorreu no erro em sentido inverso e atribuiu a ele a autoria do livro de poesias *Flores sem cheiro*, que fora publicado por José Ignácio Gomes Ferreira de Menezes, "estudante do 5º ano da Faculdade de Direito de S. Paulo", em 1863[27]. Eis o conteúdo de suas observações um tanto imaginativas:

> As primeiras semanas da vida do filho foram de verdadeiro encantamento para o poeta. A seu lado, participando de sua alegria, Ferreira de Menezes. Sua companhia representava uma garantia de seu bom proceder. Iam

[24] Elizabeth Ribeiro Azevedo, *Um palco sob as arcadas*: o teatro dos estudantes de Direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 164.

[25] *Correio Paulistano*, 1 de maio de 1863 e 14 de outubro de 1863, p. 4. A informação sobre o ano de formatura de José Ignácio Gomes Ferreira de Menezes também pode ser confirmada no site da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, seção Antigos Alunos (arcadas.org.br/antigos_alunos.php).

[26] *Correio Paulistano*, 10 de agosto de 1864, p. 4, 11 de agosto de 1864, p. 1, e 22 de agosto de 1865, p. 4.

[27] José Ignácio Gomes Ferreira de Menezes, *Flores sem cheiro – poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Antonio Gonçalves Guimarães e Cia, 1863.

> juntos à cidade, frequentavam a Academia, o teatro. Varella dedicava-lhe sincera afeição, e um a outro confiavam as suas composições. Trazia então em elaboração o futuro redator da *Gazeta da Tarde*, exímio folhetinista e abolicionista ardente, um volume de versos a que dera o título *Flores sem cheiro*. Estavam combinados: Varella escreveria um estudo crítico, que deveria servir de apresentação do livro[28].

Fagundes Varella foi quem escreveu o estudo crítico que acompanha as poesias nas páginas finais do referido volume. A razão provável para o equívoco do biógrafo deve residir aí, uma vez que Vicente Azevedo teve de acompanhar a trajetória de alguns dos amigos desse poeta que vivia "como uma haste de trigo no meio do cafezal, distinto dos colegas, morenos e acaboclados", e, ao fazê-lo, desprezou a existência do quase homônimo[29]. A mesma necessidade não foi colocada para Elizabeth Azevedo, mesmo tendo tratado de alguns escritos de Varella. De todo modo, ao contrário da ideia gerada por esse lapso, a produção dramática de José Ferreira de Menezes nos tempos de faculdade em São Paulo foi intensa e teve o reconhecimento positivo do público local[30].

Por sua vez, os escritos de Ferreira de Menezes para a imprensa foram ainda mais numerosos e diversificados; e devem, portanto, ter tomado boa parte do seu tempo de estudante. A contar de quando pude acompanhar sua atuação, ele colaborou em diversos jornais acadêmicos e comerciais, a exemplo da *Revista Popular*, em 1862; dos *Annaes do Ensaio Acadêmico*, da *Revista da Associação Club Acadêmico* e do *Jornal das Famílias*, em 1863; da *Imprensa Acadêmica*, título que também teve Machado de Assis entre os colaboradores e no qual Menezes escreveu sob o pseudônimo de Janny, em 1864; do *Archivo Literário*, em 1865; do *Correio Paulistano*, em diversos números[31]. São contos, poesias, crônicas, críticas teatrais, ensaios e publicações a pedidos, nos quais é possível

[28] Azevedo, *A vida atormentada de Fagundes Varella*..., p. 167.

[29] *Idem*, *ibidem*, p. 43.

[30] Esse equívoco foi parcialmente reproduzido por Nei Lopes para quem Ferreira de Menezes seria o "nome abreviado de José Ignácio Gomes Ferreira de Menezes, jornalista nascido e falecido no Rio de Janeiro, RJ (1845-1881)" (Nei Lopes, *Dicionário Escolar Afro-Brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2006, p. 65).

[31] Referências a essas participações podem ser encontradas, respectivamente em: *Revista Popular,* n. 14, abril-junho de 1862, p. 193-203 e 340-346, n. 15, julho-setembro de 1862, p. 197-206 e p. 281-290, *Correio Paulistano*, 28 de julho de 1863, p. 2 e 10 de novembro de 1863, p. 1; *Jornal das Famílias*, abril de 1863, p. 97-103 e agosto de 1863, p. 225-230; Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 1 (aprendizado). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 280-281; *Correio Mercantil*, 11 de agosto de 1865, p. 1 e *Correio Paulistano*, 1 de outubro de 1865; *Correio Paulistano* 27 de julho de 1865, p. 2, 21 de setembro de 1865, p. 1, 27 de julho de 1866, p. 3-4, entre outros.

avistar o interesse e a participação de Ferreira de Menezes em diferentes contextos da vida cultural e política da época. De acordo com Sacramento Blake, ele chegou até mesmo a publicar um ensaio de cinco páginas sob o título "O Brasil tem uma literatura sua?" no número de novembro de 1864 das *Memórias da Associação Culto à Sciencia*, de São Paulo[32].

A observação do contexto em que ocorreram essas suas participações nas páginas dos periódicos listados permite, ademais, reconhecer uma porção de detalhes da sua rede de sociabilidade, o que, por sua vez, descortina alguns dos mecanismos por ele acessados para ter sua produção intelectual reconhecida. Ainda que a correspondência não seja direta, não me parece producente tratar como mera coincidência o fato de que seus contos tenham sido incorporados à *Revista Popular* e ao *Jornal das Famílias*, que saíam da Livraria Garnier, cujo dono, o francês Baptiste Louis Garnier, mantinha boas relações com vários de seus conhecidos e amigos, entre os quais, Machado de Assis e Augusto Emilio Zaluar; de que Ferreira de Menezes possa ter colaborado para o *Correio Paulistano*, o jornal que se abrira para os folhetins de Fagundes Varella; ou ainda os desdobramentos de sua trajetória dinamizada pelo convívio com colegas, a exemplo de Luiz Guimarães Júnior e Joaquim Nabuco, na feitura das folhas da academia jurídica de São Paulo.

Considerar o quão valiosa foi a proximidade que José Ferreira de Menezes estabeleceu com esses indivíduos, entretanto, não é o mesmo que dizer que ele nutriu essas amizades pelo simples cálculo de obter vantagens para si. Até porque estamos falando de homens inteligentes, aptos a facilmente perceber o oportunismo de um sujeito incompetente. Em vez disso, trata-se de registrar que, se a inserção numa cadeia de diálogo e reciprocidade era um procedimento indispensável ao fazer cultural até mesmo daqueles cujo sobrenome e a cor abriam portas, o que dizer para aqueles rapazes que, como ele, tinham a oferecer apenas os seus talentos e virtudes expressos a partir de um corpo carente das marcas do prestígio social? Com efeito, entendo que esse seja mais um elemento a ser considerado quando se pensa a partir da proposta reflexiva de Antonio Candido para abordar as práticas que se mostraram indispensáveis para a formação e a continuidade da literatura brasileira, uma chave analítica que permite comentar como "as obras se articulam

[32] Sacramento Blake, *Dicionario Bibliographico Brazileiro*, v. 4..., p. 426-427.

no tempo, de modo a se poder discernir uma certa determinação na maneira por que são produzidas e incorporadas ao patrimônio de um civilização"[33].

Um passeio por sete contos escritos por Ferreira de Menezes na primeira metade da década de 1860 se torna válido para a visualização do quanto ele atribuía legitimidade ao sistema literário que se consolidava, bem como de seu esforço para fazer parte dele[34]. Certamente esses não encerram toda a sua produção[35]. De todo modo, a amostra não é inexpressiva. Os quatro primeiros foram publicados nos décimo quarto e décimo quinto números da *Revista Popular* de 1862, a saber: *Poverino* e *O Tropeiro,* escritos em São Paulo em 1861; *Jacques Seraphim – o músico* e *O punhal de marfim*, finalizados no primeiro semestre de 1862 no Rio de Janeiro; *A flor do baile* e *Sinhazina*, 1863; e *Os envenadores* (1865). As narrativas, como se verá, apresentam enredos em consonância com as linhas da literatura romântica, sendo as tramas usualmente construídas em torno das relações com personagens femininas, cujas histórias são contadas a partir de vozes masculinas. Remetem, ademais, ao empenho nacionalista do narrador em garantir a representação da "cor local" na literatura que produzia, ainda que, em alguns casos, abordasse temas como o arbítrio dos poderosos, a pobreza e a escravidão de um modo mais direto que o convencional, e a partir de concepções tão pouco habituais entre os cânones quanto.

---

[33] Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileia* (momentos decisivos), v. 1. 8.ed. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, p. 29.

[34] De acordo com os estudos de Silvia Maria Azevedo, é possível dizer que, ao se dedicar à escrita de contos, Ferreira de Menezes colaborou até mesmo para a consolidação desse gênero literário, o conto, no Brasil. Cf.: Silvia Maria Azevedo, *A trajetória de Machado de Assis:* do *Jornal das Famílias* aos contos e histórias em livro. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 18-19.

[35] A título de indicação incompleta de outros textos literários, José Ferreira de Menezes publicou os contos *O Carnaval na Sepultura* (*Gazeta de Notícias,* 4 de abril de 1878, p. 1) e *Noivado no mar*, editado postumamente no *Diário de Notícias,* em 5 de dezembro de 1892. Afora o que saiu no *Jornal Commercio*, cujo levantamento ainda está pendente, publicou textos ficcionais na *Gazeta de Notícias* sob os pseudônimos de Máscara Azul e Luiz B., conforme revelado pelo próprio jornal (*Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1878, p. 1). Alguns dos contos que assim saíram são: *A terça-feira* (*Gazeta de Notícias*, 17 de julho de 1877, p. 1), *O que se bebe* (*Gazeta de Notícias*, 7 de setembro de 1877, p. 1), e *Fiscais* (*Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1877, p. 1). A *Gazeta de Notícias* também chegou a anunciar que os folhetins de Ferreira de Menezes publicados no *Jornal do Commercio* seriam editados em livro, mas não encontrei referência alguma dessa publicação (*Gazeta de Notícias,* 16 de setembro de 1875, p. 3). Raimundo de Menezes, de todo modo, afirma que ele "nunca publicou em volume suas poesias, nem quaisquer outros trabalhos" (Menezes, *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*, v. III..., p. 832).

A estreia de Ferreira de Menezes na *Revista Popular* caiu no último ano de existência daquela folha. Esse foi o primeiro empreendimento no ramo do periodismo ao qual se lançou o editor e livreiro Garnier. Desembarcou no Brasil em 1844 e passou a se dedicar ao desenvolvimento do comércio editorial do país. Instalado na Rua do Ouvidor, principiou pela edição e venda de livros – muitos de autores nacionais, mas também uma generosa parte de traduções −, até que em 1859 deu início à robusta e dispendiosa *Revista Popular*, com o fito de escrever "de tudo para todos", que circularia até 1862, quando reformulou o projeto e fez emergir o *Jornal das Famílias*, em 1863[36].

O conto *Poverino*, escrito quando Menezes ainda tinha dezenove anos, foi dedicado a Augusto Emilio Zaluar, que figurava na lista dos redatores e colaboradores oficiais da revista, entre os quais seu nome nunca esteve[37]. A epígrafe "Para escrever a história de sua vida, deve-se primeiro ter vivido, por isso não é meu o que eu escrevo", de autoria do dramaturgo, poeta e novelista romântico Alfred de Musset, marcava o lugar do escritor e introduzia a narrativa guiada pelas memórias das viagens pelo mundo feitas por Francisco, "um mancebo de vinte e cinco anos quando muito; alto, magro e belo, porém desse aspecto triste e ao mesmo tempo sarcástico dos – sibaritas inteligentes – de hoje: elegantes, livres e orgulhosos no meio da sociedade"[38]. Para o narrador personagem, falar sobre amenidades e dissabores vividos em Pernambuco, no Uruguai e na Itália, aos moços reunidos na sala do hotel W, que bebiam ponche, champanhe e kirsch, era também uma oportunidade de manifestar sentimentos patrióticos, relembrar o amargo das "saudades do meu Brasil" e revelar a emoção do encontro com um conterrâneo a declamar Gonçalves Dias às margens do golfo de Veneza. Eis a síntese da introdução criada por Ferreira de Menezes para que seu narrador pudesse contar a trágica história de Raymundo, o amigo que pedia ao mar: "Não permita Deus que eu morra / Sem que eu volte pra lá". É que "aquele moreno ardente,

[36] Kátia Rodrigues Mello Miranda e Sílvia Maria Azevedo, *Revista Popular* (1859-1862) e *Jornal das Famílias* (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier, *TriceVersa*, v. 3, n. 2, novembro de 2009-junho de 2010, p. 156-166, Disponível em: www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/8/arq4ce65b4913393.pdf, Acesso em: abril de 2013.

[37] Consta que esse conto também foi publicado no jornal santista *Civilização* (Sacramento Blake, *Dicionario Bibliographico Brazileiro...*, p. 427).

[38] José Ferreira de Menezes, Poverino, *Revista Popular*, n. 15, julho-setembro de 1862, p. 281. Tradução livre do original citado em francês, tal como o fez Ferreira de Menezes: "Pour écrire l'histoire de sa vie, il faut d'abord avoir vécu; aussi n'est-ce pas la mienne que j'ecris".

de uma fronte larga e expansiva, onde queimava uma inteligência soberba" acabaria se tornando um "poverino" que sucumbiu à morte em decorrência da decepção amorosa provocada pela italiana Eleonora. Nascida e criada no luxo, essa era viúva de um príncipe russo quando conheceu Raymundo, "tipo brasileiro, moço, poeta e artista". Os dois viveram uma intensa paixão até que a fortuna da princesa se esvaiu e ela o abandonou, jogando-se nas graças de um "gordo banqueiro idoso". Após um longo período de sofrimentos, os dias do rapaz terminaram na França, de onde enviou uma carta de despedida a Francisco, carregada de melodrama, solicitando que o amigo avisasse a mãe dele sobre sua morte e, caso encontrasse Eleonora, dissesse o "foi ela quem me matou" e lhe entregasse um anel dos seus cabelos. Francisco cumpriu os desejos de Raymundo, mas, contrariando as expectativas dos ouvintes, não pôde dar notícia de um fim trágico para a princesa, uma vez que o banqueiro morreu tempos depois de apoplexia, e ela acabou herdando uma nova fortuna.

O enredo bem se adequava aos padrões românticos, mas o desfecho não necessariamente, uma vez que o esperado era um triste fim para a mulher ardilosa, que servisse como discurso moralizante para os leitores e leitoras. Ocorre que José Ferreira de Menezes ousou desvirtuar o modelo algumas vezes, manifestando certa identificação subalterna com outras personagens não elogiadas da sociedade. No poema *Ai, não maldigas*, também dos anos 1860, por exemplo, ele saiu em defesa das prostitutas:

> Ai! Não maldigas a mulher perdida
> Que o seio estraga no fervor das festas!
> Sabes acaso quanta dor cruenta
> Rasga-lhe os sonhos nas calmosas cestas?
>
> Ai, não maldigas! – Quanta vez em pranto
> Doida, febrente, tem-te erguido os véus
> Para que possas demasiado em gozo,
> Ter as carícias d'encantados céus!...
>
> Ai, não maldigas! – Paga-lhe as noites,
> Mas não lhe atires o cruel baldão,
> Tem pena d'ela, que se te mente afetos
> Vende-te os beijos por amargoso pão![39]

[39] Menezes *apud* Ferreira d'Avila, *Retratos biographicos de academicos contemporâneos...*, p. 42.

Tais gestos, entretanto, não podem ser tomados como uma marca definitiva do fazer literário de Ferreira de Menezes, pois, como se verá logo mais, ele também se rendeu àquela convenção moralizante em relação à figura feminina em pelo menos dois de seus contos escritos posteriormente ao *Poverino*. Por ora, deixo essa vereda para tratar de algo mais característico dos interesses do autor, a saber, o registro de elementos que lhe pareciam específicos da experiência brasileira, bem como distinguir algumas de suas estratégias narrativas.

Quanto a isso, *O tropeiro* é um caso bem ilustrativo. A construção do conto baseia-se na sobreposição de duas narrativas que estabelece a conexão entre sujeitos socialmente distintos: um estudante, moço admirador dos versos byronianos, que conta histórias para abrandar os sofrimentos de Berenguela, a irmã tísica de seu amigo Joaquim; e um tropeiro que acolhe o jovem em seu rancho numa noite de tempestade e acaba por confidenciar o episódio doloroso da perda de sua mulher Martha e do filho ainda no ventre da mãe. A peculiaridade do primeiro é dada pelo espírito boêmio e cigano da mocidade, em sua aspiração por espaço que leva à fuga dos hábitos, às andanças, algo que o permitia dizer: "sonho poemas inteiros, fantasio dramas e romances ao calor do sol, às gotas da chuva, sobre o cavalo mais sendeiro, quando me vejo em viagem". Por sua vez, o tropeiro é um caboclo, que na companhia da sua viola desafiava o som da tempestade e lançava "aos ventos da noite as notas tristes e doces das cantigas do seu viver". Trata-se de uma figura humana "respeitável". Nas palavras do primeiro narrador: "Sabe-se o valor e a valentia dos tropeiros de S. Paulo e Minas, e a luta renhida que sustentaram nas guerras civis de nossa terra. [...] O tapuia do norte, o guasca das campinas do sul, e o tropeiro de nossas serras, se se reunissem, seriam os primeiros soldados do mundo". Ao encontro entre eles é dado um toque de mistério e suspense, na medida em que o jovem logo se mostra incomodado com uivos de um cachorro que, numa noite de forte tempestade, permanece do lado de fora, inquieto, próximo a uma cruz preta e grande posta à beira do caminho. Esse mal-estar é o mote para que o homem rústico tome o lugar de narrador e conte sua própria história. No lugar marcado pela cruz, fora depositado o corpo da linda e moça Martha, a esposa do tropeiro, que resistiu ao ataque do filho do coronel Pedro, amo de seu marido, e, por isso, "foi presa ao tronco, e o açoite despedaçou suas carnes belas e morenas, e matou [seu] filho

que ela trazia no ventre". A mulher chegou a resistir à tortura e teve tempo de contar o ocorrido ao tropeiro, que foi à caça do malfeitor, o fez pedir perdão à moribunda para, em seguida, matá-lo, quebrando-lhe a cabeça e dando o coração para um cachorro[40]. Feito isso, amarrou o resto do corpo a um cavalo, que o arrastou até a sede da fazenda. Ao ver os restos do filho, o fazendeiro teve um colapso e também veio a falecer no mesmo instante. O caboclo ficara preso por vinte anos, mas, já se via livre, servindo a outro amo. Enquanto isso, a casa do falecido coronel tornara-se mal assombrada: um saci, ao meio dia, dá "gritos hediondos na cumieira dela, à meia-noite os raios da lua produzem fantasmas nas vidraças, e cantam as corujas, ao passo que banqueteiam-se os corvos em um cadáver que nunca se acaba. É do filho do coronel!"[41].

A fatura do conto encerra, assim, um esforço criativo em múltiplas direções. José Ferreira de Menezes investe em dialogar com as regras gerais do texto romântico, garantir o registro do tempo e do espaço a partir do qual emergia a estória, e acionar uma estratégia narrativa fundamentada no suspense atrelado ao registro do sobrenatural. Se a leitura de *Poverino* já conduzia à lembrança da *Noite na taverna*, de Álvares de Azevedo, em virtude do cenário construído para receber a ação dos personagens, tal referência em *O tropeiro* se torna mais acentuada, sobretudo, pela atmosfera sombria que capta a atenção do leitor desde a primeira página, quando o elemento lúgubre ainda se restringia à condição mórbida de Berenguela. A alusão, indiscutivelmente, não é fortuita, na medida em que era marcante

[40] Alguns elementos desse enredo aparecem no conto "Virginius", de Machado de Assis, publicado no *Jornal das Famílias* entre julho e agosto de 1864. Machado de Assis, Virginius – narrativa de um advogado, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 2, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 750-761.

[41] José Ferreira de Menezes, O tropeiro, *Revista Popular*, n. 14, abril-junho de 1862, p. 281. Num artigo anônimo publicado no *Correio Paulistano* e reproduzido no *Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro, em 1859, o "Sáci Sererê" aparece como um dado das "Tradições populares de Minas e S. Paulo", coisa aprendida quando, "junto a vossa cama está uma vela, e ao pé dela a vossa ama de leite, crônica viva de tradições, que vos embala o inocente sono com algumas das histórias aí reproduzo". Naquele registro que recapitulava causos de tropeiros, caipiras e velhas, o Saci assumia formas diversas, ainda que preferisse se mostrar como um "negrinho, vestido de carapuça e roupa vermelha". Apresentava até mesmo características um tanto distintas das consolidadas por meio dos escritos de Monteiro Lobato. Um "capetinha esperto e engraçado", de pés bifurcados, afeito a habitar "as furnas da serra, os buracos profundos, as minas abandonadas, e algumas vezes as casas desertas. [...] e os lugares que mais frequenta são as encruzilhadas, e as porteiras". Tomando a forma de uma pequena fogueira que abruptamente se transformava num grande fogaréu, tal personagem era um grande inimigo dos tropeiros; mas também gostava de se fazer um homem bem vestido para se fartar em mesas de jogos e se afeiçoar a moças de famílias, levando-as a padecer de uma tristeza aniquiladora. *Correio Paulistano*, 22 de setembro de 1859, p. 2-3; *Correio da Tarde*, 29 de setembro de 1859, p. 2.

a influência do poeta e estudante de Direito, morto em 1852, entre os membros da comunidade acadêmica do Largo de São Francisco, em especial, entre os discentes com pretensões literárias[42]. Por outro lado, é preciso reconhecer que a incorporação de elementos da cultura popular local – como as modas de viola dos tropeiros, o saci e a imagem de sedes de fazendas mal-assombradas − garantia um toque de originalidade a esse gesto em relação à obra de Álvares de Azevedo, o que, ademais, o colocava no terreno daquilo que se convencionou chamar de literatura fantástica[43].

Acrescente-se que o recurso ao insólito, ao onírico e ao misterioso seria aproveitado e desenvolvido com detalhes em outros contos como meio de abordar questões da realidade desconcertante do cotidiano. O apelo ao irreal era um modo objetivo de encarar o dado incontestável e, portanto, não servia como garantia para se chegar à redenção como desfecho. Em vez disso, poderia servir para hiperbolizar a carga trágica da narrativa. Tal possibilidade é demonstrada pela conexão estabelecida entre a epígrafe que introduz o conto *Jacques Seraphim, o músico* e o seu arremate, anunciado pelo título, desde que reconhecido o trocadilho inscrito no nome[44]. A prosa, finalizada no Rio de Janeiro em abril de 1862, principia com uma citação do romance *Le fils du diable* (O filho do diabo), do romancista e dramaturgo francês Paul Féval, também afeito ao fantástico na literatura, que diz: "Ele era uma criança sonhadora. / Nas canções ditas por seu pobre instrumento [um violino], ouviam-se melodias puras. / Deus o fizera músico e poeta − e não daqueles que produzem, mas daqueles que sentem"[45].

---

[42] Ferreira de Menezes chega a citar seus versos no conto *Sinhazinha*, abordado logo mais. Álvares de Azevedo, *Noite na taverna.* Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.

[43] Penso ser um ponto pacífico a improcedência de, neste momento e de acordo com os objetivos desta tese, fazer um debate alongado sobre o conceito de literatura fantástica, muito menos digressionar sobre a história desse gênero ou técnica literária no Brasil. Abordagens dessa natureza podem ser encontradas em: Tzvetan Todorov, *Introdução à literatura fantástica.* 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004; Marcio Cícero de Sá, *Da literatura fantástica*: teorias e contos. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; Nilto Maciel, Literatura Fantástica no Brasil, *Bestiário – Revista de Contos,* ano 2 n. 14, abril de 2005. Disponível em: www.bestiario.com.br/14_arquivos/lit%20fantastica.html. Acesso em: março de 2013.

[44] José Ferreira de Menezes, Jacques Seraphim, o músico, *Revista Popular*, n. 14, abril-junho de 1862, p. 193-203.

[45] A citação foi feita do original em francês: "C'était un enfant rêveur. / Dans les chants que disait son pauvre instrument, il écoutait de pures melodies. / Dieu l'avait fait musicien et poète − non pas de ceux qui produisent, mais de ceux que sentent". Esse romance lançado na França em 1846 foi, de acordo com Ilana Heineberg, traduzido e publicado em formato folhetim no *Jornal do Commercio* em 1847. Tal informação

A trama tem como personagem principal o músico Jacques Seraphim, "rapaz moreno, vivo como as notas de sua rabeca, ardente, jovial e sonhador", alguém que traduzia um mundo paradisíaco nas cordas sussurrantes de Malibran, nome de seu instrumento, mas que não era de fato feliz. Contava com o amor de sua velha mãe e de sua irmã Helena, "bela como um anjo", mas não era feliz. E por quê? Era infeliz porque era pobre. Nas palavras do narrador que acompanha a saga do personagem:

> A pobreza é uma doença mais asquerosa do que a peste negra de Jaffa, mais deplorável do que a tísica pulmonar, mais repulsiva do que a morfeia e a elefantíase. [...] Antes a morte! [...] Os poetas amantes da vida – qualquer que seja – delinearam sempre a morte, nos quadros de sua imaginação, negra, hedionda e desdentada como Eumênides burlescas, quando é esse o retrato da pobreza, e não da morte [...] Nós, que aos primeiros luzeiros de nossa inteligência, vimos, no espanto ingênuo de criança, as escadas dos templos cobertas de andrajos e de mendigos, em cujos rostos a miséria havia selado vícios e desnaturado os semblantes; que entramos, trêmulos e curiosos, em cubículos onde a fome e a impotência rouquejavam a voz das crianças, e desfaziam em pranto o peito das mães, onde o manto maldito da miséria abafava para sempre a luz da inteligência – a dádiva sublime −, nós preferimos a todas essas cenas desgraçadas da vida o carro de enterro, o lençol da morte, a vala mesmo comum dos nossos tristes cemitérios[46].

Um dia, ou melhor, em 12 de dezembro, para ser fiel ao texto, ao chegar em casa, encontrou os rostos de suas entes queridas tomados de melancolia. Helena, que costumava ouvir uma "voz doce e cansada" a lhe chamar pelo nome, tivera um sonho com a morte, o qual em linhas próximas também tomara o descanso de sua mãe. Após alguma troça promovida pelo mancebo, elas contam seus respectivos pesadelos. Contou a mulher ter recebido a visita do falecido esposo, que emerso do túmulo e na companhia de belos fantasmas e de Helena, já um espectro, anunciava que era tempo de partir. Helena, por sua vez, sonhara com a chegada de um "fantasma grande, pálido e lívido e que tinha uma missão terrível: no que ele tocasse, morreria". A personificação da morte já havia enleado a muitos quando a encontrara a colher flores numa montanha. A despeito de seus esforços de

---

consta nos anexos correspondentes ao volume II de: Ilana Heineberg, *La suite au prochain numéro*: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens *Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro* et *Correio mercantil* (1839-1870). Tese (Doutorado em Estudos Lusófonos (Literatura Brasileira) − U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Universite de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, Paris, 2004.

[46] Menezes, Jacques Seraphim..., p. 194.

fuga, o fantasma a alcançara e a deixara em estado moribundo, momento em que o irmão adentrava o sonho. Em ambos os casos, Seraphim tentava dissuadir a morte por meio do choro de Malibran. Caso fosse potente e convincente, a vida das duas seria mantida. À música emitida em seu esforço desesperado, mortos "levantavam-se das tumbas e choravam desta vida..., outros pareciam dançar as suas loucuras passadas". Todavia, dentro daquelas vivências oníricas, o empenho era em vão, e ele acabava derrotado pela ruína e condenado a vagar aturdido na base da montanha, acompanhado de sua rabeca, a entoar sons de tristeza e dor.

Seraphim desacreditava na importância de tudo aquilo e lamentava ser iletrado e não poder escrever um "conto fantástico" a partir daquelas estórias. Como era de se esperar, meses depois, em março, no imediato pós-carnaval, a cidade seria assolada por uma epidemia de cólera e ele obrigado a encarar a gravidade anunciada. A peste, que percorrera "todos os quarteirões da cidade, foi ela também bater à [sua] porta" para tomar posse da saúde da sua família. Para agravar ainda mais o penar, sua condição de pobreza o impediria de prestar um último socorro às suas. Lamentaria mais uma vez não saber ler, mas dessa vez por não conseguir sequer assimilar o nome do remédio receitado pelo médico, medicamento que ele não conseguira comprar por não ter uma só moeda, crédito na praça para fiar na botica ou apadrinhamento do inspetor de quarteirão, que lhe permitisse passar na frente da turba que se desesperava na fila das farmácias de medicamentos gratuitos.

Não sendo isso suficiente, sofrimento maior viria depois. Os dois cadáveres depositados na sala do artista pediam sepultura, sem que Jacques Seraphim novamente tivesse recursos nem mesmo para os jazigos de baixo custo do cemitério público. A única saída foi apresentada por um elegante senhor, seu amigo, que lhe fez uma visita. Foi, então, que Malibran, a rabeca, que pelo gosto do músico entraria num longo silêncio, teve de ressoar e fazer a alegria dos convivas do grande baile do banqueiro Jacob, embora tenha havido quem sentisse a profunda dor que modulava do instrumento. Seu trabalho, executado naquele momento de grande abalo emocional, traria a solução para o problema, ao mesmo tempo em que o levaria a adentrar, para não mais sair, naquelas cenas aterradoras sonhadas por sua mãe e sua irmã. Assim foi que:

> No outro dia os habitantes da cidade e os visitadores do cemitério presenciaram um triste espetáculo: eram dois caixões mortuários seguidos de um moço pálido como um cadáver [...] Trazia ao peito um rabeca, da qual tirava sons tão tristes a se chorar de dor. / E, de vez em quando, ouvia-se lhe dizer como em prece: "Um instante... esperem... minha rabeca vai exalar agora suspiros, e terei compaixão de mim". E apertava o arco e comprimia ao peito o seu pobre instrumento[47].

Nesse fim de Jacques Seraphim, "morreram-te os parentes, morreu-te a razão". E ao narrador, querendo chamar ao real sua ficção, ainda restava alertar o leitor: "se por acaso passares às horas mortas da noite em frente do cemitério W, não fujas espavorido, nem julgues ouvir dança frenética dos cadáveres no sabá. Quem ali vela e conversa com os mortos nas notas do seu instrumento, junto aos seus, é Jacques Seraphim". Vagava o moço antes ardente e sonhador em torno daquela montanha chamada insânia.

Como sugerido linhas atrás, o texto remete a um autor marcadamente engajado, sob diferentes pontos de vista. Produzir literatura era não somente divertir, mas informar e formar a opinião de seus leitores acerca de questões consideradas urgentes, mesmo que o público previsto fosse o consideravelmente restrito grupo de assinantes e ouvintes da *Revista Popular*. Naquele contexto do início da década de 1860, os episódios das epidemias de febre amarela e cólera de anos recentes ainda alimentavam a reprodução de muita especulação sobre os vínculos da incidência dessas doenças com a pobreza, a insalubridade e os modos de vida de populações escravizadas e livres pobres da cidade do Rio de Janeiro[48]. Por essa perspectiva, o conto de Ferreira de Menezes, mesmo sendo nada ameno, tinha sua presença justificada nas páginas daquele periódico. Resta, entretanto, compreender a tese condensada naquele registro literário. Desviando um pouco do caminho trilhado por muitos médicos e jornalistas, culpava e condenava a pobreza, mas se solidarizava com os pobres, sobretudo por meio das figuras de Jacques Seraphim e suas parentas. A denúncia era investida, sobremaneira, contra o descaso dos órgãos de governo diante do cenário de analfabetismo, indigência e incompetência médica, cujos

[47] Menezes, Jacques Seraphim..., p. 202.

[48] Cf. Sidney Chalhoub, *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29 e ss; 60 e ss.; Kaori Kodama *et alii*, Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* 2012, v.19, sup.1, p. 59-79.

representantes encaravam o pobre como "um homem inútil na sociedade" ou uma máquina que "não tem fibras, nem coração", em vez de perceber como esse estado de coisas aniquilava talentos e potencialidades como as daquele músico, tido como uma "pérola da arte". Em suma, a pobreza era tratada como um mal, ao passo que a figura do pobre era humanizada.

Fato curioso, as desventuras de outro moço pobre − Tito, levado a vender seus versos a um oportunista, a fim de honrar suas dívidas − também serviram como ponto de partida para Machado de Assis escrever *O país das quimeras*, publicado no jornal *O Futuro* em novembro de 1862, acompanhado do subtítulo "conto fantástico"[49]. Informações dessa natureza, que atestam a circulação dessa proposta narrativa entre escritores nacionais, associadas às características das leituras de origem francesa feitas por Ferreira de Menezes corroboram minha suspeita de que ele tivesse plena consciência dos significados dessa sua opção pela "fantasia" para falar do real. Não fosse isso o bastante, a despeito de seus escritos estarem ausentes dos poucos trabalhos sobre literatura fantástica no Brasil oitocentista, ainda existem evidências suficientes dispersas em seus contos. Um bom exemplo são as primeiras palavras de *O punhal de marfim,* finalizado em maio de 1862, no Rio de Janeiro:

> Há títulos – nomes que por si sós – trazem-vos à imaginação um drama inteiro em toda a variedade de suas cenas – nó e desfecho – que vos fazem sonhar com todo um romance fantástico e intricado de episódios.
>
> É este um deles – a mim emprestado e sobre o qual fiz *fiasco* – porém em tudo o que se segue não fala só a imaginação inspirada num título – palpita aí, ainda que um pouco encoberto, um *fato real*[50].

Outra possibilidade viria com a escrita de *Os evenenadores*, que, de acordo com o esquema explicativo proposto por Todorov, poderia ser entendido como expressão do "estranho", na medida em que os elementos geradores de tensão na narrativa, e a princípio carregados de influência sobrenatural por excelência, podem ser explicados por meio de

[49] Machado de Assis, O país das quimeras, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 2..., p. 740-750. Para uma análise desse conto, cf.: Rodrigo Camargo de Godoi, A fábula de um cronista liberal: política e literatura em um conto fantástico machadiano, *Revista de Letras*, v. 48, n. 2, julho-dezembro de 2008, p.49-69. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/1189/969. Acesso em: março de 2013.

[50] José Ferreira de Menezes, O punhal de marfim, *Revista Popular*, n. 15, julho-setembro de 1862, p. 197.

parâmetros naturais e científicos. Ou seja, diferentemente do sobrenatural aceito encontrado em *O Tropeiro*, que resvala para o maravilhoso, neste caso, o que se teria era a elaboração do sobrenatural explicado[51]. Para que isso se torne mais nítido, a recapitulação da estória mais uma vez se faz procedente. Antes, porém, cabe acrescentar que a sequência de trechos a formar todo o conto subiu às páginas do *Correio Paulistano* em meados de dezembro de 1865. Embora o jornal tivesse um espaço de prestígio reservado aos folhetins, não foi ali que apareceram *Os envenenadores*, na medida em que ali se dava a publicação de *Sonho de uma noite de maio*, de Pinheiro Chagas. A parte que coube a Ferreira de Menezes estava próxima às publicações a pedidos e aos anúncios, na terceira página.

Os episódios narrados se passam quase que invariavelmente na fazenda do comendador Selmo, o militar mais rico de sua província, dono de uma fortuna colossal que nem ele mesmo sabia precisar, adquirida graças à sua dedicação ao tráfico de escravos. Um velho viúvo de temperamento rústico, severo, entusiasta do trono e temente a Deus, ele era "o verdadeiro tipo de fazendeiro entre nós". Não admitia a mais suave objeção em seus domínios: "o que dizia era uma ordem, o que ordenava era logo cumprido". Acreditava que o único indivíduo realmente autônomo na sociedade era o fazendeiro e, portanto, nunca aceitou favores de ninguém. "No seu pensar, o escravo, como no antigo direito que ele não tinha notícia, era uma *cousa*: valia mais do que algumas sacas de café, menos do que o seu engenho de moer. O escravo, dizia ele, quer trabalho e comer; severidade e rigor a toda hora; no mais, botica quando adoece e boa cova quando morre" – ou seja, bem nos termos percebidos por Antonil para o século XVIII. Dedicação tão intensa, mas diametralmente oposta, só dedicaria à sua filha Antonia e depois a Fernando, seu sobrinho, pupilo, afilhado e futuro filho, uma vez que definira o casamento entre esses seus dois entes queridos bem antes de eles terem chegado à simples idade da compreensão[52].

A autoridade do escravista seria, porém, abalada pelo início do envenenamento entre os negros, que em dez dias tinha levado trinta vítimas, algo "mais terrível que a peste, um poder misterioso que derrubava os escravos um por um, sem que valessem contra o mal os esforços médicos ou os elementos de força e de vida de cada um daqueles". E o fato de

[51] Todorov, *Introdução à literatura fantástica...*

[52] José Ferreira de Menezes, Os envenenadores*, Correio Paulistano*, 14 de dezembro de 1865, p. 3.

não saber a origem ou poder castigar o agente daquela afronta o deixava mais irado que as próprias perdas sofridas. Valer-se-ia de todos os recursos para readquirir o controle que só podia ser seu: "O terror, o rogo, a suspeição, o lucro; tudo foi em prática entre os negros para se saber quem era deles o culpado". Contudo, nada os fazia falar, resistiam a toda sorte de castigos e pareciam se entregar a uma espécie de pacto de suicídio geral, posto que os interrogados da véspera eram os mortos do dia seguinte[53].

No dia em que se deu a tentativa mais violenta do comendador, os escravizados foram abordados logo após suas costumeiras e tristes rezas na capela. O narrador, num registro muito próximo ao feito por Ferreira de Menezes no prefácio a Fagundes Varella naquele mesmo ano, diria: "naquelas vozes há um quê de pranto tão comovido, de queixa tão sincera e tocante que enternece e que deve de ser grato aos ouvidos de Deus. Dois cantos modulam aquelas vozes: as das rezas dirigidas ao Criador e as das lembranças, e as da saudade de uma passada existência, dos sonhos e reminiscências de liberdade!". Terminada a oração, Selmo ordenou ao feitor que reunisse os escravizados em linha e deu início a falsas promessas. Em isso não surtindo efeito, passou ao suplício de um preto velho que se negou a revelar a identidade do envenenador, preferindo a morte, já que não queria mais ser escravo e também não via meios de o senhor dar a sua liberdade[54].

A morte tomou-lhe o corpo no dia seguinte após longos momentos de horror intenso vivido no tronco. Uma vez aquela alma encaminhada à bem-aventurança, todos os negros passaram próximo ao corpo a lamentar o falecido. "Um, porém, demorou-se junto. Nem lágrima, nem tristeza. Debruçou-se sobre o cadáver, beijou-lhe os lábios que vertiam sangue e murmurou rouquenho: meu pai! O morto tinha os olhos abertos e parecia fitá-lo e recomendar-lhe o sangue que levava no beijo". Aquela noite seria de uma tempestade tenebrosa, a tornar ainda mais intenso o clima fúnebre instalado. Nesse momento, o narrador volta-se para o comendador, que começa a ser atordoado por sentimentos de um remorso que parecia ter influência do sobrenatural. Sentindo a morte se aproximar, ele

[53] Cf. Adriano Bernardo Moraes Lima, Feitiço pega sempre: alforrias e curandeirismo no oeste paulista (século XIX), *Anais da IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,* Curitiba, 2009. Disponível em: www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/adrianobernardomoraeslima.pdf. Acesso em: dezembro de 2013.

[54] José Ferreira de Menezes, Os envenenadores*, Correio Paulistano*, 15 de dezembro de 1865, p. 3.

tentaria apressar o casamento de Antonia e Fernando, mas essa foi mais rápida e deu termo a sua existência[55].

Extinto o pai, iniciou-se o martírio físico e emocional da filha, que tinha apenas a companhia de seu noivo fiel. O quadro de melancolia e perda da vitalidade estendeu-se por meses sem que Fernando conseguisse obter dos esculápios o auxílio necessário para salvar Antonia, embora buscasse a cura até mesmo na Corte. Aturdido, o mancebo passa a confidenciar seus sofrimentos ao amigo Luiz por meio de cartas. Logo na primeira delas, desfaz o suspense em torno da morte do tio: o velho também morrera envenenado pelos "pretos da fazenda". Eis a explicação para as visões fantasmagóricas que lhe assombravam no momento final. O moço reconhecia: "Foi mau, meu Luiz, mas eu nunca supus que [meu tio] pudesse sofrer tanto, que o remorso fosse um martírio tão longo e pertinaz". Lamentava muito mais que a doença de Antonia, mesmo sendo ela um anjo, tivesse a mesma origem e, por isso, fundado em suas convicções, exasperava-se:

> Que mal fez ela a esses desgraçados de quem era ela o patrocínio, a guarda? Ah, Luiz, a minha vingança há de ser terrível [...] Um miserável negro propina-nos um veneno, dá-nos uma erva ao acaso, e eles [os médicos] que tanto sabem, que tanto aprenderam, que tanto discutem, que tanto sistematizam, não podem combater-lhe os efeitos e fazer que a inteligência triunfe a estupidez[56].

Sentia, com feito, que a segurança individual dele e dos seus estava em risco. Pouco depois, ao retornar à fazenda, não tardou a procurar Joaquim, um velho negro que o trouxe ao colo quando criança e que lhe parecia tão leal a ponto de dar sua vida por ele. Falou-lhe franco, não na linguagem de senhor, mas na de amigo, a fim de obter informações sobre os envenenamentos e suas causas. O escravo não hesitou em revelar tudo o que sabia. Não era a primeira vez que os negros recorriam ao envenenamento. Isso, aliás, segundo ele, não precisava de muito motivo. Daquela vez, o estopim fora o assassinato de uma "pobre negrinha", vítima dos castigos do senhor. "Os parceiros, então, se reuniram e decidiram matar a todos os brancos e também a maior parte dos negros para a fazenda se acabar".

---

[55] José Ferreira de Menezes, Os envenenadores*, Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1865, p. 3.

[56] José Ferreira de Menezes, Os envenenadores*, Correio Paulistano*, 17 de dezembro de 1865, p. 3. Cf. Sidney Chalhoub *et alii* (orgs.), *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Joaquim contou ainda que teve de usar de muita artimanha para tirar o segredo de seus companheiros de eito e dizia também saber quem tinham sido os cabeças, mas o que interessava a Fernando era a indicação do antídoto. Faltava-lhe, porém, esse dado. O único que certamente saberia era aquele velho morto a mando do comendador Selmo para servir de exemplo aos demais. Fernando, desolado, apelou para os sentimentos mais profundos de Joaquim e pediu em nome da gratidão devida à bondosa Antonia, que padecia injustamente. O escravo pediu permissão para deixar a fazenda e ir ao encontro de um parceiro que teria a chave para desvendar o restante do mistério. Caso esse não o quisesse ajudar, prometia: "Então, meu senhor, eu matarei o envenenador a fogo, e quando a senhora morrer, eu e o senhor morreremos também".

Retornando no dia seguinte, Joaquim foi ter com Fernando e o levou para a casa do engenho, onde os aguardava Jacques, apresentado como o envenenador do comendador Selmo e de Antonia. Eis a descrição desse homem dada por Fernando, ao registrar o momento em outra carta para Luiz: "Era um *cabra* alto, reforçado, ombros largos e peito desenvolvido. Tinha um olhar atrevido e claro". Esse, numa postura altiva, retrucou o senhor moço que o questionou sobre os motivos daquele ato e disse que estava ali apenas para revelar o veneno empregado: "Se o senhor veio para castigar-me, pode fazê-lo e até matar-me como já se fez ao *outro* (e tremeu a voz), mas meu senhor nada saberá e a senhora morrerá". O ímpeto de Fernando para cometer um assassinato naquele instante teve de ser, de tal sorte, controlado. Após um diálogo tenso, no qual o equilíbrio de forças da escravidão era posto à prova, Jacques anunciou a possibilidade do antídoto, não sem antes revelar as suas razões de chegar ao limite de promover os envenenamentos:

> Ela era filha do senhor velho. [...] O tio do meu senhor matou a um velho que nunca tinha feito mal a ninguém, que gostava dele, que podia matá-lo se quisesse no dia em que ele o escolheu para morrer; o tio do meu senhor morreu cedo para pagar o que devia por ter matado o velho, e o velho, meu senhor, o velho negro era meu pai![57]

Jacques, que nunca tinha matado alguém, assumia não apenas a autoria da morte do comendador, mas também a dos três homens escravizados que deram início à série de

[57] José Ferreira de Menezes, Os envenenadores*, Correio Paulistano*, 19 de dezembro de 1865, p. 3.

crimes, e a do feitor e de seu ajudante. Fizera tudo aquilo em meio à agitação mental que tomara conta de si, impedindo-o de dormir e mantendo um permanente gosto de sangue na boca, desde que beijara o velho "todo ensanguentado pelo chicote". Disse, por fim, que imediatamente após os últimos homicídios, vira-se livre de seus fantasmas e, portanto, capaz de interromper aquela escalada de ruínas que acometia os habitantes da fazenda. O contraveneno foi, então, preparado com o auxílio de um preto velho da fazenda vizinha e a felicidade dos jovens senhores restituída.

Não sei se no intuito de reconhecer as possibilidades de interlocução com o público ou como a expressão de mais um artifício narrativo, José Ferreira de Menezes encerra o conto aludindo à tentativa de interferência de uma leitora que não gostaria de deparar com um fatídico desfecho para Antonia. Embora o fim tenha ido exatamente ao encontro da demanda, o escritor justifica tal procedimento no fato de a ficção se fundamentar numa história real: "A heroína viveu, a heroína vive, a heroína vai ler a sua própria história. Imagine v. ex. que riso não seria o dela se me visse convidar o público a chorar pela sua morte! [...] Vê, portanto, v. ex. que eu sou *realista*". Tal qual Dumas Filho, o autor da *Dama das camélias*, diria: "não tendo ainda idade de inventar, contento-me com referir" – trecho transformado em bordão, que empregaria em outras oportunidades com o propósito de garantir uma força maior de verossimilhança aos textos ficcionais[58].

Com efeito, o término do conto impele o leitor a refletir sobre a moral da estória: a escravidão, na condição de veneno e envenenadora, corrói a sanidade e o caráter de senhores e escravizados. Tais sujeitos sociais eram postos a sustentar um sistema de tamanha brutalidade, capaz de colocar perdida a vida de ambos. Não se tratava de definir quem era mais legítimo ou mais humano, ambos são caracterizados como seres que carregam amor e ódio, generosidade e rancor em suas existências. Sem desconsiderar o desequilíbrio de forças entre as partes, o narrador mediava um conflito cuja única redenção efetiva apresentada por ele próprio seria a liberdade. José Ferreira de Menezes enfrentava,

[58] Tal como lembrado por Sidney Chalhoub, em seus comentários a esta tese, essa recorrência à estratégia de dizer que a histórica contada não era mera ficção, mas algo real, correspondia a algo muito comum e servia para reforçar a verossimilhança da narrativa. Em *Madame Bovary*, Flaubert começa o romance em primeira pessoa, como se o narrador tivesse conhecido Charles Bovary. José de Alencar começa *O tronco do ipê* com o narrador visitando a fazenda em ruína, cuja história contará depois. Outros exemplos abundam.

portanto, o desafio de abordar o tema polêmico do "escravo perigoso", do feiticeiro envenenador, e estabelecia uma matriz de entendimento algo distinta da comumente verificada nos discursos sobre a legitimidade e os caminhos viáveis para a emancipação do período. Tanto se distanciava dos clichês endossados por José de Alencar em textos como *Mãe* e o *Demônio Familiar* quanto se antecipava, com um quê de diferenciação, às *Vítimas-Algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, em sua tendência a equiparar os males da escravidão às mazelas trazidas pela presença negra escravizada em si mesma; em seu compromisso de evidenciar "o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor"[59]. Inegavelmente, porém, a despeito de suas particularidades, valia-se dos termos que o debate público estava estabelecido, que previa a condenação moral de senhores bárbaros. Disso decorre, por suposto, a possibilidade de uma leitura de seu texto na contramão, pelo viés tão somente da defesa da escravidão justa. Afinal, são sempre múltiplos os caminhos da leitura...

Mas não foram apenas abordagens desviantes que saíram da lavra de José Ferreira de Menezes naqueles anos. *A flor do baile* e *Sinhazinha*, suas colaborações ao *Jornal das Famílias*, em abril e agosto de 1863, respectivamente, servem como um primeiro exemplo. O periódico em questão, como aludido em página anterior, foi editado por Baptiste Louis Garnier, entre 1863 e 1878. Tem sido lembrado como periódico ameno, destinado a oferecer entretenimento e instrução ao público feminino. Contudo, sendo os seus escritos na maioria das vezes de autoria masculina; em sintonia com o modelo patriarcal; contando com a colaboração de importantes literatos como Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis e outros de reconhecido valor, ao menos aos olhos e ao bolso do editor; e apresentando debates que iam um pouco além da economia doméstica e da moda, deve ter

[59] Joaquim Manoel de Macedo, *As Vítimas-Algozes*: quadros da escravidão. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991, p. 4. Nas três histórias que compõe a obra – "Simeão, o crioulo", "Pai-Raiol, o feiticeiro" e "Lucinda, a mucama" −, Macedo busca sintetizar nos personagens negros o que entendia serem os traços de personalidade e caráter que mais caracterizavam os escravizados, todos corrompidos pela escravidão. As características não poderiam ser piores: ingratidão, deslealdade, inveja, indolência, propensão ao roubo e ao assassinato, lascívia, dissimulação, etc. Cf. também José de Alencar, *O Demônio Familiar*, São Paulo: Martin Claret, 2005; *Mãe,* Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000161.pdf, Acesso em: fevereiro de 2013; Jefferson Cano, *O fardo dos homens de letras:* o "orbe literário" e a construção do império brasileiro. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 342 e ss.; Maria Helena Machado, *Crime e escravidão:* trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

tido lá seus leitores e ouvintes do outro sexo, mesmo entre "homens de senso prático". De todo modo, o mais relevante é que, como observaram Daniela Magalhães Silveira e Alexandra Santos Pinheiro, ao longo dos dezesseis anos de existência desse periódico, foi posto em execução um projeto de formação de um público leitor nacional, o que orientou a solicitação e a escolha dos textos ali veiculados. Outro traço marcante vem de, entre as narrativas encontradas nas sessões "Romances e Novelas", sobejarem aquelas cujo enredo mescla assuntos amorosos com o debate de questões políticas e morais caras à época[60].

Tal como deixa entrever em momentos pontuais, Ferreira de Menezes foi um dos que produziu sob encomenda e de acordo com os interesses do *Jornal*. Num diálogo imaginativo com suas leitoras, ao introduzir *A Flor do baile*, revela: "A redação deste jornal recomendou-me um conto simples e breve, e que pudesse entrar no vosso toucador". O conto de fato breve narra o flagelo amoroso de Luiz Antonio, um estudante de vinte e um anos, com aspirações poéticas e temperamento volúvel. Numa viagem de barca de Niterói para a Corte apaixonou-se por Therezinha, uma moreninha pálida de dezoito anos, tísica e, portanto, condenada à morte prematura. Narrativa dividida em dois capítulos, tem o primeiro destinado à apresentação das personagens; ao passo que ao segundo cabe o desenvolvimento do elemento dramático do enredo. A ação se passa num salão de baile, em que Therezinha, assaz conhecida com a "flor do baile", vai ao encontro de Luiz com o propósito de se deleitar com sua maior alegria, a dança. Os febrentos volteios em companhia do mancebo, entretanto, foram-lhe tão prejudiciais que a conduziram a seu momento final, precedido por um diálogo de lamentos e promessas de amor eterno. Num contínuo, o epílogo não poderia ser outro: Luiz Antonio passa a ser encontrado ao dia onze de todos os meses a espalhar saudades perpétuas e flores do baile sobre o túmulo da mocinha e a derramar lágrimas, o que fazia o narrador recordar versos de Gonçalves Dias – "Feliz quem dorme sob a lousa amiga, / Tépida talvez com o pranto amargo / Dos olhos da aflição" – como meio de encerrar o conto[61].

---

[60] Daniela Magalhães Silveira, *Contos de Machado de Assis*: leituras e leitores do *Jornal das Famílias.* Dissertação (Mestrado em História) − Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005; Alexandra Santos Pinheiro, *Para além da amenidade*: o *Jornal das Famílias* (1863-1878) e sua rede de produção. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

[61] José Ferreira de Menezes, A flor do baile*, Jornal das Famílias*, abril de 1863, 97-103.

Sinhazinha, por sua vez, apresenta um enredo semelhante, mas vem acrescido do acordo moralizante como princípio organizador da trama. Dessa vez, o conteúdo dramático vem dos comentários do narrador personagem acerca das trajetórias de Emma e Francisca de Paula, sobre as quais esse tomou conhecimento durante duas sessões de teatro em companhia do amigo Gaspar. A primeira moça, pela qual acabou se afeiçoando, era uma moça rica, tísica e, portanto, desgraçada, que trajava luto por seu pai, o comendador D., falecido pouco depois de ela ser abandona por seu noivo Julio, às vésperas do casamento. A razão de seu desenlace amoroso tinha sido justamente a segunda moça, Francisca, dona de uma beleza deslumbrante, mas diabólica, "uma flor esplêndida, mas venenosa". Essa estava de volta da Europa, para onde fugira com Julio e o abandonara após dois anos de aventuras. Como esperado, fins opostos estavam previstos para as duas. Emma obteve sua redenção ao receber uma carta de arrependimento vinda de Julio, mesmo tendo a morte como fim; ao passo que Francisca, que até se fez presente no enterro da mocinha angelical, teve seu castigo dado pela perda da beleza, atacada pelas bexigas, que, além do mais, lhe roubavam a mocidade. Não por acaso o narrador personagem a certa altura achou conveniente mais uma vez mencionar que o que escrevia não era um romance, mas a "narração de uma curiosa coincidência, ou, se quiserem, algumas recordações aparentemente ilógicas e sem nexo". Destarte, quanto a Julio, reservou-se a justificar suas faltas com o álibi da juventude e o padecer pelos tristes remorsos de dois amores frustrados[62].

Alexandra Pinheiro, seguindo a opção de privilegiar "os autores e as produções esquecidos pelas Histórias Literárias contemporâneas", em seu estudo sobre a rede de produção do *Jornal das Famílias*, incorporou esses dois contos de Ferreira de Menezes à sua amostra. Tal abordagem permitiu demonstrar como "o mesmo debate literário identificado nas produções dos colaboradores estudados por [ela] pode ser encontrado nas produções de autores posteriormente canonizados, mostrando que, apesar de menos conhecidos, eles fazem parte de um grupo que pensa a literatura nacional"[63]. Sua tese reforça, portanto, o argumento de que Ferreira de Menezes partilhava do projeto de consolidação da literatura nacional e se dispôs a trabalhar conforme as regras do jogo.

[62] José Ferreira de Menezes, Sinhazina, *Jornal das Famílias*, abril de 1863, p. 225-230.

[63] Pinheiro, *Para além da amenidade*..., p. 183.

Deixando, por ora, os textos estritamente ficcionais, outro destaque sobre o lado "pró-establishment" de Ferreira de Menezes vem de um artigo escrito durante a visita que fez a um acampamento de voluntários da pátria de Água Branca em julho de 1865. O texto, "devido à elegante pena do distinto acadêmico do 4º ano Sr. José Ferreira de Menezes, cujos créditos literários estão sobejamente firmados em artigos variados sobre diversos assuntos da literatura", apresenta rasgos de patriotismo semelhantes aos que Machado de Assis manifestava em suas crônicas daqueles primeiros anos da guerra[64]. Num ufanismo que se pretendia tomar conta de todos, a despeito da necessidade de recrutamento forçado, instituído em janeiro daquele ano[65], o esboço do cronista de São Paulo investia no "aspecto encantador do acampamento, festivo, alegre como se fora erguido no dia seguinte ao de uma vitória"; e fazia questão de registrar a presença de acadêmicos e homens de renome entre aqueles que iriam a campo pelejar contra os inimigos da nação. E nenhuma referência se fazia à presença de "homens de cor", nem mesmo entre os praças. Valia mais informar aos leitores que estar no acampamento era ter a oportunidade de satisfazer algumas curiosidades sobre o viver de outros brasileiros, a exemplo da peculiaridade de "comer churrasco, mas do bom, do verdadeiro, *homérico*; daquele falado pelos valentes do Sul: o churrasco do campo, assado ao ar livre, no braseiro em espeto de pau"[66].

O relato até que respeita a verossimilhança, mas não foram essas as únicas lentes a enquadrar o que se passava naquelas movimentações em torno da guerra contra o Paraguai. Tal como registrado pelos traços hiperbólicos de Angelo Agostini publicados no *Diabo Coxo* − primeiro jornal de caricaturas de São Paulo, que circulou entre 1864 e 1865 e no

[64] Cf. crônicas publicadas por ele em 1864 e 1865, sob a assinatura M.A., na série "Ao acaso", do *Diário do Rio de Janeiro*, entre as quais destaco as de 24 de outubro de 1864, 3 de janeiro de 1865, 7 de fevereiro de 1865 e 25 de abril de 1865 (Cf. Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 208-ss). Para uma leitura das diferentes abordagens da Guerra do Paraguai feitas por Machado de Assis, cf.: Tiago Gomes de Araújo, *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Brasília, Brasília, 2012.

[65] Para o conteúdo da lei que que organizava o recrutamento dos "Voluntários da Pátria, cf.: Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865, *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Sobre a repercussão na impressa do recrutamento forçado durante a Guerra do Paraguai, cf.: Marcelo Balaban, "Voluntários involuntários": o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009, p. 221-256. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221/11102. Acesso em: abril de 2013.

[66] *Correio Paulistano*, 27 de julho de 1865, p. 2.

qual Luiz Gama foi redator de destaque −, nem só de demonstrações de civismo se faziam os preparativos para o combate. "As delícias de Capua ou vista interior de uma barraca de oficial no acampamento d'Água Branca" foram as palavras utilizadas para complementar o registro gráfico de uma cena voluptuosa que escapou à pena de Ferreira de Menezes (Imagem 3). Havia, pois, justificativas tão legítimas quanto aquela que mobilizou a viúva Valéria a enviar seu filho Jorge para o *front* na tentativa de afastá-lo de um casamento inconveniente, conforme ironizaria Machado, anos mais tarde, no romance *Iaiá Garcia*, de 1878[67].

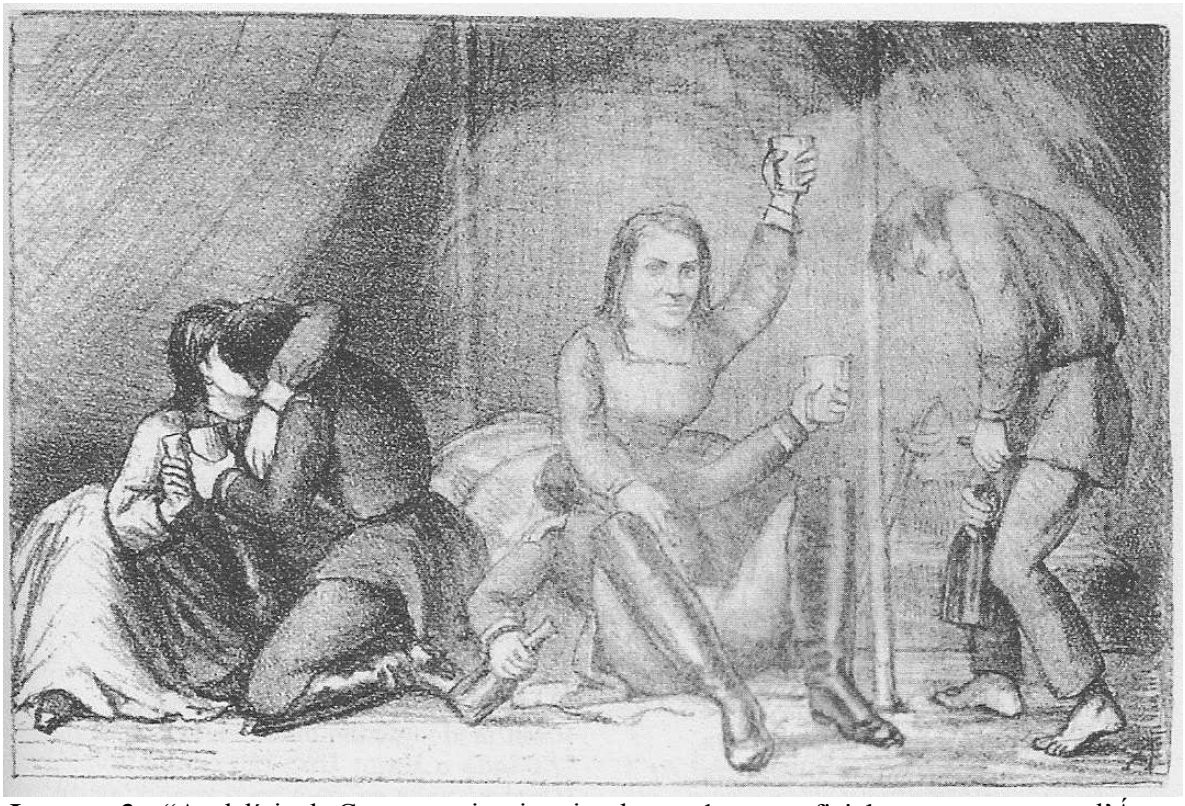


Imagem 3 – "As delícia de Capua ou vista interior de uma barraca oficial no acampamento d'Água Branca". *Diabo Coxo*, 30 de julho de 1865, ano II, n. 2, p. 5.

Seja como for, assim como ocorreu a esse, ainda seria necessário mais algum tempo para que os desdobramentos negativos do conflito alterassem esse sentimento de aprovação da parte de Ferreira de Menezes. Em maio de 1866, ele, na condição de presidente da

[67] Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 507-622.

associação literária *Ensaio Philosophico Paulistano*, ainda "fez celebrar uma missa pelo remanso eterno das almas dos bravos que hão sucumbido no campo de batalha"[68]. Uma postura um pouco mais cética só seria avistada nas páginas de *O Ypiranga*, periódico liberal que circulou nos anos finais da guerra e pelo qual foi responsável juntamente com Salvador de Mendonça[69].

A essa altura, fico à vontade para, por meio de outra alusão às reflexões de Antonio Candido, dizer que esse trânsito entre os mundos da ordem e da desordem foi um dado marcante dos anos de José Ferreira de Menezes como estudante, bem como do restante de sua vida[70]. O grau de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas lhe foi conferido pelo conselheiro doutor Vicente Pires da Motta, o então diretor, em 28 de novembro de 1866, conforme consta no registro de sua carta, único documento pessoal a seu respeito que sobreviveu ao incêndio que atingiu as dependências da faculdade em 1880[71]. Afora seus méritos e esforços de natureza variada, convém assinalar que também contou com a sorte para lograr êxito em sua empreitada naquela instituição de ensino criada para a formação da classe dirigente nacional, que nunca priorizou ter em seu corpo discente rapazes de origens racial e social tais quais a dele. Digo sorte porque, além do trato costumeiro daquela sociedade hierarquizada, havia a chance de topar com excessos como os do catedrático Prudêncio Geraldes Tavares da Veiga Cabral. Nascido em 1800, era um sexagenário quando foi jubilado em 1861, após mais de trinta anos de exercício da função de docente naquela faculdade. Suas "excentricidades" ficariam registradas nas memórias da Academia, entre as quais o seu "acentuado preconceito contra os estudantes de cor", o que o fazia persegui-los implacavelmente. Conta Almeida Nogueira que:

> Começava por não admitir que lhe estendessem a mão.
> Uma vez deu o pé a um deles, que o queria cumprimentar.

---

[68] *Correio Paulistano*, 5 de maio de 1866, p. 2 e 13 de maio de 1866, p. 2. A presidência dessa associação havia sido ocupada por Álvares de Azevedo, seu também fundador, em 1851.

[69] *O Ypiranga*, 21 de janeiro de 1869, p. 2.

[70] Antonio Candido, Dialética da Malandragem, in: Antonio Candido, *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

[71] *Registro da Carta dos Bacharéis 1856-1870.* Faculdade de Direito de São Paulo, Restauração do Archivo, L. 2º.

> − Desaforo! – Dizia. – Negro não pode ser doutor. Há tantas profissões apropriadas: cozinheiro, cocheiro, sapateiro...
>
> Nos dois anos do curso de [Direito] Civil, levou de canto chorado um estudante de nome Fogaça, mulato feio e maltrapilho, pois o descuido na *toilette* era também, para o conselheiro Cabral, caso de forca!
>
> Às vezes, estando presente o Fogaça, o Cabral nem olhava para o lado dele, mas perguntava ao bedel:
>
> − Senhor Mendonça, já marcou ponto no negro?
>
> − Mas, Sr. Conselheiro, protestava respeitosamente o Fogaça, eu estou presente!...
>
> − Quer o negro esteja ausente, quer o negro esteja presente, marque ponto no negro![72]

Estando mesmo correto o nome citado nessas memórias, o arbítrio de Veiga Cabral e a conivência geral renderam a frustração dos esforços do estudante, pois nenhum Fogaça foi encontrado nas listas de formandos do período[73]. Ingresso em 1862, eis o favor do acaso que Ferreira de Menezes recebera. Egresso em 1866, ampliava-se o desafio de se fazer homem das leis, da política, das letras ou do ostracismo. Naquele ano, entretanto, Antero Ferreira d'Avila não fazia muitas apostas nele como advogado ou político. Em sua opinião, Ferreira de Menezes, "uma das mais bonitas inteligências que presentemente aqui existem" apesar de os conhecimentos adquiridos tornarem-no valorizado entre seus colegas, não amava o "Direito como meio de profissão":

> Ferreira de Menezes nunca há de ser jurisconsulto, porque entendo (talvez mal) que é preciso ter-se uma especial vocação para saber-se qualquer matéria profissionalmente, com particularidade uma ciência árida, como é o Direito. [...] O seu forte é a literatura, especialmente a literatura francesa, em cujo estudo tem-se empregado constantemente[74].

Suas escolhas, entretanto, contrariaram parcialmente tal previsão, e aquele "bom orador", de "voz alta e vibrante" não se afastaria do mundo político e também jurídico[75].

---

[72] Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo:* tradições e reminiscências – estudantes, estudantões, estudantadas (Segunda Série)..., p. 47. Esses episódios foram reproduzidos em: Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, v. I. 2.ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 108.

[73] Pesquisa feita na base de dados "Antigos Alunos das Arcadas", da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, disponível em: www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php. Acesso em: março de 2013. Cabe ainda a possibilidade de ele ter se transferido para Recife.

[74] d'Avila, *Retratos biographicos de academicos contemporâneos...*, p. 39-40.

[75] Parcialmente porque, além de escrever novos textos literários e dramáticos, continuou frequentando organizações e reuniões literárias depois de formado, a exemplo da sessão magna em celebração ao 16º

Nos anos imediatamente seguintes à conclusão do curso, firmou-se como membro da Loja Maçônica Sete de Setembro, sendo que o primeiro registro encontrado assinala sua presença numa comissão formada para cumprimentar o "Sr. Conselheiro Saldanha Marinho, na qualidade de grão mestre do Grande Oriente ao Vale dos Beneditinos", bem como da Loja América[76]. Obteve ainda destaque nas atividades do Partido Liberal. Entre os lances ilustrativos dessa sua inserção, assinalaria, primeiramente, sua participação no "jantar oferecido pelos acadêmicos liberais ao Exm. Sr. conselheiro José Bonifácio, como orador do partido liberal na sessão da câmara temporária de 17 de Julho", no qual teve garantido espaço para brindar ao "conselheiro Martim Francisco e a toda deputação paulista representada ali por José Bonifácio, Américo Braziliense e Gavião Peixoto", diante de mais cem convivas, entre os quais Joaquim Nabuco, Salvador de Mendonça, Affonso Penna e Americo de Campos. Mas, ao que parece, sua credibilidade perante o partido iria um pouco mais além, uma vez que, por meio do resultado das eleições de três deputados por São Paulo para a Assembleia Geral em abril de 1869, fica-se sabendo que ele concorreu como candidato, embora tenha obtido apenas um voto, tal e qual Salvador de Mendonça e Prudente de Moraes[77]. De todo modo, essa filiação não sobreviveria à virada da década, uma vez que fora um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870.

Quanto à trajetória jurídica, como permitido naquele tempo, iniciou suas atividades como "operador da lei" antes mesmo de se formar e instalar seu escritório na paulistana Rua do Ouvidor[78]. Em agosto de 1865, ele aparece defendendo Sebastião José Pereira, de condição escrava, incurso no art. 3º da Lei de 26 de outubro de 1831, ou seja, "uso, sem licença, de pistolas, bacamarte, faca de ponta, punhal, sovelas, ou qualquer outro instrumento perfurante"[79]. O estudante do quarto ano obteve sucesso em sua defesa, sendo

---

aniversário do Atheneu Paulistano, realizada no salão da Concórdia em 22 de julho de 1868, quando ele, na condição de sócio benemérito, seguiu a performance de Castro Alves, também declamando um poema (*O Ypiranga*, 22 de julho de 1868, p. 3).

[76] *Correio Paulistano*, 27 de outubro de 1867, p. 1. Cf. Alexandre Mansur Barata, *Luzes e Sombras:* a ação da maçonaria brasileira. Campinas: Editora da Unicamp / CMU, 1999.

[77] *Correio Paulistano*, 15 de agosto de 1868, p. 1; e 6 de abril de 1869, p. 2-3.

[78] Conforme anúncio publicado: "O advogado Ferreira de Menezes é encontrado para trabalhos de sua profissão, das 9 horas da manhã às 3 da tarde na rua do Ouvidor n. 48" (*O Ypiranga*, 27 de agosto de 1867, p. 3). Meses depois, transferiu-se para o n. 42 da mesma rua.

[79] *Correio Paulistano*, 18 de agosto de 1865, p. 2.

o réu inocentado. Ocorre que, diferentemente de Luiz Gama, Ferreira de Menezes não se firmou na praça como advogado dos escravizados. Ainda que essa tenha sido uma preocupação sua, a julgar pela maioria das causas defendidas e noticiadas na imprensa, seu trabalho jurídico foi exercido amplamente. Além das várias causas em que atuou como promotor público interino em São Paulo, defendeu acusados de estelionato, homicídio, estupro, dano ao patrimônio público, furto e até venda ilegal de gente livre[80]. Sim! Sabe-se lá por que razão, aquele que se tornou um famoso abolicionista no início da década de 1880, que havia sido advogado comissionado pela Loja América para defender de Luiz Gama num processo de calúnia movido contra ele, em São Paulo, em 1870, foi também o advogado de Antonio Pacheco das Neves, um português que falsificou um registro de matrícula, a fim de realizar a venda de um africano chamado Bento no Rio de Janeiro[81]. E isso em 1878! O réu foi condenado, e coube a ele próprio entrar com o recurso. Porém, no início do julgamento teve, em Ferreira de Menezes, o seu defensor...

Isso que se poderia chamar de ambiguidade ou controvérsia, por falta de outros vocábulos, ficaria ainda mais agudo quando consideradas a estreita relação de amizade que ele estabelecera com Luiz Gama nos anos 1860, a cujos detalhes dedicarei atenção logo mais, e a sua ativa presença em reuniões abolicionistas desde 1870[82]. Com efeito, o acompanhamento da trajetória de José Ferreira de Menezes na imprensa revela que a convivência entre opiniões radicais e comportamentos transigentes eram bem mais prováveis do que se imagina. Tal como os textos literários, os artigos políticos são carregados de tensão e registram os ajustes e mudanças de opinião do escritor acerca de sua

[80] *O Ypiranga*, 14 de setembro de 1867, p. 2 (Nomeação como promotor público interino); 17 de setembro de 1867, p. 3; 18 de setembro de 1867, p. 2; 19 de setembro de 1867, p. 3; 21 de setembro de 1867, p. 3; 12 de dezembro de 1867, p. 2; *Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1868, p. 1; 5 de maio de 1868, p. 1; 14 de agosto de 1869, p. 1; 6 de março de 1870, p. 2; 21 de dezembro de 1870, p. 1; 3 de dezembro de 1871, p. 2.

[81] *Correio Paulistano*, 29 de dezembro de 1870, p. 2 – defesa formal de Luiz de Gama; *Gazeta de Notícias,* 22 de julho de 1877, p. 1 e 25 de janeiro de 1878, p. 1 – sobre o caso Antonio Pacheco das Neves.

[82] Para os registros da presença e do discurso de Ferreira de Menezes em reunião da associação emancipadora Fraternização Primeira, com a presença de representantes da Redemptora, Loja América, Loja Sete de Setembro e Loja Amizade, na qual foram entregues cartas de alforria a sete crianças; e em reunião da Loja América, na qual foram entregues várias cartas de alforria e se anunciou ganho de causa em outras tantas ações de liberdade, ambas em São Paulo, cf.: *Correio Paulistano*, 25 de outubro de 1870, p. 1 e 11 de novembro de 1870, p. 1.

filiação partidária, da questão abolicionista e de outros temas do cotidiano político da época.

Pouco depois de formado, foi convidado por Candido José de Andrade a ser redator d'*O Ypiranga*, órgão ligado ao Partido Liberal, que passou a circular em 1º de agosto de 1867. A fundação do jornal esteve associada ao rompimento das relações entre José Tavares Bastos, o presidente da província de São Paulo, e a direção do *Correio Paulistano*, que resultou num outro contrato com o novo periódico baseado no compromisso de se publicar os atos do governo. Por ocasião do retorno de Salvador de Mendonça à Faculdade de Direito naquele ano, esse se juntaria ao grupo dentro de alguns meses, tornando-se adiante o proprietário da folha em julho de 1868, dedicando-se a ela até o fechamento, em dezembro de 1869[83]. Diferentemente dos contos e outros textos assinados, a produção de Ferreira de Menezes nesse periódico diário se deu de forma quase sempre anônima, o que me impele a julgar que ele compactava ou, ao menos, tolerava as convicções ali defendidas.

Ao tratar da questão da "emancipação do elemento servil", por exemplo, os editoriais do *Ypiranga* foram bastante evasivos quanto à proposta de uma solução. Mesmo assim, em meio à Guerra do Paraguai e à alegada crise econômica do país, calhou de alguém − do conservador *Diário de S. Paulo* − achar por bem, logo no primeiro mês de existência da folha, dirigir textos aos cidadãos da província acusando-a de querer minar o direito de propriedade, defender a emancipação imediata e inflamar a sublevação dos escravizados na província[84]. Afora a avaliação apressada que poderia ser feita a partir da presença de Ferreira de Menezes naquele periódico, não encontrei coisa alguma que justificasse tal suspeita. Pelo contrário, ao recapitular o início dessa discussão, o que se vê é um posicionamento bem diferente. Em 9 de agosto, o *Diário*, diante da movimentação do governo imperial em torno da "questão do elemento servil", inquiriu a redação *d'O*

[83] Antonio Constatino, Salvador de Mendonça, acadêmico de Direito, *Revista Brasileira*, setembro de 1941, p. 189; *O Ypiranga*, 30 de julho de 1868, p. 1. A partir daí, Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes passaram a estampar seus nomes como redatores no frontispício do jornal.

[84] A polêmica entre os dois jornais foi estabelecida desde a fundação d'*O Ypiranga*. No entanto, os primeiros incômodos manifestos giravam em torno do presumido caráter governista que o novo periódico teria, na medida em que surgira a partir de um contrato com a província, ou seja, iam numa direção bem diferente dessa, de abolicionismo radical. Para acompanhar a sequência de artigos provocativos, cf.: *Diário de S. Paulo*, 2 de agosto de 1867, p. 1; 3 de agosto de 1867, p. 2; 4 de agosto de 1867, p. 1-3; 7 de agosto de 1867, p. 1; 9 de agosto de 1867, p. 1.

Ypiranga que revelasse sua opinião. Uma resposta escorregadia, entretanto, foi tudo o que se obteve, dando ensejo à tréplica, resumida nestas palavras: "O *Ypiranga*, única e exclusivamente criado para defender o Sr. Tavares Bastos, não quer manifestar a sua opinião sobre a questão do *elemento servil*, naturalmente porque, em matéria de *servilismo,* receia comprometer-se"[85]. Semanas depois, *O Ypiranga* dedicaria seu editorial às outras acusações que lhe eram imputadas. A opinião não poderia ser menos moderada:

> Cristãos, liberais, filhos da liberdade, homens deste século faremos votos para que um dia as únicas distinções que separem os homens sejam apenas as qualidades morais, a honra e o mérito. [...] Cremos que Deus é Deus e os homens livres!
>
> Cidadãos ao mesmo tempo de uma nação nova, tendo em respeito que a mais justa das reformas e a mais santa das regenerações estão presas às condições de tempo e de espaço, dizemos também muito alto e livremente:
>
> Se é certo que a vida de nosso país corre perigo, que a miséria virá e que tal será o abalo que poderá levá-lo à beira do abismo, não queremos a emancipação senão mais tarde, não a queremos para os nossos dias.
>
> Como filósofos, sentiremos dor bem grande sempre que virmos um escravo, mas bem grande e maior traspassaria de certo o nosso coração quando nenhum víssemos, mas alargando os olhos de todos os lados encontrassem eles, o nosso país dilacerado pela miséria, ou morto, insepulto, pasto dos corvos e da história[86].

Ao contrário do que pretendia fazer crer o *Diário*, mas não tão distante dos interesses dele, essa era a postura coerente de um jornal liberal que constantemente aceitava a publicação de anúncios de fuga de gente escravizada enquanto noticiava as atividades de sociedade emancipadoras, e chegaria a tê-los ao lado do informe de Luiz Gama se colocando à disposição "para sustentar gratuitamente perante os tribunais, todas as causas de liberdade que os interessados lhe quiserem confiar"[87]. Isso era, pois, um dado tão comum que serviu de mote para que redatores da folha conservadora alfinetassem *O*

[85] *Diário de S. Paulo*, 9 de agosto de 1867, p. 1; *O Ypiranga*, 10 de agosto de 1867, p. 1; *Diário de S. Paulo*, 11 de agosto de 1867, p. 1.

[86] *O Ypiranga*, 1º de setembro de 1867, p. 1.

[87] *O Ypiranga*, 7 de agosto de 1867, p. 4 e 3 de março de 1869, p. 3. Lembrando que Luiz Gama foi acolhido como aprendiz de tipógrafo nas oficinas d'*O Ypiranga* após ser demitido do cargo de amanuense da secretaria de polícia em 1868, em decorrência de seus posicionamentos políticos e emancipacionistas e da ascensão conservadora (Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 135-139).

Ypiranga e, de quebra, seu redator, que também anunciava seus serviços de advogado junto com os referidos informes escravistas. Ainda em setembro de 1867, o personagem Tchang-Tching-Bung, assinando o texto irônico "O Diabo a quatro", além de acusar Ferreira de Menezes de plágio em *Jacques Seraphim*, lá pelo fim de sua série de troças cria o seguinte diálogo:

> − Por que será que um certo advogado faz sempre os seus anúncios no *Ypiranga* logo por baixo de um anúncio de negro fugido?
> − Não sei; haverá nisso coincidência?
> − Qual coincidência, aquilo de certo é porque o...
> (O resto ninguém ouviu)[88]

Não fosse a resposta dada na edição do dia seguinte d'*O Ypiranga*, captar o sentido dessa piada seria difícil. Mas, felizmente, José Ferreira de Menezes, o jornalista, recorreu à seção "A pedidos" para se pronunciar publicamente, em vez de se desgastar indo "à redação daquele jornal ver um homem ou um miserável que se responsabilizasse pelas infâmias assacadas contra a [sua] pessoa". Diante da maneira altiva como se apresentou, considero válida a transcrição de boa parte dos argumentos:

> A minha vida pública principiou ontem e é e pode ser sabida por todo mundo; não me fiz jornalista, aqui como na Corte, para ocupar os ócios de uma vida inútil, nem para a mercância de minha inteligência; tampouco troquei minha dignidade de homem e o nome de um partido por alguns votos para a deputação provincial. [...]
>
> Hei de caminhar resoluto para o meu futuro, por modesto que seja, e sempre que na minha estrada encontrar parte dela alastrada de bestas, empunharei um chicote e saberei abrir caminho.
>
> Vivo de mim e por mim, e eis porque vivo calmo e desprezo alguns homens que são alguma cousa somente por causa de um pai ou de um avô, aliás respeitáveis. [...] Fazem-se até jornalistas, porque compraram uma folha e escrevem nela. [...]
>
> Mas a meu respeito enganam-se: caminho só na minha vida, mas caminho armado e como tenho o aperto de mão para os amigos, o respeito para os homens de bem e a arma nobre para o adversário nobre, tenho também a bofetada, o chicote e o escarro para a face dos infames.
>
> Não provoco a ninguém, mas estou decidido ir até a morte na defesa da minha pessoa.
>
> E tocando, ainda que cheio de asco, no assunto do artigo *Diabo a quatro*, direi que não é prudente catar símiles e coincidências. *Por ser aspecto de muita árvore genealógica em nossos dias, vistoso e belo,*

[88] *Diário de S. Paulo*, 5 de setembro de 1867, p. 2.

> *manda a sabedoria contentarem-se com isso os interessados, não provocando a alguém que indague de onde lhe vem as raízes*[89].

Esse era o sentido daquela conversa jocosa que, ao estilo da *Bodarrada*, de Luiz Gama, Ferreira de Menezes se contrapunha e ridicularizava seus oponentes que queriam rebaixá-lo associando-o à condição de cativo[90]. Não obstante, tais palavras não foram suficientes para aplacar a animosidade do *Diário*, que deu como resposta outro insulto: "Foi bom que o cão que veste a libré de palácios não viesse a esta tipografia, pois fá-lo-íamos [*sic*] enxotar por algum *negro* de ganho"[91]. Diante desse comentário do *Diário*, ele deu sua última palavra no sentido de manifestar a legitimidade de seu desprezo por aqueles que o atacavam anonimamente e desenganá-los da ilusão de que poderiam acertá-lo efetivamente com tal expediente[92].

Ainda sobre a abordagem dos temas da escravidão em *O Ypiranga,* é preciso reconhecer também que muitas e diferentes opiniões foram reproduzidas nos números posteriores. Os conteúdos partiam da defesa da importação de asiáticos, feita por Quintino Bocaiúva, mas chegavam à opinião de Luiz Gama, que, já naqueles anos, não abria mão de defender a abolição incondicional e imediata, como registrado numa carta dirigida ao comendador José Vergueiro, eleito a presidente da Sociedade Democrática de Limeira, em 1869[93]. No texto, discorrendo sobre o tema, Gama ironiza a dificuldade de muitos para encontrar uma solução:

---

[89] *O Ypiranga*, 6 de setembro de 1867, p. 3.

[90] Luiz Gama, Quem sou eu?, in: Luiz Gama, *Primeira trovas burlescas & outros poemas*. Edição de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 113-118.

[91] *Diário de S. Paulo*, 7 de setembro de 1867, p. 1.

[92] *O Ypiranga*, 10 de setembro de 1867, p. 3.

[93] Quanto ao pensamento de Quintino Bocaiúva, cf.: *O Ypiranga*, 10 de julho de 1868, p. 1; 12 de julho de 1868, p. 2; 13 de julho d 1868, p. 2-3. A multiplicidade de perspectivas era incontestável. O artigo "Brasil e a emancipação", publicado originalmente no jornal inglês *Brazil and River Plate Mail*, traduzido e enviado por Antonio Augusto da Costa Aguiar, desaprovava a proposta de emancipação imediata, tendo como parâmetro o fato de que o fim da escravidão para a Inglaterra fora uma tarefa bem mais fácil do que seria no Brasil, em virtude da importância dessa para a economia do país (*O Ypiranga,* 12 de novembro de 1867, p. 2). Em "Abolição da escravidão no Brasil", Taunay não apenas defendia a indenização para os escravistas, como apostava num fim próximo da escravidão pelo envolvimento de toda a nação no assunto e tomava como prova disso uma alegada facilidade em acabar com o tráfico transatlântico no momento em que o governo se pronunciou (*O Ypiranga,* 15 de novembro de 1867, p. 2). No contexto de subida do Gabinete conservador de Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), em julho de 1868, o próprio jornal apresentou um questionamento mais incisivo sobre que providências reais o governo pretendia tomar para a solução do problema da emancipação do "elemento servil" (*O Ypiranga,* 20 de agosto de 1868, p. 1). Num outro

> Eu, porém, enquanto os sábios alquimistas meditam estáticos e preocupados sobre a descoberta maravilhosa da encantada pedra filosofal – estabelecimento da democracia e emancipação da escravatura −, à face do país inteiro, às férreas portas dos Pilatos da justiça, no seio desta moderna Jerusalém, em nome de três milhões de vítimas, à semelhança dos antigos israelitas, gravarei nas ombreiras dos parlamentos e dos tribunais subornados, esta legenda terrível: − Nós temos leis!
>
> São o tratado solene de 23 de novembro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831, o decreto de 12 de abril de 1832. [...] Observem restritamente as normas invariáveis da justiça, mantenham-se integralmente as prescrições legais, e cumpram os magistrados o seu árduo dever que, dentro do prazo de um ano, ficará a escravatura no Brasil reduzida a menos de um terço.
>
> Cumprida a lei, uma única providência restará: a pronta emancipação dos escravos.
>
> A emancipação pronta e sem indenizações. [...] O homem emergiu livre dos arcanos da natureza; prepará-lo para a liberdade é um pretexto fútil e farisaico, um crime hediondo, que nós, os solertes democratas, devemos repelir com indignação. [...] O contrário será reinado pernicioso da hipocrisia, o predomínio da mentira sob as vestes da filantropia, o entrave imposto à grandeza nacional, a noite perpétua da existência, o descalabro inevitável da democracia[94].

Ferreira de Menezes, moço de vinte e poucos anos, dialogava, portanto, com diferentes pontos de vista e, a partir deles, ia formando sua própria opinião. No início da década de 1870, o vínculo com o Partido Liberal iria se esgarçar e o escritor se juntaria às fileiras republicanas.

As mudanças ocorridas por essa época no âmbito de sua formação política foram também acompanhadas pela ampliação de outras responsabilidades individuais. Provavelmente em 1871, casou-se com a atriz Julia Carlota de Azevedo, que passou a se chamar Julia Carlota de Menezes. A data do enlace, entretanto, não foi motivo para anúncio em jornais, e o contexto em que a união se firmou fornece algumas justificativas. Perscrutando as fontes, encontrei alguns indícios que me levaram ao contexto em que se

---

contraponto àquelas primeiras ideias, publicou-se também a tradução do artigo "O elemento servil na Espanha", de Victor Hugo, escrito em 22 de novembro de 1868, no qual ele defendia a ideia de abolição imediata (*O Ypiranga*, 10 de janeiro de 1869, p. 1). Meses depois reproduziu a notícia dada pelo *Anglo Brazilian Times*, de 22 de maio, acerca do silêncio e da inoperância do Imperador acerca do tema da emancipação da escravatura, numa crítica ao Gabinete de Itaboraí (*O Ypiranga,* 19 de junho de 1869, p. 1).

[94] *O Ypiranga,* 21 de fevereiro de 1869, p. 2.

deu esse casamento. Trata-se, primeiramente, do convite para a missa de sétimo dia do próprio Ferreira de Menezes, publicado na *Gazeta de Notícias*, em 12 de junho de 1881:

> Claudina Ferreira de Menezes, Julio da Silva Azevedo e Candido Alves de Miranda Corrêa, *irmã, enteado e cunhado* de José Ferreira de Menezes, convidam aos seus parentes e amigos para assistirem à missa de 7º dia que se há de celebrar, segunda-feira, 13, às 8 horas, na igreja de S. Francisco de Paula, por alma do finado, pelo que se confessam gratos[95].

Julia havia morrido cerca de duas semanas antes de Menezes, a 23 de maio, vítima de tuberculose[96]. A referência a um enteado implicava, portanto, que a finada esposa trouxera consigo um filho de outro relacionamento. Julia Carlota de Azevedo, atriz, fora casada com José Victorino da Silva Azevedo, tendo estrelado, por exemplo, os dramas *A filha do lavrador*, no Teatro de São Paulo em 1863, e *Suplício de uma mulher*, no Teatro São José em 1866 − uma das várias traduções feitas por Ferreira de Menezes[97]. E numa listagem de batizados ocorridos na Sé em 22 de setembro de 1866, registra-se: "Julio, nascido a 22 de Agosto próximo findo, filho legítimo de José Victorino da Silva Azevedo, e de D. Julia Carlota de Azevedo"[98]. Se isso já não fosse o bastante para deduzir o vínculo de amizade existente entre eles, outro registro veio se somar, desta vez o da morte de José Victorino da Silva Azevedo:

> D. *Julia Carlota da Silva Azevedo*, João Eloy (Ilegível), João Lino do Amaral, Antonio Gomes do Rego Cabral e *José Ferreira de Menezes* agradecem do fundo d'alma a todas as pessoas que fizeram o caridoso obséquio de acompanhar até a última morada o cadáver de seu marido, cunhado, amigo e compadre José Victorino da Silva Azevedo e pedem às mesmas, e como a outros amigos do finado, o favor de ouvirem a missa que por alma do mesmo se rezará quarta-feira, 21 do corrente, às 8 e meia hora da manhã, na igreja da Misericórdia[99].

---

[95] *Gazeta de Notícias*, 12 de junho de 1881, p. 5, grifo meu.

[96] *Gazeta da Tarde*, 24 de maio de 1881, p. 1. O funeral de Julia de Menezes foi bastante prestigiado por representantes de várias "classes da sociedade": "a imprensa, a magistratura, o parlamento, o teatro, o foro, a diplomacia, a oficina, o comércio, todas as ideias, todos os princípios na unanimidade de um sentimento de dor profunda". Entre as personalidades que se fizeram presentes e assistiram até a "orquestra dos melhores professores do teatro Pedro II", na missa de sétimo dia, estavam José do Patrocínio e Machado de Assis. *Gazeta da Tarde,* 24 de maio de 1881, p.1; 30 de maio de 1881, p. 1.

[97] *Correio Paulistano*, 14 de junho de 1863, p. 3; e 17 de abril de 1866, p. 4.

[98] *Correio Paulistano*, 25 de setembro de 1866, p. 2.

[99] *Correio Paulistano*, 17 de junho de 1871, p. 3.

Ou seja, não tinha muito tempo que Julia Carlota se tornara viúva de José Victorino quando se casou com Ferreira de Menezes. A necessidade de discrição pode muito bem figurar entre as justificativas para a ausência de comentários sobre a união. O fato é que foi como homem recém-casado que ele partiu de São Paulo em abril de 1872. Ao retornar ao Rio de Janeiro em companhia da família, o faria para se colocar novamente ao lado de Salvador de Mendonça no jornal *A República*, e dar continuidade à sua trajetória de homem da política e da imprensa[100]. Interrompida as atividades desse periódico em 1874, as atividades jornalísticas de Ferreira de Menezes iriam se concentrar no *Jornal do Commercio* até dezembro de 1876, quando dali se retirou, defendendo que seus interesses privados andariam "sempre antagônicos com os daquela folha". E seguia: "O *Jornal do Commercio* continuará a ser a mesma folha rica e jeitosa; eu também continuarei a ser o mesmo homem sem alma de lacaio e que entende não haver transação possível entre dignidade e lucros"[101].

Foi, pois, na casa dos trinta anos que Ferreira de Menezes se tornou folhetinista da *Gazeta de Notícias*, no início de 1877. Ali, além de publicar textos literários, assumiu o folhetim dominical *A Semana*, no qual desenvolveu, sobretudo, severas críticas às ações do gabinete liberal de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1878-1880). Só que no auge da crise desse gabinete, em virtude de uma série de medidas impopulares, Ferreira de Menezes novamente tornou pública uma carta se desvinculando do jornal do qual era colaborador. Dessa vez, alegou não poder continuar em virtude de sua discordância com a opinião emitida no editorial da *Gazeta* que lamentava o fato de o Senado ter rejeitado o projeto de reforma eleitoral[102]. A questão era grave, mas as justificativas levantadas pareceram a muitos não suficientes. Acontece, porém, que as razões podem não ter sido apenas essas. Em 1882, quando já se lamentava o primeiro aniversário de morte do "prateando jornalista" Ferreira de Menezes, um articulista da *Gazeta da Tarde*, quem sabe até José do Patrocínio, resolveu rememorar a seguinte história:

[100] *Correio Paulistano*, 7 de abril de 1872, p. 2.
[101] *Gazeta de Notícias,* 21 de dezembro de 1876, p. 2.
[102] *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1879, p. 2.

> Quando se começou na *Gazeta de Notícias* a propaganda abolicionista − Ferreira de Menezes e José do Patrocínio se entenderam com o Sr. Dr. Ferreira de Araújo para obter da generosidade deste a proibição absoluta de anúncios de escravos fugidos e venda de escravos.
>
> Ficou convencionado com o redator chefe e principal proprietário da *Gazeta de Notícias* que se publicariam esses anúncios, porém o produto deles seria escriturado à parte e constituiria um fundo do emancipação da folha.
>
> Convencionou-se mais que, no dia aniversário da fundação da *Gazeta de Notícias*, seriam distribuídas tantas cartas de liberdade quantas fossem alcançadas pela quantia arrecadada durante o ano em anúncios relativos a escravos.
>
> Outrossim, se convencionou que se levantariam os preços desses anúncios para afugentá-los da folha.
>
> Ora, não nos consta que a *Gazeta* haja dado nenhuma carta de liberdade depois desse convênio, de que temos certeza o Sr. Dr. Ferreira de Araújo não se julga desobrigado por ter morrido Menezes, e ter sido obrigado a sair José do Patrocínio[103].

Nada disso foi publicamente alegado no final de 1879, mas, coincidência ou não, passadas as agitações dos primeiros dias do ano, em razão da Revolta do Vintém, Ferreira de Menezes apresentou à cidade a *Gazeta da Tarde*, um jornal declaradamente abolicionista, lançado em 10 de julho de 1880, que jamais lucrou com anúncios de fuga de gente escravizada. A partir do seu próprio jornal, travou combate de ideias com muita gente em defesa da causa da liberdade.

[103] *Gazeta da Tarde*, 6 de junho de 1882, p. 1.

CAPÍTULO 2 – LUIZ GAMA, UMA VIDA NA RODA VIVA

> Os brancos que tanto orgulho têm a sua cor, devem lembrar-se que as pérolas mais finas são produzidas na lama[1].

Muitas são as histórias relembradas em viés anedótico por José Luís de Almeida Nogueira nos volumes de *A Academia de Direito de São Paulo – tradições e reminiscências*. São disputas internas entre diretores e professores; extravagâncias e deslizes intelectuais de vários mestres; apuros e peripécias de alunos em exames e outras tantas cenas cotidianas. A multiplicidade de memórias que fazem rir, entretanto, não se limita a assuntos tão maçantes. A indisfarçada rejeição do catedrático Veiga Cabral a estudantes negros, abordada anteriormente, entra na relação de causos cômicos, bem como a implicância caprichosa do "eloquentíssimo" Dr. Avellar Brotero para com os empregados da faculdade. Segundo o memorialista, esse professor, que ministrou a aula inaugural em 1828 e foi catedrático de Direito das Gentes e Diplomacia, não continha sua irritação diante do fato de o servente José Alves Fernandes, vulgo Zé Quieto, um homem "preto", insistir em se dedicar à leitura dos jornais num canto da biblioteca após terminar o seu serviço. Logo que percebia o sossego daquele sujeito, o conselheiro Brotero praguejava a cena e prontamente lhe arrumava algum serviço extra[2].

Feitos satíricos do espirituoso Luiz Gama também não foram esquecidos. Um desses aparece no verbete dedicado a José Fernandes Coelho, moço carioca, de cor preta, "amável, inteligente e bom estudante", que se tornou promotor público e depois doutor em Direito em São Paulo. Certa feita, o Dr. Fernandes Coelho era o advogado de acusação

[1] *O Polichinelo*, n. 22, 10 de setembro de 1876, p. 6.

[2] José Luís de Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo:* tradições e reminiscências – estudantes, estudantões, estudantadas (Segunda Série). São Paulo: [s.n.], 1907, p. 26. Lembrando que a obra completa é feita de nove volumes.

contra "um homem de cor [que] tentara assassinar um outro", enquanto Luiz Gama atuava como "advogado da defesa" do réu. Lá pelas tantas, esse conhecido operador das leis disse na sua peroração:

> Vós vedes, Srs. jurados, que tudo é negro neste processo. O advogado da defesa é negro, o promotor público é negro, o acusado é negro, a pretendida vítima é também um negro. Somente vós, Srs. juízes, somente vós sois brancos. Que tem branco que meter o nariz em negócios de negro? Mandai, pois, embora, este desgraçado[3].

É nítida a presunção do narrador de que provocaria o riso em quem lesse sobre o ocorrido, ainda que nada leve a crer que a ironia de Luiz Gama tenha servido para solucionar o caso. Com efeito, mais do que a falta de informações sobre o desfecho desse episódio, não deixa de ser curioso o fato de que, tanto nessa quanto em outras passagens da obra que fazem referência ao "precursor do abolicionismo", omite-se um detalhe importante, ainda que do conhecimento de todos. Lembrado como um importante advogado na cidade de São Paulo, Gama exerceu o ofício como rábula, e não como bacharel formado pela Academia de Direito. Condição comum diante das possibilidades educacionais oitocentistas, o rábula era uma espécie de advogado prático, que, não tendo formação acadêmica, defendia ações em primeira instância, por meio de autorização provisória obtida perante o Juizado Municipal ou definitiva no Tribunal da Relação ou pelo Instituto dos Advogados, a entidade de classe criada em 1843[4].

Às voltas com uma de suas várias refregas públicas com o juiz Felicio Ribeiro dos Santos Camargo, em 1869, ele defenderia a legitimidade de sua atuação nos seguintes termos:

> Não sou eu graduado em jurisprudência, e jamais frequentei academias; ouso, porém, pensar que, para saber alguma cousa de direito, não é

[3] *Idem*, *ibidem*, p. 328.

[4] Em agosto de 2009, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) criou a Medalha Luiz Gonzaga Pinto da Gama, desenhada por Oscar Niemeyer, como forma de defender e homenagear a luta pela "igualdade racial" no âmbito jurídico. Fábio Konder Comparato foi o orador especial da cerimônia de lançamento da medalha que aconteceu no Rio de Janeiro (Fábio Konder Comparato, Luiz Gama, advogado emérito, *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, n. 97, ano XXXVI, 2009, p. 7-19). Para uma abordagem crítica da atuação do IAB quanto aos temas da escravidão e da liberdade na segunda metade do século XIX, cf.: Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial:* jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

> preciso ser ou ter sido acadêmico. Além de que sou escrupuloso e não costumo intrometer-me de abelhudo em questões jurídicas, sem que haja feito prévio estudo de seus fundamentos[5].

No caso do Luiz Gama, tornar-se rábula não aconteceu por completo desinteresse em cumprir as formalidades necessárias para a conquista do título, ou por mera opção por caminhos mais simples (Imagem 4). Das várias histórias que emergiram a seu respeito, existe a defendida por Raul Pompeia de que ele teria tentado ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo e até frequentado aulas como ouvinte, sendo que seus projetos acadêmicos acabaram postos de lado. O que teria contribuído decisivamente para tanto, conforme defendido pelo amigo no segundo aniversário da morte de Gama, em 1884, foi:

> Em princípio de sua carreira, tentou cursar a Faculdade Jurídica de São Paulo. A generosa mocidade acadêmica daquela época entendeu que devia matar as aspirações do pobre rapaz, tratando-as com o suplício de Santo Estevão e as apedrejaram com meia dúzia de dichotes lorpas.
>
> Luiz Gama excluiu-se revoltado, da companhia dos moços, horrorizado pela benevolência dos eruditos[6].

Em plena sintonia com aqueles costumes tolerados na instituição, a "benevolência dos eruditos" diante de "dichotes lorpas" vindos da mocidade ciosa de seus privilégios pode ter mesmo afastado Luiz Gama dos bancos da Academia do Largo de São Francisco. Acrescente-se que, segundo Spencer Vampré, é possível supor que o contato de Gama com aquele ambiente tenha se iniciado, quando tarde, nos anos 1850, uma vez que, sob a proteção do lente, conselheiro e delegado Furtado de Mendonça, que começou a exercer a função de bibliotecário interino em 1848, teve facilitado o acesso aos livros, numa situação facilmente confundível com a de Zé Quieto[7]. Ou seja, havia contexto para encontros com dissabores.

Em sendo verídica, aquela rejeição de que falou Pompeia não foi, entretanto, suficiente para distanciá-lo do mundo jurídico ou impedi-lo de nutrir estreito contato com

---

[5] *Radical Paulistano*, 29 de julho de 1869, p. 1. Elciene Azevedo acompanha minuciosamente uma série de embates entre Luiz Gama e o juiz Felicio Ribeiro dos Santos Camargo no capítulo "O rábula da liberdade" em: Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha:* a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 189-264.

[6] *Gazeta de Notícias*, 24 de agosto de 1884, p. 1.

[7] Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, v. I. 2.ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 130.

vários dos que na academia estiveram, alguns dos quais negros também. Diferentemente do sugerido pelas palavras finais do trecho transcrito, a exclusão não foi vivida em termos de isolamento. Até porque, como registrado na famosa carta escrita a Lúcio de Mendonça em julho de 1880 e até hoje não refutado por memorialistas e historiadores, Gama foi alguém que em vários momentos de sua vida desafiou os contratempos que lhe apareceram[8].

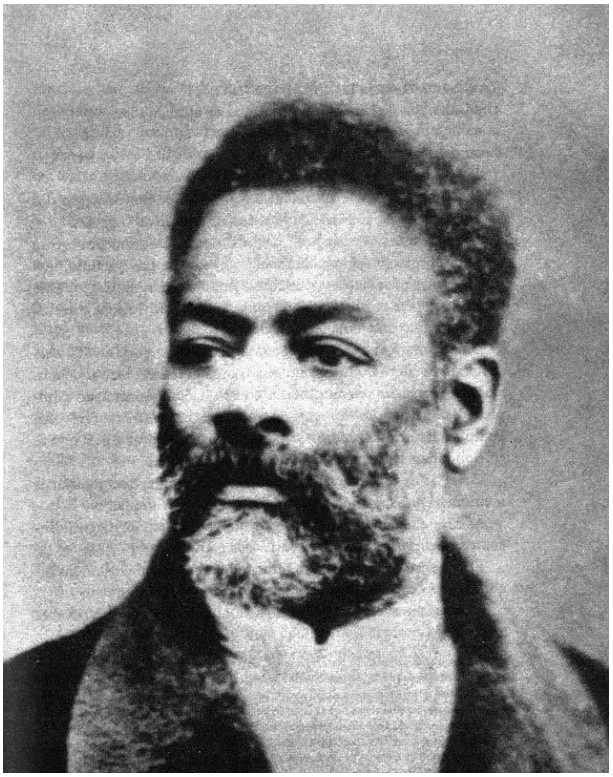


Imagem 4 – Luiz Gama. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo (reprodução).

Por essa epistola cheia de passagens lacunares e traços de memória coletiva sobre as experiências na escravidão, somos levados a saber que, nascido na cidade de Salvador, na Freguesia de Santana, na manhã de 21 de junho de 1830, Luiz Gonzaga Pinto da Gama era filho natural de Luiza Mahin, "africana-livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) [...], que

[8] Luiz Gama, *Carta a Lúcio de Mendonça*. Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-02,11,018. Essa carta de 25 de julho de 1880 foi reproduzida em várias obras, a saber: Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 19-26; Luiz Gama, *Obras completas de Luiz Gama*. Organização de Fernando Góes. São Paulo: Edições Cultura, 1944, p. 177-181; Roberto Schwarz, A autobiografia de Luiz Gama, *Novos Estudos Cebrap*, n. 25, outubro de 1989, p. 136-141; afora Luiz Gama, *Com a palavra Luiz Gama:* poemas, artigos, cartas, máximas. Organização, apresentações e notas de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 199-203.

sempre recusou o batismo e a doutrina cristã"[9]; e de um fidalgo de origem portuguesa que se tomava por branco, mas cuja identidade foi deixada encoberta. Na ausência da mãe, desaparecida após envolvimento nas revoltas populares de 1837, foi vendido pelo próprio pai como escravo em 1840, aos dez anos de idade, depois de esse o ter batizado na igreja matriz de Itaparica, a contragosto das convicções de Luiza, e ter esbanjado uma boa herança recebida anos antes. O menino foi, então, levado para o Rio de Janeiro, onde passou um tempo na casa de um cerieiro português de nome Vieira, que na Rua da Candelária conciliava o comércio de velas com o de gente escravizada. Dentro da normalidade indigesta que legitimava essas práticas comerciais e de acordo com o comportamento de muitas crianças, o garoto Luiz nutriu afeto pela esposa e as filhas de Vieira, que lhe deram algum cuidado, banho, roupas limpas e comida. Ainda que nada disso servisse para endossar o mito da escravidão branda, não deixaria de registrar: "Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias. Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas, sentidas de me verem partir"[10].

Em dezembro daquele mesmo ano, junto com mais de cem pessoas, passou a ser propriedade do negociante, contrabandista e alferes Antonio Pereira Cardoso, um escravista de Lorena que os levou para incrementar suas ações comerciais na província de São Paulo. Gama e outro homem de nome José, um sapateiro, teriam sido recusados nas tentativas de venda pelo fato de serem baianos. Afinal, as lembranças das "revoltas escravas" dos anos 1820 e 1830, em especial da Revolta dos Malês, ainda causavam arrepios em muitos escravistas[11]. Refugado, restou-lhe o trabalho na casa do senhor Cardoso na capital da província, localizada na Rua do Comércio, onde desempenhou as tarefas de copeiro, sapateiro, aprendeu a lavar, engomar e costurar roupas. Nessa mesma casa, aos 17 anos,

[9] Estranhamentos de Luiz Gama com a Igreja Católica podem ser acompanhados nas páginas de *O Polichinelo*, jornal satírico editado por ele e ilustrado por Huascar de Vergara entre 16 de abril e 31 de dezembro de 1876. Cf. *O Polichinelo* (edição fac-similar). Introdução de Maria de Almeida Camargo. São Paulo: Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, 1981.

[10] Luiz Gama. *Carta a Lúcio de Mendonça...*

[11] Cf. João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil:* a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

aprendera as primeiras letras com Antonio Rodrigues do Prado Junior, garoto saído de Campinas para a capital da província a fim de completar seus estudos.

Um ano depois, tendo acessado o mundo das letras e dos números, assegurou ter reunido provas incontestes da sua escravidão ilegal, as quais serviram de justificativa para a sua saída da casa do alferes Cardoso. Os detalhes do estratagema não são revelados, mas, de volta à liberdade, após oito anos, assentou praça no exército, onde chegou a obter a patente de cabo de esquadra graduado. Ali ficou até 1854, quando deu baixa dos serviços militares, tendo respondido ao conselho da corporação por suposto ato de insubordinação decorrente de um enfrentamento que travou com um oficial que o insultara. Acontece que, desde os tempos de praça, Luiz Gama já namorava o mundo das leis. Naquela mesma carta de 1880 ao amigo Lúcio − na qual curiosamente suas recordações iam até a sua passagem pelo jornal *Ypiranga* (1867-1869), de Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes −, disse que aproveitara as horas vagas para se dedicar aos ofícios de copista, escrevendo para o escritório do escrivão major Benedito Antonio Coelho Neto; e de amanuense, no gabinete do conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, o delegado catedrático da Faculdade de Direito.

A experiência adquirida e a rede de sociabilidade estabelecida certamente facilitaram seu ingresso na Secretaria de Polícia, em novembro de 1854, para "coadjuvar os trabalhos da secretaria da repartição" a cargo do chefe do polícia, empossado via despacho do presidente da província José Antonio Saraiva; e sua posterior nomeação como amanuense, em 1856[12]. Exerceria tal atividade até 1868, quando foi demitido sob a alegação de incompatibilidade política com os conservadores, que subiram ao poder liderados pelo gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí. Tal como fez questão de ressaltar:

> A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias

[12] Em despacho de 17 de novembro de 1854, o então presidente da província de São Paulo, José Antônio Saraiva, comunicava ao chefe de polícia sobre o engajamento de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, que receberia a gratificação mensal de 25 mil réis (*Correio Paulistano*, 21 de novembro de 1854, p. 1). Para um registro de sua atuação como escrivão da Secretaria de Polícia, cf.: *Correio Paulistano*, 6 de maio de 1857, p. 4.

> de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os Reis[13].

Cabe reconhecer que, como verificado por Elciene Azevedo, essa demissão − assinada pelo chefe de polícia Vicente Ferreira da Silva Bueno, instruído pelo presidente da província Antonio Candido da Rocha − decorreu, sobretudo, do enfrentamento promovido por Luiz Gama contra o juiz municipal Antonio Pinto do Rego Freitas, que vinha dificultando o desenrolar de uma ação de liberdade em benefício do africano Jacinto. Se isso já não fosse o bastante para muita contenda, tal episódio selou ainda o rompimento entre Gama e o conselheiro Furtado de Mendonça. Isso porque o protetor tomou como ingratidão o fato de o protegido expor nas páginas do *Correio Paulistano*, em tom de censura, os conselhos recebidos para que "deixasse de envolver-se em questões de liberdade", posto ser isso algo inconveniente para um "empregado da polícia", o que poderia resultar em demissão e perseguição. Como, no fim das contas, foi exatamente isso que ocorreu, Luiz Gama, mesmo reconhecendo os favores recebidos do amigo, mestre e mecenas, não aceitou a pecha de ingrato. Por outro lado, não queria e podia não transigir com a tentativa de afastá-lo dos embates contra os "salteadores da liberdade", e assim encerrou o assunto[14].

Digo que podia não transigir porque havia algum tempo que as alianças de Luiz Gama extrapolavam a proteção do conselheiro catedrático Furtado de Mendonça, que, mesmo sendo muito generoso, não priorizou seu ingresso na Faculdade de Direito, talvez por acreditar que o lugar ideal para aquele homem negro livre e inteligente fosse o posto de amanuense da Secretaria de Polícia. Nos anos 1850, por exemplo, Gama atuou como secretário da Sociedade Recreio da Amizade e também se fez membro da Sociedade Independência, que, como substituta da Sociedade 7 de Setembro, estava empenhada em fortalecer o sentimento patriótico em São Paulo[15].

---

[13] Gama, Carta a Lúcio de Mendonça..., p. 203.

[14] Cf. Azevedo, *Orfeu de carapinha...*, p. 110-125.

[15] Sobre a participação de Luiz Gama nessas sociedades, cf.: *Correio Paulistano*, 26 de julho de 1854, p. 4; 14 de janeiro de 1859, p. 3. Com a extinção da Sociedade 7 de Setembro, Sociedade Independência seguiu com o objetivo de celebrar, em São Paulo, o aniversário da emancipação política brasileira do domínio português. Fazia, pois, questão de afirmar seu sentimento patriótico, seja por meio da defesa da edificação de um monumento nos campos do Ipiranga, em homenagem à data, ou pela promoção de festividades públicas por

Para além dos ambientes liderados por figurões, o tecido social com o qual se cobria também era urdido por trabalhadores de menos prestígio. O vínculo com a Sociedade Artística Beneficente aponta para essa direção. Resultado de seu presumível destaque entre os consortes, mais do que simples membro, ele chegou a presidente da agremiação no período de 1862 e 1863. Essa associação de auxílio mútuo, cujo padroeiro era São José, vivia das mensalidades de seus sócios e da realização de eventos beneficentes. Nesse tempo, era comum encontrá-la ocupando o "salão do Teatro no largo do Palácio" com reuniões destinadas a tratar dos assuntos burocráticos, bem como se valendo do espaço para realizar espetáculos em proveito da agremiação[16].

No ano de 1862, por exemplo, levaram ao palco a ária *O sapateiro homeopata* e o conhecido drama *A escrava Andrea*. Composição de marcante fragilidade narrativa e sofrível execução, segundo a crítica, o drama se passava na ilha de Guadalupe, no contexto da Revolução Francesa, em meios às disputas entre a França e a Inglaterra, tendo como mote os infortúnios da bela Andrea, que, apesar de amar o marinheiro Antonio, foi submetida aos caprichos do conde Renaud, superior do mancebo e de quem teve um filho. Em razão disso, a ação acabava restrita aos altos e baixos vividos por Antonio, aumentando os sofrimentos da escrava Andrea, que nem mesmo se tornava livre no fim da estória, justificando o fato de o texto também ser chamado de *O pirata Antonio*. De tal sorte, ainda que trouxesse uma mulher escravizada como personagem importante, não se tratava de um drama abolicionista, e nem mesmo há indícios de que uma atriz negra tenha desempenhado

---

ocasião da data, tudo graças à contribuição de uma vasta lista de associados (*Correio Paulistano*, 1º de agosto de 1858, p. 3; 30 de agosto de 1858, p. 3; 13-14 de setembro de 1858, p. 1; 12 de janeiro de 1859, p. 3; 19 de janeiro de 1859, p. 3; 27 de janeiro de 1859, p. 3-4).

[16] Cf. *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1862, p. 4; 23 de julho de 1862, p. 3; 30 de agosto de 1862, p. 4; 7 de maio de 1865, p. 4. O "drama histórico-brasileiro" *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, de Castro Alves – recém-chegado a São Paulo, após uma passagem no Rio de Janeiro, quando recebeu o apoio de Machado de Assis (Cf. Capítulo 4) − também seria promovido pela Sociedade Artística Beneficente em 1868 (*Correio Paulistano*, 18 de novembro de 1868, p. 4). O Teatro do Largo do Palácio era também conhecido como Teatro de São Paulo, o mesmo que recebeu a tradução de *A filha do lavrador* feita por Ferreira de Menezes em 1863, conforme comentário feito no capítulo 1. Para uma rica abordagem da ligação do associativismo entre artífices e a devoção a São José em Pernambuco entre as décadas de 1830 e 1880, cf.: Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania:* mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

o papel[17]. A escolha, ao que parece, estava mais informada pela identificação do público com os dilemas vividos por Antonio, do que pelo destino de Andrea; ou seja, a dimensão política daquela ação cultural específica estava mais relacionada ao cotidiano imediato dos artistas e do público de um teatro popular do que com pretensões antiescravistas.

Mais de acordo com o mote das memórias decantadas, em 1867, um ano antes da fundação da Loja América, Luiz Gama apareceria em destaque numa notícia dada pelo *Correio Paulistano* sobre a instalação da Sociedade Esperança, na freguesia de Santa Efigênia, "uma associação fraternal e filantrópica, dedicada a S. João de Malta, com o fim de libertar escravos, por meios pecuniários":

> Reunido grande número de pessoas, o consócio Luiz Gama proclamou, com geral assentimento dos presentes, os Srs. Dr. Américo Brasilio de Campos, para presidente interino; José Joaquim de Oliveira, para vice-presidente; Cyriaco Antônio dos Santos e Silva, para 1º secretário; Izidoro José Pereira, para 2º; Antonio José Cardoso, para tesoureiro; Lourenço de Almeida e Antônio José de Mesquita, para procuradores.
>
> Organizado assim, o conselho diretor tomou este assento e encetou os respectivos trabalhos.
>
> Pelo mesmo sócio Luiz Gama foi exibido um endecálogo, contendo o estatuto da sociedade, o qual foi lido, discutido e aprovado; tomando parte nos debates os Srs. Dr. Américo, Cyriaco, Izidoro, Antônio de A. L. Macedo e Gama.
>
> Saudamos os instituidores desta associação essencialmente humanitária, que se mostram decididos a levá-la ao mais alto grau de prosperidade, contando exclusivamente com os esforços populares[18].

A despeito de sua ausência na diretoria oficial da entidade, a nota o apresenta como um dos cabeças daquela empreitada compartilhada novamente por homens de prestígio, como Américo de Campos, diretor do *Correio Paulistano,* afora funcionários públicos e outros que gozavam de certa notoriedade local. Por outro lado, na contramão do alegado "insolidarismo social" vigente no Brasil, tanto essa quanto as outras associações civis dais quais participou Luiz Gama testemunham possibilidades de atuação político-cotidiana de

[17] A crítica ao espetáculo promovido pela Sociedade Artística Beneficente foi apresentada em: *Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1862, p. 1. Para o resumo do drama *A Escrava Andrea*, cf.: *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de maio de 1841, p. 1-2.

[18] *Correio Paulistano*, 21 de março de 1867, p. 2.

indivíduos oriundos de estratos sociais não abastados, mas que nutriam franco interesse pelos seus próprios destinos e da nação da qual se entendiam e queriam membros[19].

À luz desses fatos, não surpreende que ele, uma vez conquistado o direito ao voto e atuado como membro de júri desde pelo menos 1863, tenha ousado defender uma ação de liberdade, já em 1864, em favor de Thomaz, um escravo condenado pelo crime de furto e que se viu, conforme alegou Gama, "abandonado pelo seu senhor, tanto na formação da culpa, apesar de ser intimado, como no juízo plenário, sendo certo que o abandono do escravo é um dos casos de manumissão pelo nosso direito vigente". Também não admira que tenha se candidatado a juiz de paz da freguesia de Santa Efigênia em 1866; ou ainda defendido, perante o inspetor geral da instrução pública, em 1867, a admissão da menor Maria de Jesus Arouche no Seminário de Educandas, instituição destinada a acolher filhas de militares pobres, meninas órfãs ou expostas da Casa de Misericórdia, que, por meio desse recurso, tinham alguma chance de se tornar professoras de primeiras letras. Num linha próxima, não poderia deixar de recapitular seu empenho por reconstituir uma família separada pela escravidão, recorrendo aos jornais na tentativa de solucionar o problema: "Tendo sido judicialmente alforriada, em Caçapava, a menor Emilia, deseja-se saber se sua mãe, Miquelina Maria da Conceição, que pertenceu ao finado tenente coronel Francisco de Mattos, e consta achar-se residindo nesta cidade, quer tomar a menor a si"[20].

Para o bem e para o mal, além das questões estritamente ligadas ao escravismo, sobravam causas a mobilizar seu ativismo cidadão, o qual fora exercido mediante o vínculo com essas e outras associações; o Partido Liberal e depois o Republicano; bem como por meio das tribunas e das páginas de jornais, a exemplo de o *Diabo Coxo* (1864-1865), o

[19] Para uma crítica aos trabalhos que atestam a existência de uma "tradição de insolidarismo" a dar o tom da vida política brasileira no século XIX, cf.: Angela Alonso, Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, setembro-dezembro de 2011, p. 166-199.

[20] Informações dispersas em: *Correio Paulistano*, 11 de janeiro de 1863, p. 3; 20 de agosto de 1864, p. 2; 23 de agosto de 1864, p. 3; 26 de agosto de 1864, p. 3; 10 de abril de 1966, p. 3; 10 de janeiro de 1867, p. 1; 29 de janeiro de 1867, p. 4; 30 de novembro de 1869, p. 3. Sobre Seminário das Educandas ou Seminário da Glória, cf.: Maria Luiza Marcílio, *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 134; Robson Roberto da Silva, O cotidiano e a experiência social das meninas órfãs internadas no Seminário da Gloria na cidade de São Paulo (1870 – 1888), *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 49, agosto de 2011. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/ historica49.pdf. Acesso em: junho de 2013.

Cabrião (1866-1867), o *Radical Paulistano* (1869), o *Polichinelo* (1876), entre outros em que se fez colaborador. Defender o respeito aos direitos e o cumprimento de deveres em sentido amplo era, a um só tempo, caminho para dar respostas aos problemas do país e àqueles enfrentados ao longo de sua vida pessoal.

Conforme evidenciado na carta ao filho Benedito Graco Pinto da Gama, escrita sob ameaças de morte em 1870, Luiz Gama, a despeito de seu trabalho e dos bons relacionamentos mantidos com medalhões, ainda deixaria o rapazote e a esposa Claudina Fortunata Sampaio em situação de "extrema pobreza", caso de fato atentassem contra a sua vida naquele momento[21]. Claudina era uma mulher negra liberta, que trabalhara para a família Arruda Sampaio, de Campinas. Quando o casamento foi oficializado na Igreja da Sé, em 25 de outubro de 1869, a união do casal já tinha atravessado vários anos e resultado naquele filho de quase dezoito anos, que, graças ao empenho dos pais e ao apoio de amigos da família, era fluente em alemão, estudava francês, inglês, geografia e desenho. Detalhe esquecido, o rebento de Luiza Mahin também teve uma filha a quem, não por acaso, deu o nome de Luiza, mas que infelizmente faleceu aos dois meses idade, vítima do surto de varíola, em 16 de julho de 1858[22].

À insegurança gerada pela pobreza, somavam-se outras formas de vulnerabilidade. Em dezembro de 1862, a título de ilustração, ele, mesmo sendo um guarda nacional no exercício da função de amanuense da Secretaria de Polícia, foi arbitrariamente preso em pleno desempenho de seu trabalho. O fato foi categoricamente censurado pelo *Correio Paulistano*, uma vez que o executor da ordem "não respeitou as conveniências do serviço. Abriu a grade colocada à porta da secretaria, penetrou, correndo o reposteiro na sala em que trabalhava o Sr. Gama. Quando se procede deste modo parece que se quer confundir a

[21] Luiz Gama, Carta ao filho, Benedito Graco Pinto da Gama, 23/09/1870, in: Luiz Gama, *Com a palavra Luiz Gama...*, p. 193.

[22] Sobre o casamento, cf.: *Correio Paulistano*, 13 de novembro de 1869, p. 2. Entre as referências a respeito da família de Luiz Gama, cf.: Luiz Gama, Carta a José Carlos Rodrigues, 26/11/1870, p. 194-196; e Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil...*, p. 226. Segundo comenta Sud Mennucci nessa mesma página: "Do consórcio só houve um filho, Benedito Graco Pinto da Gama, que estudou na Escola Militar, chegou ao posto de major de artilharia do Exército e ocupou, durante muitos anos, o lugar de comandante de nosso corpo de bombeiros". Todavia, essa informação é, parcialmente, contradita pela "Relação das pessoas, que na freguesia da Sé da cidade de São Paulo, têm falecido de bexigas desde 26 de março deste ano em que faleceu o primeiro bexiguento até 31 de julho", na qual consta "Luíza, filha de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, idade 2 meses" (*Correio Paulistano*, 20 de agosto de 1858, p. 3).

execução da lei com a paixão e capricho". Na opinião do jornal, o que mais incomodava era o desrespeito empregado no cumprimento do encargo, que poderia muito bem ser feito de acordo com a prudência necessária, afinal "a prisão do Sr. Gama não era sangria desatada, podia ser esperado à porta da repartição ou de sua casa"[23].

Uma vez que instabilidade e incerteza davam em larga medida o tom da normalidade, o recurso às várias formas de associativismo mencionadas fazia ainda mais sentido, a despeito dos ônus decorrentes, como fez questão de alertar ao filho: "Tu evita a amizade e as relações dos grandes homens; porque eles são como o oceano que aproxima-se das costas para corroer os penedos"[24]. Ciente dos limites e das possibilidades, a opção pelo compromisso e a dedicação a certas formalidades assumiam contornos de defesa de uma autonomia ainda que relativa. A adesão empenhada à maçonaria, portanto, aponta nessa direção. Da mesma forma, e, quiçá, em harmonia com algum desejo de Claudina, ele tenha optado por oficializar o matrimônio, em 1869, no intuito de assegurar uma proteção mínima aos seus, na medida em que o suporte à família dos irmãos falecidos ou em desamparo era um princípio entre os maçons[25]. A inserção nessa rede, todavia, não era garantia de prosperidade. Tanto que, meses após a morte de Luiz Gama, em 24 de agosto de 1882, a viúva Claudina acabou leiloando quase todos os itens da mobília da casa e os livros do marido[26].

Ocorre que tamanho esforço de equilíbrio entre a dependência e a independência indiscutivelmente também rendeu a ele considerável projeção social em vida. Entre os ganhos que pôde alcançar em sua luta pela liberdade, Luiz Gama acabou se tornando mestre de outros rábulas e até mesmo de bacharéis empenhados em ações judiciais em defesa da emancipação de gente ilegalmente escravizada ou reescravizada. Como é possível

[23] *Correio Paulistano,* 28 de dezembro de 1862, p. 2.

[24] Gama, Carta ao filho, Benedito Graco Pinto da Gama...

[25] Acerca das possibilidades de acesso a uma forte rede de solidariedade por meio da maçonaria, seja de modo geral, seja para o caso específico de homens negros livres, cf.: Rizzardo da Camino, *Introdução à Maçonaria*: história, filosofia e doutrina, v. 2 (História da Maçonaria Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972; Alexandre Mansur Barata, *Luzes e sombras*: a ação da maçonaria brasileira. Campinas: Editora da Unicamp / CMU, 1999; Célia Maria Marinho de Azevedo, *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*: uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

[26] *Correio Paulistano*, 7 de maio de 1883, p. 4.

acompanhar em vários dos textos publicados em jornais paulistanos, as contrariedades oferecidas por juízes de convicções escravistas eram oportunamente aproveitadas para que ele compartilhasse suas estratégias para contornar tais impasses rotineiros.

Numa dessas várias incursões pela imprensa, em 1869, ele construiu uma detalhada exposição de argumentos para desbaratar "o singular capricho do respeitável juiz" Felício Ribeiro dos Santos Camargo, que, ao contrário do que versava a lei, não se constrangeu em se valer do costume local de considerar toda pessoa negra um escravo até que se provasse livre. Em defesa da jurisprudência que protegia a parda Rita, para quem o juiz requereu a apresentação de carta de alforria para que fosse possível dar início à ação de liberdade, Luiz Gama articulou as seguintes razões:

> Afirmam contestes os mestres da ciência, e provoco desde já a que se prove o contrário, que nas causas de liberdade, enceta-se o pleito pela alegação preliminar, em juízo, dos direitos do manumitente; alegação que deve ser feita por escrito e conforme o que se ache estabelecido e prescrito por abalizados praxistas.
>
> Cumprido, pelo juiz, o dever de aceitação em juízo da alegação do manumitente, quando juridicamente feita, segue-se o depósito judicial do mesmo e a nomeação de curador idôneo, a quem é incumbida a obrigação de velar e defender os direitos e interesses inerentes à causa de que se trata.
>
> E isso assim se faz porque o escravo, não tendo pessoalidade jurídica, não pode requerer em juízo, principalmente contra seu senhor, e menos ainda ser considerado *autor*, enquanto legalmente, por meio de curatela e de depósito, não estiver mantido, protegido e representado.
>
> O depósito, espécie de manutenção, neste caso importa dupla garantia, que, assegurando a seu detentor, de modo judicial, o seu domínio, quando isso lhe assistam causas razoáveis, oferece ao detento os meios precisos para desassombradamente e isento de coação fazer valer os seus direitos; direitos que veste o curador, atenta a incapacidade do escravo para sustentá-lo.
>
> É só depois destas diligências preliminares − ou antes, garantias pessoais indispensáveis −, que o escravo, simples impetrante, pode ser considerado pessoa e admitido, por seu curador, a figurar de *autor* em juízo para regularmente *pedir* que se declare um direito, que por outrem é contestado[27].

Se isso, por um lado, irritava o juiz Santos Camargo e seus aliados, de mais a mais, tal constância em assim proceder atraía a confiança de outros homens das leis, até mesmo

[27] *Correio Paulistano*, 13 de março de 1869, p. 3.

de outras cidades, que o procuravam em busca de conselhos e instruções. O rábula João China esteve entre esses tantos. Abolicionista atuante em Caçapava, tempos depois, em 1889, ele incorporou o grupo de colaboradores do jornal negro republicano *A Pátria*, do qual participou Arthur Carlos, outra figura central desta tese, cuja trajetória será abordada logo mais. Imbuído de uma ação de liberdade a favor de africanos ilegalmente escravizados em 1873 − ou seja, quase dez anos após a promulgação do Decreto n. 3.310, de 24 de setembro de 1864, que veio com o fim de conceder a emancipação a todos os Africanos livres existentes no Império, categoria na qual poderia se enquadrar a maioria dos escravizados àquela altura –, China escreveu a Luiz Gama para se informar sobre as modificações geradas pela Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), e pelo Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871, que regulamentava o artigo 8º daquela lei. Esse, prontamente, o respondeu, oferecendo uma espécie de minuta acerca do tema, na qual assim explicava:

> O processo, ou modo de manumitir africanos ilegalmente importados no Brasil não é o de que trata o regulamento de 1871, mas o estabelecido no decreto de 12 de abril de 1832, artigo 10º.
>
> A competência para conhecer e defender na justiça tais manumissões é hoje exclusiva dos juízes municipais e de Direito. Antigamente também pertencia aos Delegados, Subdelegados e Chefes de polícia, hoje, porém, não lhes pertence, porque deixaram de ser autoridades criminais e foram considerados meramente policiais pela Lei n. 2.033, de 20 de setembro de 1871. Está, pois, entendido que a manumissão dos africanos livres é da exclusiva competência das *Autoridades criminais*. E isto assim é porque está expressamente determinado no citado Decreto de 12 de abril de 1832, art. 10 – Portaria de 21 de março de 1831, cujo fundamento é o Alvará de 10 de março de 1862. Nada tem que ver pois com essas manumissões os juízes meramente civis e policiais.
>
> A razão de direito para esta especial ou exclusiva competência das autoridades criminais para judiciarem sobre as manumissões de africanos livres provem da natureza do ato de que emana a ilegal escravidão; e é que sendo o africano livre de nascimento, e estando, por lei, proibida a introdução criminosa, fora absurdo, reconhecido uma vez o delito, admitir discussão sobre o fato da libertação[28].

[28] Carta de Luiz Gama a João China, de 10 de julho de 1873, AESP, IHGSP, Fundo João Rodrigues de Oliveira China, Grupo: Documentação de Trabalho, Dossiê Abolicionismo.

Por essas e outras, a influência de Luiz Gama se estendeu não apenas no espaço como também no tempo. Tema que será abordado nos sexto e sétimo capítulos deste trabalho, ele aparece como um elo e um ponto de referência para lutas negras vivenciadas ao longo dos anos 1880 e no pós-abolição em São Paulo. Tal importância teve como lastro uma diversidade de conexões que ele estabeleceu com indivíduos negros que, assim como ele, atuaram nas disputas políticas e culturais transcorridas, sobretudo, nas décadas de 1860 e 1870. Ao alimentar esses laços de amizade e fraternidade, Gama deixou pistas de como pessoas negras livres e letradas processavam as experiências de liberdade, cidadania, estigma da cor e ainda suas expectativas de redenção.

Uma vez enquadrado nessa roda viva, a recapitulação de episódios que marcaram a amizade dele como José Rubino de Oliveira, o primeiro professor negro da Faculdade de Direito de São Paulo – ou pelo menos o que assim se afirmou −, e Ferreira de Menezes, nosso conhecido, ajuda na percepção de detalhes dessa dinâmica[29].

Os laços estabelecidos com Rubino também se iniciaram nos anos 1860, quando esse saiu de Sorocaba, vindo de uma família empenhada no ramo da selaria, para matricular-se no Seminário Episcopal de São Paulo, onde teve acesso aos estudos de humanidades e teologia. O moço, que chegou a trabalhar como jóquei em sua cidade natal, enxergava nos estudos religiosos um caminho para chegar à Faculdade de Direito. Tanto acreditou e se devotou que, largada a batina, passou com facilidade pelos exames preparatórios e se tornou calouro no Largo de São Francisco em 1864, aos 27 anos de idade. Bacharelado em 1868 junto com mais 90 moços, ele esteve entre os únicos quatro da turma que conquistaram o título de doutor em Direito, em 1869[30].

Mas os sonhos de Rubino não se limitavam ao exercício da advocacia. Queria compor a Congregação da Faculdade na condição de docente. Só que, para isso, foram necessários nove concursos. De acordo com a opinião de Almeida Nogueira: "Nos

[29] Tive a atenção chamada para a trajetória de José Rubino de Oliveira por meio da pesquisa de Ricardo Alexandre da Cruz sobre a presença de docentes negros na Faculdade de Direito de São Paulo (Ricardo Alexandre da Cruz, *Negros e Educação*: as trajetórias e estratégias de dois professores negros na Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009).

[30] Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo*... (Segunda Série), p. 148 e 157; (Quarta Série), p. 154, 230-240.

primeiros saiu-se sofrivelmente, nos imediatos regularmente e nos últimos perfeitamente". Quando, finalmente, foi aprovado com louvor e efetivamente nomeado em 1879, assumiu interinamente várias cadeiras até que, 1882, se tornou o substituto do conselheiro Furtado de Mendonça, catedrático aposentado em Direito Administrativo e antigo protetor de Luiz Gama. Ali permaneceu até 1891, quando veio a falecer aos 53 anos[31].

Fato curioso, os registros da memória que tratam dos momentos de convívio entre Luiz Gama e José Rubino de Oliveira invariavelmente aludem à identidade racial que unia os dois. Ainda nas palavras de Almeida Nogueira:

> Embora pardo disfarçado, não queria ele aproveitar-se desse disfarce; ao contrário, fazia alarde da sua cor. Nela falava todos os dias, a toda a hora, em tom humorístico, tal qual o fazia Luiz Gama, de quem era amigo e de quem, gracejando, se dizia parente.
>
> Demais, Rubino e Luiz Gama, como se sabe, costumavam dar o tratamento de primo a todos os homens de cor, e muito principalmente aos que desejavam ser tidos como brancos.
>
> E se a pessoa protestava, quanta causticidade engraçada então se ouvia![32]

Rubino de Oliveira ia, pois, na contramão do que invariavelmente se esperava já no século XIX de pessoas que, com o álibi da pele clara, se esforçavam para se confundir no meio branco; e ainda, por cima, fazia questão de constranger aqueles que assim pretendiam se passar ou os que, a partir disso, tentavam menosprezar os de pele mais escura. Era mesmo uma postura muito propícia para a manutenção da sintonia com Luiz Gama. Outra atitude que tendia a aproximá-los vinha da origem do rigor que imprimia aos estudantes negros durante os exames. Segundo registros secundários, alude-se que nessas ocasiões era comum ouvi-lo dizer coisas do tipo: "Negro, para ter pergaminho − explicava − deve demonstrar talento e conhecimentos; do contrário, por aqui não passa! Agora, branco, qualquer burro pode passar: eu mesmo lhe abrirei a porteira"[33]. A despeito do pronto julgamento acusatório proferido por memorialistas como Almeida Nogueira e Spencer Vampré, essa era a rotina daquela academia, tal como até mesmo eles reconheceram em

[31] Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo*... (Quarta Série), p. 238-239.

[32] *Idem*, *ibidem*, p. 230.

[33] *Idem*, *ibidem*, p. 233.

suas respectivas obras.[34] De tal sorte, ao dizer isso, com base em sua própria experiência naquela instituição, Rubino poderia muito bem querer alertar para uma dinâmica viciada que nem mesmo ele possuía meios para escapar em absoluto. Ali não era lugar para negros, era isso que o cotidiano acadêmico dizia a todo o momento. Se isso não fosse um ponto pacífico entre Rubino e Gama, dificilmente a amizade teria se mantido até o falecimento desse último em 1882.

Da mesma forma, a convergência entre Luiz Gama e Ferreira de Menezes se desenvolveu a partir de preocupações semelhantes, o que os impelia a contornar as limitações a que a amizade se viu submetida em vários momentos. Entre aqueles que dominavam o mundo das letras, a troca de cartas entre amigos e companheiros políticos era algo comum, em especial para aqueles que se encontravam separados por longas distâncias geográficas, mas que compartilhavam profundos interesses e aspirações.

O contato foi iniciado quando Menezes chegou a São Paulo para cursar a Faculdade de Direito em 1861, época em que Gama já havia feito sua estreia no mundo literário, tendo publicado duas edições de suas *Trovas Burlescas de Getulino* – São Paulo, em 1859; Rio de Janeiro, em 1861[35]. Ambos nutriam o interesse pelo universo literário, o que facilitava o reconhecimento entre eles. Em 1868, após a demissão da Secretária de Polícia, a amizade teve outra oportunidade para se estreitar em virtude do convívio na redação do jornal *O Ypiranga*, dirigido por Ferreira de Menezes e Salvador de Mendonça. Pouco depois, Gama logrou contornar aquela situação difícil e se tornou ainda mais respeitado como advogado provisionado e agitador político conhecido na imprensa. Anos depois, em 1872, Ferreira de Menezes voltou para a Corte, onde também se firmou como homem do Direito e da Imprensa. No mais das vezes, calhando de se encontrarem, principalmente quando das visitas de Menezes a São Paulo, não era preciso muita conversa para que a sintonia permitisse a escrita coletiva de textos políticos, tal como fizeram em 1873, ao defenderem o princípio da liberdade de imprensa e irem de encontro à posição tomada por alguns de seus

[34] Cf. Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo*...; Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*...

[35] Cf. a Introdução escrita por Ligia Ferreira presente em: Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*..., p. XIII-LXXI.

correligionários republicanos em decorrência da abertura dada pelo *Jornal do Commercio* a uma denúncia de inadimplência do imperador perante uma hoteleira da cidade do Porto[36].

Assim, quando Ferreira de Menezes publicou uma carta de Luiz Gama endereçada a ele, datada em 13 de dezembro de 1880, na edição da *Gazeta da Tarde* do dia 16, haviam se passado quase duas décadas desde os primeiros contatos[37]. A amizade era, então, nutrida entre dois homens negros, livres, arrojados e − como uma ordem dada pelo tempo − amadurecidos. Luiz Gama contava com seus cinquenta anos, enquanto Menezes completava 38. Ambos tinham se casado e constituído família. E como as primeiras linhas da carta deixam entender, a proximidade existente entre eles fora algo garantido até mesmo mediante aquelas acolhidas que damos a amigos em nossa própria casa, a fim de compartilhar os sabores e dissabores da vida: "Estou em nossa pitoresca choupana do Braz, sob ramas verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercado de flores olorosas, no mesmo lugar onde, no começo deste ano, como árabes felizes, passamos horas festivas, entre sorrisos inocentes, para desculpar ou esquecer humanas impurezas". Uma imagem um tanto distante daquelas que vêm à mente quando se pensa nos dias que seguiram à Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro, cujos desdobramentos motivaram a ida de Ferreira de Menezes a São Paulo; mas que até combinavam com a animação que o projeto de fundação da *Gazeta da Tarde* poderia lhes causar.

Ocorre, porém, que essa e as outras seis cartas de Gama a Menezes, escritas entre 13 de dezembro de 1880 e 28 de janeiro de 1881, publicadas na *Gazeta Tarde*, ao mesmo tempo em que atestam a aliança entre ambos, serviam para que fossem dadas na Corte notícias sobre atos bárbaros e arbitrariedades cometidas na província de São Paulo, bem como para divulgar as ponderações e entendimentos compartilhados por esses pensadores políticos. Escritas sob a forma de confissões entre amigos, as cartas ressaltam os horrores da escravidão e revelam as questões que afligiam tanto remetente quanto destinatário acerca dos limites impostos à liberdade dos negros.

---

[36] *Correio Paulistano*, 1º de novembro de 1873, p. 1.

[37] *Gazeta da Tarde,* 16 de dezembro de 1880, p. 1. A carta também foi reproduzida nos jornais paulistanos *Gazeta do Povo* e *Província de São Paulo*, de 18 de dezembro de 1880, como observa Sud Mennucci. *O precursor do abolicionismo no Brasil...*, p. 147.

Naquela primeira carta, após a fraterna introdução, Luiz Gama comenta uma notícia veiculada pela *Gazeta do Povo* sobre o linchamento de quatro homens escravizados que haviam matado o filho de um fazendeiro em Itu. Para se contrapor à ação "justificada pela eloquente palavra do exmo. sr. dr. Leite de Morais, deputado provincial e professor de nossa faculdade jurídica", Gama recapitula o quadro de degradação humana impulsionado pela escravidão contra os africanos e seus descendentes e, diante da indiferença de tantos a esse cenário de violência, ironiza:

> Quando, porém, por uma força invencível, por um ímpeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado, levantam-se, como a razão, e matam o senhor, como Lusbel mataria Deus, são metidos no cárcere; e aí, a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se: *trezentos cidadãos* congregam-se, ajuntam-se, marcham direitos ao cárcere: e aí (oh! é preciso que o mundo inteiro aplauda) a faca, a pau, a enxada, a machado, matam valentemente a *quatro homens*; menos ainda, a quatro negros, ou, ainda menos, a quatro escravos, manietados numa prisão.

A cena descrita é efetivamente dolorosa, mas outras bem piores que essas ocorriam, sem que os responsáveis fossem punidos. Para dar mostras do que estava a dizer, ele narrou o caso, passado em Limeira, de outro moço escravizado que, por tentar fugir repetidas vezes, foi exaustivamente espancado e depois "irrigaram-no de querosene, deitaram-lhe fogo... Auto-de-fé agrário". Afinal, "era a décima fugida, e dez são também os mandamentos da lei de Deus, um dos quais, o mais filosófico e mais salutar é *castigar os que erram*". Na tentativa de que aquelas mortes não fossem registradas apenas como o fim banal de coisas sem valor, Luiz Gama exaltava a memória dos quatro homens recentemente assassinatos:

> Estes quatro negros, espicaçados pelo povo, ou por uma aluvião de abutres, não eram quatro homens, eram quatro ideias, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizaram-se, formaram uma nebulosa. Nas épocas por vir, os sábios astrônomos, os Aragos do futuro hão de notá-los entre os planetas: os sóis produzem mundos.

Ao defenderem essas ideias – Gama escrevendo e Menezes endossando ao divulgá-las –, ambos não se constrangiam em manifestar uma plena identificação com os

escravizados cujo alegado crime entendia como um ato de autodefesa. Isso certamente incomodava escravistas convictos e demais temerosos de um levante negro, mas que ainda contavam com muito apoio do poder público para seguir na defesa do "sagrado" direito à propriedade. Na edição de 1º de janeiro de 1881, logo após apresentar em tom de euforia seus projetos para intensificar os negócios da *Gazeta*, Ferreira de Menezes reproduziu trechos de uma carta de Luiz Gama, escrita ainda em dezembro do ano que acabara de ter fim[38]. O amigo de São Paulo, pelo menos naquilo que se tornou público, parecia divisar um mau tempo promovido pelos "ricaços da grande lavoura, os legítimos possuidores de Africanos livres, os consócios da pirataria", que faziam oposição severa aos abolicionistas. "Contam com a sábia política dos divinos Bonzos do conselho de Estado, com a eloquência servil de alguns senadores, com as ambições de certos deputados, com a dependência de eleitores, com a venalidade dos votantes". Enquanto isso − numa comparação irônica um tanto semelhante à que Machado faria em algumas de suas crônicas −, "o negro, que de burro apenas difere na forma, tem por obra de misericórdia uma sepultura silvestre no cafezal"[39].

A melancolia, entretanto, não podia se alongar, afinal se tratava de um texto de mobilização política. Eis que logo Luiz chamava à cena a marcha da liberdade:

> Há legisladores sinceros que detestam o enorme crime da escravidão; *há no país a grande maioria dos homens livres*, cuja vontade é lei inquebrantável, há uma potência invencível – a opinião pública – que, de há muito, decretou a emancipação; há um ódio latente, misterioso, indomável, por toda parte, que repele os especuladores de carne humana; *há os abolicionistas pobres, inteligentes, que nunca tiveram escravos*, que amam o trabalho, que tranquilos encaram o sacrifício, que não se corrompem, que não se vendem[40].

Contra essa "insubordinação abolicionista", os "senhores" até podiam tentar se contrapor e buscar a todo custo silenciar os protestos e impedir as ações. Mas "quem arrisca a vida pela liberdade, detesta a escravidão". De pouco adiantaria a censura feita pelo *Correio Paulistano* ao fato de *A Província de S. Paulo* ter publicado a carta em que Luiz

[38] *Gazeta da Tarde,* 1º de janeiro de 1881, p. 1.

[39] Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1892, p. 1.

[40] *Gazeta da Tarde,* 1º de janeiro de 1881, p. 1, grifos meus.

Gama relatava o linchamento dos quatro homens e a "cremação do escravo vivo". As denúncias tiveram alguma repercussão, todavia, ou talvez por isso, *O Correio Paulistano* logo fez questão de divulgar que as autoridades competentes as teriam investigado e considerado, sobretudo, o último caso improcedente... Ficava, então, o dito pelo sabido acerca do que se bem conhecia sobre as práticas escravistas. Nada intimidado com tais reações, Luiz Gama finalizava assim a carta:

> Estes e outros fatos, que irei relatando, servirão de prova irrecusável do estado de barbaria a que tem atingido o Brasil, corrompido, sem moral, e sem costumes, pela instituição servil. Não admira, entretanto, que a escravidão conte com esforçados apologistas; porque o cinismo, com ser torpe, na grande pátria dos imortais helenos, teve escola e notáveis cultores. Há quem louve, com entusiasmo, a extrema bondade de alguns senhores, e por isso, a felicidade invejável dos seus escravos; para mim, os bons senhores são como os túmulos de mármore; e a escravidão é como o rato, que semeia ruínas em sua passagem[41].

E por falar em demonstrações da "bondade de senhores", a carta de Luiz Gama publicada em 7 de janeiro abordou justamente os arranjos feitos para a promulgação e implantação daquela que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre[42]. Conta o abolicionista que, em 1869, com a emergência da discussão sobre formas seguras de "extinção do elemento servil no Império do Brasil", a recém-formada Associação Democrática Constitucional Limeirense apresentou um projeto que mantinha diálogo direto com o que viria a ser a Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, ainda que o texto proposto diferisse em várias linhas do texto aprovado. Em virtude dos significados desses "ajustes", ele destacava: "É preciso que o povo releia, que confronte criteriosamente com alguns dispositivos da lei e que note, que admire as fraudes cometidas no parlamento pelos legisladores".

Pela proposta, o "ventre escravo" seria declarado livre somente em 1880; e a liberdade geral dos escravos do Império seria assunto apenas para 1901. Sobre as leis e regulamentos para a realização desta emancipação, a proposta estabelecia, no artigo 3º, que: "§1º O governo mandará desde já abrir em todos os municípios a matrícula dos escravos

[41] *Idem*, *ibidem*.

[42] *Gazeta da Tarde,* 7 de janeiro de 1881, p. 1.

existentes, com declaração do nome, sexo, idade, estado, ofício, cor e sob que título de domínio é possuído cada um. [...] §4º O escravo que não for dado matrícula do seu proprietário, *ipso facto*, será declarado livre". Isso era imprescindível para que a indenização dos "proprietários" pela emancipação fosse realizada no século XX:

> Art. 7º No dia 1º de janeiro de 1901, todos os proprietários levarão às repartições respectivas o conhecimento legal que prove a existência de escravos que ainda possuem, e pelos seus valores obterão uma indenização proporcional. [...] §3º Para criação de fundos para esta indenização será levantado, desde já, um imposto anual de 3$000 por cabeça de escravo.

Pelo artigo 4º, o crescimento da força de trabalho livre também seria mapeado e monitorado pelo governo: "O governo criará estabelecimentos agrícolas e indústria para receber o fruto do ventre livre". Neste assunto, cabia espaço para um detalhe curioso, que daria um sentido já conhecido à condição de liberdade atribuída pelos homens da lei, de modo a não criar muito expectativa sobre os dispositivos criados para contornar as irregularidades cometidas por senhores de escravos: "§3º Os escravos que não forem apresentados à matrícula na forma do artigo 3º, embora considerados livres pela força do §4 do mesmo artigo, serão apreendidos e recolhidos aos mencionados estabelecimentos, e aí trabalharão sob contrato até o dia 1 de janeiro de 1901, época em que seguirão a carreira que lhes convier". Ainda sobre isso, o artigo 8º asseguraria:

> Será promulgada uma lei sobre o trabalho livre com juízes especiais, processo verbal e sumaríssimo, grátis, onde fiquem claras e definidas as obrigações do locador e locatário, derrogando-se as duas leis de 1830 e 1837, que por obscuras e não interpretadas têm tornado sua execução um caos para as partes que litigam, e um labirinto para os jurisconsultos que as compulsam.
> §1º Abrir-se-á uma matrícula em a qual inserirão todos os trabalhadores livres, sem propriedade, com declaração do nome, sexo, idade, estado, cor, nacionalidade e emprego que tem.

A inviabilização da liberdade plena estava ali mais do que evidente, e a crítica de Luiz Gama não poderia poupar nem a proposta da Associação Limeirense, nem o produto final do texto da lei. Todavia, a acidez maior é reservada ao malabarismo promovido em 1871 para livrar os escravistas dos crimes cometidos desde 1831:

> Nesse projeto, a Sociedade Limeirense, no artigo 3º, §1º, estabelecendo a matrícula especial dos escravos, incluiu uma medida administrativa do mais elevado alcance político: EXIGIU A VERIFICAÇÃO DA CAUSA DO DOMÍNIO. Essa salutar *verificação*, se não fosse maliciosamente alterada pelo Poder Legislativo, e pelo governo, daria causa a manumissão de todas as pessoas ilegalmente escravizadas; evitaram-na, armaram um laço, uma emboscada, por a qual a fraude está, de contínuo, cometendo impune (*sic*) o mais horrendo dos crimes[43].

Diante de tamanha desfaçatez, Luiz Gama se voltava contra aqueles que pediam prudência e calma na ação abolicionista, e compactuavam com esse estado de coisas − a quem ele se refere como "positivistas". Nesse tom de irritação se despede do amigo Ferreira de Menezes: "Ah, meu caro amigo, isto seria a triste manifestação da filosofia da miséria, se não revelasse, tão às claras, as misérias filosóficas dos positivistas. Teu Gama".

Os problemas criados ao avanço dos trabalhos abolicionistas foi novamente mote da carta escrita em 17 de janeiro, mas publicada no dia 22, motivada por uma nota veiculada na edição de 13 último da *Província de S. Paulo* sobre o caso de um jovem escravizado que teria matado "um inocentinho seu amigo, para assim recuperar a sua liberdade, [...] somente por este ser parente de seu senhor"[44]. Para quem escreveu, isso seria arma poderosa para ridicularizar os argumentos dos abolicionistas: "Sim, sim! É mais um espartano que segue caminho a sublinhar-se pelo martírio, em apoteose". Só que para Luiz Gama o escrito era motivo de galhofa ainda maior:

> Que felicidade de reprodução dos fatos! Que perspicácia no exame, que critério na escolha! Que filosofia nas observações! Que semelhança, que confronto, e que conclusões. O mundo comparado a um espelho, o raio ao espírito, a tempestade à tosse. O filósofo é um arrotador, a lógica um alvião! Ao que vem a reprodução desta ocorrência? Quererão, com este fato, justificar e perpetuar a escravidão? [...] Uma vez, porém, que pretendem dar lições, que apelam para os exemplos, que se servem dos escândalos, das misérias, dos desastres, das aberrações, sejam coerentes, aceitem as retaliações, sofram as retesias.

Dito isso, passou a listar atos nada edificantes promovidos por pessoas brancas, livres e respeitáveis, em contraste com as ações de outros negros em defesa da liberdade. A

[43] Para os vários malabarismo empreendidos para evitar a garantia da liberdade direta a africanos ilegalmente escravizados, cf. Sidney Chalhoub, *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[44] *Gazeta da Tarde,* 22 de janeiro de 1881, p. 1-2.

primeira dessas foi a de um velho e educado francês que repentinamente matou seu neto, batendo a cabeça deste num troco de carvalho. A segunda imagem do álbum era composta da história de uma jovem moça branca da capital da província que, ao dar à luz ao filho de um homem negro, mandou sua mucama jogar a criança no Rio Tamanduateí, antes que alguém soubesse da sua existência, mas que essa não o fez, restando-lhe a saída de deixá-lo secretamente na roda dos enjeitados. O terceiro caso foi contado de modo mais sutil e falava da história de um moço escravizado no município de Mogi-Mirim, que para lá havia sido mandado vindo do Ceará, mediante venda realizada por seu ex-senhor, o vigário e senador Pompeu. Logo se descobre que o narrador queria revelar que, mais do que ex-proprietário do rapaz, o ilustre político era seu pai. A quarta narrativa também construída sob a inspiração de ácida ironia, por se tratar de um evento semelhante ao argumento alegado na *Província de S. Paulo*, vale ser reproduzida na íntegra:

> Na província de Minas Gerais, em um de suas povoações, um negro nascido neste libérrimo país, um miserável escravo, ininteligente, inculto, estúpido, bruto, sem costumes, sem caráter, sem bons sentimentos, sem pudor, criado como coisa, para adquirir sua liberdade, para fazer homem, pegou de um seu *senhor moço*, menino, inocente, inofensivo, inconsciente, *seu amigo* e... matou-o.
>
> Matar um futuro senhor?... Aniquilar o domínio em gérmen?... Desfazer a tirania em miniatura?... Em projeto?... Sob a forma ridícula de pueril criança, para evitar o cativeiro no futuro?
>
> Este acontecimento espantoso atesta a existência de uma ideia fixa, perigosa: acusa uma obliteração; o seu autor, porém, é um negro!...

A lista foi, por fim, completada com o exemplo do duque Glocester, da Inglaterra, que no século XV mandou prender e matar seus dois sobrinhos em nome do poder e, mesmo assim, sagrou-se rei "perante Deus, à face da Igreja. [...] Foi um assassino? Foi um ladrão?". O panorama variado serve, pois, para Luiz Gama desmontar o argumento defendido pelo colaborador da *Província de S. Paulo*, que assinava como Proudhon, mas estava longe de ser o Proudhomme de José do Patrocínio da Semana Política, folhetim da *Gazeta de Notícias*. Em resumo, sua crítica vinha mostrar que tudo era uma questão de ponto de vista do poder. Para aqueles que se tomavam como sendo os senhores da razão e da ciência: "O crime, a imoralidade são qualidades transitórias, de erros comuns, que não atingem os atos dos poderosos do estado; o caráter, a posição do autor determinam a razão

do fato; o crime é tão grosseiro e vulgar quanto os criminosos". Sem muito mais, despedia-se: "Teu Luiz Gama".

No dia seguinte, após ter ido à *Gazeta de S. Paulo* para entregar a carta que havia escrito a Menezes no dia anterior, na qual tratava daquele texto do tal Proudhon, Gama decidiu escrever outra missiva ao amigo para contar-lhe sobre outro acontecimento que deveria merecer a atenção dos abolicionistas[45]. "No dia 16, deu-se nesta cidade uma reunião importantíssima e de caráter grave, constituída de fazendeiros abastados, de negociantes e de capitalistas. É uma espécie de *Club de Lavoura e Comércio*, e o mais digno de atenção de quantos será constituído". Liberais, conservadores e republicanos compareceram ao evento – "embora na atualidade, sob o ponto de vista prático, fora do palavreado costumeiro, os qualificativos políticos careçam de realidade". Mas havia ali gente que se dizia abolicionista, como Antonio Prado e Lopes de Oliveira, o que foi prontamente registrado por Luiz Gama. Os temas do encontro, longe de amenidades, eram suprimentos monetários e aquisição de colonos para a lavoura: "Substituir o trabalho servil, dar dinheiro barato e comodamento aos lavradores são as teses que preocupam-no". Sem manifestar muita simpatia à ação daquele grupo, dá outro alerta sobre uma proposta que acabava de chegar à Assembleia Provincial de São Paulo solicitando a "inamovibilidade do elemento servil" – o que, ao pretender obrigar o trabalhador a se manter no mesmo contexto que o vivido à época da escravidão, poderia significar a mera troca de seis por meia dúzia. Acerca de tudo isso, caberia ficar de olhos abertos[46].

A sexta carta dirigida a Ferreira Menezes, datada de 22 de janeiro, é a mais curta, e remetia à atuação feminina nas ações abolicionistas via imprensa – outro aspecto a ser destacado naquela troca nada casual de informações[47]. Trata-se da referência a uma carta anônima e de origem desconhecida que ele recebera sob a assinatura de "Uma neta de

[45] *Gazeta da Tarde,* 23 de janeiro de 1881, p. 1.

[46] Embora não haja contexto algum para qualquer tipo de conclusão, chamou-me atenção o fato de que, logo abaixo desta carta de Luiz Gama, Ferreira de Menezes considerou cabível publicar a seguinte nota: "A estatística criminal de Itália, concernente aos meses de julho, agosto e setembro, acusa resultados horríveis: 975 assassinatos, 10.770 casos de ferimentos e 17.500 roubos, dos quais 541 em despovoado à mão armada. Em três meses... pouco".

[47] *Gazeta da Tarde,* 29 de janeiro de 1881, p. 2. Para uma síntese da atuação de mulheres nas ações abolicionistas, cf.: Angela Alonso, Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista, *Sociologias*, ano 13, n. 28, setembro-dezembro de 2011, p. 166-199.

Zambo". Diferentemente de outras correspondências de remetentes secretos que se dirigiam a ele para fazer ameaças, esta vinha lhe saudar com cumprimentos e compartilhar cenas dolorosas da escravidão. Certo é que, apesar de Gama manifestar a crença de que a carta tivesse sido "escrita por uma senhora tão inteligente quão delicada. [...] Não [sendo] uma senhora de escravos", o anonimato retira muitas garantias a esse respeito. De todo modo, se obra de ficção ou não, ressaltava-se o registro da viabilidade desse sujeito abolicionista não masculino. A pedidos de Luiz Gama, Ferreira de Menezes reproduz na página seguinte o texto desta a que ele se referiu como "a nova Harriet Stowe", a autora do romance *A Cabana do Pai Tomás.*

Tal como principia, é possível que a remetente escreva de algum lugar da província do Rio de Janeiro: "Alguns jornais da Corte têm ultimamente sido pródigos em ameaças, insultos e calúnias...". As palavras que se seguem são empregadas de modo a manifestar seu apoio à causa defendida por Luiz Gama e outros abolicionistas. Feito isso, a remetente passa a narrar episódios dos mais brutais praticados por senhores contra a dignidade de pessoas escravizadas. O primeiro caso corresponde a um relato que lhe foi confiado por uma senhora proprietária de um hotel no interior da província. A mulher contara-lhe sobre um crime presenciado por seu marido que havia sido cometido por um "homem educado no foro da civilização, na Europa, frequentador da Rua do Ouvidor", contra uma família de gente escravizada. Eis a história:

> Ao chegar, encontrou o proprietário do sítio que ordenava ao feitor que amarrasse ao cepo da casa do tronco o negro chamado P. pelo pescoço, cintura e pés.
>
> Depois de executada a ordem, o dito fazendeiro chegou-se perto do mísero escravo, e em tom de mofa, disse-lhe: "Então, meu capadócio, ontem queria opor-te a que tua filha partilhasse meu leito... Cão, não sabes que o escravo pertence em corpo e alma ao senhor?"
>
> O paciente, com os olhos cheios de lágrimas, pediu a seu algoz pelo amor de Deus, para que poupasse sua filha, a quem amava extremosamente. Mas o odioso e inflexível senhor respondeu-lhe cínica e impudentemente o seguinte: "Não só tua filha como tua mulher participarão hoje do meu leito." E com os olhos injetados de sangue de ódio, acrescentou com um riso sardônico: "E, entretanto, de noite tomarás duzentos açoites e passarás assim a noite; e amanhã, quando fores desamarrado, mandar-te-ei colocar dois ferros, um no pescoço e outro no pé, para que não possas *passear muito...*"

> O infeliz, ao ouvir essas iniquidades, fechara os olhos; seus dentes rangiam, do peito saía um ruído surdo, semelhante àquele que se ouve no Vesúvio quando ameaça erupção.
>
> Às 10 horas da noite, dois negros robustos, cada um de seu azorrague, postaram-se um à esquerda e outra à direita do infeliz.
>
> O suplício começou. A parte castigada do mártir estava retalhada, e dela jorrava sangue em abundância. O desditoso, desde o princípio até o fim do suplício, não soltara um só gemido, um suspiro!
>
> Entretanto, o senhor, ou antes, o assassino, protegido pela lei, tinha por meio de ameaças satisfeito seu apetite brutal; e completamente ébrio, exclamava cambaleando diante dos seus satélites silenciosos: "*Consummatum est!*"
>
> No dia seguinte, quando os sicários levavam os ferros para algemar o desgraçado, encontraram o corpo da vítima feio, gelado e hirto; enfim um cadáver[48].

A narrativa "verídica" que trazia semelhanças ao encontrado em contos como *O tropeiro*, de Ferreira de Menezes, e *Virginus*, de Machado de Assis, seguia a estratégia de Gama de ressaltar os horrores da escravidão e recapitulava a condenação da imoralidade e da luxúria, argumento útil a sensibilizar outras mulheres à causa abolicionista. Em diálogo com essa e outras parcelas do público, a missivista, em seguida, criou ocasião para falar de outro caso de desonestidade ocorrido ainda naquele ano de 1881. Tratava-se da história de um homem escravizado que teve seu pecúlio roubado pelo seu senhor e ainda foi torturado para que aprendesse a não sonhar com a liberdade. Após tais relatos, a senhora faria um pedido a Gama:

> Peço-vos, desde já, vênia para participar-vos de vez em quando as injustiças e abusos dos quais são vítimas eternas os desprotegidos da lei dos homens! Se, entretanto, os poderes competentes não melhorarem a sorte destes infelizes, ensinai-lhes o meio indicado por vós no artigo: − Resposta ao pé da letra, isto é, o caminho do desespero!

A sintonia entre Gama e a correspondente citada impressiona. Tanto que a carta bem que poderia ter sido um jeito arrumado por Luiz Gama e seus consortes de ir além do que a segurança lhe garantia, sem poder ser acusado de qualquer crime contra a ordem ou a propriedade. Por outro lado, mais do que se livrar de quaisquer incriminações, tais palavras ditas por alguém com perfil diferente dos dois abolicionistas negros poderiam ter mais

[48] *Gazeta da Tarde,* 29 de janeiro de 1881, p. 3.

apelo. Mas por que não ficar com a imagem da narradora corajosa? Afinal, havia mulheres o suficiente no movimento abolicionista para assim proceder.

Além do mais, o tema da mentira ficou para outro momento. Datada de 28 de janeiro, a última carta de Luiz Gama a Ferreira de Menezes foi publicada no primeiro dia do mês de fevereiro, sendo, entre todas, a única em que é possível sorrir ao lê-la[49]. Nela contava da troça promovida por ele e outros de seus amigos – "gente que tem o que perder, como eu, mesmo sem nada possuir" −, ao inventar uma fictícia associação denominada *Recreio Dramático Abolicionista* e anunciar publicamente na *Gazeta do Povo*, como seus representantes maiores, dois medalhões que pouca ou nenhuma conversa queriam com essas questões de liberdade efetivamente: o comendador Domingos de Mello Rodrigues Loureiro e o dr. Joaquim Pedro. O quiproquó causado levou que esses fossem à imprensa para agradecer, mas declinar do mandato, das formas mais risíveis possíveis, ficando ainda mais expostos ao ridículo.

Embora não se trate necessariamente de um final feliz, esta última carta revela que, apesar de ter que lidar cotidianamente com cenas e relatos da brutalidade da escravidão, esses homens ainda foram capazes de se divertir à custa de seus adversários ou parceiros incertos. E assim esses amigos compartilharam suas alegrias e tristezas como homens negros livres em tempos de escravidão. O acesso a esses conteúdos, ademais, impele ao aprofundamento das reflexões do cotidiano no qual estavam inseridos sujeitos com esse perfil sociocultural e racial. Viviam numa corda bamba, sem abri mão de seus espaços e/ou momentos de autonomia. Conviviam com insistentes tentativas de desumanização e prejuízo dos seus direitos como cidadãos, mas não se afastavam da crença na eliminação das barreiras e na construção de uma sociedade justa. Tal experiência certamente foi vivida por indivíduos brancos, em suas especificidades, mas ignorar o impacto do estigma da cor na vida dos descendentes de africanos me parece cada vez mais improducente. Quanto a isso, as trajetórias de José do Patrocínio e Machado de Assis têm mais a nos dizer.

[49] *Gazeta da Tarde,* 1 de fevereiro de 1881, p. 1.

CAPÍTULO 3 − JOSÉ DO PATROCÍNIO: EMBATES SOBRE RAÇA, ABOLIÇÃO E CIÊNCIA

Ciências e letras
Não são para ti
Pretinho da Costa
Não é gente aqui[1].

As linhas de filiação de José do Patrocínio remontam aos dois lugares sociais emblemáticos do mundo escravista. Seu pai fora o vigário João Carlos Monteiro, um sujeito "meio acaboclado e trigueiro", nas palavras de Osvaldo Orico, que figurava como um destacado escravista da cidade fluminense de Campos dos Goitacazes e teve em seu poder, até mesmo, vários africanos livres[2]. Bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra e figura importante do clero e da política da região, tinha 54 anos quando engravidou Justina Maria do Espírito Santo, uma jovem escravizada que contava a idade de treze anos. Patrocínio nasceu em 9 de outubro de 1853 e recebeu os "santos óleos" em 8 de novembro do mesmo ano, conforme o assentamento de batismo[3]. A princípio, o menino foi registrado como exposto (filho de pais desconhecidos), mas uma anotação feita no canto esquerdo da página retificaria que José era filho natural de Justina. De tal sorte, como um segredo do cônego Monteiro sabido por todos, Patrocínio cresceu na condição de pessoa livre desde a

[1] Luiz Gama, No álbum do meu amigo J. A. da Silva Sobral, in: Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Edição de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 32.

[2] Osvaldo Orico, *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1953, p. 22.

[3] *Assentamento de Batismo de José Carlos do Patrocínio,* 1853, Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória, Coleção José do Patrocínio. Tal como se observa para outros casos dos sujeitos pesquisados, a data de nascimento de Patrocínio também foi motivo para a muita confusão. Raimundo de Magalhães Júnior, por exemplo, chama atenção para o fato de que até o próprio Patrocínio reproduziu esse equívoco: "Sem conhecer a data certa de seu nascimento, José Carlos do Patrocínio incidiu em erro em vários escritos de caráter autobiográfica, em que sua idade é diminuída" (Raimundo Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio.* Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969, p. 9).

infância, entre a casa do Largo da Matriz e as propriedades rurais de seu pai, e ainda sob os cuidados da mãe.

Ali permaneceu até os catorze anos, tendo a esse tempo recebido as primeiras letras nos colégios de Campos e aprendido algumas outras coisas sobre o mundo. O sentimento da barbaridade da escravidão seria uma dessas lições. Aliás, tal experiência tem sido apresentada na qualidade daqueles momentos de revelação ou tomada de consciência e figura como um dos episódios mais enfatizados nas narrativas biográficas sobre Patrocínio. Diante da carência de registros sobre o período inicial de sua vida, por mais que não queiram, os pesquisadores têm se valido reincidentemente da homenagem póstuma escrita por Ernesto Senna e publicada na revista *Kosmos*, em fevereiro de 1905, e depois reunida na coleção de ensaios *Retratos e perfis*, de 1909[4].

Para a construção do texto, Senna, que era cunhado de José do Patrocínio, deve ter recorrido a relatos escritos e outros captados de oitiva. Com as informações reunidas, os primeiros parágrafos foram dedicados à memória da infância. Conta ali que, ao voltar de um passeio a cavalo com o amigo Carlos de Lacerda, branco, Patrocínio, um menino negro que desfrutava sua liberdade em meio a outros seus semelhantes escravizados, chamou um "preto velho" para que viesse abrir o portão da casa. Como esse tivesse demorado, o garoto desferiu um golpe na cabeça do homem, produzindo-lhe um ferimento. Patrocínio dormia quando seu pai chegou em casa e teve notícia do ocorrido. O vigário, sem se importar com o avançado da hora, teria acordado o filho para repreender o seu ato. Eis, então, o momento de revelação:

[4] Ernesto Senna, José do Patrocínio, *Kosmos*, fevereiro de 1905, n. 2, p. 18-22. Isso acontece em: Osvaldo Orico, *O Tigre da Abolição...*; Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio...*; Humberto Fernandes Machado, *Palavras e brados*: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991; Ueliton Farias Alves, *José do Patrocínio:* a imorredoura cor do bronze. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Uma exceção é encontrada em: Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora UnB, 1986. Embora Moraes tivesse conhecimento do texto, não fez uso dessas informações para falar da infância de Patrocínio. Ana Carolina Feracin da Silva, por sua vez, apesar de criticar os usos dessa fonte, também não apresenta outro documento que trate do período (Ana Carolina Feracin da Silva, *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição:* a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006).

> As palavras do vigário Monteiro calaram profundamente no coração de Patrocínio e tal impressão produziram no seu espírito e na sua consciência que, disse ele anos depois, pareceu que todo o seu ser se transformara repentinamente, que a razão lhe abrira novos horizontes, iluminados pela suavidade da luz que era como a precursora do perdão e do arrependimento pela maldade praticada.
>
> Data dessa época o seu sincero devotamento por essa raça infeliz a que pertencia e de cuja emancipação se tornou o mais fervoroso e o mais decidido propagandista[5].

O texto sugere que, até aquele momento, era facultado a Patrocínio viver como um sinhozinho voluntarioso. Mesmo enxergando traços de "quem conta um conto aumenta um ponto" nessa história, ainda me ponho a especular sobre os argumentos empregados pelo vigário capazes de promover uma mudança tão profunda numa pessoa de tão pouca idade. Sim, porque, a partir dali, o garoto, em vez de nutrir gratidão pelo ensinamento vindo do pai, teria passado a vê-lo como um grande desafeto, pondo-se a apoiar as fugas de gente escravizada e atrapalhar os negócios daquele. Além disso, tal como aparece no relato, a imagem de um senhor bondoso, não afeito à violência, imediatamente daria lugar à de um escravista padrão, contra o arbítrio de quem o garoto chegou a arriscar a vida, lançando-se da escada que dava para o terreiro onde um feitor seviciava um homem a mando de seu pai e a despeito de suas súplicas em oposição. Quanto a isso, Senna comenta:

> O Vigário João Carlos principiou a encontrar em seu filho grande rebeldia contra os castigos que mandava aplicar nos seus escravos, de maneira que já o tinha na conta de um perturbador dos seus despóticos rigores, de um agitador perigoso, que se tornava necessário arredar para o ponto mais afastado daquele meio em que dominava o interesse ganancioso de um senhor de engenho[6].

Também àquela época, Patrocínio teria se dado conta da situação desvantajosa de sua mãe. Em decorrência de um dos insultos a que essa fora exposta por parte de uma das amantes do pai, ele se envolvera numa briga doméstica, o que tornara insustentável a relação com o vigário Monteiro. Essa foi, pois, a razão apontada por Senna para a ida do menino Patrocínio para o Rio de Janeiro em 1868. A narrativa, nesse trecho em particular, não abre espaço para nuances e acaba encobrindo fatos então conhecidos, que serviriam

[5] Senna, José do Patrocínio..., p. 19.

[6] *Idem*, *ibidem*.

para um melhor dimensionamento da vida de incertezas levada por Patrocínio. Senão vejamos alguns detalhes.

Tal como observa Evaristo de Moraes, foi somente após a partida do filho que Justina, com seus 27 anos de idade, passaria a trabalhar como quitandeira em Campos[7]. É bem provável que já não se fizesse tão interessante aos olhos do vigário quanto no tempo do nascimento de Patrocínio e da conquista de sua liberdade formal. Isso, portanto, tornaria o convívio entre pai e filho mais distanciado, gerando certa frustração no pequeno. Paralelamente a esse processo de diferenciação, o convívio com outras pessoas negras, submetidas ou não à escravidão, deve ter exercido uma influência na formação de sua identidade maior do que o entrevisto por Ernesto Senna, que sobrevalorizou a reprimenda paterna.

Até porque a condição de livre e filho de escravista não livrou Patrocínio do estigma da cor, desde cedo. Reconheceria isso em uma conferência abolicionista em 1884, ao dizer que, quando ainda morava em Campos, "foi caixeiro, durante seis dias, e o seu patrão que era uma excelente pessoa, ao fim desse pouco tempo, dirigiu-se a ele [...] e disse-lhe com certo acanhamento que não poderia continuar, porque o público não gostava de ver uma pessoa da minha cor no balcão"[8]. Falar sobre o preconceito de cor era também relembrar que enquanto seu meio irmão, Cezario Monteiro, tido como branco, havia se mudado para Coimbra para estudar, Patrocínio permaneceria por ali tentando se desvencilhar dos postos comumente destinados a pessoas de sua cor.

Com efeito, o reconhecimento desses outros fatos não implica a atribuição de um atestado de mentira ao relato de Senna. Trata-se, pois, de buscar lidar com evidências que atestam que o dito por ele possui certo fundamento na experiência vivida, mas não encerra − nem poderia − tudo o que aconteceu. Esse exercício reflexivo, na verdade, me parece mais útil para uma problematização sobre o acesso limitado a dados consistentes que permitam falar dos processos de construção de identidade sociorracial, mesmo para os casos de homens negros livres que alcançaram considerável prestígio social em seu próprio tempo – sobre quem é suposto haver uma variedade maior de documentos. Os casos de

[7] Moraes, *A Campanha Abolicionista...*, p. 285.

[8] *Gazeta da Tarde*, 7 de setembro de 1884, p. 1.

Ferreira de Menezes, Luiz Gama e Machado de Assis, abordado logo mais, dão outras mostras dessa lacuna.

Isso explica, em parte, o momento vivido pelos trabalhos historiográficos que tratam das experiências de racismo na infância de crianças negras no período escravista. Salvo engano, a maior parte das pesquisas que tangenciam essas questões o faz por tratar das práticas de escolarização de crianças negras no século XIX e do destino dos nascidos após a Lei do Ventre Livre[9]. Digo isso em parte por conta do legítimo receio existente entre os novos estudiosos das trajetórias de vida de promover teleologia ao se reportar aos primeiros anos da existência dos biografados e endossar o princípio limitador de que os determinantes centrais (psicológicos, sociais e, quando não, biológicos) de uma experiência individual seriam encontrados na infância[10]. Considero que essas inquietações são indiscutivelmente procedentes; todavia, elas também precisam ser relativizadas, pois, se é fato que o menino não necessariamente é pai do homem, como observou Ana Carolina Silva em sua crítica às biografias sobre Patrocínio, a infância não deixa de ser um momento de aprendizagem,

[9] Cf. Adriana Maria Paulo da Silva, *Aprender com perfeição e sem coação*: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte, Brasília: Editora Plano, 2000; Jeruse Romão (org.), *História da Educação do Negro e outras histórias*, Brasília: MEC/Secad, 2005; Marcus Vinicius Fonseca, *Pretos pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo (USP), São Paulo, 2007; Cynthia Greive Veiga, Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX, *Educação em Revista*, 2010, v. 26, n. 1, p. 263-286; Martha Abreu, Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da lei do ventre livre (Rio de Janeiro, 1871). Ilma Rizzini (org.), *Olhares sobre a criança no Brasil:* séculos XIX e XX, Rio de Janeiro: Petrobrás-BR, Ministério da Cultura, Edusu, Amais, 1997, p. 107-125; Martha Abreu, "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Artur Ramos, in: Ilma Rizzini (org.), *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil:* cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: Edusu, 2000, p.119-142; José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

[10] Entre os textos consultados sobre os novos caminhos e limites da biografia, cf.: Pierre Bourdieu, A ilusão biográfica, in: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191; Giovanni Levi, Usos da biografia, in: Amado e Ferreira (orgs.), *Usos e abusos da história oral...*, p. 167-182; Mary Del Priore, Biografia: quando o indivíduo encontra a história, *Topoi*, v. 10, n. 19, julho-dezembro de 2009, p. 7-16; Alexandre de Sá Avelar, A retomada da biografia histórica: problemas e perspectivas, *Oralidades,* v. 2, 2007, p. 45-60; Alexandre de Sá Avelar, A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões, *Dimensões*, v. 24, 2010, p. 157-172. No que toca os estudos sobre a infância, destaco as problematizações e possibilidades oferecidas em: Mirian Jorge Warde, Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil, *Perspectiva*, v. 25, n. 1, janeiro-junho de 2007, p. 21-39; Ione da Silva Jovino, *Crianças negras em imagens do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

afirmação e construção individual, que também precisa ser levado em consideração quando se pretende abordar determinados aspectos da vida do ser humano em sociedade[11].

Voltando aos primeiros passos de Patrocínio na Corte, não é demais registrar que a ida para lá não representou um rompimento absoluto com o seu progenitor. Anos depois, ao se contrapor a acusações que o incriminavam de viver à custa dos recursos acumulados para a libertação dos escravizados, ele mencionaria as fontes de renda que o permitiram sobreviver logo que chegou à capital, quando se instalou como "quase servente, aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa da Misericórdia": "Ganhava em 1868 a quantia de 2$ [Dois mil réis] por mês, de *ganchos*, como chamávamos em nossa gíria, isto é de plantões eu fazia aos domingos pelos meus companheiros. Tinha também 16$ [Dezesseis mil réis] de mesada que me era dada pelo vigário, que não me perfilhou, mas que toda gente sabe que era meu pai"[12]. Mas essa magra ajuda não se estendeu por muito tempo.

Tão logo as irmãs de caridade assumiram a direção da farmácia, ele perdeu seu posto, e também a ajuda vinda de Campos, a despeito de o vigário só ter ido a óbito em 1876. Sem recursos e com toda a energia da juventude, desde sua chegada à cidade até a conclusão do curso de farmácia em 1874, José do Patrocínio trabalhou bastante e socorreu-se dos favores de muita gente. Albino Alvarenga, que o conhecia de sua terra natal, conseguiu empregá-lo na casa de Saúde do Dr. Batista dos Santos. O Dr. João Pedro Aquino garantiu-lhe uma bolsa integral no seu externato, o renomado Externato Aquino, onde ele fez os estudos preparatórios para a faculdade. Os amigos Martins Costa e Campos da Paz, da república de estudantes, facultaram a ele morada gratuita, ao passo que Sebastião Catão Callado lhe deu casa e comida durante três anos da faculdade. Por fim, logo depois da formatura, veio o auxílio da família de João Rodrigues Pacheco Villanova, chefiada pelo capitão Emiliano Rosa de Senna e dona Henriqueta Senna, seus futuros sogros, que também lhe ofereceram casa e comida, sob a "condição" de ele se tornar o professor de seus filhos[13].

Formou-se, pois, em Farmácia, mas consoante o discurso de Mário de Alencar proferido ao assumir a cadeira de José do Patrocínio na Academia Brasileira de Letras, em

[11] Silva, *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição*..., p. 32-42.
[12] *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884, p. 1.
[13] *Idem*, *ibidem*.

1906, cujos argumentos foram incrementados por Osvaldo Orico, sua intenção inicial era a Medicina[14]. O sonho, entretanto, teria sido interrompido com o auxílio do regente da cadeira de Filosofia:

> Patrocínio desejava seguir o curso médico, para o que envidava todos os esforços, esmerando-se no aprendizado dos preparatórios necessários. Conseguiu vencer as barreiras, menos uma: o exame de filosofia. Encontrou aí a oposição obstinada de um frade professor dessa matéria. Frei Saturnino não gostava do estudante e costumava dizer-lhe que sua batina sabia mais filosofia do que todos os compêndios que ele pudesse desvendar. E Patrocínio estancou ante a hostilidade sábia do frade, resignando-se a ficar sem o exame de filosofia, pelo que teve de abandonar as aspirações clínicas e seguir o curso mais modesto de farmácia[15].

Em já não sendo os afazeres de farmacêutico sua vocação mais profunda, o pouco retorno que o ofício lhe daria − entre trinta e quarenta mil réis mensais, pois não tinha condições de estabelecer sua própria empresa e haveria de alugar sua carta por salário – o fez desistir da carreira e, como veio a dizer tempos depois, cogitar morrer de fome. E o porquê de tudo isso? "Não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias até então experimentadas". Acontece que àquele tempo, afora os serviços prestados à família Senna, que tinham como recompensa uma série de facilidades, ele já ensaiava participações nas letras poéticas, no jornalismo e na vida política da Corte. Feita a iniciação em 1871, ao publicar em *A República* o poema "À Memória de Tiradentes", de manifestação republicana e abolicionista; e colaborado com

[14] Para atuação de alguns homens negros formados em medicina no século XIX, cf. Ana Maria Galdini Raimundo Oda e Paulo Dalgalarrondo, Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. 4, 2000, p. 178-179. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf. Acesso em: novembro de 2013; Nei Lopes, Rebouças, Teodoro e Juliano: o gênio afro-baiano na ciência e na tecnologia, *Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, 1997, p. 178-183; Oracy Nogueira, *Negro político, político negro:* a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha. São Paulo: Edusp, 1992.

[15] Orico, *O Tigre da Abolição*..., p. 49. Osvaldo Orico não cita a fonte de onde retirou tal informação. Todavia, o conteúdo desse comentário aparece apenas no discurso de Mário de Alencar: "Aprendeu tudo e bem, e para o curso médico só lhe faltava o exame de Filosofia, que não chegou a fazer por causa de um frade professor dessa matéria. Frei Saturnino não gostava dele e costumava dizer-lhe que a sua batina sabia mais Filosofia do que toda a que pudesse entrar no cérebro do vosso confrade. Sem esse exame, resignou-se Patrocínio a estudar o curso de Farmácia, que acabou com muita distinção, servido pela caridade de colegas e ajudado por lições particulares que dava" (Mário de Alencar, Discurso do Sr. Mário de Alencar, in: ABL, *Discursos Acadêmicos*, Tomo I, v. I-IV, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 207).

versos de mesma vertente para o jornal estudantil *Lábaro Acadêmico*, em 1874, quando cursava o último ano de Farmácia; veio a edição da folha republicana *Os Ferrões*, junto com Demerval da Fonseca, em 1875. Nesse mesmo ano, teve passagem ainda pela redação de *A Reforma*[16]. É, portanto, razoável supor que ele entrevisse na imprensa um futuro, quando não rentável, pelo menos mais dinâmico.

Assim foi levando uma vida relativamente pacata − ou melhor, na média da de muitos como eles − por alguns anos, época que não dizia da indiscutível agitação que marcaria seus dias na década seguinte, sobretudo depois que assumisse a *Gazeta da Tarde*, após a morte de Ferreira de Menezes em junho de 1881. Enquanto ministrava diariamente as aulas para o grupo de crianças e adolescentes, dedicava-se também ao desenvolvimento de seus próprios pensamentos e escritos. Convivia, seja em casa ou na rua, com homens de ideais republicanos e, por vezes, abolicionistas. Mas essa tranquilidade veio a ser abalada pela suspeita de ele estar enamorando-se por Bibi (Maria Henriqueta), a filha do casal. E o fato é que estava. Por conta disso, acabou perdendo o posto de professor da família e foi "convidado" a se retirar da casa, onde desfrutava certo conforto. Mas o protegido não ficaria sem teto. Dona Henriqueta, que pelo jeito o tinha como um filho, alugou para ele um chalé próximo à chácara onde viviam, o que acabou facilitando a continuidade do romance.

Àquela altura, o trabalho na imprensa iria se transformar numa realidade palpável. Em janeiro de 1877, foi incorporado à redação da *Gazeta de Notícias*. Principiou como folhetinista da "Gazeta Métrica", passou para as "Ocorrências de rua", ambos escritos em versos, e ainda a crônica semanal "Conversemos". Não demorou um mês e a "Semana Política" apareceria com a assinatura de Proudhome, seu mais famoso pseudônimo[17]. Dessa folha tanto saíram em folhetim seus primeiros romances, *Motta Coqueiro ou A pena de morte* e *Os Retirantes*, em 1877 e 1878, quanto teve impulso sua campanha abolicionista na imprensa, a partir de 1879.

---

[16] Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio...*, p. 26-39.

[17] *Gazeta da Tarde,* 26 de fevereiro de 1877. Raimundo de Magalhães Júnior considera que a origem mais provável desse pseudônimo seja uma alusão à pessoa de Pierre-Joseph Proudhon, "o famoso autor de de *Qu'est-ce que la Proprieté?* – pergunta a que ele mesmo respondia: *C'est le vol!* Ainda uma vez teríamos a aproximação das inciais e, mais do que isso, a do *slogan* que José do Patrocínio parodiaria e popularizaria durante a campanha abolicionista, com esta forma: 'A escravidão é um roubo. Todo dono de escravo é um ladrão'" (Magalhães Júnior, *A vida turbulenta de José do Patrocínio*..., p. 42).

A organização de sua vida pública corria, então, paralelamente a outros arranjos no âmbito privado. Em razão dos encontros iniciais do Club Republicano, Patrocínio voltou a frequentar a casa do capitão Senna e a empreender uma reaproximação amistosa com a família de Bibi, com quem pretendia se casar. O pai da mocinha branca, "em quem ardiam zelos de sangue azul, levantou como barreira ao casamento o preconceito de cor". Pouco importava se Patrocínio "não era negro, tampouco mulato" ou se "sua pele oscilava entre os dois", nos termos da ponderação de Osvaldo Orico[18]. Ele não era branco. E, para que o casamento acontecesse, teve que contar com a campanha da própria moça; de dona Henriqueta, sua mãe; e de Ferreira de Araújo, amigo do mancebo e diretor da *Gazeta de Notícias.* Demorou um pouco, mas em 15 de janeiro de 1881, o enlace matrimonial acabou acontecendo.

Mas a cerimônia na matriz de São Cristóvão não encerraria a polêmica em torno daquela união. Quase um mês depois do enlace matrimonial, o jornal *O Corsário*, editado por Apulco de Castro, também negro, reservaria três colunas da edição de 9 de fevereiro para a publicação de um artigo rico em ofensas e condenações pautadas na origem racial dos noivos[19]. O "Casamento de um tipo" apareceu sem assinatura na seção "Variedades", onde também eram aceitas contribuições de diferentes origens. Se eu não tivesse em boa conta quem, por ventura, chegue a essas páginas, transcreveria o texto completo, uma vez que isso até evitaria a interferência da minha leitura entrecortada, que tem chance de comprometer o dimensionamento da violência empregada. Mas, como o fenômeno pode ser observado quase que em qualquer frase, tamanho exagero torna-se dispensável. Recapitularei apenas alguns trechos.

A expectativa gerada pelo título ganhava mais entusiasmo na primeira linha do artigo: "Casou-se o Preto Cínico da Gazeta e está muito ancho com a lança que meteu em África! Em África não, e aí é que está o mal". Os argumentos utilizados a partir daí são

[18] Orico, *O Tigre da Abolição*..., p. 59.

[19] Sobre a trajetória desse jornalista, cf. Joel Rufino dos Santos, O caso do jornalista Apulco de Castro, *Anais da Biblioteca Nacional – Abolição & Abolicionismos*, Rio de Janeiro, v. 116, 1996 (volume publicado em 1999); Thomas Holloway, The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory, *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 19, n. 1, 2008-2009. Disponível em: www1.tau.ac.il/eial/index.php? option=com_content&task=view&id=238&Itemid=162. Acesso em junho de 2011.

encadeados de modo a demonstrar como Patrocínio seria na verdade um oportunista, um astuto que subvertera a máxima de "a primeira virtude do homem é o amor ao trabalho, fonte de todas as virtudes" e investira contra a generosidade de quem lhe estendera a mão:

> O nosso negrinho, adotando a seu modo essa máxima eminentemente moralizadora (o seu forte é a moral, todos sabem), pôs-se à cata de trabalho, e na falta de cousa melhor, deitou romantismo e toca a lavrar – não a terra, para o que o destinou a natureza – mas sim a vinha do Senhor, para o que é imperiosamente arrastado pelos brutais instintos e ímpetos de Sátiro africano.
>
> Ah! Bom manganão! Casou-se!
>
> Mas com quem foi casar-se o imaculado apóstolo protetor dos negros seus parceiros? Procurou por ventura fazer a felicidade de uma pretinha sua parenta? Escolheu alguma Dona de sua própria raça, de popa planturosa e catinguenta a valer?
>
> Pois não! Nessa não caiu o nosso moleque.
>
> Isso é bom para os tolos, para os boçais parceiros, não para os quilombolas da grande imprensa moralizadora da Corte, não para o espertalhão jornalista ganhador.
>
> O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e... branca. O fato é que alcançou o *desideratum* à medida de seus atrevidos sonhos[20].

O mal feito, portanto, seria duplo, contra negros e brancos. Aos negros atraiçoava porque, a despeito de se colocar como advogado da "santa causa da emancipação e da igualdade dos parceiros", estaria buscando vantagens apenas para si, ignorando até mesmo a condição de penúria de sua mãe, que, na cabeça de quem escrevia o artigo, era um pobre velha, entrevada, entregue ao desamparo em Campos; mas que, no entanto, era livre e, aos 41 anos de idade, ganhava a vida como quitandeira em Campos[21]. Mas o pior seria a ousadia de querer assumir papel de pai no mundo branco, ainda mais quando a consorte não demonstrava resistência ao fato. Sendo assim, algumas pancadas em Bibi também vinham a propósito:

> quanto à Exma. consorte do ilustre literato-panfleteiro da *Gazeta*, a maior felicidade que como bons cristãos lhe podemos desejar, como presente de bodas – em tão lamentável circunstância – é que Deus lhe *proteja* com uma permanente esterilidade, a fim evitar-lhe cruéis vexames e inevitáveis remorsos. Esses votos são, acredite, de quem não lhe quer mal.

[20] *Corsário*, 9 de fevereiro de 1881, p. 2.

[21] Magalhães Júnior, *A vida turbulenta de José do Patrocínio*..., p. 95.

> Compreendemos a glória de ser mau dos Gracos e mesmo dos Dupin; compreendemos a tranquila e natural felicidade de uma senhora, branca ou de cor, ser mãe de filhos de sua casta; compreendemos até o orgulho de uma pobre senhora de cor poder chamar de seu filho um José do Patrocínio, mas o que não compreendemos é nem a glória, nem a felicidade, nem o orgulho – sendo de uma moça branca – de vir a ser mãe de molequinhos filhos de um Preto Cínico por excelência[22].

Dispensadas as infelicitações aos noivos, cabia por fim expor as motivações daquelas repreensões. Sem qualquer preocupação de lhe ser imputada falta por prática do que chamaríamos hoje de machismo e racismo, o articulista desconhece a legitimidade da autonomia feminina e desqualifica mais uma vez a figura dos negros, tudo isso pela defesa da moral e da família:

> o nosso intrometimento tem uma grande escusa, a qual é formular alto e bom som solene protesto contra mais esse exemplo de elevada moral, que não desejamos por modo algum ver seguido, nem vulgarizado pelas filhas famílias, nossas patrícias.
>
> Que um branco case-se com uma negra, vá; lá se avenha. Deve saber o que faz; sua alma sua palma. Mas que uma jovem e inexperiente menina branca seja vítima de... uma dessas alucinações passageiras é coisa de lastimar e que não se deve consentir de forma alguma. As veleidades da mocidade cedo desaparecem para dar lugar às eternas leis da natureza e da sociedade humana que relativamente aos casos de que tratamos são: o arrependimento e a desgraça sem lenitivo.
>
> Bastam os escândalos de brancos entre si, e os da gente de cor uns com outros. Nada de animar essas monstruosas e repelentes mesclas que, a sorrelfa, vão se introduzindo entre nós, ainda mais depravando os nossos costumes, já assaz relaxados. Bastam as que não podemos evitar e as que se podem disfarçar[23].

Em resumo, a pessoa de José do Patrocínio era reduzida a pó de traque por um comentarista que o desprezava por suas origens, que considerava o eito como seu lugar de direito, devendo viver naquele ambiente ao lado de seus consortes, de temperamento animalesco e cheiro fétido; e, não por acaso, o seu casamento com a moça branca e rica era motivo a valer para mobilizar sua ira. Isso para dizer o mínimo. Esse, entretanto, não foi o primeiro comentário sobre Patrocínio a aparecer no *Corsário*. Mas o que mais interessa aqui não é o ineditismo do sujeito tema, e sim a abordagem empregada. Isso porque uma

[22] *Corsário*, 9 de fevereiro de 1881, p. 3.

[23] *Corsário*, 9 de fevereiro de 1881, p. 3.

insinuação cantada pelo próprio Patrocínio na *Gazeta de Notícias*, dias depois, ainda no contexto da publicação desse artigo mais polêmico, me levou ao acompanhamento das referências feitas a ele naquele jornal e a perceber outros detalhes.

Antes mesmo da edição de 20 de novembro de 1880, quando veio cuspindo maribondos pelo fato de "pessoa fidedigna e ilibado caráter [ter afiançado] que o Sr. José do Patrocínio, o rabiscador do rodapé da *Gazeta de Notícias,* o virulento orador das conferências populares, pediu à promotoria pública a supressão do *Corsário*", outro artigo já teria sido publicado em alguns dos seis números daquele ano ausentes na coleção da Biblioteca Nacional. A despeito da impossibilidade de conferir esse primeiro perfil traçado sobre Patrocínio, a primeira notícia encontrada causa certa surpresa, pois havia gente de sobra e com mais motivação para fazer isso. Um exemplo seria o chefe de polícia Corrêa de Menezes, que vinha sendo perseguido pela folha e que seria acusado por muitos de, senão comandar, ao menos acobertar os capangas que passaram a atacar os vendedores de jornal, tomando e rasgando os exemplares do *Corsário*, a fim de impedir a sua circulação.

Acontece que, até o comentário sobre o casamento, as referências a Patrocínio chegavam a se remeter à sua origem racial, mas não tornavam isso motivo em si para desqualificá-lo, limitando-se ao uso do trocadilho "Preto Cínico" com o seu nome por uma única vez. No mais, eram, sobretudo, condenações de ordem político-moral, tal como ocorrera com Joaquim Nabuco e outros considerados "oportunistas" e "traficantes" que grassavam por Trampolinópolis – codinome dado à Corte[24]. Em outras situações, questionava-se a seriedade do compromisso com a causa abolicionista, de modo a realçar a posição do *Corsário*, que não estava ligado a grupos e, portanto, teria mais autonomia em

[24] Cf. *Corsário*, 20 de novembro de 1880, p. 1; 4 de dezembro de 1880, p. 2; 7 de dezembro de 1880, p. 2; 11 de dezembro de 1880, p. 2; 24 de dezembro de 1880, p. 1; 1º de janeiro de 1881, p. 2 (em que a expressão "Preto Cínico aparece pela primeira vez); 10 de janeiro de 1881, p. 3; 17 de janeiro de 1881, p. 3. É certo também que algumas referências são mais maliciosas, sobretudo as feitas em verso. A primeira delas foi feita no poema ligeiro "Um grupo histórico", publicado na seção "A Pedidos", criticando, sobretudo, os redatores da *Gazeta de Notícias*, que sobre Patrocínio versava: "Deus 'Proudhomme', preto fulo, / Tem horror à escravidão, / Mas deixa entregue a cozinha / Entre pretos seu irmão" (*Corsário*, 22 de dezembro de 1880, p. 4). Semanas depois, deu-se publicidade a outros versos "La Marche aux Flambeu", que também gira em torno de indivíduos criticados no jornal. As letras dessa vez eram: "Deus 'Phroudomme' traz lanterna / P'ra aclarar do povo − a razão; / Enquanto foge dos pretos, / Chega aos brancos − seu brasão" (*Corsário*, 10 de janeiro de 1881, p. 2). Haveria espaço também para se aludir por meio de versos a outro apelido de José do Patrocínio em "Piolhos da Imprensa": "Zé do Pato, Zé do Pato **/** Tu assim vais muito mal! **/** Tira a pedra do sapato **/** Zé do Pato, Zé do Pato... / Zé do Pato e cousa e tal" (*Corsário*, 13 de janeiro de 1881, p. 2).

relação aos abolicionistas em ascensão, como Patrocínio e Nabuco, além de Ferreira de Araújo e Ferreira de Menezes.

A publicação do "Casamento de um tipo" causou, então, algum alvoroço, que motivou um pronunciamento do editor no número seguinte: "[No próximo número] desmascararemos os miseráveis que procuraram envenenar o artigo que nos foi enviado sobre o Sr. José do Patrocínio e que aceitamos por não ofender a grande e importante classe dos homens de cor do nosso país"[25]. O informe apontava tanto para um autor outro que não Apulco de Castro quanto tentava se desvencilhar da imputação de ofensa racial contra os negros. Mas o jornal acabou não cumprindo a promessa e se justificou alegando não ter havido tempo suficiente para dar conta de tanta matéria existente, mas que a falta teria sido útil, uma vez que poderia aproveitar o ensejo para intercalar no artigo "a resposta que nos merece a matéria fecal que o 'Demônio Familiar da sociedade brasileira' vomitou sobre nós, do monturo de infâmias reles com que respondeu a uns artigos com que o Sr. Sílvio Romero o está esporeando das colunas da *Gazetinha*"[26].

Referia-se ao artigo enviado por Patrocínio para seção de publicação a pedidos da *Gazeta de Notícias* de 13 de fevereiro, ao qual se seguiriam mais cinco textos dirigidos a Sílvio Romero, que desde o dia anterior dera início na *Gazetinha* a uma série de ataques a Patrocínio e Vicente de Souza, outro homem negro, médico e futuro professor do Colégio Pedro II[27]. Curiosamente, a primeira frase de Patrocínio deixava de mencionar o título da *Gazetinha* para estabelecer uma associação entre o texto de Romero e o *Corsário*: "O Sr. Sílvio Romero escreveu ontem um *Corsário* contra mim e o meu amigo o Sr. Dr. Vicente de Souza". Estaria ele, por meio desse artifício, sugerindo que o texto anônimo contra a sua

[25] *Corsário*, 12 de fevereiro de 1881, p. 3.

[26] *Corsário*, 16 de fevereiro de 1881, p. 3.

[27] Vicente de Souza nasceu em Nazareth das Farinhas, Bahia, formou-se pela Faculdade Medicina da Bahia, mas acabou atuando como professor de Latim do Colégio Pedro II. Esteve bastante envolvido nas lutas políticas da capital do Império e depois da República. Foi um importante abolicionista da Corte, luta na qual lhe acompanhou sua esposa D. Cacilda de Souza, uma mulher negra. Também protagonizou outras lutas trabalhistas no pós-abolição. Defendeu as ideias socialistas e fundou jornais como A *Democracia* (1890) e A *União Federal* (1890-1891). Cf. Evaristo de Moraes, *A Campanha abolicionista...*; José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Eduardo Silva, Resistência negra, teatro e abolição da escravatura, *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 2006 (Sociedade, Cultura e Poder no Império). Disponível em: sbph.org/2006/sociedade-cultura-e-poder-no-imperio/ eduardo-silva#sdendnote2sym. Acesso em: dezembro de 2010.

pessoa também seria obra do filósofo sergipano? Havia razões para tanto? É de se ter em mente que o *Corsário* sustentava que o artigo sobre o casamento de Patrocínio tinha sido uma contribuição externa. Para tentar entender as razões desse quiproquó, só resta acompanhá-lo desde o seu possível começo[28].

Em janeiro de 1881, a *Revista Brazileira* havia lançado um número no qual incluía uma colaboração de Sílvio Romero intitulada "A questão do dia: a emancipação dos escravos". Naquele artigo, seu alvo privilegiado era Joaquim Nabuco, que estava na Europa e a quem se referiu como "diplomata *vistoso*, sedento de *notoriedade fácil*", mas nisso incluía algumas alfinetadas em Patrocínio. Em sua avaliação de conjuntura, Romero entendia que, mesmo não havendo mais quem defendesse a instituição escravista desde a lei de 28 de setembro de 1871, a emancipação permanecia um problema não resolvido. Entretanto, não se identificava com a agitação abolicionista existente, na medida em que não iam "além das coquetices do *pedantocrata* Joaquim Nabuco e das declamações de um ou outro *sang-mêlé* transformado de chofre em vidente e diretor da opinião brasileira"[29].

Ao mesmo tempo, reconhecia a existência de três grupos que estariam disputando a legitimidade para o encaminhamento da questão servil, os quais seriam: "*abolicionistas intransigentes e imediatos*; *sectários do status quo* criado pela lei de 28 de setembro; e *abolicionistas moderados*, que desejam medidas que debelem mais ou menos lentamente o mal, ou marcam um prazo fixo para a sua extirpação". Não comungava de qualquer uma dessas opções, mas centrava fogo na última, que seria a de Nabuco. Julgava que o estabelecimento de um prazo geraria uma grande tensão, que poderia resultar num levante tal como o ocorrido na ilha de Santa Cruz, parte das Ilhas Virgens, em 1849, conforme informação imprecisa de um "autor competente" em quem se fiava. A referência devia ser aos levantes promovidos por escravizados e libertos entre 1847 e 1849, primeiro em defesa da liberdade e depois contra as tentativas de reescravização disfarçada promovidas pela

[28] Raymundo de Magalhães Júnior chegou a registrar essa suspeita, mas não a levou a sério, preferindo não citar as associações entre Romero e o *Corsário* levantadas por Patrocínio e se limitar ao conteúdo apresentado por aquele na *Revista Brazileira* (Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio...*, p. 102-115).

[29] Sílvio Romero, A questão do dia: a emancipação dos escravos, *Revista Brazileira*, ano 2, tomo 7, janeiro de 1881, Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1881, p. 192. Agradeço a Candido Domingues por ter ido à Biblioteca dos Barris, em Salvador, para copiar e me enviar a reprodução deste documento.

parceria governo e fazendeiros[30]. De tal sorte, o melhor meio para dar fim à escravidão estaria longe dos "projetos absurdos e combinações legislativas engenhosas". A saída seria investir no crescimento do trabalho livre "mais fecundo, e depois mais fácil, mais *barato*", e não ficar contando com a intervenção do Estado. "Para isso, não será necessário pregar o ódio de raças e impingir-nos a superioridade do negro sobre o branco" – o que considerava ser parte da estratégia de Nabuco e outros "publicistas de cor". Os discursos abolicionistas que se empenhavam no reconhecimento das virtudes dos africanos e seus descendentes eram, então, percebidos como "uma tentativa de criar um partido *negro*"[31].

Contrário a tudo isso, Sílvio Romero estava certo de que "o negro é um ponto de vista vencido na escala etnográfica" e desautorizava homens como Patrocínio a cogitarem se supor "mais ilustrados, mais lúcidos, mais desprendidos de prejuízos do que o ilustre

[30] A ilha de Santa Cruz foi colonizada pela Dinamarca, país europeu que ostenta o posto de primeira nação a abolir o tráfico transatlântico de gente escravizada, em 1792. O fim desse comércio levou a algumas reformas no intuito de evitar o esgotamento da mão de obra na colônia cuja economia era baseada na cultura de açúcar e algodão. A substituição do termo "escravo" por "não livre" e o estabelecimento de escolas de primeiras letras foram seguidos pela lei de 28 de julho de 1847, que tornava livres os negros nascidos a partir de então e estipulava um prazo de doze anos para a emancipação integral dos demais. Tais medidas foram vistas como mais limitadas que as da abolição promovida nas Ilhas Ocidentais britânicas em 1833. Em 1848, a morte do rei Cristiano VIII em janeiro, as notícias da "revolução francesa" e do fim da escravidão em Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa serviram como outros incentivos. A despeito das promessas de garantia de emancipação feitas pelo governador geral Peter von Scholten, uma greve dos trabalhadores negros foi silenciosamente organizada e deflagrada em diferentes partes da ilha em julho daquele ano, com o objetivo de se alcançar a liberdade de fato. O governo assinou uma declaração emancipacionista no dia 3, mas isso não marcou o fim do conflito, tendo em vista o ataque promovido por soldados que feriram e levaram a morte muitos dos revoltosos, que até então exibiam uma postura relativamente moderada. A revolta acabou se estendendo por mais cinco dias, sendo seguida pelo assassinato de mais gente e o banimento de alguns líderes que colaboram com o governo na tentativa de recuperar o controle da situação no fim das contas. Outro decreto real "abolicionista" foi assinado em setembro de 1848, mas, sob a governança de Hansen, os fazendeiros foram contemplados pela criação do "Ato do Trabalho" [*Labor Act*], de 1849. Tido como umas das mais restritivas leis trabalhistas vistas nas Índias Ocidentais, esse dispositivo foi interpretado pelos trabalhadores como uma tentativa de reescravização, o que os levou à greve de julho de 1849, prontamente reprimida. Alegando exemplos dados pela Inglaterra, França e Suécia, antigos escravistas ainda entraram com ações com objetivos indenizatórios pela "perda" dos antigos escravos formais. Mas o que, efetivamente, se viu foi a permanência autorizada por muitas décadas de práticas escravistas e discriminatórias antinegros, pautada até mesmo na hierarquização das cores via mestiçagem. Sobre o assunto, cf.: Junius P. Rodriguez (ed.), *Enciclopedia of Slave Resistence and Rebellion*, v. 2 – O-Z and primary documents. Westport, CT: Greenwood Press, 2007, p. 433-435; Petition for compensation for the loss of slaves by emancipation in the Danish West Indies, *The Journal of Negro History*, v. 2, n. 4, outubro de 1917, p. 423-428; Clifton E. Marsh, A Socio-Historical Analysis of the Labor Revolt of 1878 in the Danish West Indies, *Phylon*, v. 42, n. 4, 1981, p. 335-345.

[31] Romero, A questão do dia..., p. 196-197.

materialista [Thomas] Huxley". No intuito de fortalecer seu argumento, pôs-se a citar a avalição do tal gênio da raça sobre os momentos seguintes à Guerra de Civil Americana:

> Os resultados imediatos não corresponderam provavelmente às esperanças dos emancipadores, e ultrapassaram talvez os receios do partido vencido. Pode ser absolutamente certo que alguns negros sejam superiores a alguns brancos; mas nenhum homem de bom senso, bem esclarecido sobre os fatos, poderá crer que em geral o *negro* valha tanto quanto o *branco* e muito menos seja-lhe superior. [...] Nossos irmãos *negros* não poderão, pois, chegar aos mais altos lugares da hierarquia estabelecida pela civilização, ainda que não seja necessário confiná-los lá para última classe. Qualquer que seja a posição ou equilíbrio estável em que as leis da gravitação social colocarem o negro, se ainda ele se mostrar descontente da sua sorte, não terá mais de quem se queixar senão da natureza[32].

Por essa linha de raciocínio, defendia a inexistência de qualquer "exemplo de uma civilização africana, [posto que] a do Egito era branca" e desacreditava na possibilidade de a África "civilizar-se", tendo em vista que, desde a mais remota antiguidade até os últimos quatro séculos de convívio com os europeus, os africanos vinham tendo contato com diferentes povos brancos, sem que isso os tirasse das "trevas". Se isso já não fosse o bastante, ainda acharia espaço para defender que: "a ideia da libertação dos escravos é uma ideia europeia; é um presente dos brancos, não brotou do seio das populações africanas. Ainda hoje a pior escravidão é a que existe na própria África; ainda hoje, entre nós, os piores proprietários de escravos são justamente alguns negros!". Mesmo assim, colocava-se como "um defensor do que devemos aos *negros* e mais especialmente aos *mestiços*"[33].

Sem mais, era nisso que Romero se fundamentava para ameaçar aqueles que tentavam discutir a desigualdade entre negros e brancos gerada pela escravidão. Era com esse tipo de opinião que os pensadores negros de quem me ocupo nesta pesquisa eram surpreendidos ao saber dos comentários sobre os rumos do país. Só que as respostas não necessariamente foram as mesmas. Para este caso específico, o primeiro gesto de José do Patrocínio foi ironizar Sílvio Romero por meio da "Semana Política", questionando sua integridade moral e intelectual ao se referir ao processo de seleção e permanência de certos

[32] Huxley *apud* Romero, A questão do dia..., p. 198.

[33] Romero, A questão do dia..., p. 198 e 202. Não por acaso, esse artigo foi longamente citado por Nina Rodrigues em: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Salvador: Editora Guanabara, 1894.

professores do Colégio Pedro II e da Escola Normal como algo cheio de vícios. Ou seja, dava o revide sem tocar no assunto do escravismo[34]. Vicente de Souza, por sua vez, na condição de secretário da Associação Central Emancipadora e sócio fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, deu uma resposta mais direta em seu discurso na 28ª conferência abolicionista, realizada no Teatro São Luiz para cerca de oitocentas pessoas, em 6 de fevereiro, cujo relatório seria publicado no dia seguinte na *Gazeta da Tarde.*

Com um fascículo da *Revista Brazileira* nas mãos, pôs-se a questionar, ponto por ponto, tudo aquilo que fora defendido por Sílvio Romero, o que qualificava como "parto monstruoso de inveja, de despeito e de todos os sentimentos vis". Lamentou o fato de tais palavras partirem de alguém que prometera tomar parte das conferências como orador, mas que, "simulando moléstia", faltara com a promessa para em seguida golpeá-los daquela maneira. Ademais, insistiu em condenar o "sentimento de inveja satânica" nutrido contra Joaquim Nabuco e seus "dignos companheiros" e acusou o professor do Colégio Pedro II de bajular o Imperador, ao oferecer a ele suas teses "sofismando a dedicatória, com referências à sabedoria imperial". Se até esse momento o orador havia provocado sensação e ovação geral, o trecho que se segue, no qual ressaltava as qualidades de Nabuco e ridicularizava algumas certezas de Romero, receberia aplausos prolongados:

> Há um abismo entre ele e os miseráveis que andam, neste momento solene, a inventar distinções de raças; a promover a cizânia na família brasileira, a procurarem inocentar seu egoísmo nefando, seu parasitismo insaciável, mentindo que são de raça ariana e que têm o direito de explorar indefinidamente a infeliz raça africana[35].

Em outras palavras, devolveu a acusação de simpático das divisões raciais e, logo depois, encerrou sua fala exaltando a aposta na luta abolicionista, que seguiria de "vitória em vitória", até não haver um só escravo no Brasil no prazo de menos de cinco anos. O prognóstico quanto ao fim do escravismo seria frustrado, mas a censura a Sílvio Romero atingiu o alvo em cheio. E a réplica não tardou. Três dias após aquela ofensiva de autoria desconhecida contra Patrocínio no *Corsário,* Sílvio Romero daria início à série assinada

[34] *Gazeta de Notícias*, 7 de fevereiro de 1881, p. 1.

[35] *Gazeta da Tarde*, 7 de fevereiro de 1881, p. 1-2.

"De uma cajadada dois coelhos", na *Gazetinha*. Perto do que iria dizer sobre Vicente de Souza e José do Patrocínio, o que falou sobre Nabuco pareceria até elogio[36].

Inscritos numa zoomorfização imaginada por Romero, os dois publicistas entravam na narrativa como coelhos para logo passarem a bestas, que covarde e vilmente o teriam insultado; "uns zulus estonteados da baixa demagogia"; "dois míseros canalhas, insensatos, sem critérios, que fazem da vida de atassalhar a todos, em trôpegas arengas que tresandam nauseabundo *bodum* negro!"; "dois capangas das letras que caíram sobre mim com suas navalhas afiadas". E tudo por não terem gostado do que ele escrevera na *Revista Brazileira* "em prol" da emancipação dos escravos, por não aceitarem aquilo que ao seu intelecto figurava como dado natural ou fato científico: "É que, por amor à verdade e aos fatos, eu não confundo *emancipação de escravos com elogio de negro!*". De tal sorte, teriam sido eles que, "por serem homens de cor", começaram com o impropério de levantar "a questão no terreno da comparação das raças, pregando a superioridade do *africano* sobre os povos dos outros continentes".

Além disso, recorrendo a questionamentos tão familiares aos dias atuais, não entendia como a solução do problema da emancipação dos escravos poderia ser equacionada por meio de uma valorização dos trabalhadores negros: "Como fazer da emancipação dos escravos no Brasil uma questão de privilégios de negros, quando é certo que uma grande parte dos nossos escravos são descendentes de *caboclos*, são *mamelucos*, são *cafuzos*, e outros são *pardos*, e *mestiços claros*, e muitos quase *brancos*?". Sem olhos também para ver os outros participantes das conferências abolicionistas que aconteciam desde meados de 1880, pôde dizer que tal ideia só poderia ser razoável a pessoas como Patrocínio, "o famigerado *Demônio Familiar* da sociedade Brasileira"; e Vicente de Souza, "um probrezinho de espírito, caprichosamente brutinho".

"Preto Cínico" no *Corsário*, "Demônio Familiar" na *Gazetinha*. Desta feita, José do Patrocínio era equiparado ao personagem da peça de José de Alencar, escrita em 1857, que certamente influenciou Joaquim Manoel de Macedo em *As Vítimas-Algozes*, de 1869. Era,

[36] Machado de Assis, que também disse coisas que mexeram com o orgulho de Silvio Romero, recebeu várias doses de palavras ácidas. As agressões dissimuladas em críticas literárias não escondiam a satisfação do "filósofo" em se remeter à origem racial e social de Machado. Esse, porém, será um assunto para o capítulo 4 desta tese.

pois, apresentado sob os caracteres do moleque Pedro, um mentiroso e matreiro escravo que, abusando da confiança dos seus senhores, vivia a fazer "história de negro" e tramava sorrateiramente sobre o destino deles, a fim de alcançar seu objetivo fútil de, ainda escravo, desempenhar função de cocheiro e ter sob o seu comando um animal. A título de um registro extra, uma vez descoberta a rede de intriga armada por Pedro, seu senhor, que avaliava que todo aquele mal era "consequência de abrigarmos em nosso seio esses répteis venenosos", decide puni-lo exercendo "um dos mais belos direitos que tem o homem na nossa sociedade": "o direito de dar a liberdade", de fazer "do autômato um homem". Assim, o malfeitor recebe como punição sua carta de liberdade, para que respondesse sobre suas faltas, adquirisse o apreço pela moral e a lei e sentisse a necessidade do trabalho honesto[37]. Se esse enredo, por um lado, servia para Sílvio Romero dimensionar a pessoa de Patrocínio, por outro, era também uma inspiração para pensar sobre a liberdade dos então escravizados. De tal sorte, não surpreende que, para se defender das críticas e dos questionamentos recebidos, ele tivesse que negar a inteligência e a seriedade dos homens citados, que não passariam de manifestações do "atavismo africano", e exaltar suas próprias virtudes de homem de origem ariana, com "ideias e princípios" sólidos[38].

Para não perder o fio da meada, note-se que aquela resposta de Patrocínio na qual ele chamava de "um *Corsário*" o artigo de Romero se seguiu a esse trecho do artigo publicado em cinco partes. Porém, como o conteúdo completo foi escrito à revelia do que foi sequencialmente rebatido na *Gazeta de Notícias*, considero mais prático terminar o acompanhamento da cajadada romeriana.

---

[37] José de Alencar, *O Demônio Familiar*. São Paulo: Martin Claret, 2005. Joaquim Manoel de Macedo, *As Vítimas-Algozes*: quadros da escravidão. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991. O livro de Macedo, composto pelas narrativas "Simeão, o crioulo", "Pai-Raiol, o feiticeiro" e "Lucinda, a mucama", é tido como uma obra abolicionista e foi dedicado a convencer senhores de escravos e defensores do sistema sobre necessidade do fim da escravidão, mediante uma suposta adaptação literária de episódios que revelariam a natureza nefasta dos escravizados e do quão degenerativa era convivência com eles.

[38] *Gazetinha*, 12 de fevereiro de 1881, p. 2-3. Sílvio Romero voltaria a tratar Patrocínio nesses termos na quarta parte do artigo, quando negaria a Patrocínio a possibilidade de se pensar como um intelectual e, portanto, não estaria autorizado a tratar da trajetória dos professores do Colégio Pedro II: "Ele não está reto a doutrinar a nação: está de quatro pés a escoicear os homens... É que ele não é um escritor no alto sentido da palavra, é que o *Demônio Familiar* não passa de um folhetineiro ávido de escândalo e frivolidades" (*Gazetinha*, 16 de fevereiro de 1881, p. 2).

Com efeito, a segunda parte é dedicada a expor os motivos pelos quais desistira de participar das conferências abolicionistas, a cujo convite tinha anteriormente aceito. Não fora ao Teatro São Luiz, primeiro, porque não simpatizava com a pessoa de Joaquim Nabuco – mas esse, segundo Vicente de Souza, nem sócio era da Associação Central Emancipadora, presidida por José Maria do Amaral –; segundo, "por saber da cor negra que ali os Vicentes e Patrocínios cinicamente hão dado ao debate, fazendo de um problema social uma questão de raças, eles pardos escuros, é certo, mas pardos renegados de fato"; e, terceiro, em virtude do atrito existente entre esse grupo e o republicano Lopes Trovão, que também não comungaria da perspectiva deles. O fato de terem alegado que ele mentira moléstia para não honrar o compromisso, porque na verdade nutria convicções escravocratas, o irritou profundamente, a ponto de lá pelas tantas esbravejar: "A negros não consinto que me injuriem"[39]. O tom não seria diverso ao tratar das outras imputações, a exemplo da inveja contra Nabuco, de ser republicano de ocasião e um tanto adulador do Imperador, e de ser um representante legítimo da raça ariana. Sobre suas opções políticas, tinha a dizer que nunca se dissera revolucionário, mas sim "um sectário da república evolucionista". Quanto à provocação relativa às suas origens, buscou a ironia: "Ignora o bobo que os portugueses são pertencentes à grande família humana que tem na ciência o nome de indo-germânica, indo-europeia ou ariana? O que ele aqui censura? Não o vejo, e, em todo caso, antes ser um ariano do que descendente de algum *congo* ou *cabinda*"[40]. Seguindo essa cadência, conforme desenvolvia sua réplica, o autor acabava se tornando repetitivo, sendo essa modalidade de desqualificação apenas vez ou outra intercalada com novas informações e acusações, como as de que Vicente de Souza, por não ter competência para ser aprovado em concursos do Colégio Pedro II, tentara despistar suas convicções políticas na época da última seleção; que Patrocínio tramava para se tornar diretor do *Diário Oficial*; e os escritos do folhetinista da *Gazeta* serviam de modelo e eram equiparáveis ao que se lia no *Corsário*[41].

[39] *Gazetinha*, 13 de fevereiro de 1881, p. 2-3.
[40] *Gazetinha*, 14 de fevereiro de 1881, p. 1-3.
[41] *Gazetinha*, 13 de fevereiro de 1881, p. 2 e 17 de fevereiro de 1881, p. 2.

É certo que Patrocínio, desde os tempos dos *Ferrões*, vinha se dedicando à escrita de comentários sarcásticos sobre os homens da política e das letras nacionais, mas, até pelo que se viu, essa acidez não era uma prerrogativa sua, muito menos de Apulco de Castro. Como evidenciado no trabalho de Nelson Werneck Sodré, isso era obra dos costumes do jornalismo da época e não manifestações de atributos psicológicos dados pela origem racial de qualquer homem da imprensa[42]. Dito isso, não é demais reconhecer que, ao passo que uma comparação entre ele e Apulco não apareça como algo original, salta aos olhos a sintonia entre as opiniões defendidas por Romero, na *Revista Brazileira* e na *Gazetinha*, e o que se lia nas páginas do *Corsário*. Eis a provável base da insinuação feita por Patrocínio nas respostas publicadas na *Gazeta de Notícias*.

A propósito, o primeiro dos seis textos a esse respeito veio anunciado pelo título "Pena de talião", numa referência ao princípio "Olho por olho, dente por dente", do Código de Hammurabi, lei babilônica de século XVIII a.C.[43]. O primeiro mote para o troco foi nada mais, nada menos que uma imputação de mestiçagem ao antagonista: "Há cerca de vinte dias, encontrei com o Sr. Sílvio Romero e ouvi dos seus *lábios grossos e arroxeados, apesar de arianos*, a confirmação de que apenas deixava de falar ainda por doente". E como "o *Corsário* do Colégio Pedro II" nunca tivesse manifestado desacordo, chegando a dizer que "iria colaborar conosco pela imprensa", Patrocínio estranhou a saída do artigo na *Revista Brazileira*, no qual "o teuto maníaco" veio a "ocupar-se ali em chamar-nos negros ignorantes". Somando-se ao que acabava de ler no outro jornal, o folhetinista da *Gazeta* acabou confessando, numa extensa galhofa, que, "se quisesse responder ao Sr. Sílvio, nos termos que estão em voga", lhe diria coisas do tipo àquele "cão lazarento":

> Você é um miserável, um infame, um canalha de marca maior (*brevet d'invention*), um Sílvio, um vilão, um traste, uma vasilha muito ordinária, um Romero, um cão, um traidor, um troca nomes, um sevandija, um pedante com fumaças de filósofo, um miserável (outra vez), um ex-Silvério, um chichisbéu da literatura, uma alma de lacaio, um pulha; um

[42] Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Cf. também Roberto Ventura. *Estilo Tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[43] Os artigos de Patrocínio foram publicados na *Gazeta da Tarde*, entre 13 e 21 de fevereiro de 1881.

> belchior da jurisprudência. Caiapó da crítica e, sobretudo, muito canalha e muito infame; mas muito mesmo[44].

Anunciava-se, nesses termos, uma interlocução elegantíssima entre cavalheiros, que tomaria muitas colunas e páginas de jornal. Patrocínio, em novo "Ajuste de contas", retrucaria que, apesar de preferir dar o silêncio a se bater com mascarados que há muito lhe dirigiam mofinas, cartas anônimas, murmurações e "insinuações rasteirinhas", resolvera se pronunciar diante dos últimos "comentários da maledicência"[45]. Considerava sua probidade sua maior arma de defesa, mas, mesmo assim, se lançava a pontuar em detalhes o que julgava ser impropérios ou fragilidades dos argumentos vindos da outra parte (Imagem 5). Assim, dispensaria vários parágrafos discorrendo sobre a imputação de se querer instituir um partido negro para tratar da emancipação, por se acreditar na superioridade da raça negra sobre a raça branca, a qual viera acompanhada pela convicção taxativa de que os "publicistas de cor" não teriam a veleidade de se achar mais capazes que o materialista britânico para tratar do tema. De pronto, negou o direito de Romero se considerar primeiramente ofendido quando lançou os questionamentos: "A que vinha a nossa cor quando se tratava de uma questão de tamanha transcendência? Trata-se da pele de dois homens ou da economia de um povo?". Reconhecia, em seguida, que a questão das raças era um assunto presente nas discussões abolicionistas, mas não nos termos aventados. Em sua avaliação, o debate que estava sendo travado ia justamente num sentido oposto, de negação da ideia de superioridade de alguma raça em relação a outras. Portanto, negava-se a aceitar a diferenciação sociológica por diferenças psicológicas primitivas e, para balizar seu postulado, citava as ideias do positivista francês Pierre Laffitte:

> Não há infâmia, não há opressão, não há guerras internacionais que os partidários das raças não possam justificar. Na opinião deles, o mundo divide-se em duas partes: nações superiores e nações inferiores; raças que devem conquistar, e outras cujo desgraçado destino é serem conquistadas. Sobre essas pesa uma espécie de fatalidade contra a qual será inútil revoltarem-se; o melhor que podem fazer é cumprir o seu fadário e resignar-se[46].

[44] *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1881, p. 2.

[45] *Gazeta de Notícias*, 17 de fevereiro de 1881, p. 2.

[46] Laffitte *apud Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1881, p. 2. Pierre Laffitte considerava-se o sucessor direto de Augusto Comte e manteve diálogo estreito com positivistas brasileiros. Para uma abordagem da



Imagem 5 – José Carlos do Patrocínio.
Reprodução encontrada no livro *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*,
de Raimundo Magalhães Júnior

Patrocínio demostrava ter conhecimento suficiente para acessar, nas teorias disponíveis, aquilo que se coadunava com a sua experiência e as suas reflexões. Por isso, compartilhava da conclusão de Laffitte de que: "Todas as superioridades individuais ou coletivas não representam senão a cultura especial demorada de uma aptidão, cujo germe existe quase no mesmo grau em todos". Ao mesmo tempo, avaliava ser contraproducente a tentativa de fazer um indivíduo como Romero aceitar premissas tais. Alguém que nem sequer se eximia da suspeita sobre a capacidade de um homem como ele ser aprovado numa prova de língua inglesa; que se contradizia ao falar sobre o potencial da inteligência e

influência das ideias de Laffitte e de outros positivistas acerca do escravismo e das teorias raciais, no Brasil da segunda metade do século XIX, cf.: Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello, A militância do Apostolado Positivista do Brasil em favor da abolição da escravidão por intermédio de opúsculos e correspondências (1881-1888), *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338250807_ ARQUIVO_TrabalhoANPUH2012-1.pdf. Acesso em: novembro de 2013.

do progresso do país por não saber lidar com as origens raciais do seu povo; e que dividia "os homens em duas classes; pedantes, bestas, nulidades, cadáveres; e sábios, grandes poetas, grandes oradores", e tinha a ousadia de incluir Machado de Assis na primeira[47].

Só que, mesmo assim, também recorreu ao expediente de espinafrar o oponente com imputações mordazes. Não se furtou, por exemplo, de se referir a Sílvio Romero como "Spencer de cabeça chata", macaco, víbora e acusá-lo de ser testa de ferro em ações judiciais, de assinar autos de rábula sem mesmo os ler, o que estaria moldando sua prática de reproduzir calúnias ouvidas em "rodas de mequetrefes". Investido dessa ideia, exacerbava a provação: "Quanto ganhou o Sr. Sílvio para desempenhar na imprensa o mesmo papel? Qual foi o comendador que o alugou?"[48].

Vicente de Souza, por sua vez, travou um revide mais requintado, porém carente da peculiar dramaticidade de Patrocínio. Uma dose maior de ironia corrosiva é percebida quase tão somente no subtítulo do artigo "As injúrias e calúnias de Sílvio Romero (filho legítimo e *pur-sang*)", que também veio a público pela *Gazeta de Notícias*, ao longo de seis edições. Para ele, a indiferença seria a melhor forma de agir perante o referido adjuvante, que em sua tréplica havia passado dos limites mínimos do respeito. "Mas carecemos de falar ao público e, conquanto entre ele e nós, apareça impudente a figura do bacharel *teuto de Sergipe*, mandamos desinfetá-la e esmagaremos as suas calúnias". Então, abordou novamente a desistência de Romero quanto à participação nos *meetings* abolicionistas, seguida da publicação na *Revista Brazileira*; e evidenciou as "mentiras" proferidas pelas páginas da *Gazetinha*.

Entre as questões a que dedicou especial atenção, destacam-se, primeiramente, as calúnias acerca de sua participação nos concursos para docente do colégio imperial, contra as quais citou vários documentos que atestavam seu bom desempenho nos exames, desde 1874, para as cadeiras de Português e Literatura Geral, e Filosofia – embora sua classificação não o tivesse levado a assumir o cargo prontamente. Para rebater a invenção de que, durante as últimas provas, "andava calado e esquecido da bela república dos

[47] *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1881, p. 2; 19 de novembro de 1881, p. 2; e 21 de fevereiro de 1881, p. 2.
[48] *Gazeta de Notícias*, 17 de fevereiro de 1881, p. 2.

interesses", desafiava Romero a apresentar provas de que ele tivesse sido alguma vez apanhado em incoerência política, "de quebra de caráter, de convicções, de lealdade em nossos princípios democráticos". Para finalizar diria: "Somos sinceramente republicanos, tanto que, concorrendo a quatro cadeiras no colégio de Cezar, entramos pela porta alta dos homens independentes e saímos preteridos, é certo, mas sem jamais havermos subido as escadas dos feitores de Cezar, ou dos seus prepostos, para pedir empenhos ou proteção"[49].

O debate em torno das raças e da propaganda abolicionista foi outra questão problematizada por Vicente de Souza. De tudo o que lera, as defesas romerianas da ignorância atávica entre os negros e da emancipação como dádiva branca seriam as mais absurdas. Tendo em vista a escassez de registros sobre as reflexões desse pensador oitocentista, penso não ser abusiva a reprodução desse trecho mais longo no qual evidencia como, apesar de perceber as marcas e as consequências da escravidão racial de africanos e seus descendentes, a saída pela mera inversão dos papeis não fazia parte de seu projeto abolicionista:

> E não nos dirá Sílvio quem foi o negro que armou os bergantins, que fez comércio de carne humana para a América, que violou as leis, as convenções, os decretos; que assassinou dentro dos porões infectos a milhares de desgraçados; que abriu as escotilhas, lançou ao mar a carga negra, para fugir ao cruzeiro inglês?
>
> Sílvio faz questão de cores: chama-nos negros; faz bem.
>
> Faz bem porque entre tais avocações esquece que é preferível descender das vítimas a ser oriundo dos algozes; faz bem porque, entre tais avocações, esquece a que raça pertenceram os infames mercadores de gado humano; a que nobreza filiam-se os barões feitos com o contrabando; os viscondes nomeados pela violação das leis; os condes reconhecidos pela força do roubo, do assassinato, das *bandeiras*, da escravização de homens livres.
>
> Sílvio é branco, é alemão e puro, puríssimo... pois bem, se Sílvio fosse escravo, mesmo sendo branco e atrevido, nós faríamos questão de dar-lhe a carta de liberdade... porque fazemos [disso] uma questão de PRINCÍPIOS e não uma parvoíce de cores[50].

Por último, os conhecimentos adquiridos no curso das ações abolicionistas foram postos a serviço da atualização de Romero acerca da conjuntura vivida no início da década

[49] *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1881, p. 3; 21 de fevereiro de 1881, p. 2 e 22 de fevereiro de 1881, p. 2.
[50] *Gazeta de Notícias*, 23 de fevereiro de 1881, p. 2.

de 1880. Sugeria, pois, que o bacharel consultasse o volume de dados publicados pela *Gazeta da Tarde*, que, entre outras coisas, vinha demonstrando que a transição da mão de obra escravizada para a livre era um processo em estágio avançado no país. Além disso, recapitulava um apanhado de leis editadas desde 1813, que atestavam a dimensão da precedência do debate sobre a emancipação, mesmo que essa não tenha se tornado uma prioridade para o Estado ao longo do século, antes e depois da independência[51].

É óbvio que seu intuito era ridicularizar os pretensiosos postulados do artigo da *Revista Brazileira*, mas acabou nos ajudando a perceber como a defesa da liberdade vinha sendo construída por pensadores como Vicente de Souza e José do Patrocínio. Entendo que reações ao debate racial dessa natureza sejam uma das razões para o fato de que esse não tenha se tornado o principal argumento abolicionista, ainda que tenha se feito presente de forma latente em quase todos os debates antes e depois de 1880.

Batalha por ora encerrada, a mim não é possível dizer quem saiu vitorioso naquela disputa, até porque é bem capaz que ambos tenham sido aclamados, desde o início, por seus respectivas aliados. Senão, o que explicaria que o *Corsário*, após várias ameaças não levadas a cabo, viesse a dizer: "Temos em nosso poder mais de vinte artigos contra o Preto-Cínico, e alguns deles recebemos de Campos. Não os temos inserido por considerarmos tal indivíduo meio morto pela sapeca que levou do Dr. Sílvio Romero"[52]? Por outro lado, a essa altura, quem escreveu e quem está lendo este texto devem compartilhar o entendimento de que desvendar a suspeita de Sílvio Romero ser ou não autor do texto do *Corsário* já se mostrou tarefa supérflua. Em consideração ao que o filósofo pôde dizer abertamente em outros espaços, é indiscutível que aquelas ideias não eram produto de uma só cabeça e, portanto, apontam para os caminhos da legitimidade alcançada por ele e outros de seus consortes posteriormente. E se ainda interessam as razões que levaram o jornal dirigido por Apulco de Castro ser espaço para aquele tipo de conteúdo sobre o casamento de Patrocínio, apontaria possibilidades complementares. Primeiro me parece que, para Apulco de Castro, motivações pessoais eram muito mais importantes do que a preservação

[51] *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1881, p. 2.
[52] *Corsário*, 6 de abril de 1881, p. 3.

de uma solidariedade de natureza racial com os seus adversários negros[53]. Depois, havia mais gente envolvida no jornal que rivalizava com Patrocínio, tanto que mesmo na ausência do editor, por motivo de viagem à Bahia entre fevereiro e junho de 1881, os ataques tiveram continuidade. Por último, o jornal nutria uma nítida simpatia por Sílvio Romero e nunca o elegeu a alvo de suas bordoadas; em vez disso, reservou a ele elogios[54].

Seja como for, em que pesem a visibilidade de Apulco de Castro − alcançada por meio do jornal que, em três meses de existência, bateu a tiragem de vinte mil exemplares diários –, os embates travados com outros "homens de cor", e o fim trágico a que fora submetido em 1883, ele ainda voltará a ser assunto nesta tese. E mais uma vez, um fio puxado chama outros. Uma rápida abordagem da trajetória de Patrocínio e do modo como ele buscou construir e expor suas ideias sobre os destinos dos negros e da sociedade brasileira leva a encontrar, em algum momento, com as experiências compartilhadas com Apulco de Castro, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Machado de Assis e muitas outras pessoas até mesmo de outros lugares, a exemplo de Luiz Gama.

[53] A título de curiosidade, nem mesmo Machado de Assis se safou do sabre do *Corsário.* Para se ter um exemplos das ironias a ele dirigidas, que remetiam a seu emprego, à sua cor e a sua produção literária, cf. *Corsário*, 8 de março de 1883, p. 2; 17 de maio de 1883, p. 3; e 25 de setembro de 1883, p. 1-3.

[54] Cf. *Corsário*, 16 de fevereiro de 1881, p. 4; 22 de junho de 1881, p. 1; 23 de agosto de 1881, p. 1-2.

CAPÍTULO 4 – O MUNDO NEGRO DE MACHADO DE ASSIS

> Era mister romper o Espaço toldado de brumas, rasgar as espessuras, as densas argumentações e saberes, desdenhar os juízos altos, por decreto e por lei, e, enfim, surgir...[1]

Concomitantemente ao exercício da função de amanuense da Secretaria de Polícia de São Paulo, Luiz Gama encontrou tempo para organizar a publicação das *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, seu primeiro e único livro. Da imersão num cotidiano farto de burocracias, façanhas e muita dissimulação, elevou-se em 1859 um versador que tanto não se constrangia em afirmar suas origens africanas quanto as considerava uma vantagem no momento de satirizar pessoas e costumes de sua época. Não se intimidava, pois, em maldizer os "birbantes mais lapuzes", que em pleno século das luzes, compravam "negros e comendas". Gente que, "com tretas e com furtos", alcançavam riquezas a "passos curtos", e "com jeito e proteções" galgavam "altas posições". Já com alguma experiência, adiantava-se aos contra-ataques presumíveis vindos de "homens poderosos / D'esta arenga receosos", que o chamariam de "tarelo, Bode, negro, Mongibelo". A esses orgulhosamente diria:

> Se negro sou, ou sou bode,
> Pouco importa. O que isto pode?
> Bodes há de toda a casta,
> Pois que a espécie é muito vasta...
> Há cinzentos, há rajados,
> Baios, pampas e malhados,
> Bodes negros, *bodes brancos*
> E, sejamos todos francos,
> Uns plebeus, e outros nobres,
> Bodes ricos, bodes pobres,
> Bodes sábios, importantes
> E também alguns tratantes...
> [...]

[1] Cruz e Souza, O Emparedado, in: Cruz e Souza. *Obra Completa.* Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 1995, p. 662.

Gentes pobres, nobres gentes,
Em todos há *meus parentes*[2].

Luiz Gama, filho de africana e que havia pouco mais de uma década se livrado da escravidão ilegal, registrava em versos temas e posicionamentos que mobilizariam seus pensamentos e ações até o fim da vida. Parecia ser fácil reconhecer toda sorte de disfarces e manobras envolvendo raça, ascendência familiar e comércio ilegal de gente, empregados para garantir status social numa nação em que a "pureza de sangue" dificilmente poderia ser levada a sério como justificativa para estratificações sociais. Os matizes e as origens escondidas estavam ali a dar provas de que todos, ou quase todos, eram aparentados de "bodes", "cabras" e "cabritos" − para o desgosto de pretensamente brancos e arianos legítimos. De todo modo, se por ter conquistado uma boa aceitação do público ou em virtude de uma tiragem limitada, o livro logo ganhou uma segunda edição ampliada em 1861, dessa vez não mais publicada pela tipografia Dois de Dezembro, de São Paulo, mas pela Pinheiro & Cia, do Rio de Janeiro[3].

A propósito, nesse mesmo contexto, a Corte era palco para a atuação empenhada de outro moço de pele escura também muito incomodado com os obstáculos interpostos ao engrandecimento da nação. "Filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança", Joaquim Maria Machado de Assis, aos vinte anos − quase uma década mais jovem que Luiz Gama −, não se intimidava em apostar em meios para que se alcançasse o desaparecimento das "fronteiras sociais", o que em sua opinião passaria pelo desenvolvimento das letras e da educação nacional[4]. Ademais, dava a entender que homens como ele deveriam assumir o

[2] Luiz Gama, Quem sou eu?, in: Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Edição de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 113-118. Para abordagens da questão racial na poesia de Luiz Gama, cf.: Heitor Martins, Luís Gama e a consciência negra na literatura brasileira, *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, p. 87-97; Mara Paulino, *A estética do ser/estar no "entre lugares" imagens do negro, do mestiço, do mulato e do branco em* Primeiras trovas burlescas de Getulino, *de Luiz Gama*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; Shirley Ferreira, *As trovas burlescas de Luiz Gama*: a afirmação da identidade negra na literatura brasileira. Dissertação (Mestrado em Letras) − Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

[3] Júlio Romão da Silva, *Luiz Gama e suas Poesias Satíricas*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954, p. 27.

[4] Machado de Assis, O jornal e o livro, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 1007. Texto publicado originalmente no *Correio Mercantil*, em 10 e 12 de janeiro de 1859.

protagonismo da ação: "No estado atual das coisas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende", conforme registrou nas páginas de *A Marmota* de abril de 1858, no artigo "O passado, o presente e o futuro da literatura"[5].

Os agentes da transformação teriam poucas chances de sucesso em sua missão caso não reconhecessem o potencial do jornal, visto como "um sintoma de democracia", uma "hóstia social de comunhão pública". Até porque, o jornal teria a vantagem adicional de trazer à luz talentos e virtudes usualmente deixados à sombra: "O jornal, abalando o globo, fazendo uma revolução na ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: 'Trabalha! vive pela ideia e cumpres a lei da criação!'"[6]. Em "A reforma pelo jornal", de 1859, Machado chegava a por à prova a força dos movimentos populares quando comparada ao poder do jornal em "fazer tremer as aristocracias":

> Ora pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples matéria organizada, um ente superior na criação, a palavra foi sempre uma reforma. Falada na tribuna é prodigiosa, é criadora, mas é monólogo; escrita no livro, é ainda criadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monólogo; esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora, mas não é o monólogo, é a discussão.
>
> E o que é a discussão?
>
> A sentença de morte de todo o *status quo,* de todos os falsos princípios dominantes[7].

[5] Machado de Assis, O passado, o presente e o futuro da literatura, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 1005. Texto publicado originalmente em *A Marmota*, em 9 e 24 de abril de 1858. Chamada anteriormente de *A Marmota Fluminense*, essa folha era de dirigida por Francisco de Paula Brito, outro "homem de cor" que apostara no poder da imprensa já na primeira metade do século XIX, figura como responsável pelo pasquim *O Homem de Cor*, impresso em sua tipografia em 1833. Cf. Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; Eunice Ribeiro Gondin, *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861).* Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1965; Hélio Viana, Paula Brito – o protetor de Machado de Assis, *Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*, n. 6, Rio de Janeiro, 1961; Rodrigo Camargo de Godoi, Cor e política no Segundo Reinado: o editor Paula Brito e o debate entre liberais e conservadores na imprensa do Rio de Janeiro (1840-1850), in: Sidney Chalhoub e Ana Flávia Magalhães Pinto (orgs.), *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cachoeira: EdUFRB; Brasília: MEC, 2015 (no prelo).

[6] Machado de Assis, O jornal e o livro..., p. 1011-1012.

[7] Machado de Assis, A reforma pelo jornal, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 1035. Texto publicado originalmente em *O Espelho*, 23 de outubro de 1859.

Reconhecendo que há diferentes modos de uma mesma pessoa acreditar em algo ao longo da vida, é possível dizer que Machado de Assis jamais abandonou essa crença. Das cambaleantes primeiras investidas em prosa, as "Ideias Vagas" publicadas na *Marmota Fluminense*, de Paula Brito, ainda em 1856, às instigantes séries de crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*, nos anos 1880 e 1890, entre outras obras posteriores, a simpatia de Machado pelo jornal não se extinguiu[8]. Ao contrário − por convicção, condições efetivas ou ambos os fatores −, foi graças às folhas dos periódicos que chegou aos leitores boa parte da produção literária do famoso autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Foi, sobretudo, do trato cotidiano das "cousas miúdas" em crônicas e contos que foi se criando o Bruxo do Cosme Velho[9].

Essa fé nos jornais, aliás, ganhou outras demonstrações empíricas nas trajetórias de Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio a partir dos anos 1860. Traço que aproxima as trajetórias dos personagens centrais desta narrativa, a aposta pessoal, política e profissional na imprensa, entretanto, não figura como o único elo entre eles[10]. É bem verdade também que essa volta pelas esquinas das individualidades, mudanças e semelhanças tem uma intenção já um tanto óbvia de criar um contexto favorável à abordagem da experiência da racialização e do racismo em Machado de Assis, que há tempos gera muita polêmica. Entretanto, a referência à evidente diferença entre os modos

[8] As "Ideias Vagas" correspondem a três textos publicados na *Marmota Fluminense* entre junho e setembro de 1856, apresentados com os seguintes subtítulos: A Poesia, A Comédia Moderna e Os Contemporâneos.

[9] Tal como fica indicado nos trabalhos de John Gledson, esse entendimento é desenvolvido, por exemplo, por Jeffeson Cano, Lúcia Granja e Sidney Chalhoub em seus respectivos artigos publicados em: Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; John Gledson, *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; Cf. Sidney Chalhoub, Margarida Neves e Leonardo Pereira (orgs.), *História em cousas miúdas:* capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

[10] Convém lembrar que, segundo Raimundo Magalhães Júnior, assegura que Machado de Assis e Luiz Gama sabiam da existência um do outro e até estabeleceram uma relação de cordialidade. Tal fato se comprovaria pela carta que Gama enviara a Quintino Bocaiúva, em 14 de janeiro de 1866, tratando das suas atividades como correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*. Eis o conteúdo do documento transcrito por Magalhães Júnior: "Hoje depois da partida recebi a sua carta de 2 do corrente. / Fico ciente de quanto me diz e cumprirei com prazer as ordens do mestre que bem manda. / Fique V.S. sabendo que eu sou bom tagarela, e o que escrever à espartana nem me há de ser tão fácil; contudo espero que o satisfarei. Prometo ser pontual até quando não tiver que dizer. Não recebi os *Diários* que V.S. mandou que fossem remetidos. / Peço-lhe o obséquio de, se tiver ocasião, recomendar-me aos amigos Xer. de Novais e Machado de Assis, e disponha com franqueza do / seu patrício a amº obrº. / Luiz Gama" (Luiz Gama *apud* Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 2: ascensão. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 8).

de Machado e Gama afirmarem engajamento em questões caras à vida do país mais uma vez os aproxima, na medida em que aponta para as possibilidades disponíveis para que "homens de cor" livres, letrados e cheios de ideais pudessem existir na sociedade brasileira escravista da segunda metade do século XIX (Imagem 6).



Imagem 6 – Quatro visões de Machado de Assis –
fotografias tiradas entre as décadas de 1860 e 1900
Reproduções encontradas nas capas da *Obra Completa em quatro volumes*, de Machado de Assis.

Tal como sugerido nos versos de Luiz Gama, eram práticas comuns a observância da aparência das pessoas e a especulação acerca das proximidades disso com o lugar de escravizado e, de quebra, incivilizado. Num cenário em que aumentava o número de pretos e pardos livres e libertos, os significados atribuídos aos traços físicos dos indivíduos tinham tanta importância que uma saída emergencial seria tentar dissimular o óbvio, ou pelo menos agir como que suavizando a importância dos significados atribuídos à cor da pele e outros traços fenotípicos. A tensão vivida nesse jogo de "me veja, mas não me enxergue" me parece, justamente, a chave para entender as múltiplas tentativas de saída individual empreendidas pelas pessoas observadas nesta pesquisa.

No limite, parece-me que todos tiveram que se construir enfrentando os dilemas registrados pelo poeta simbolista João da Cruz e Sousa (1861-1898) no "Emparedado", texto em prosa publicado postumamente no livro *Evocações* (1898). Ali, o poeta de Desterro, filho de escravos alforriados, evidencia por inúmeras vezes como nutria sua relação e seu encantamento com os elementos da sua Arte (registrados com iniciais maiúsculas); ao mesmo tempo em que era obrigado a reconhecer o quão inviável era se

livrar da "batalha formidável de um temperamento fatalizado pelo sangue e que traz consigo [...] a qualidade fisiológica de pertencer, de proceder de uma raça que a ditadora ciência d'hipóteses negou em absoluto para as funções do Entendimento e, principalmente, do entendimento artístico da palavra escrita". Diante das tantas obstruções facultadas por "venenosos filtros", vivenciadas em questionamentos tais como "Artista! pode lá isso ser se tu és d'África"?, a angústia o levava a se perguntar: "Mas, que importa tudo isso?! Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?". Vendo-se sem saída, é finalmente alcançado por uma voz que diz:

> Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás, ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmos e Preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para a frente, ainda nova parede, feita de Despeitos e Impotências, tremenda, de granito, broncamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo – horrível! – parede de Imbecilidade e Ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto...[11]

É verdade que a Cruz e Sousa não coube o "álibi" de ser fruto de uma união inter-racial, como a Machado e outros mais. Todavia, a dramaticidade condensada na cena dá conta de um modo de estar no mundo muito provavelmente compartilhado pelos indivíduos mencionados. Não era preciso esbravejar um orgulho pela origem africana, relembrar parentes presos à escravidão ou ostentar uma pele em tom azeviche para ser obrigado a lidar com os constrangimentos gerados a partir da "raça". Por outro lado, ao não fazê-lo, corria-se o risco da acusação de "negro de alma branca", "alienado político", "traidor da raça", como aconteceu a Cruz e Sousa. Isso, aliás, é também um dado da história de Machado de Assis. A pessoas como eles, o afirmar-se simplesmente como um homem soava como um certo exagero ou uma incompletude naquela sociedade, tanto que invariavelmente eram lembrados de sua origem racial por amigos, inimigos, críticos e demais contemporâneos.

[11] Cruz e Sousa, Emparedado..., p. 673.

O que pretendo, pois, discutir neste capítulo, que encerra a primeira parte da tese, não é se Machado de Assis era um indiferente ou não aos problemas vividos por pessoas negras escravizadas, libertas e livres, mas tão somente evidenciar como ele, assim como os demais "homens de cor" citados, vivenciaram experiências semelhantes num espaço temporal compartilhado. Afinal, o mito de que Machado de Assis quis se passar por branco e não se interessou pelos sentidos da escravidão e da liberdade e pelas manifestações do racismo, temas que mobilizaram corações e mentes do seu tempo, esse já foi minuciosamente descontruído por diversos pesquisadores[12]. O que proponho aqui é evidenciar o quanto a trajetória de Machado, como um descendente de africanos, se aproxima das de tantos outros seus contemporâneos com as mesmas origens e de como ele poderia objetivamente enxergar tudo isso, a ponto de registrar subjetivamente em seus escritos, como o fez. Para tanto, mais do que promover um mergulho em fontes inéditas a seu respeito, interessa-me revisitar alguns debates que tendem a auxiliar na abordagem do assunto em tela.

***

As cenas de uma infância vivida no morro do Livramento nos anos 1840 necessariamente iam muito além das sempre lembradas brincadeiras pueris. Do mesmo modo, aquilo que a curiosidade e a astúcia de criança permitiam captar das conversas dos

[12] Raimundo Magalhães Júnior, Machado de Assis e abolição, in: Raimundo Magalhães Júnior, *Machado de Assis desconhecido*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p. 141-177; Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003; *Idem*, Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis, in: Sidney Chalhoub e Ana Flávia Magalhães Pinto (orgs.), *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cachoeira: EdUFRB; Brasília: MEC, 2015 (no prelo); Machado de Assis, *Machado de Assis afro-descendente* – escritos de caramujo (antologia). Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007. Essa dimensão também aparece no livro de G. Reginald Daniel, *Machado de Assis:* multiracial identity and Brazilian novelist. The University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2012. Embora a fonte de interesse de Daniel seja a "mulatice" de Machado, um sujeito tanto branco quanto negro e ao mesmo tempo nenhum dos dois − algo bem ao gosto de uma parte do debate sobre relações raciais nos EUA, que investe na imagem de uma sociedade pós-racial, expressa, sobretudo, na presença de um homem negro na Presidência do país −, o valor de seu trabalho se sustenta pelo registro desse esforço em pensar a experiência racial brasileira à luz dos costumes e mitos acerca do vivido por "pessoas de cor" nos Estados Unidos. O autor empreende uma extensa revisão bibliográfica na qual considera vários trabalhos que reproduziram a crença por muito tempo alimentada de que o escritor pôde se passar por branco e até evitar ser identificado com "homem de cor", prova disso estaria no fato de que foi declarado branco em seu registro de óbito.

adultos também passava ao largo de comentários amenos sobre o clima, os preparativos para festas ou as picuinhas entre vizinhos. Situado entre os morros da Conceição e da Providência, nas proximidades do Valongo − região onde se concentrou o desembarque de africanos escravizados comercializados na Corte, oficialmente, entre 1758 e 1831 −, o lugar onde nasceu Joaquim Maria Machado de Assis, a 21 de junho de 1839, registrava um cotidiano repleto de lances da escravidão[13].

A atividade do tráfico internacional estava já um tanto distante dali, mas em frente à praia do Valongo, subindo as escadinhas à direita, no n. 41, podia-se alugar uma moça que sabia "lavar, engomar, e coser o trivial, assim como fazer todo o serviço de uma casa de portas [a] dentro". Quem oferecia os serviços realçava que preferia que ela fosse para "casa de homem solteiro ou viúvo"... Negócio semelhante se fazia em frente ao sobrado n. 23, onde se alugava "uma pardinha que sabe coser, engomar, e todo o serviço de porta [a]dentro". Nos altos e baixos da vida, o dono da casa n. 47, num mês, ansiava alugar "uma moça de cor parda, para ama, de boa conduta, e com muito bom leite"; para, no seguinte, ser atormentado pela fuga da preta Joana, "nação Benguela, idade de 50 anos pouco mais ou menos, de estatura regular, com falta de dentes na frente", tornozelos inchados, e sem um dedo do pé. A decisão pela fuga era, então, reproduzida por muitos outros, a exemplo de Nicolau, garoto de cerca de 15 anos, "crioulo, filho do Pará, [...], magro, bonito, orelhas muito pequenas, pés e dedos muito compridos, retinto, com alguns sinais de bexigas, e cabelos um pouco ruivos na proximidade da testa". Impetuosidade maior teve Roza, que, segundo aquele que se anunciava seu dono, era africana de nação de Benguela, mas se dizia crioula e chamar-se Marcelina Roza. O reclamante da fuga, ao passo em que se esmerava para minuciar as características físicas da mulher − "estatura alta, cor fula, delgada de corpo, rosto comprido, feições miúdas, e [...] um dente de cima do lado direito quebrado" −, não deixava de evidenciar o alcance da rede de sociabilidade de Marcelina: "quando fala é com muita prosa, anda sempre bem vestida e calçada, quando fugiu levou no corpo vestido de chita escuro, já usado, e xale de metim [*sic*] escuro, dito, é muito conhecida

[13] Cf. Claudio Honorato, *Valongo*: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; Júlio César Medeiros da Silva Pereira, *À flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/Iphan, 2007.

nesta cidade, por vender doces e limas". Justamente por isso ameaçava protestar com "todo o rigor da lei" contra quem a tivesse acoitado. Mas nem só de aluguéis e fugas se falava no morro do Livramento quando o assunto era o escravismo. É bem provável que algum burburinho rendeu o "suicídio" do preto Adão, "crioulo, escravo de Libanio Augusto da Cunha Mattos", que apareceu "pendurado em uma mangueira"[14].

Tais ocorrências facilmente chegariam aos ouvidos de alguém como Francisco José de Assis, pardo, pintor de casa e dourador, nascido livre e filho de libertos. A proximidade do pai de Machado de Assis com tudo isso poderia, até mesmo, tê-lo feito conhecido de todas as pessoas citadas, bem antes de elas se tornarem assunto de anúncios de jornal. Acrescente-se o fato de que ele e a esposa, a açoriana Maria Leopoldina Machado da Câmara, mãe do menino Joaquim Maria, moravam como agregados na chácara de propriedade da portuguesa D. Maria José de Mendonça Barroso Pereira, onde ficava a capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento[15]. Nesse pequeno templo, reunia-se

[14] Essas e outras histórias foram registradas em: *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de fevereiro de 1840, p. 4; 5 de setembro de 1840, p. 3; 21 de setembro de 1842, p. 4; 29 de outubro de 1842, p. 4; 29 de setembro de 1840, p. 4; 28 de junho de 1842, p. 3; 17 de julho de 1844, p. 4; 18 de julho de 1844, p. 4; 29 de outubro de 1844, p. 4; 27 de novembro de 1844, p. 3; 25 de fevereiro de 1845; 27 de maio de 1845, p. 4; 26 de março de 1846, p. 4; 28 de agosto de 1846, p. 4; 30 de setembro de 1846, p. 4; 10 de novembro de 1846, p. 4; 15 de setembro de 1847.

[15] Em *Machado de Assis e o hipopótamo*, Gondin Fonseca transcreveu uma série de documentos do próprio Machado e de sua família. Entre esses, constam o registro de nascimento do pai, e o de casamento dos pais, pelos quais se confirma que Francisco José de Assis era livre, ou melhor, já nascera livre, filhos de pais libertos. Na transcrição do registro de nascimento do pai, lê-se: "Aos onze dias do mês de outubro de mil oitocentos e seis, nesta Catedral, batizei e dei os Santos Óleos a Francisco, filho legítimo de Francisco de Assis, pardo, forro, natural desta Cidade e de Ignacia Maria Rosa, parda forra, natural desta Cidade. Foi padrinho o Rvdo. Antonio de Azevedo de Protetora N. Sra. das Dores de que para constar fiz este assentamento que assinei. O Coadjuctor Antonio Pereira Alves da Sila. (Paróquia do SS. Sacramento da Antiga Sé, livro n. 3-A, fls. 330). Por sua vez, o conteúdo do registro de casamento de Francisco José e Maria Leopoldina diz: "Aos dezenove dias do mês de agosto de mil oitocentos e trinta oito anos na Capela de Nossa Senhora do Livramento, filial desta Matriz com Provisão do muito Reverendo Cônego e Vigário Capitual Narcizo da Silva Nepomuceno, e minha licença, em presença do Reverendo Antonio Joaquim Cruvello, e das testemunhas o Comendador Baltezar Rangel de Souza e Azevedo Coitinho, e o Alferes Joaquim José de Mendonça, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, e Constituição do Bispado, se recebeu em Matrimônio por palavra de presente Francisco José com Maria Leopoldina, ele filho legítimo de Francisco de Assis e de Ignacia Maria Roza, natural e batizada na Freguesia do Sacramento, e ela filha legítima de Estevão José Machado e Anna Roza, natural e batizada na Freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada da Ilha de São Miguel, Bispado de Angra e logo receberão as benção nupciais na forma do Ritual Romano, como tudo constou da mencionada Provisão, e Certidão do dito Reverendo Declarado: de que fiz este assento. O Vigr.º José Francisco da Silva Cardoso (Registro de casamentos da Paróquia de Santa Rita, livro n. 4, fls. 42)". Cf. Gondin da Fonseca, *Machado de Assis e o hipopótamo*: uma revolução biográfica. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974, p. 270-271. Ao apresentar dados biográficos do casal, Raimundo Magalhães Júnior se equivoca a dizer que Francisco era forro. Em sua versão, consta que Maria Leopoldina Machado da

semanalmente boa parte dos moradores da vizinhava, "em geral pobres, de todas as idades e cores", bem como os donos, os dependentes e os escravos da casa – à semelhança da cena descrita no conto "Casa Velha", de 1885. Ali funcionava uma espécie de ponto de encontro e troca de informação, no qual um menino curioso poderia assuntar a valer, seja sobre excentricidades e características individuais, seja sobre hierarquias, costumes e convenções compartilhadas naquele espaço síntese da vida social da Corte[16].

Vantagem real ou relativa, a figura mais proeminente desse cenário, D. Maria José de Mendonça Barroso Pereira, era a madrinha de batismo de Joaquim Maria Machado de Assis, que, aliás, levou esse nome em homenagem a ela e ao padrinho Joaquim Alberto de Sousa Silveira, genro da matriarca e veador efetivo do Paço Imperial. Ela era viúva do senador e ministro do Império Bento Barroso Pereira, falecido em 1837, principal responsável pelo incremento da urbanização da quinta do Livramento. Como observado por Roberto Schwarz, contar com um apadrinhamento dessa natureza correspondia ao contato fixo e instável com sujeitos aptos e legitimados a exercer proteção e arbítrio sobre o destino de seus dependentes[17]. Todavia, no caso da madrinha, essa influência direta não se estendeu por muito tempo, uma vez que ela acabou vitimada pelo sarampo em 1845, pouco depois de a única irmã de Machado falecer em decorrência do mesmo mal[18].

Essa ausência pode ter interferido nas possibilidades de escolarização formal do garoto. Ainda que seus pais fossem alfabetizados e nutrissem gosto pelas letras – como

---

Câmara nasceu "a 7 de março de 1812 em Ponta Delgada, cidade da ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, e viera menina para o Brasil, para onde emigraram seus pais. Adulta, servia à família rica [de Maria José de Mendonça Barroso Pereira], ocupando-se de costuras e bordados, além de outras tarefas ancilares, e sabia ler e escrever. Já com 26 para 27 anos, ela se casaria com o operário Francisco José de Assis, *pardo forro,* de 32 anos, que exercia a profissão de pintor de casas e dourador. Este, senão era também um agregado da chácara, teria sido chamado para aí executar seus trabalhos profissionais, conhecendo então a ilhoa branca, mas pobríssima, que com ele se dispôs a casar" (Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 1 (aprendizado). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 14).

[16] Num outro trecho da "Casa Velha", no qual se diz: "Ao rés do chão, à esquerda, perto do altar, uma tribuna servia privativamente à dona da casa, e às senhoras da família ou hóspedes, que entravam pelo interior; os homens, os flâmulos e vizinhos ocupavam o corpo da igreja" (Machado de Assis, Casa Velha, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 191).

[17] Cf. Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

[18] Essa síntese biográfica se valeu do cruzamento dos dados apresentados em: Raimundo Magalhães Júnior. *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 1...; e Lúcia Miguel Pereira, *Machado de Assis*: estudo crítico e biográfico. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

sugere a assinatura do *Almanak Laemmert* feita em nome de Francisco José de Assis em 1845 −, o pouco tempo em que pôde frequentar os bancos escolares não foi suficiente para que obtivesse diploma. Seu apreço pelos livros e a leitura foi mesmo alimentado pelas descobertas feitas enquanto desbravava as ruas da cidade. Como é sabido, ele teve, ainda menino, que se dedicar ao trabalho para contribuir com as despesas de casa. A morte da mãe, em janeiro de 1849, quando ele chegava aos dez anos de idade, certamente agravou o quadro.

Os detalhes do que efetivamente aconteceu entre esse episódio e o casamento de seu pai com Maria Inês da Silva, também parda, livre e quituteira, em julho de 1854, ainda desafiam os biógrafos. A julgar pelo que veio a acontecer até o fim da década de 1850, ele não teria se afastado muito do universo das incertezas comuns a um contexto familiar como o dele. Acontece que, por essa época, sua família acabou se transferindo para São Cristóvão, deixando, entretanto, de contar com sua presença constante. É que o moço resolvera tomar seu próprio caminho e acabou indo morar um tanto longe dos seus. Quando da morte do pai, em abril de 1864, esse distanciamento ficou de certa forma registrado no convite para a missa de sétimo dia, no qual não se fez qualquer menção à pessoa de Machado. Como especula Magalhães Júnior: "Não se sabe se Machado foi avisado a tempo, para ajudar nas despesas do enterro e a levá-lo à sepultura [...] Mas é provável que não"[19]. Fruto desse silêncio, muito se conjecturou acerca de uma má relação entre ele e a madrasta. Todavia, um depoimento de Coelho Neto citado pelo mesmo Magalhães Júnior vai numa direção contrária, posto que assegurasse que Machado de Assis tanto se revelou condoído pela morte de Maria Inês, em 1891, quanto a ela se referiu como sendo a sua mãe[20].

Ainda sobre o que aconteceu nos anos 1850, conforme ia ganhando a cidade em busca de alguma renda, o menino crescia e expandia sua curiosidade pelas pessoas e os lugares por onde circulava, bem como pela multidão de perfis presentes nos livros consultados de modo contumaz no Gabinete Português de Leitura, uma das poucas

[19] Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 1..., p. 260.

[20] Raimundo Magalhães Júnior, *Ao redor de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p. 107.

bibliotecas públicas existentes. Seu interesse pelos livros facilmente o levaria a tomar conhecimento do renomado tipógrafo e editor Francisco de Paula Brito (1809-1861), para cuja loja eram atraídos figurões e aspirantes do mundo das letras e da política, sobretudo por ocasião das reuniões da Sociedade Petalógica, na região do Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes[21].

A pouca idade e a promessa de talento vista em Machado fizeram com que ele caísse nas graças de Paula Brito, seu padrinho negro, que não apenas o empregou como revisor de provas na Tipografia Dois de Dezembro, como também foi o primeiro a publicar seus textos[22]. Data de 12 de janeiro de 1855 a publicação do poema "Ela" na *Marmota Fluminense*. Antes do findar daquele ano, completado dezesseis primaveras, ele publicaria ali mais de dez poemas, entre os quais: "A Palmeira", "A Saudade", "Saudades", "Julia", "Lembrança de amor", "Teu Canto", "A Lua", "Meu anjo", "A uma menina" e "O Gênio adormecido", este dedicado a Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, outro moço de cor parda que contou com o apoio de Paula Brito[23]. Os versos estavam bem de acordo com o que os poetas medianos produziam, incluindo o costume de indicar os vínculos estabelecidos ou pretendidos por meio das dedicatórias[24]. Em seguida, em 1856, foi a vez de publicar os primeiros textos em prosa, as "Ideias Vagas".

Machado de Assis, dali em diante, expandiria consideravelmente sua rede de contatos. Tanto que ocupou o posto de censor teatral do Conservatório Dramático

[21] Sobre Paula Brito, cf. nota n. 5, neste capítulo.

[22] Pouco depois do falecimento de Paula Brito, em 15 de dezembro de 1861, Machado de Assis lamentaria a perda nas páginas do *Diário da Semana*: "Começou como impressor, como impressor morreu. Nesta modesta posição tinha em roda de si todas as simpatias. / Paula Brito foi um exemplo raro e bom. Tinha fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles. / Era também amigo, era, sobretudo, amigo. Amava a mocidade, porque sabia que ela é a esperança da pátria, e, porque a amava estendia-lhe quanto podia a sua proteção. / Em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera graças ao largo emprego que dava às suas rendas e ao sentimento generoso que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho. / Nestes tempos de egoísmo e cálculo, deve-se chorar a perda de homens que, como Paula Brito, sobressaem na massa comum dos homens" (Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 42).

[23] Sobre Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, cf.: Domício Proença Filho, Prefácio, in: Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, *O Filho do pescador*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.

[24] *Marmota Fluminense*, 12 de janeiro de 1855, p. 3; 16 de janeiro de 1855, p. 3; 20 de março de 1855, p. 4; 1º de maio de 1855, p. 4; 18 de maio de 1855, p. 4; 1º de junho de 1855, p. 3-4; 15 de julho de 1855, p. 4; 17 de julho de 1855, p. 4; 24 de julho de 1855, p. 3-4; 21 de outubro de 1855, p. 4.

Brasileiro entre 1862 e 1864; foi agraciado por D. Pedro II com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa, em 1867; e assumiu cargo de funcionário público no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1873. O conjunto de seus conhecidos, amigos e desafetos reunia pessoas de alguma forma ligadas às letras e à política. Era gente de diferentes estratos sociais. Alguns eram mais notados, outros menos valorizados. Muita gente branca e também muita gente negra, mais do que muitos comentaristas ressaltaram ou levaram a pensar[25]. Isso sem falar no convívio com a arraia miúda, expressivamente negra, que desempenhava papéis muito importantes para o funcionamento da urbe[26].

Entre esses estava o nosso já conhecido Ferreira de Menezes. Além da cor e da origem social de desabastados, ambos se lançaram ao desafio de ocupar espaços inéditos a seus pais e avós por meio do que pensavam e escreviam. Não por acaso, as investidas nesse terreno não faltaram às cartas remetidas pelo amigo, algumas das quais Machado de Assis julgou por bem guardar. Dado importante para esta pesquisa, as três correspondências consultadas registram ainda a dimensão do afeto e da intimidade existente entre os dois.

Morando em São Paulo, Menezes iniciava a carta escrita a 9 de junho de 1865 dirigindo-se a "Meu Machado". O cumprimento servia como bom começo de desculpas diante de uma provável cobrança por falta de notícias vinda daquele que morava na Corte. O silêncio explicava-se "por tudo, menos por esfriamento da minha amizade para contigo e por esquecimento". Além das escusas, aproveitava o ensejo para, primeiro, perguntar sobre a saúde de Machado e dos amigos que tinham em comum: José Remígio de Sena Pereira, Quintino Bocaiúva, Sizenando Nabuco e Augusto Emílio Zaluar. Em seguida, recomendava "a composição musical de um *nosso muito distinto patrício* o Senhor Emílio do Lago", cujo nome era bastante elogiado nos jornais da província de São Paulo. A música a que se referia era o *Canto da Coruja*, uma "serenata cujas melodia e inspiração fazem lembrar as

[25] Raimundo Magalhães Júnior figura como uma exceção. Atento às origens familiares dos amigos de Machado de Assis, ele incluiu até mesmo Luís Guimarães Júnior no rol de mulatos próximos ao escritor, cuja longa amizade fora iniciada em 1862, quando ele contava 23 e Luiz 17 anos de idade. "Filho de Luís Caetano Pereira Guimarães, capitalista português, enriquecido no comércio e da mestiça brasileira Albina de Moura Guimarães, o jovem estudante que estreava nas letras era amulatado, como Machado, embora bastante mais claro do que este" (Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis*, v.1..., p. 235).

[26] Cf. Mary Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Juliana Faria *et alii*. *Cidades Negras*: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

de Gottschalk" – músico nascido em Nova Orleans, filho de um judeu inglês e uma crioula haitiana, que acabou seus dias no Rio de Janeiro em 1869. Menezes pedia, pois, que Machado usasse de sua influência para fazer propaganda do "talento do seu feliz autor" e encontrasse meios de alguém concertar a composição de Emílio do Lago no Rio de Janeiro. Despedia-se, então, com outras palavras de carinho: "Espero em tua amizade / Mando-te um abraço apertado / e assino-me / Teu de Coração / J. Fer. Menezes"[27].

O tom empregado por Menezes revela que a amizade era mais estreita do que faziam crer as palavras utilizadas por Machado na crítica à *Mancenilha*, em 1863[28]. Além disso, a carta pode registrar outro detalhe dessa proximidade entre os dois. Na recomendação feita a respeito de Emilio do Lago, Ferreira de Menezes referia-se a ele como "*nosso muito distinto patrício*". Ocorre que Machado e Menezes eram naturais do Rio de Janeiro, enquanto Emílio Eutiquiano Correia do Lago nascera em Franca, São Paulo, em 1837, numa família de músicos, por meio da qual iniciou seus estudos. Mudara-se para São Paulo em 1860, fixando-se na capital da província como renomado professor de piano. Por que, então, chamá-lo de "nosso patrício"?

Um comentário no verbete escrito a seu respeito no *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira* alimentaria ainda mais a minha desconfiança: "Uma caricatura antiga mostra que era alto, magro e muito moreno"[29]. Eis que, ao ir buscar essa caricatura, a encontro justamente numa edição do *Diabo Coxo* de 1864, na qual o traço de Angelo Agostini, companheiro de Luiz Gama, dava margem a se pensar que o músico era também um homem de cor (Imagem 7). Ainda que o cabelo engomado possa levar para outra direção, o desenho dos lábios e dos olhos, bem como o sombreado a realçar um tom de pele não branco levam a crer que Emilio do Lago fosse no mínimo alguém como José Rubino de

[27] Carta n. 41, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*: 1860-1869. Apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet. Organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 108-109 – grifos meus. Registro que a confusão entre as pessoas de Jose Ignacio Gomes Ferreira de Menezes e José Ferreira de Menezes foi aqui também reproduzida, sendo atribuída a esse a autoria do livro de poesias do primeiro. Além disso, não se reconhece as reais produções do fundados da *Gazeta da Tarde.*

[28] Os comentários a esse respeito aparecem na página 19 desta tese.

[29] Emilio do Lago, in: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: www.dicionariompb.com.br/emilio-do-lago. Acesso em: novembro de 2013.

Oliveira, o amigo de Luiz Gama que fazia questão de reafirmar sua "negritude". Animada com mais um provável achado, restaram-me algumas perguntas: Teria sido mesmo esse o significado do comentário de Ferreira de Menezes, que já há algum tempo convivia com Luiz Gama? Seria, pois, um modo disponível e disfarçado de afirmar o reconhecimento de uma espécie de "identidade racial", empregado por dois homens que se sabiam de cor parda e observavam essa especificidade em outros que circulavam no mundo da elite cultural da época? Não há dúvida de que a minha tendência é responder sim a todas às minhas interrogações. Entretanto, uma pesquisa acerca da pessoa de Emilio do Lago é uma das tantas que poderiam ser feitas para preencher as lacunas referentes às experiências de não brancos no século XIX.

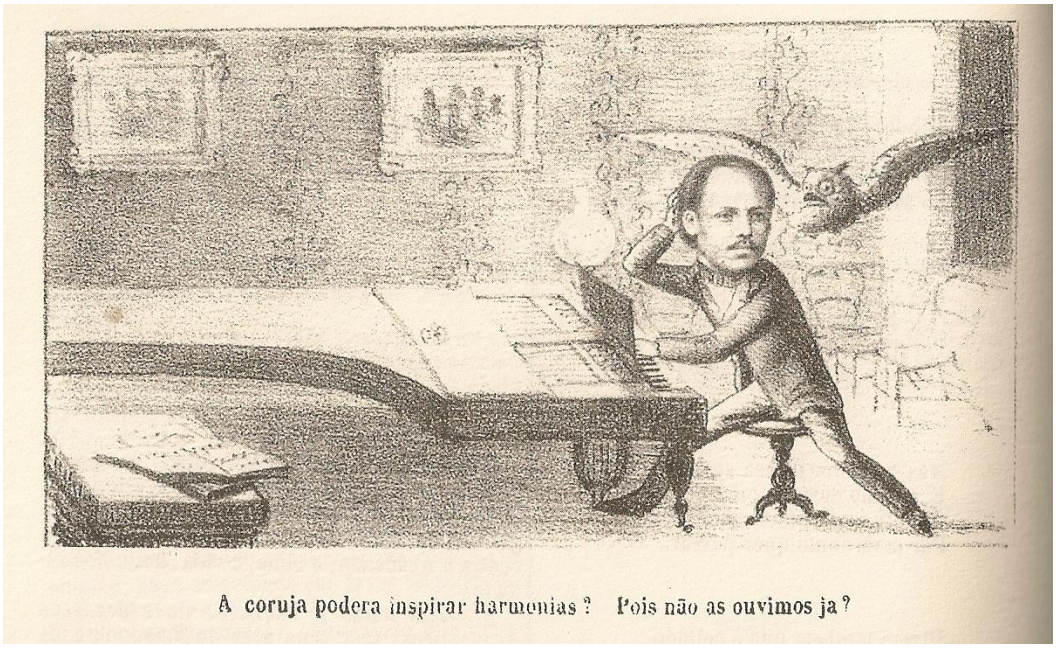


Imagem 7 – Emílio do Lago. *Diabo Coxo*, 1864, ano I, n. 11, p. 4.

Com efeito, anos depois, outro homem negro e letrado revelaria justamente sua identificação e seu contentamento em saber que ele e Machado tinham tons de pele próximos. O registro consta da carta enviada de Lisboa por Antonio Candido Gonçalves Crespo em junho de 1871. Na ocasião, dava detalhes sobre a recepção de seu primeiro livro de poemas, *Miniaturas*, lançado em 1870: "O livro teve aqui bom acolhimento, e foi saudado espontaneamente, o que me admira em extremo, porque eu não era português e não

andava envolvido nestas tricas de compadrios, que por aqui – dizem as más línguas – abundam"[30]. Gonçalves Crespo nascera no Rio de Janeiro em 1846, filho do português Antonio José Gonçalves Crespo e de Francisca Rosa da Conceição, parda que ainda era escravizada quando do nascimento do filho. Aos dez anos de idade, foi para Portugal, de onde nunca mais retornou. Ali frequentou a Universidade de Coimbra, formando-se em Direito em 1877[31]. Todavia, dirigiu sua carreira à política, ao jornalismo e à literatura. O contato estabelecido com Machado de Assis precedia, assim, essa fase de melhor entrosamento nos grupos literários portugueses. Isso pode ter pesado na decisão de enviar exemplares de sua obra inaugural para uma lista seleta de quatro escritores brasileiros, a saber, Machado de Assis, Pinheiro Guimarães, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Porém, a remessa para Machado guardava motivações especiais:

> A Vossa Excelência, já eu conhecia de nome há bastante tempo. De nome e por uma secreta simpatia que para si me levou quando me disseram que era... de cor como eu.
>
> Será? Se o não é nem por isso me deixa de ser agradável travar conhecimento com Vossa Excelência, e assinar-me aqui com toda a efusão de uma sincera simpatia e afetuoso respeito[32].

Na falta da resposta de Machado de Assis a esse comentário, que pode ter existido e sobrevivido ao tempo em Portugal, ainda há elementos que permitem pelo menos dizer que ele não se ofendeu com o comentário e seguiu nutrindo afeição e contato com Gonçalves Crespo. Tanto que em "A Nova Geração", crítica publicada na *Revista Brazileira*, em 1879,

---

[30] Carta n. 104, in: Machado de Assis. *Correspondência de Machado de Assis, tomo II*: 1870-1889. Apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet; Organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 22.

[31] Cf. Luiz Henrique Silva de Oliveira, Gonçalves Crespo, in: Eduardo de Assis Duarte (org.), *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 189-204. O texto aponta Gonçalves Crespo como um dos precursores da literatura afro-brasileira pelo fato de o escritor dedicar centralidade a personagens negros numa perspectiva pouco comum tanto na literatura brasileira quanto na portuguesa da época e também por refletir sobre os destinos dessas pessoas em seus poemas. Exemplos são, pois, encontrados em poemas como "A negra" e "As velhas negras". Interessante que Machado de Assis publicaria pouco depois o poema "Sabina" no volume *Americanas*, de 1875. O poema narra a desventura da bela mucama Sabina, entregue aos caprichos de um senhor moço de nome Otávio. Grávida em decorrência de um "intercurso sexual" bem aos moldes freyreanos, quase dá cabo da vida ao tomar conhecimento do casamento do rapaz amado com uma mocinha branca – algo corriqueiro no âmbito das relações escravistas (Machado de Assis, Sabina, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 550-556).

[32] Carta n. 104..., p. 22-23.

ao tratar da produção dos poetas representantes da "tendência nova, oriunda do fastio deixado pelo abuso do subjetivismo e do desenvolvimento das modernas teorias científicas", recorda o primeiro contato com o autor das *Miniaturas*, como mote para apontar a presença de elementos inovadores em sua poesia do início dos anos 1870. Fazendo um paralelo entre o que viu ali e na poesia do jovem Afonso Celso Júnior, Machado até mesmo defende que Crespo teria exercido certa influência sobre a poesia do mais novo:

> Todos se lembram ainda agora do efeito produzido, há oito anos, pelas *Miniaturas* do Sr. Crespo, um talentoso patrício nosso, cujo livro nos veio de Coimbra, quando menos esperávamos. Nos quadros do Sr. Crespo, que aliás não eram a maior parte do livro, também achamos aquela eliminação do poeta, com a diferença que eram obras de puro artista, ao passo que nos do Sr. Afonso Celso Júnior entra sempre alguma coisa, que não é a presença, mas a intenção do poeta. Entender-se-á isto mais claramente, comparando o "A bordo" do Sr. Crespo com o "Esboço" do Sr. Afonso Celso Júnior. Ali é uma descrição graciosa, e creio que perfeita, de um aspecto de bordo, durante uma calmaria...[33]

Quando Crespo veio a falecer em 1883, vítima de tuberculose aos 37 anos, Machado ainda lhe dedicaria o poema "A volta do poeta", que posteriormente levou o nome do homenageado, publicado no volume *Ocidentais*:

> Esta musa da pátria, esta saudosa
> Niobe dolorida,
> Esquece acaso a vida,
> Mas não esquece a morte gloriosa.
>
> E pálida, e chorosa,
> Ao Tejo voa, onde no chão caída
> Jaz aquela evadida
> Lira da nossa América viçosa.
>
> Com ela torna, e, dividindo os ares,
> Trépido, mole, doce movimento
> Sente nas frouxas cordas singulares.
>
> Não é a asa do vento,
> Mas a sombra do filho, no momento

[33] Machado de Assis, A nova Geração, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 1264 e 1269.

De entrar perpetuamente os pátrios lares[34].

De volta às cartas de Ferreira de Menezes, naquela escrita em 18 de setembro de 1866, afora as brincadeiras entre amigos, a conversa novamente giraria em torno de ações de apoio mútuo alimentado entre eles. Dessa vez, o assunto eram as negociações para que Machado de Assis se tornasse correspondente do *Diário de São Paulo*, sendo Menezes o mediador do diálogo:

> A Empresa aceita com agrado a tua cooperação e nada objetou sobre a questão dinheirosa e nem tinha que objetar. Foste modesto como sempre. Por este correio receberás a carta e as cláusulas do negócio. Estás correspondente. Só assim terei notícias tua[s] em cada correio. Foi boa a minha ideia[35].

Não seria a primeira vez que Machado colaboraria com uma folha paulistana. Em 1864, ele enviara textos sob o pseudônimo Sileno para a *Imprensa Acadêmica*, folha de estudantes da Faculdade de Direito. Após um bom tempo de ausência, voltaria a colaborar ali por meio do codinome Glaucus[36]. Tendo acompanhando essa primeira participação, Ferreira de Menezes, que mantinha alguma inserção no *Correio Paulistano*, apostava seriamente na possibilidade da nova empreitada. A transação, entretanto, envolvia um jornal conservador do qual Menezes não foi colaborador e até chegou a ser alvo de comentários preconceituosos associados à sua cor e à sua atuação em *O Ypiranga*, no ano seguinte[37].

Que possibilidades objetivas e subjetivas haveria para que o negócio se desse com aquela folha? Efetivamente essas não pareciam ser as maiores ou melhores. Dias depois, Machado enviaria uma carta a Menezes falando das condições apresentadas pelo proprietário do jornal, ao que o amigo ponderaria em resposta no dia 29 de setembro:

---

[34] Machado de Assis, Gonçalves Crespo, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 580. O poema foi originalmente publicado na *Gazeta de Notícias,* em 8 de julho de 1883, junto com versos de outros autores. Há, portanto, um pequeno equívoco no comentário de Raimundo de Magalhães Júnior quando afirma que a publicação ocorrera no dia 10 de julho (Magalhães Júnior, *Ao redor de Machado de Assis*..., p. 110).

[35] Carta 52, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 163-164.

[36] Magalhães Júnior, *Ao redor de Machado de Assis*..., p. 71-77.

[37] Cf. *Diário de S. Paulo*, 5 de setembro de 1867, p. 2.

"Acho que deves guardar imparcialidade – não teres nenhuma cor política na tua correspondência. É o melhor e é o que falei com o Cândido Silva proprietário. Quanto ao anônimo, fica isto à tua discrição". Linhas adiante, voltaria ao assunto e revelaria um tom de desconfiança: "O *Diário de São Paulo* escreveu-te. Não sei por que se te mandou todas as precisas garantias para pagamento de teu trabalho, envia-me [...] para que eu trate disso o mais breve possível e satisfatoriamente"[38].

Não obstante o entusiasmo do início, os resultados, se existiram, escaparam aos biógrafos. Além de não encontrar comentários a esse respeito, também não localizei qualquer assinatura ou mesmo um registro dos pseudônimos conhecidos de Machado de Assis nas páginas do *Diário de S. Paulo* em 1866. Cabe registrar também que o modo como Ferreira de Menezes encerrava essa carta tinha um quê de frustração avistada, mas não muito lamentada, por não se tratar de uma grande perda:

> Mandaste-me perguntar se tenho escrito? Tenho sim. Algumas tolices em folhetim e nada mais. Faltam-me estímulos por aqui.
>
> A vida por estes lados anda no presente muito prosaica e preguiçosa. E de que serve escrever em jornal de província? Escrever para meia-dúzia de tolos e de caipiras?
>
> Não vale a pena[39].

Presunção ou não à parte, aos jornais paulistanos coube mesmo noticiar as contribuições machadianas para o programa do Teatro São José, outro lugar onde Ferreira de Menezes tinha um bom trânsito em São Paulo[40]. Não por acaso, esse também foi um assunto presente nas cartas. Além de pedir por Emilio do Lago e enviar notícias sobre a repercussão dos concertos do violinista Francisco Muniz Barreto naquela província, outros negócios envolvendo as artes cênicas também foram tratados:

> Nesta data [escre]ve-te o José Victorino sobre o negócio do teatro de São Pedro. Como verás, o José Victorino pede garantias e mais cinquenta mil réis sobre o ordenado oferecido.

[38] Carta 53, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 166-167.

[39] *Idem*, *ibidem*, p. 167.

[40] *Diário de S. Paulo*, 22 de setembro de 1865, p. 4; *Correio Paulistano*, 21 de setembro de 1865, p. 1; 13 de março de 1867; p. 4; 22 de agosto de 1868, p. 1.

> Não acho demasiadas as condições dele. Fala ao Dengre[mont] [...]. Arranja tudo isso como bom advogado que és[41].

Ferreira de Menezes ansiava fazer com que o casal José Victorino da Silva Azevedo e Julia Carlota de Azevedo, integrantes da companhia do Teatro São José, pudessem atuar no Teatro São Pedro de Alcântara, empresariado por Dengremont. Para isso pedia a intercessão de Machado. Uma demora um pouco maior na resposta, contudo, irritou Ferreira de Menezes, que, achando-se em muito boa conta com Machado, assim se dirigiu a ele, em 5 de novembro, num tom de queixa exacerbada:

> Pela primeira vez zango-me contigo!
>
> Escrevi-te, há quase um mês, pedindo-te urgência para um negócio, e nem uma palavra tua! Nem sim nem não? O que fazer? Não recebeste minha carta? Não queres dar-me decisão do negócio? Confessei-te o meu grande empenho em toda esta questão disse-te e digo-te que cada dia que se passa sem que isso se resolva, é de grande prejuízo e nada é bastante para arrancar-te do teu silêncio, do teu pouco de caso, das tuas delícias de Cápua nessa Corte!
>
> Oh! Machado! Como teu amigo, peço-te que mudes de trilhas. Escreve-me, escreve-me pelo próximo correio, sem falta alguma! Conclui esse negócio de qualquer modo. O José Victorino está sumamente impaciente.
>
> A Dona Júlia pergunta todos os dias pela decisão e nada te move!
>
> Espero portanto uma carta tua no próximo correio. Não faltes, senão acreditaria que não te valho coisa alguma![42]

A reprimenda, ao que parece, surtiu um bom efeito, pois, já em dezembro de 1866, o casal ocupava os palcos do São Pedro de Alcântara e colhia os primeiros resultados de sua estada na Corte, com o drama *Frei Luiz de Sousa*, de Garrett, e mais algumas outras atuações[43].

Com pouco mais de um ano, a influência de Machado de Assis seria empregada em benefício de outro jovem "de cor" que passava pelo Rio de Janeiro. Era a vez de Castro Alves, que gastava uns dias na Corte enquanto aguardava o momento de ir a São Paulo para dar continuidade a seus estudos em Direito. Quem instava o favor para que o jovem poeta fosse bem introduzido nas rodas literárias era José de Alencar, em carta datada de 18 de

[41] Carta 53, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 167.

[42] Carta 55, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 175.

[43] Cf. *Correio Mercantil*, 31 de dezembro de 1866, p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de janeiro de 1867, p. 3, 26 de janeiro de 1867, p. 1.

fevereiro de 1868[44]. Machado − que a essa época não havia publicado romances e se destacava mais como crítico e militante pela "reforma do gosto" − respondeu prontamente e entusiasmado ao chamado. Tamanho foi o empenho que o encontro particular entre os dois aconteceu em plena algazarra de carnaval[45]. O cenário a princípio impróprio não o impediu de reafirmar o talento do rapaz, conforme confessou na resposta datada de 29 de fevereiro, reproduzida no *Correio Mercantil*, tal e qual aconteceu com a emitida por Alencar – numa interessante estratégia de *marketing* daqueles tempos[46]. "Não podiam ser melhores as impressões. Achei uma vocação literária, cheia de vida e robustez, deixando antever nas magnificências do presente as promessas do futuro. Achei um poeta original. [...] A musa do Senhor Castro Alves tem feição própria"[47].

Os comentários voltavam-se, sobretudo, para o que se lia no drama histórico *Gonzaga*, fruto da imersão na história da Conjuração Mineira de fins do século XVIII. Afora a sofisticação empregada na construção das ações e dos personagens comumente lembrados, como Tomás Antônio Gonzaga, Tiradentes e Cláudio Manuel da Costa, Machado destaca o bom resultado alcançado na inserção da figura de um homem escravizado na trama:

> Eu não podia, por exemplo, deixar de mencionar aqui a figura do preto Luís. Em uma conspiração para a liberdade, era justo aventar a ideia da

[44] Carta 74, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 224-232.

[45] Consta que antes disso, em 19 de fevereiro, Castro Alves foi recebido para a leitura do drama *Gonzaga* nos salões do *Diário do Rio de Janeiro*. Teria se apresentado diante de uma plateia seleta, composta por nomes ilustres como o visconde de Sacupaí, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Francisco Otaviano, Pinheiro Guimarães, Salvador de Mendonça, Joaquim Serra, Henrique César Muzzio e Ferreira de Meneses. Isso quer dizer que Machado se referia a outro encontro, possivelmente apenas entre os dois, pois o carnaval não alcançou o 19 de fevereiro (quarta-feira), uma vez que a terça-feira de Momo caiu no dia 25 de fevereiro. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de fevereiro de 1868, p. 2; 23 de fevereiro de 1868, p. 1. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, v. 3. São Paulo: Cultrix / Editora Universidade de São Paulo, 1977, p. 271.

[46] Carta 74, in: Machado de Assis. *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 232-242. A carta de José de Alencar foi reproduzida na edição do *Correio Mercantil* de 22 de fevereiro, e a resposta de Machado de Assis chegou ao público em 1º de março de 1868; bem como nos números de 29 de fevereiro, 6 e 8 de março de 1868 de *O Ypiranga*, em São Paulo. Os textos também serviram como prefácio ao livro publicado em 1875, cf.: Antonio de Castro Alves, *Gonzaga ou a Revolução de Minas*: drama histórico brasileiro. Rio de Janeiro: Livraria do Editor A. A. da Cruz Coutinho, 1875, p. V-XX. Logo se conclui que ação de promoção alcançou seus objetivos.

[47] Carta 74, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 235.

> abolição. Luís representa o elemento escravo. Contudo o Senhor Castro Alves não lhe deu exclusivamente a paixão da liberdade. Achou mais dramático pôr naquele coração os desesperos do amor paterno. Quis tornar mais odiosa a situação do escravo pela luta entre a natureza e o fato social, entre a lei e o coração. Luís espera da revolução, antes da liberdade, a restituição da filha; é a primeira afirmação da personalidade humana; o cidadão virá depois. Por isso, quando no terceiro ato, Luís encontra a filha já cadáver, e prorrompe em exclamações e soluços, o coração chora com ele, e a memória, se a memória pode dominar tais comoções, nos traz aos olhos a bela cena do rei Lear, carregando nos braços Cordélia morta. Quem os compara não vê nem o rei nem o escravo; vê o homem[48].

Antes de escravo, o preto Luís era um ser humano pleno! Melhor defesa para a grandeza do sujeito que assumia contornos épicos não haveria. A argúcia de Castro Alves em registrar a existência daquele personagem nesses termos era um dos grandes trunfos na opinião de Machado, certamente porque isso ainda era e continuaria a ser coisa incomum entre os versos e prosas que estavam a ser produzidos. Algo um tanto diferente até do que se via em páginas escritas por José de Alencar − a exceção, por exemplo, de *Mãe*, drama para o qual Machado não poupou elogios[49]. Essa e as outras qualidades fariam com que Machado no encerramento da correspondência reforçasse os votos pelo sucesso de Castro Alves e se colocasse contra o principal obstáculo que ele poderia enfrentar: "conspiração da indiferença" – entendida como práticas que anulavam as possibilidades de ascensão de um aspirante a escritor. Contra isso, aconselhava que o moço acreditasse na perseverança como outro importante aliado[50].

Em pensar que essas não foram as únicas vezes em que Machado de Assis dedicou-se a colaborar com os interesses de seus amigos e gente próxima – tal como se percebe na vasta correspondência que permanece −, ficam ainda mais despropositadas as condenações contra ele que Luís Murat colocou na boca de José do Patrocínio em 1926, quando acusador e acusado já tinham deixado o mundo dos vivos e não podiam contestar qualquer invenção

[48] *Idem*, *ibidem*, p. 238.

[49] Machado de Assis, Revista Dramática – José de Alencar: Mãe, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 3..., p. 1037-1040.

[50] Carta 74, in: Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*..., p. 240.

ou exagero[51]. É que Murat, para assegurar maior legitimidade aos juízos que apresentaria num extenso artigo publicado em fragmentos em cinco números consecutivos da *Revista da Academia Brasileira de Letras* (!), resolveu, logo no trecho de abertura, "Uma apóstrofe de Patrocínio", valer-se de um suposto discurso do jornalista negro que ouvira durante uma conversa nas dependências da redação da *Cidade do Rio* e conseguira guardar por quase quarenta anos, apresentando-o até mesmo entre aspas.

Como se será, fora um discurso muito bem organizado, mesmo para um grande orador que "acabava de entrar" no recinto, "perturbado pelos desgostos que a propaganda constantemente trazia ao seu grande coração"[52]. Antes de reproduzi-lo, cabe registrar que o texto de Murat fora iniciado em 1924, tendo como estímulo a natureza dos comentários feitos por Graça Aranha no volume de correspondências entre Machado e Joaquim Nabuco, publicado no ano anterior, cuja introdução e as notas ficaram sob a responsabilidade do escritor maranhense[53]. Ali, Nabuco é chamado de "a razão que esclarece o sentimento", uma inteligência que provinha de suas origens e que o levava a ser, mais que um artista, um pensador político. Enquanto isso, "Machado de Assis não tem história de família. O que se sabe das suas origens é impreciso; é a vaga e vulgar filiação, com inteira ignorância da qualidade psicológica desses pais" e por aí vai...

De todo modo, o que disse Graça Aranha aqui nos interessa apenas porque foi a deixa para Luís Murat sacar a controversa declaração sobre Machado atribuída a Patrocínio:

> Pago *o ódio que esse homem vota à humanidade* com o meu desprezo. Sinto que há ali uma hiena encarcerada e amordaçada, a cujo açamo se aferram os instintos mais ferozes. *Nunca olhou para fora de si*; nunca deparou, no círculo das suas idealidades e reverências, outro homem que não fosse ele, outra coisa que não fosse a sua, outro amor que não fosse o de si mesmo. A alma se lhe estreita numa contração epilética de espasmos, a cujo furor as imagens do bem como que se retraem flageladas pelo ódio e a idiossincrasia de *um dos mais acabados exemplares do*

[51] Justiça seja feita, Machado de Assis fez graça do insucesso político de Luís Murat na candidatura à deputação pelo 12º distrito do Rio de Janeiro em julho de 1888; e comemorara a derrota no Legislativo para celebrar a sobrevivência do poeta... Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 828.

[52] Luís Murat, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, in: Josué Montello, *Os inimigos de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 277.

[53] Graça Aranha, *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* – comentários e notas à correspondência entre esses dous escriptores. São Paulo: Monteiro Lobato e C. Editores, 1923.

> *humorismo malfazejo e hipócrita*. Vejam: atravessamos o mais doloroso, soberbo e trágico momento da nossa vida política. Tudo sente, palpita e freme de entusiasmo; as próprias pedras parecem erguerem-se da sua inércia e morte para gritar e protestar, para gemer e sorrir nas horas de angústia e de dor ou nas de prazer e triunfo! Homens rudes, sem estudos; homens do comércio, homens alheios às letras, chegam a eletrizar-nos com a sua eloquência. O país inteiro estremece; um fluido novo e forte, capaz de arrebatar a alma nacional, atravessa os sertões, entra pelas cidades, abala as consciências, relampeja nas almas, destrói os baluartes e penetra nos templos. Desvairando-nos na mesma loucura, na mesma unção, na mesma Eucaristia.
>
> *Só um homem*, em todo o Brasil e fora dele, *passa indiferentemente por todos esses hosanas e vitupérios*, por todo esse clamor e essa tempestade, por todo esse incêndio e essa aluvião. – Esse homem é o senhor Machado de Assis. Odeiem-no, porque é mau; *odeiem-no, porque odeia a sua raça, a sua pátria e o seu povo*. Sua pena destila fel e veneno. Todas as serpes reunidas da astúcia, da hipocrisia e da revolta contra a sua cor e a sua progênie, aninham-se-lhe no coração, envenenam-lhe a alma[54].

Que Patrocínio estimasse que Machado fosse menos reservado em suas demonstrações de apoio à causa abolicionista e até lamentasse o acanhamento do caramujo, isso seria bem razoável. Todavia, as acusações alegadas levam, no limite, a ter que acreditar que o jornalista não tinha estado nem mesmo com homens como Ferreira de Menezes, Luís Guimarães Júnior, Joaquim Nabuco, entre tantos outros que tiveram um bom convívio com o agredido e poderiam dizer muito sobre sua personalidade. É como se as gentilezas prestadas por ele desde os anos 1860, que incluíam o apreço por convites a reuniões abolicionistas, fossem segredos dos grandes.

Considerar essa dimensão me parece insuficiente para permitir afirmar que essas palavras não eram mesmo de Patrocínio, mesmo que seja difícil aceitar que, num momento como aquele, ele se preocupasse com o "humorismo malfazejo e hipócrita" de Machado e fizesse um apelo tão veemente pelo ódio a alguém que não disputava o espaço com ele, nem muito menos defendia ideias contrárias... Leituras repetidas do texto dão, porém, a sensação de que a base dos argumentos imputados ao chefe da *Cidade do Rio* pode ser encontrada em outros trechos do artigo, pelos quais Murat não se exime da autoria e que a manifestação do seu racismo também não é acanhada. Senão, tomemos esse exemplo:

[54] Luís Murat, Machado de Assis e Joaquim Nabuco..., p. 277-278 – grifos meus.

> *De que materiais era feita a natureza moral de Machado de Assis*? Aquele subordinar-se com satisfação ao despotismo; aquele invocar contínuo da civilização greco-romana; aquela tranquilidade almejada, com o pendor desse jogo delicioso de ideias; *aquele reclamar tácito, mas odioso, da liberdade só para si*; todo esse pungir sob a pressão de um gênio mau, que o empolgara desde a infância; as represálias íntimas e acerbas; *as revoltas constantes e refalsadas, tudo, tudo, era o resultado de opressões atávicas submersas nos refolhos de uma consciência nas suas exteriorizações, mais satânicas, indescritivelmente obnóxias, nos lances trágicos das suas incompatibilidades com o mundo*? Nos momentos em que o seu desprezo pelo gênero humano assumira esse grau de furor, tão característico nas almas sob a ação pertinaz de potências subversoras e negativas, sorria, e o seu sorriso era como o rictos das faces convulsionadas pela infestação diabólica. O instinto conservador de Machado não era mais que a irrupção periódica de egoísmos latentes, *cujo comodismo, quase único na sua espécie,* criara uma crosta de repugnantes sentimentos que interceptavam a passagem do raio de luz, sob o qual se orientam e condicionam fatores dinâmicos destinados às criações superiores do pensamento[55].

As condenações eram até mais profundas e repletas de uma série de postulados tomados como cientificamente legítimos à época. E não fosse a semelhança entre os dois trechos o bastante, Raimundo Magalhães Júnior recuperou essa polêmica e defendeu que tal atitude de Luís Murat seria mais uma evidente demonstração dos prejuízos psíquicos que esse sofria − capazes de fazer revelar suas próprias verdades escondidas por longo tempo −, do que a exposição de registros fiéis do pensamento de José do Patrocínio. O biógrafo chega mesmo a desconsiderar que os dois pensadores negros nutrissem, de fato, alguma inimizade[56]. Outra parte de seu argumento que igualmente me parece aceitável é a possibilidade de Murat ter tomado um homem negro por outro, atribuindo a Patrocínio a fala de Hemetério José dos Santos (Imagem 8), que publicamente assumiu sua rejeição a Machado de Assis, na carta ao anarquista Fábio Luz de 16 de novembro de 1908, pouco mais de um mês da morte do desafeto.

---

[55] Luís Murat, Machado de Assis e Joaquim Nabuco..., p. 280 – grifos meus.

[56] Magalhães Júnior, *Machado de Assis desconhecido*..., p. 145-151. Em outro texto, ele defende: "Com José do Patrocínio, outro negro ilustre, não teve Machado de Assis incompatibilidades. Se as tivesse não se teria sentado com ele à mesa, no jantar a Coquelin, no palacete de Ferreira [de] Araújo, a 17 de junho de 1888. [...] Ferreira de Araújo, que era íntimo de Machado de Assis, fizera os convites escolhendo, naturalmente, pessoas afins, não apenas na admiração pelo ator francês, mas nos sentimentos de cordialidade de umas para com as outras" (Magalhães Júnior, *Ao redor de Machado de* Assis..., p. 111).

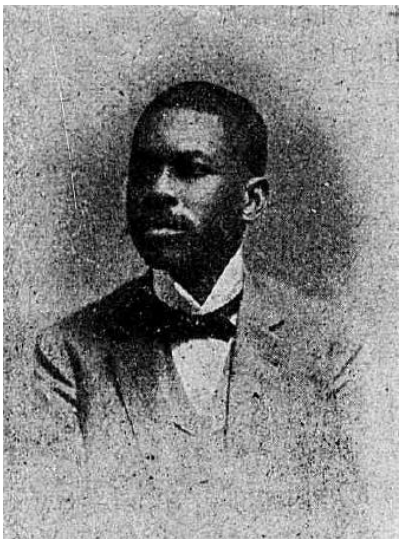


Imagem 8 – Hemetério José dos Santos.
Almanaque Brasileiro Garnier, 1910, p. 370.

Professor, gramático e filólogo, Hemetério José dos Santos nasceu em 3 de março de 1858, na cidade de Codó, Maranhão. Não se sabe ao certo quando migrou para o Rio de Janeiro. Acredita-se que foi nos primeiros anos da década de 1870, sendo que em 1878 já ocupava o cargo de docente no Colégio Pedro II. Em 1890, foi nomeado professor adjunto do Colégio Militar do Rio Janeiro, alcançando mais adiante o posto de professor vitalício e as patentes de major e tenente-coronel do Exército. De suas conferências no Grêmio de Senhoras do Rio de Janeiro, resultou o volume *Pretidão de Amor* (1905), em que aborda a possibilidade do afeto em relação às pessoas negras. Em *Cartas aos Maranhenses* (1906), tratou dos limites à educação no Brasil e abordou o desafio da presença negra nas escolas. Outro texto dedicado ao preconceito de cor foi publicado no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1907, com o título "Etymologias – preto". Morreu na cidade do Rio em 1939[57].

Naquela correspondência, também reproduzida na edição do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1910, considerava Machado de Assis um escritor efêmero e passageiro, fraco observador do "nosso modo de ser", impossível de ser tomado como "um psicólogo" e

[57] Maria Lúcia Rodrigues Müller. *A cor da escola:* imagens da Primeira República. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008, p. 61-66. Hemetério José dos Santos, Etymologias – preto, *Almanaque Brasileiro do Garnier*, 1907, p. 237-239.

"sem relação com o sentimento nacional", o que resultava numa obra "de todo incolor", fruto de "leituras pacientemente ruminadas, de romances franceses e ingleses, de almanaques". Isso, portanto, tornava o que se via um "elogio exagerado, que vai além do valor real". Tais condenações de ordem literária mantinham relação estreita com os julgamentos que fazia acerca da relação do criticado com sua cor/raça. Defendendo a adesão calorosa ao "problema do 'negro'" como uma expressão inegável da vida nacional, Hemetério acusava Machado de ter oferecido apenas "pálidas e aguareladas pinturas tão tímidas que claramente revelam que do artista primeiro partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência". Tal atitude o colocaria em descompasso com a marcha da sociedade brasileira, um "sem modelo na história pelos exemplos de altas virtudes constantes, múltiplas e variadas desses três tipos que se irmanaram pelo sentimento, tornando-se um só espírito para a cultura do bem, desde os tempos de Vieira e de Gregório". Não surpreende, pois, que chegasse ao ponto de condenar o autor de "Pai contra Mãe" com mais essas palavras: "Por ser mulato, Machado não tinha razão plausível para desfigurar a nossa moral, simples e tradicional"[58].

No afã de melhor avalizar sua verrina contra Machado, Heméterio pesou tanto a mão que acabou por beirar a contradição, afirmando coisas que outros de seus textos e sua trajetória de vida deram provas em contrário. Homem que pautou por diversas vezes assuntos relativos ao preconceito de cor e às experiências negras em seus escritos, dificilmente ele seria alguém que acreditasse que o Brasil fosse um perfeito exemplo de bom convívio entre as raças. Ao seu modo, trabalhava por esse mundo acreditando na mestiçagem como caminho, justamente porque isso era um objetivo e não um fato[59]. Com efeito, afirmando-se negro, foi, sobretudo, nesses termos que foi rechaçado por defensores de Machado de Assis, destacando-se Emilio de Meneses, que, considerando fazer justiça, escreveu dois sonetos, um dos quais este que se segue:

---

[58] Hemetério dos Santos, Machado de Assis, *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1910, p. 369-374.

[59] Marcela Moraes Gomes, Hemetério dos Santos: o posicionamento do intelectual negro a partir das obras *Pretidão de amor* e *Carta aos Maranhenses*, *Revista Cantareira,* n. 15, julho-dezembro de 2011. Disponível em: revistacantareira.files.wordpress.com/2012/01/hemetc3a9rio-dos-santos-o-posicionamento-do-intelectual-negro-a-partir-das-obras3.pdf. Acesso em: dezembro de 2013.

O preto não ensina só gramática,
É pelo menos o que o mundo diz,
Mete-se na dinâmica, na estática
E em muitas coisas mais mete o nariz.

Dizem que, quando ensina matemática,
As lições de mais B, de igual a X,
Em vez de lousa, com saber e prática,
Sobre a palma da mão escreve a giz.

Uma aluna dizia: − Este Hemetério
Do ensino fez um verdadeiro angu,
Com que empanturra todo o magistério.

E é um felizardo, o príncipe zulu,
Quando manda um parente ao cemitério,
Tem um luto barato: fica nu[60].

A violência empregada no poema dispensa comentários. Melhor parece-me voltar às ocorrências envolvendo propriamente Machado de Assis, que, por sinal, não teve em Hemetério dos Santos o seu primeiro censor racial. Referência inescapável ao professor dos Colégios Pedro II e Militar, Sílvio Romero ocupou um lugar de destaque nesse cenário, sendo fácil perceber a ressonância de suas ideias sobre Machado no texto do pensador maranhense. Em vários trechos, parece até que Hemetério estava simplesmente parafraseando as sentenças do crítico sergipano.

Quem toma como parâmetro apenas os comentários romerianos em *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*, obra dedicada a convencer os leitores da superioridade de Tobias Barreto em relação a Machado, fica com a impressão de que, diante das agressões dirigidas a José do Patrocínio e Vicente Souza, ele teria sido muito contido e até elegante, quase como fora com Nabuco. Afirmando-se um "observador imparcial", considerou necessário encher centenas de páginas para justificar sua convicção de que Machado não passava de um escritor daqueles que é de "bom estilo sempre elogiar para inglês ver", algo natural uma vez ser ele: "*um brasileiro em regra,* um nítido exemplar dessa sub-raça americana que constitui o tipo diferencial de nossa etnografia, e sua obra inteira não desmente a sua fisiologia, nem o peculiar sainete psicológico originado daí". E

[60] Emilio de Menezes *apud* Josué Montello, *Os inimigos de Machado de Assis...*, p. 88-89.

ironicamente completar: "Com certeza não o molesto, falando assim; e não pôde ser por outro modo"[61].

Acontece que não foi nesse texto escrito em 1896 que Silvio Romero pela primeira resolveu depreciar Machado de Assis. Cultivando uma mágoa pela crítica machadiana a seu livro de poesias *Cantos do fim do século* (1878), registrada no artigo "A Nova Geração", esse ainda atual ícone dos estudos literários, entre outras ocasiões, assim se expressou no livro *Estudos de literatura contemporânea*, de 1885, pouco se importando em dissimular o sentimento de revanche que o movia:

> Esse pequeno representante do pensamento retórico e velho no Brasil é hoje o mais pernicioso enganador, que vai pervertendo a mocidade. Essa sereia matreira deve ser abandonada.
>
> O autor de *Iaiá Garcia*, frívolo e inofensivo como é, é tanto mais para ser combatido, quanto pela dubiedade de seu caráter político e literário em nada pode ajudar a geração que se levanta e a quem insinua-se por amigo. *Não tendo, por circunstâncias da juventude, uma educação científica indispensável a quem quer ocupar-se hoje com certas questões*, e aparecendo no mundo literário há cerca de vinte e cinco anos, o Sr. Machado de Assis é um desses *tipos de transição*, criaturas infelizes, *pouco ajudadas pela natureza*, entes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo. [...]
>
> Natureza eclética e tímida, sem o auxílio de uma preparação conveniente, entrou a ser um parasita, espécie de *comensal zoológico*, vivendo à custa de uma combinação de classicismo e romantismo[62].

Questionar a capacidade intelectual e tentar deslegitimar o alvo das críticas por meio de argumentos raciológicos, eis os procedimentos básicos do sofisticado modo romeriano de se afirmar intelectual de peso. Machado de Assis optou por não entrar no jogo de Sílvio Romero, como fizeram os outros pensadores negros anos antes, o que lhes rendeu ainda mais ofensas. A estratégia pelo aparente silêncio foi mais divertida, ainda que mais difícil de ser captada por quem não viveu aqueles dias. Afora a não contraposição direta, que irritaria ainda mais o oponente e levaria a falar sozinho por muito mais tempo, Machado privilegiou outros meios para dar boas respostas aos agravos travestidos de ciência que o

[61] Silvio Romero, *Machado de Assis:* estudo comparativo de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1897, p. XVIII, 5 e 18.

[62] Silvio Romero, *Estudos de literatura contemporânea.* Rio de Janeiro/Aracaju: Imago/Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 143-144.

filósofo e crítico sergipano lhe dirigia tanto individual quanto coletivamente. Daniele Megid sugere, por exemplo, que traços marcantes da personalidade e das convicções de Brás Cubas tiveram nítida inspiração em Sílvio Romero[63]. O simples exercício da presidência da Academia Brasileira de Letras, onde Romero foi um coadjuvante, bem que pode ter servido como outro tipo de resposta.

Seja como for, tudo isso não foi o suficiente para que ele – Graça Aranha ou Luís Murat − fosse ridicularizado nos moldes do que aconteceu com Hemetério José dos Santos. É certo que o volume dos escritos e a abertura do meio intelectual para com eles eram indiscutivelmente desproporcionais. Não obstante, chega a ser no mínimo surpreendente como as limitações de Romero serviram até mesmo como mote de elogio a ele, a exemplo do realizado por Antonio Candido no ensaio "Fora do texto, dentro da vida", no qual legitima a importância da obra romeriana por ser "uma imagem nervosa do País", a despeito das marcas de sua, digamos, volubilidade científica, de suas convicções racistas e da necessidade incontrolável de desqualificar os alvos de sua crítica e cair em divagações[64].

Uma leitura a contrapelo poderia mesmo levar, por outras vias, ao reconhecimento de que a negação em absoluto de Sílvio Romero induziria a uma recusa ao grosso do pensamento brasileiro produzido antes mesmo do surgimento da Nação. Ora, tendo as formulações acerca de cor e raça (conceito biológico ou sociológico) um papel fundamental no entendimento do Brasil sobre si mesmo, e uma vez que essa dinâmica nunca levou a um rompimento do círculo vicioso que alimenta o racismo nesta sociedade; logo, Romero nada mais foi e é do que um espelho côncavo, daqueles que ampliam a imagem refletida e deixa seus detalhes mais evidentes. Tanto é assim que, quando o conceito biológico de raça deixou de ser plenamente aceito, o enfrentamento do racismo e das desigualdades sociorraciais não se tornou uma prioridade para a intelectualidade brasileira. Mesmo porque o fantasma das hierarquias não desaparecera, conforme fica evidente neste trecho do ensaio

[63] Para acompanhar as investidas de Sílvio Romero contra Machado de Assis a partir da *Revista Brazileira*, e os prováveis desdobramentos disso na obra machadiana, cf.: Daniele Megid, *À roda de Brás Cubas:* literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis. Dissertação (Mestrado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

[64] Antonio Candido, Fora do texto, dentro da vida, in: Antonio Candido, *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 100-121.

de Antonio Candido, que não fala apenas de Sílvio Romero, mas da trajetória da crítica e da história literárias nacionais:

> A indagação de Sílvio Romero era infrutífera pela própria natureza. A raça não explica nada, e para começar não se sabe o que seja como categoria explicativa. Mas o interesse por ela permitiu uma reflexão ampla e valiosa sobre a literatura do Brasil e sobre o Brasil enquanto produtor de literatura. Este esforço correspondia a uma posição existencial dramática do intelectual brasileiro, que, num contexto dominado pela obsessão biológica do século, perguntava ansiosamente a quantas ficaria, ele, fruto de um povo misturado, marcado pelo medo da alegada inferioridade racial, que no entanto aceitava como postulado científico. Seria capaz de produzir como os seus modelos, pertencentes às "raças superiores"? Poderia disfarçar a realidade e fingir de "raça superior"? Poderia, individualmente, rejeitar a maldição sobre o seu vizinho?[65]

Quando numa palestra no Centro Chico Rei, Antonio Candido volta ao tema e especula se "o fato de ser negro ou mulato" teria influenciado "na maneira dos escritores identificados à cultura dominante [...] escreverem e verem o mundo", a resposta só poderia ser afirmativa, "apesar de a cultura dominante não analisar neste sentido, pois não percebe os sinais evidentes de crítica, combate, emulação devidos à marginalização efetiva ou potencial decorrente da cor"[66]. De tal sorte, essa estrutura de pensamento acaba sendo o que permitiu a construção das várias e até divergentes verdades sobre Machado de Assis, investidas que não ficaram ausentes nem nos dias que seguiram ao falecimento do escritor.

Ao dizer isso, não poderia deixar de recuperar a polêmica entre os amigos José Veríssimo e Joaquim Nabuco. Veríssimo, a fim de dar notícia do óbito e profundamente consternado com a perda de pessoa tão estimada, compartilhou com Nabuco o texto que publicara em homenagem ao defunto ilustre, ao qual acabou se referindo nos seguintes termos: "Mulato, foi de fato um grego da melhor época"[67]. Bastante incomodado com o primeiro adjetivo empregado, Nabuco cuidou logo de advertir: "Eu não teria chamado o Machado *mulato* e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese [...]. A palavra não é

---

[65] *Idem*, *ibidem*, p. 120.

[66] Antonio Candido, Preconceito e democracia, *Remate de Males – Revista do Departamento de Teoria Literária da Unicamp*, Número Especial sobre Antonio Candido, 1999, p. 101.

[67] Carta José Veríssimo a Joaquim Nabuco, 3 de outubro de 1908, Fundação Joaquim Nabuco, Base Nabuco, 7090, [CP P257 DOC 5261]. Agradeço a Fernando Batista por ter ido ao arquivo, feito cópia e me enviado a reprodução deste documento.

literária e é pejorativa, basta-lhe ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava"[68]. Assim cria Nabuco que Machado cria e fazia... E assim muitos foram feitos crentes e se dispensaram de olhar com mais cuidado para os registros machadianos...

E olha que esse não foi um "privilégio" do autor das *Memórias póstumas*. Felix Pacheco, por exemplo, estava convicto de seu elogio quando assim se referiu a José do Patrocínio em *Robles e Cogumelos*, texto iniciado em 1904 e requentado 27 anos depois:

> Etíope, com o escuro um pouquinho atenuado na primeira degradação do matiz originário, erigiu-se, entretanto, *num ariano do melhor quilate do espírito*; e essa contradição visceral entre um fútil acidente da natureza transitória e a manifestação superior da eterna luz devia forçosamente fazer de José do Patrocínio um grande, um perpétuo rebelado na vida.
>
> E foi justamente isso o que ele, na verdade, mostrou ser durante a existência toda: um insubmisso impenitente e temerário, que antagonista algum jamais conseguiu dominar ou vencer, um gladiador iluminado, constantemente entregue ao ímpeto de suas paixões desordenadas, condensando e simbolizando em si próprio não só a amargura e as virtudes tocantes e emolientes como os horríveis defeitos e taras de sua raça infeliz e perseguida[69].

Levando isso a sério, seria de lamentar que a genética fosse tão traiçoeira que não seguisse sua própria lógica e fizesse o mesmo com tantos outros produtos do intercurso entre os dois elementos antagônicos... Munido do mesmo senso de justiça, falaria Xavier da Silveira Júnior sobre Ferreira de Menezes: "com a magia de seu espírito ateniense e a nobre paixão da obra de dignificação da pátria punha em imprevisto assédio moral a consciência pública"[70]. Admitindo o poder e o valor real das crenças, o certo é que Machado, Patrocínio, Menezes e os outros intelectuais negros indicados foram homens expostos aos dilemas da racialização.

Comentários dessa natureza influenciaram na forma como eles foram recebidos ou repelidos no jardim das musas brasílicas. A despeito das várias tentativas de se construir

---

[68] Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo, 25 de novembro de 1908, Fundação Joaquim Nabuco, Base Nabuco, 7208 [CA P62 DOC 1226]. Agradeço a Fernando Batista por ter ido ao arquivo, feito cópia e me enviado a reprodução deste documento.

[69] Félix Pacheco, *Robles e Cogumelos:* José do Patrocínio e os pygmeus da imprensa. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1932, p. 12-13 – grifo meu.

[70] Xavier da Silveira Júnior *apud* Félix Pacheco, *Robles e Cogumelos*..., p. 36.

uma história do pensamento brasileiro sem considerar o impacto do racismo, esse, vira e mexe, aparece como um elefante branco no meio da sala de estar repleta de visitas. Nesse sentido, coaduno com João C. Vargas quando afirma que a sociedade brasileira se vale de uma prática cultural peculiar denominada de "hiperconsciência de raça". Trata-se de uma habilidade que pressupõe o reconhecimento e a imediata negação da raça como uma ferramenta analítica e moralmente válida, incapaz de desempenhar um papel central na determinação de relações sociais, hierarquias e distribuição de recursos, ainda que se esteja diante das inegáveis desigualdades sociorraciais.

> [Essa] dialética permite-nos entender como um sistema que, na superfície, é desprovido de consciência racial está, na verdade, profundamente imerso em entendimentos racializados sobre o mundo social. O foco na dinâmica da hiperconsciência/negação da raça abre uma janela no senso comum da hegemonia racial[71].

Limpando os óculos, entretanto, os produtos de tal capacidade se mostram simultaneamente risíveis e perversos. Se a variedade e a força dos dados empíricos oriundos desse cotidiano racializado ainda surpreendem, ir além do viés do exotismo e do extraordinário pode levar a um panorama analítico mais complexo do cenário problematizado.

[71] João H. Costa Vargas, Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of White supremacy in Brazil. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, n. 4, 2004, p. 446.

PARTE II – LIVRES E PELA LIBERDADE EM TEMPOS DE INCERTEZA

No fim dos anos 1870, os "cidadãos de cor" eram a maioria da população negra e parte expressiva entre os livres. No entanto, quando iniciamos uma conversa sobre a vida dos descendentes de africanos na segunda metade do século XIX, é comum que o primeiro impulso da maioria das pessoas ainda seja falar sobre algum episódio da escravidão. O que essa nossa dificuldade ou incapacidade de pensar a presença negra a partir do lugar da liberdade tem a dizer sobre a experiência nacional? Se os negros livres e libertos eram tantos, por que não conseguimos enxergá-los com facilidade em nossas projeções sobre o passado? As respostas para esses questionamentos obrigatoriamente passam pelo questionamento da matriz de sentidos que organiza nosso entendimento acerca dos lugares ocupados pelos diferentes grupos sociorraciais na formação nacional brasileira. Estamos falando, portanto, sobre racismo? Certamente. Isso, porém, não nos autoriza a dizer que o que viveram nossos antepassados é exatamente igual ao que se dá nos dias atuais.

A fim de perceber algumas especificidades dos tempos de outrora, façamos um exercício de imaginação. A brincadeira passa por fazer de conta que você é um homem livre, morador da Corte, tido como mulato, letrado, com emprego definido e interessado nos produtos da inteligência humana da sua época. Não é demais lembrar que você faz parte de um grupo familiar e convive com várias outras pessoas como o seu perfil... Pois bem, num dia de janeiro de 1880, ali um pouco antes da hora do almoço, você abre a *Gazeta de Notícias*, um dos mais importantes jornais da cidade para saber das novidades, e lá na última página depara com o anúncio de um grande sucesso em cartaz no importante Teatro Ginásio Dramático: *Ódio de raça*, um drama de costumes brasileiros de autoria do "distinto escritor" português Francisco Gomes de Amorim, "que tanta impressão causou quando representado no teatro de D. Maria II, em Lisboa, e cujo número de representações foi imenso". A peça era uma produção da Empresa Dias Braga & Mattos, e os preços

variavam entre mil réis, para as cadeiras das galerias, e dez mil réis, para os camarotes de primeira e segunda ordens (Imagem 9)[1].


THEATRO GYMNASIO

EMPREZA DIAS BRAGA & MATTOS

HOJE Quinta-feira 8 de janeiro HOJE Quinta-feira 8 de janeiro HOJE

GRANDE SUCCESSO

Terceira representação, n'este theatro, do drama de costumes brazileiros, original do distincto escriptor portuguez Gomes de Amorim, e que tanta impressão causou quando se representou no theatro de D. Maria II, em Lisboa, e cujo numero de representações foi immenso.

ODIO DE RAÇA

PERSONAGENS

Pai Cazuza, escravo, preto, Dias Braga; Roberto, senhor de engenho, Peregrino; Manuel, caixeiro, Colás; Domingos, escravo, mulato, Domingos Braga; Lucio, escravo, mulato, Augusto; Emilia, filha de Roberto, Maria Luiza; Martha, tapuya, Elisa de Castro.—Escravos pertencentes ao engenho.

A ACÇÃO PASSA-SE NO PARÁ

Terminará o espectaculo com a engraçada comedia em 1 acto, de Eduardo Garrido

POR UM TRIZ!

PREÇOS: Camarotes de 1ª e 2ª ordens, 10$; cadeiras numeradas, 2$; galeria, 1$000.

BREVEMENTE—A CRUZ DA MORTA—DRAMA EM 5 ACTOS E 7 QUADROS

ESTA SEMANA A LINDA COMEDIA—O CRIADO DO HOTEL VERY

Imagem 9 – Anúncio do drama *Ódio de Raça* na *Gazeta de Notícias,* 8 de janeiro de 1880, p. 4.

Tendo muito mais que alguns vinténs na algibeira e por força do hábito e de alguma curiosidade, eis que você decide conferir o espetáculo. No caminho, entre sua casa e o teatro, dava com a presença tanto de gente livre quanto escravizada, sem saber distinguir em alguns casos a diferença entre um e outro. Ao chegar ao seu destino, em meio ou socialmente localizado na plateia formada por integrantes da elite e da classe média da cidade[2], vê desenrolar diante de si o seguinte enredo: Na província do Pará, o escravista e comerciante Roberto, brasileiro, mantinha sob suas ordens uma vasta escravaria composta parte por pretos (africanos) e parte por mulatos, que o serviam tanto no armazém que possuía na cidade quanto em sua fazenda. Os primeiros eram personificados em José, chamado a contragosto de Pai Cazuza, um cabinda orgulhoso de sua origem, que desprezava os mulatos e era tão fiel a seu senhor que esse, em certo momento da história, lamentaria que fosse preto, porque tinha "alma de branco". Este personagem era, aliás, vivido pelo próprio Dias Braga. Os mulatos, por sua vez, eram resumidos na pessoa de

[1] *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1880, p. 4.

[2] Luiz Costa-Lima Neto, O teatro das contradições: o negro nas atividades musicais nos palcos da corte imperial durante o século XIX, *Opus – Revista Eletrônica da Anpom*, v. 14, n. 2, dezembro de 2008. Disponível em: www.anppom.com.br/opus/data/issues/archive/14.2/files/OPUS_14_2_Neto.pdf. Acesso em: maio de 2014.

Domingos, sujeito essencialmente vil, hostil ao trabalho, dado ao furto e outras desonestidades. Alguém tão condenável que, mesmo após receber a notícia de que era filho do seu senhor, não se desviou da ideia de desposar sua irmã, a branca Emília, única filha reconhecida por Roberto. Era, pois, a expressão máxima do ódio de raça. Por ser mulato, dizia odiar "tantos os brancos como os pretos", e era também desprezado por eles. Para completar o cenário, a trama contava com a atuação de mais dois coadjuvantes: a tapuia Martha, uma serviçal ébria, que ora pendia para o lado do senhor, ora para o do mulato Domingos; e o diligente caixeiro português Manuel, sobrinho de Roberto, que sofria com a discriminação da qual era vítima, tratado como pirata tanto pelos escravos quanto pelos brancos brasileiros. A tensão da história era dada pela sede de vingança do mulato. Querendo mostrar sua superioridade ao preto, Domingos forjara uma prova para incriminar José (Pai Cazuza), num furto que ele é que cometera. O golpe, porém, havia sido percebido por Emília, que o desmascarou. Assim, para a sua frustração, em vez de ele dar, acabou recebendo as centenas de chibatadas ordenadas pelo rígido senhor e executadas pelo africano. Após sucessivas demonstrações do revanchismo do mulato e da fidelidade inabalável do preto, ambos morrem de modo violento, permitindo que a paz possível a uma família escravista fosse reestabelecida[3].

Originalmente escrita em 1855, a história era tida como atual e verossímil ainda nos anos 1880, e seu autor gozava de muito prestígio tanto na Brasil quanto alhures. O drama, outrossim, faria você se lembrar de outra história tão mais valorizada entre as almas sensíveis dispostas a lidar com os dilemas da escravidão, seja como leitores, seja como espectadores. Estamos falando de *A Cabana do Pai Tomás*, obra da estadunidense Harriet Beecher Stowe, que há tempos circulava nas páginas e nos palcos da cidade[4]. No cair das

[3] Francisco Gomes de Amorim, *Ódio de Raça*. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.

[4] Alfredo Bosi comenta que o "romance de Harriet Beecher Stowe, publicado nos Estados Unidos em 1851, foi vertido para o português por Francisco Ladislau de Andrada, em uma edição de Paris. A segunda edição, datada de Lisboa, 1856, teve por tradutor A. Urbano Pereira de Castro, e logo se conheceu no Brasil" (Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira.* 43.ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 143. Na década de 1870, a adaptação para o teatro já havia ganhado a simpatia dos palcos, como atesta este comentário da *Gazeta de Notícias*: "O Teatro S. Pedro trata de levar à cena um drama que é, basta para recomendar – *A cabana do Pai Tomás.* Ainda está na memória de todos a grande aceitação que teve entre nós o romance que traz o mesmo título e do qual o drama é extraído" (*Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1876, p. 2). Em junho de 1880, a peça

cortinas, o que teria você, um mulato, a dizer aos que se mostravam bastante tocados com aquela encenação? Não me surpreenderia se, no calor da hora..., dissesse nada ou quase isso... Da mesma forma, não te condenaria se você não fosse à redação do jornal protestar contra a publicação de anúncios de emprego como estes aqui:

> Precisa-se de uma criada portuguesa para um casal sem filhos.
>
> Criado branco – Precisa-se de um que dê fiador a sua conduta, para casa de moços solteiros.
>
> Ama de leite – Precisa-se de uma de cor branca, com leite de um a dois meses, pagando-se bem[5].

Afinal, além de esses serem minoria, havia os que admitiam gente "branca ou de cor", os que não verbalizavam uma preferência, sem contar que muito se alugavam os serviços de pretos, pardos, mulatos de todas as idades e para inúmeros afazeres, mesmo sendo óbvia a "vantagem" dos escravos em relação aos trabalhadores livres... Se, mesmo assim, você estivesse muito insatisfeito com o jornal de Ferreira de Araújo, poderia optar por outro mais combativo, como a *Gazeta da Tarde*, inaugurada em julho, mas aí teria que aceitar ser ainda mais bombardeado com as notícias dos horrores da escravidão. Se, por um lado, nada era muito confortável; por outro lado, a vida seguia à revelia dos sabores e dos dissabores cotidianos. Numa sociedade escravista, por óbvio, não importava o caminho tomado, uma pessoa negra livre sempre seria interpelada pelos assuntos e os espaços do escravismo. E até mesmo você, uma pessoa livre razoavelmente arranjada, sentiria dificuldade de se pensar para além da escravidão...

Pensando nos vários indivíduos reais que poderiam assumir a identidade do nosso personagem fictício, Machado de Assis seria um dos que muito provavelmente podem ter até presenciado esses momentos e se atentado para as questões apontadas. Homem de temperamento um tanto diferente do de Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, Machado não fez muito alarde sobre sua identidade racial. Mesmo assim, não dourou a pílula quando a questão era trabalhar narrativamente as mazelas de seu tempo, e

---

entraria novamente em cartaz no Teatro Recreio Dramático (*Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1880, p. 2). Cf. Harriet Beecher Stowe, *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Madras, 2004.

[5] *Gazeta de Notícias*, 10 de março de 1880, p. 3; 14 de abril de 1880, p. 4; 2 de junho de 1880, p. 6.

deixou um sem número de pistas de como processou individualmente os limites impostos pela escravidão aos descendentes de africanos na sociedade brasileira. Nisso, aliás, ele se fez mais próximo da maioria dos homes livres de cor do seu tempo do que os três ícones citados.

Num de seus muitos escritos, a 27 de setembro de 1887, Malvolio, criatura a que dera vida na "Gazeta de Holanda", falou-nos do "debate vivo, melhor dizemos peleja", que se dava entre os advogados do Instituto dos Advogados Brasileiros, às voltas com os dispositivos que ordenariam o fim da escravidão[6]. Naquele momento, era mais uma vez chamada à cena a figura jurídica do *statu liber*, que deveria recair sobre os libertos alforriados sob condição de prestar serviços por determinado tempo[7]. A descrição feita no popular verso de redondilha maior não poderia ser mais jocosa: "Projetos e mais projetos, / Planos atrás de outros planos, / Indiretos e diretos, / Dois ou cinco anos. [...] Uma questão − se, fundado / Este regime presente, / Pode ser considerado / O escravo inda escravo ou gente". Por se tratar de algo que atuaria no destino de futuros libertos, o narrador interessado em decifrar vantagens achou por bem "indagar do interessado / Onde acha os seus interesses". Chamou Pai Silvério, um velho escravo de ganho, contou-lhe o que se passava entre os advogados, ao que esse lhe respondeu:

> − Meu senhor, eu, entra ano, / Sai ano, trabalho nisto; / Há muito senhor humano / Mas o meu é nunca visto. // Pancada, quando não vendo, Pancada que dói, que arde; / Se vendo o que ando vendendo, / Pancada, por chegar tarde. [...] // Por isso, digo ao perfeito / Instituto, grande e bravo: / *Tu falou*, muito direito, / *Tu tá livre*; eu fico escravo[8].

[6] Dez dias antes, a *Gazeta de Notícias* havia noticiado que o Dr. Silva da Costa, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, acabava de "publicar um estudo das relações jurídicas dos sujeitos à condição de servir, especialmente após a promulgação da lei n. 3720, de 28 de setembro de 1885". O conteúdo da obra certamente se tornou um assunto no Instituto, vindo isso servir como mote para a crítica ácida de Machado de Assis. Nos comentários da *Gazeta*, a prolixidade do jurista ficava evidente: "É uma obra digna de ser lida com cuidado; nessa leitura muito se aprende em favor, ou antes em justiça para a classe dos indivíduos de que trata a citada lei, e que, segundo sustenta com muito brilhantismo o ilustre advogado, estão na condições perfeitas de *statu liber*. Para esses conclui S. Ex., 'as limitações da lei não destroem a liberdade, assim como a contingência não elimina a essência'" (*Gazeta de Notícias*, 17 de setembro de 1887, p. 1).

[7] Sobre os vários usos feitos da figura jurídica do *statu líber*, cf. Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Eduardo Spiller Penna, Um romanista entre a escravidão e a liberdade, *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, p. 33-75.

[8] Machado de Assis, 27 de setembro de 1887 (Gazeta de Holanda, n. 29), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p.745-747.

A campanha abolicionista seguia seu curso animado, mas para onde mesmo levaria a abolição se posta naqueles termos? Pai Silvério − munido da experiência de um preto velho, quiçá um sexagenário, um tanto diferente do arquétipo do Pai Cazuza/Pai Tomás −, ao saber desses planos recheados de tamanhas prevenções, num zaz-traz vaticinava um futuro nada diferente do que já vivia, mas que também não considerava o melhor. Importa registrar que, pela fatura da crônica, o narrador, protegido por seus artifícios objetivos de argumentação, e o escravizado, que expunha sem qualquer rodeio sua compressão não menos objetiva, compartilhavam o lugar de onde emergia a sátira desabusada ao cenário político; e, a julgar pela galhofa do início, estariam localizados em campo distinto ao ocupado pelos mais notáveis togados do Império.

Eis o resumo das várias questões que organizam os próximos dois capítulos desta tese. Orientada pelas sucessivas leituras da obra machadiana, lanço mão de um conjunto diverso de fontes para problematizar os lugares ocupados pelos indivíduos livres e libertos na última década da vigência legal da escravidão no Brasil. A partir da documentação produzida por Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, sobretudo, interessa-me recapitular momentos em que esses sujeitos conseguiram marcar a existência e a resistência da gente negra diante dos limites impostos ao exercício de sua cidadania.

CAPÍTULO 5 – SOBRE VINTÉNS, "HOMENS DE COR" E OUTROS VALORES

> Este público, apelidado em todos os papéis, e até nos cartazes de espetáculos: o respeitável público. Pois bem, é somente fórmula, pois, logo que S. Ex. mete-se a ter opiniões, apanha que nem ladrão respeitável[1].

Noite de quarta-feira, 17 de dezembro de 1879, um "homem de cor" resolveu se sentar em frente à porta de sua casa para ver o movimento da rua, nas proximidades do Largo da Cancela, em São Cristóvão. Apesar das "habituais arbitrariedades" cometidas pela polícia da Corte, ele certamente não esperava ser contestado em sua ação tão cotidiana. Enganou-se. Conforme denunciou a *Gazeta de Notícias*, na edição de sexta-feira, "a patrulha passando por ele intimou-o a levantar-se, e como este dissesse que estava em sua casa, foi-lhe dada voz de prisão". Não adiantou ele tentar se refugiar no interior de sua residência, pois um dos permanentes o segurou e, em seguida, "o comandante da patrulha descarregou-lhe o sabre no pescoço". O homem, então, entregou-se à prisão, exigindo ser levado à presença da autoridade competente.

Tal afirmação de direito irritou ainda mais os policiais, que intensificaram a "arbitrariedade cometida contra um homem trabalhador e honesto, um ex-soldado que serviu na guerra do Paraguai". Isso acabou desencadeando a indignação de algumas pessoas, que foram do mesmo modo presas. Uma dessas, porém, conseguiu escapar no caminho, e a "patrulha apitando veio um reforço do destacamento, que prendendo a torto e a direito homens que saiam da escola noturna gratuita da Cancela, ameaçava-os com exercícios de capoeiragem, mostrando canivetes e navalhas". Detidos e levados à presença do subdelegado, esse ordenou a soltura de todos e limitou-se a "repreender os soldados pelo ferimento arbitrariamente feito!". O desfecho, certamente, não agradou. Segundo a *Gazeta*, o povo dizia: "Eles estão ensaiando para o imposto do vintém". Ao mesmo tempo, outras

[1] Ferreira de Menezes, *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1879, p. 1.

pessoas lembrando que "estes arbítrios reproduzem-se continuadamente no lugar, pediam que fosse seriamente chamada a atenção de quem competir"[2].

Arbitrariedades autorizadas e cometidas pelas forças de segurança pública, aumento dos impostos, insatisfação e protesto popular... Em poucas linhas, a notícia sobre o episódio envolvendo aquele "homem de cor" livre, ainda que anônimo, apontava para vários elementos que compunham o cenário no qual, dias depois, ocorreria aquela que ficou conhecida como a Revolta do Vintém. É certo que o motim não teve qualquer motivação racial direta. Todavia, se o registro insistente do descontentamento perante as arbitrariedades cometidas pelas forças do governo mantinha estreita relação com a forma como os problemas eram percebidos pela população em geral, certamente também dizia respeito ao vivenciado pela expressiva população negra livre e liberta da cidade. Essa talvez seja uma explicação para o fato de que, entre os sujeitos associados à agitação, existisse não apenas o senhor Lopes Trovão, mas também homens negros como José do Patrocínio, mais lembrado na posteridade, e José Ferreira de Menezes, cuja participação será evidenciada adiante.

Ainda no mês de maio, pouco depois de o vereador/deputado Bezerra de Menezes apresentar ao Parlamento a proposta de instituição do imposto de mais vinte réis (um vintém) ao bilhete do bonde, que custava cem, José do Patrocínio reservou uma "Semana Política" para tratar do assunto, sob a forma de uma carta dirigida a "Meu caro Zé Povinho" − que vez ou outra também dava seus pitacos na *Gazeta de Notícias*. Na missiva, uma narrativa carregada de ironias, ele como que tomava o personagem popular pela mão e o levava a ter conhecimento dos detalhes ambíguos do orçamento do Império produzidos mediante as ordens de Affonso Celso, recém-nomeado ministro da Fazenda do gabinete

[2] Gazeta de Notícias, 19 de dezembro de 1879, p. 1. Carlos Eugênio Líbano Soares acompanha detidamente os nuances da relação existente entre capoeiras de diferentes origens raciais, grupos políticos e a polícia do Império. A partir da expressão "Partido Capoeira", encontrada nas páginas da *Gazeta de Notícias*, defende que esse não era "um grupo específico, com determinado número de membros", mas significava "um método, uma forma de fazer política". Uma de suas características marcantes estava "ligada ao espaço onde esta atuação teria lugar. Este espaço era a rua, a praça pública. Esta política na rua estava dirigida, pensamos nós, não somente ao grupo adversário que se pretendia coagir, mas ao restante da cidade". Nesse sentido, muito das práticas de segurança pública se fundamentava na incorporação dos próprios capoeiras como também de seu *modus operandi*. Cf. Carlos Eugênio Líbano Soares, *A Negregada instituição*: os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Coleção Biblioteca Carioca, 1994, p. 217-221.

Sinimbu (1878-1880)[3]. As queixas incluíam a reserva de verbas para culto público, construções de palácios para presidentes de província, compra de mobílias, auxílio ao Instituto Histórico e ao conselho de Estado; enquanto nada se investia na construção de escolas – muito pelo contrário[4]. Mesmo assim, aos olhos do governo, a alegação de déficit legitimava o aumento de impostos, tornava bem vinda a proposta de Bezerra de Menezes e não pouparia as finanças já minguadas do amigo Zé. Como o "desfalque não [sairia] da algibeira de Deus", ele seria "o maior contribuinte, sob pena de te encherem a cara de bofetadas", a começar pelo imposto extra no preço do transporte público[5].

Tudo bem que àquela época falar em vintém era o mesmo que se referir a coisa ínfima. Uma fortuna digna era aquela conquistada vintém a vintém. Um caloteiro deplorável era aquele que não se dignava a pagar nem um vintém sequer da dívida. Mas, por outro lado, uma boa resposta a uma cobrança abusiva era não aceitar pagar nem mais um vintém[6]. E, de fato, a retirada diária de um vintém no orçamento mensal do Zé Povinho significaria bastante. Sobretudo para o tipo que passava "um dia inteiro numa ferraria", ou vivia "de partir pedras nos calçamentos, ou de carregar barro para as obras", e percebia quando muito, segundo os cálculos de Patrocínio, uma renda anual de 400 mil réis, o que significava 33.333 réis mensais. Sem falar que desse rendimento o fisco já abocanhava 2%,

[3] Afonso Celso de Assis Figueiredo assumiu o posto de ministro da Fazenda em 8 de fevereiro de 1879, substituindo Gaspar da Silveira Martins. Bastante criticado por suas medidas pautadas no arrocho financeiro e no aumento de impostos e por suas opiniões controversas, a queda desse último foi motivo de bastante escárnio na impressa. Ferreira de Menezes esteve entre os que se divertiram com o fato, tomando-o como "filho degenerado da imprensa, que logo que se viu ministro julgou pagar-lhe os serviços, ofendendo-a com pontapés, tal e qual como Nero a Agripina" (*Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1879, p. 1).

[4] José Murilo de Carvalho desenvolve uma análise detalhada do orçamento imperial, por meio da qual demonstra o quanto a educação e outras "despesas sociais" eram indiscutivelmente negligenciadas pelo governo. Cf. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*: a elite política imperial; *Teatro de sombras*: a política imperial. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 262-289.

[5] *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1879, p. 1. Entre as várias razões chamadas a justificar a crise financeira, estavam os elevados gastos com a Guerra do Paraguai e a seca que atingiu a região Nordeste no período, forçando o dispêndio de recursos não previstos e estimulando um forte movimento migratório para fora das províncias atingidas. Para uma abordagem romanceada da seca de 1877, cf.: José do Patrocínio, *Os retirantes*, v. 1 e 2. São Paulo: Editora Três, 1973.

[6] Abundam nos jornais do período referências dessa natureza ao valor financeiro praticamente nulo do vintém. O anúncio do vintém, porém, fez com que troças a esse respeito ganhassem mais espaço. Em 29 de maio, por exemplo, saiu na *Gazeta de Notícias* a seguinte: "− Uma esmola pelo amor de Deus. / − Tome lá. / O sujeito dá dois vinténs, mas de repente chama o pobre e pede-lhe um vintém de troco, acrescentando: − Não vá ele por aí fazer extravagância!..." (*Gazeta de Notícias*, 29 de maio de 1879, p. 1).

algo em torno de 80 rs. Somado a isso, "tu com tão pouco dinheiro, meu velho, não podes morar na cidade velha, nem nos começos da nova; precisas de morar num cortiço retirado, cujo aluguel não exceda a 10$ [dez mil réis] mensais. Ora, este aluguel tem um complemento − o bonde". O bonde que, constrangido "pelo alquebramento das forças" no fim do dia, era levado a tomar e que consumia mais 3 mil réis por mês. Com o acréscimo do vintém, seriam mais uns 500 réis. Não era, pois, questão de luxo. E como a diferença entre a receita e as despesas públicas era mesmo grande, ainda coube ao ministro instituir um aumento na taxa de importação, o que implicava a inflação nos preços dos alimentos[7].

Era imposto em cima de imposto como satirizaria Patrocínio tempos depois, havendo muita gente para tirar alguma vantagem disso, incluindo aí os condutores dos bondes, que tentavam manter uma espécie de "sociedade forçada" com as companhias. Essas, inutilmente, lançavam "mão de todos os recursos: instrumentos especiais de marcação, cupons fiscais", etc.; mas a conclusão era sempre a mesma: "não há meio de evitar a prevaricação dos condutores". Para completar, "o governo entende que a passagem deve fazer parte do imposto", ou melhor, "que o condutor que em geral tira 15% das passagens, não faça a sua feria calculando sobre 200, mas sim sobre 220". E como não pensar o povo que o governo fizera bem e lastimar "de não haver mais cedo pensado em tal"[8]?

Mas, voltando, o toque final ainda não era a taxa sobre o transporte. "Para compensarem-te, para que não faças má cara e albardes risonho tão requintados benefícios, dão-te mais isto: a privação do direito do voto". Nesse ponto, retirava-se qualquer força dos exemplos ingleses, em outros momentos muito citados pelos parlamentares. Nos debates sobre a reforma eleitoral, não havia muito espaço para recuperar o princípio de que "ninguém [poderia] ser obrigado a desempenhar os encargos sociais sem gozar dos direitos"[9].

---

[7] *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1879, p. 1.

[8] *Gazeta de Notícias*, 1º de dezembro de 1879, p. 1.

[9] *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1879, p. 1. A reforma eleitoral não seria completada em 1880. A introdução do voto direto − mediante a exclusão da maioria da população − seria um feito para o Gabinete Liberal de José Antônio Saraiva no ano seguinte. Cf. Michele de Leão, Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema, *Aedos*, n. 11, v. 4, setembro de 2012, p. 602-615. Disponível em: seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/30737/20890. Acesso em: outubro de 2013.

Dali em diante, os assuntos abordados por Patrocínio seriam retomados outras vezes por ele e outros colaboradores da *Gazeta de Notícias*, embora não necessariamente ao mesmo tempo ou a partir de perspectiva única. Afora a reforma eleitoral, tratava-se de pontos centrais dos debates que resultariam na aprovação da Lei Orçamentária (Lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879), que, entre muitas coisas, instituía a cobrança do vintém somente para a Corte. Compondo um cenário mais amplo e tenso, o imposto sobre o transporte só ganharia mais atenção do jornal à época da aprovação do seu regulamento, expresso no Decreto n. 7.565, de 13 de dezembro de 1879[10]. O republicano Ferreira de Menezes, por exemplo, responsável pelo folhetim dominical "A Semana", criticava assiduamente, desde o ano anterior, as decisões dos ministros do gabinete liberal de Sinimbu, sobretudo as que diziam respeito às finanças do Império, que amargava então a falência do Banco Nacional. As reprovações se robusteciam conforme as previsões da receita e dos gastos públicos se tornavam mais nítidas[11].

Em outubro de 1879, às vésperas da aprovação da Lei Orçamentária, ele apresentou duras opiniões ao modo de o gabinete liberal fazer valer suas vontades à revelia das leis que organizavam as competências da Câmara e do Senado. Dando por certa a vitória do capricho, não deixou, entretanto, de evidenciar o quanto aquela manobra colocava o Partido Liberal como protagonista de atos que, quando na oposição, combatera:

> E tudo conseguiu-se; devendo ficar desmoralizada a câmara dos deputados que vai aprovar um orçamento que não fez; e desprestigia-se o senado, votando aquilo que sempre bateu; e espedaça o partido liberal as suas bonitas doutrinas de oposição e saindo-se o partido conservador, impossibilitando-se por muito tempo para o governo[12].

[10] Lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879 (Fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providências); e Decreto n. 7.565, de 13 de dezembro de 1879 (Manda executar o Regulamento para arrecadação da taxa sobre transportes). Brasil, *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

[11] Cf. *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1879, p. 1; 11 de maio de 1879, p. 1; 25 de maio de 1879, p. 1; 22 de junho de 1879, p. 1; 27 de julho de 1979, p. 1; 17 de agosto de 1879, p. 1.

[12] *Gazeta de Notícias*, 26 de outubro de 1879, p. 1. José do Patrocínio apresentaria questionamentos semelhantes aos caminhos tomados pelo Partido Liberal, cf.: *Gazeta de Notícias*, 17 de novembro de 1879, p. 1.

É que até mesmo o período de vigência do orçamento dependeu de um arranjo político capitaneado pelo gabinete Sinimbu na pessoa do ministro Afonso Celso. A Câmara, a princípio, "havia decretado o orçamento para o exercício de 1879-1880, prorrogando-o para o 1º semestre do imediato exercício (1880-1881)", no intuito de "equiparar o ano financeiro ao ano civil, a despeito da perturbação que essa providência viria trazer à contabilidade pública". Acontece que, no Senado, essa medida não foi entendida como uma vantagem às finanças públicas, o que fez tudo voltar a ponto inicial, ou seja, o exercício da lei orçamentária se limitaria ao período 1879-1880, sendo "a receita orçada e a despesa fixada pela câmara". Caberia, então, à comissão de deputados seguir no trabalho de, não agravando "impostos já intoleráveis a um país empobrecido e desolado por grandes calamidades, [regatear] ao poder despesas mínimas". O que se viu, porém, foi outra coisa. Impostos existentes foram incrementados e novos foram instituídos sob o argumento de equilibrar as contas públicas. Além disso, graças a um acordo de última hora, "o senado adotou uma emenda que tornou aplicável ao ano financeiro de 1880-1881 o orçamento tão somente discutido para 1879-1880", num ação que fugia à sua alçada[13].

Não era mesmo preciso esperar até os últimos dias do mês para ter a certeza de que o desfecho seria esse. Tal performance política era comum e até esperada. Quanto a isso, o escárnio de José do Patrocínio era assertivo: "O orçamento está votado e, portanto, proclamada a ditadura legal. Durante a ausência das câmaras governa-se e administra-se mais à vontade. Fica-se à fresca; pode-se atender a todos os parentes, servir os amigos do peito"[14]. Isso sem falar na falta de traquejo político do imperador, que naquele contexto não se atinha nem sequer às ponderações do Conselho, agindo em estilo napoleônico e nada ajudando a dissipar o clima de insatisfação. Sendo mesmo como diziam, restava o consolo da ironia, como o fez Menezes: "Ainda uma vez mais justificam esses homens que eles são os designados do Executivo, e agradecem ao seu criador pelo modo que podem"[15].

Todos sabiam da forte influência do gabinete ministerial principalmente sobre a Câmara, posto que, uma vez ameaçado, coubesse a ele apelar pela dissolução mediante

[13] *Idem*, *ibidem*.

[14] *Gazeta de Notícias*, 27 de outubro de 1879, p. 1.

[15] *Gazeta de Notícias*, 9 de novembro de 1879, p. 1.

recurso ao Poder Moderador, exercido pelo imperador. Tal prerrogativa ou retaguarda colocava o gabinete ministerial no centro das atenções. Nesse passo, quem duvidaria que o povo em grande parte também ficaria sem o direito ao voto, como anunciava o projeto de reforma eleitoral, que estava na ordem do dia? Aliás, a questionada aprovação do orçamento parecia pavimentar o caminho para que as modificações nas regras eleitorais passassem com facilidade, uma vez que já havia recebido a anuência dos deputados. O projeto Sinimbu excluía bastante gente pelo "censo elevado [renda comprovada de 400 mil réis anuais], a obrigatoriedade de saber ler (mandando ao mesmo tempo fechar escolas), e [...] por motivos de liberdade de consciência em matéria religiosa". Ocorre, porém, que esse acabou oficialmente rejeitado pelo Senado na sessão do dia 12 de novembro de 1879, por ser considerado inconstitucional.

Comentários sobre essa decisão ganharam no dia seguinte a coluna editorial "Assuntos do Dia" da *Gazeta de Notícias*, escrita por Ferreira de Araújo. Ali o editor da folha lamentou a rejeição do projeto por acreditar que aquela poderia ser uma boa saída contra a corrupção nos processos eleitorais, denunciada em processos anteriores. "Por conseguinte, consideramos um mal a derrota relativa que ontem recebeu o governo; é um mal porque prolonga o atual estado de cousas, e adia a realização das boas aspirações nacionais" − afirmou. Decidir daquela maneira, em sua avaliação, servia mais como uma defesa do poder de intervenção do Senado, de maioria conservadora, do que qualquer outra coisa. Não se tratava do triunfo dos que "desejavam uma reforma liberal". Nem tampouco o episódio poderia ser entendido como uma derrota para o governo, "de quem emanara o projeto", pois que, "vencido ontem, tendo nas mãos o recurso das dissoluções, acabará por vencer mais dia, menos dia. Verdadeiramente derrotados foram os poucos liberais do senado que votaram contra o governo"[16].

Os ânimos pareciam estar tão exaltados naquele momento que esse posicionamento de Ferreira de Araújo foi como que a gota d'água para Ferreira de Menezes anunciar seu desligamento da função de folhetinista do jornal. Por meio de uma carta publicada na *Gazeta* e reproduzida no *Correio Paulistano*, lembrou que, havia dois anos, lutava pelas colunas daquele jornal contra o ministério Sinimbu, a "ilegitimidade da sua ascensão" e o

[16] *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro de 1879, p. 1.

que "inscreveu em sua bandeira: chuva de impostos e redução do corpo eleitoral". Batera-se também em razão dos "males por ele cometidos contra o povo pobre, fechando as suas escolas e as suas oficinas e contra os direitos de nós todos, ferindo o *habeas corpus* e tentando entravar o progresso do país com uma constituinte *sui generis*". Portanto, não poderia concordar que a derrota amargada pelo governo diante da decisão do Senado fosse uma derrota para o país[17].

Ferreira de Araújo chegou a comentar publicamente a missiva no dia seguinte, elogiando a contribuição de Menezes à *Gazeta* e tentando retirar o peso dado pelo amigo àquela diferença de opiniões, que, a bem dizer, incluía as de Patrocínio[18]. Isso, embora não o tenha feito romper as relações de amizade com o seu antigo editor, não o fez mudar de ideia. Chegou a publicar mais algumas coisas, mas tão somente na seção "A pedidos". É preciso evidenciar, porém, que o seu afastamento da *Gazeta de Notícias* não correspondeu à sua ausência dali em diante nos debates e atos políticos que movimentaram a Corte entre as últimas semanas de 1879 e o começo de 1880. Uma retomada do panorama daquilo que aconteceu naqueles dias permite reconhecer sua forma de participação e até mesmo revisitar algumas certezas acerca do Motim do Vintém.

Não obstante as opiniões particulares dos homens de imprensa já darem alguma medida do descontentamento perante as ações do governo, os muitos episódios que apareciam nas páginas da *Gazeta* vividos por gente menos ilustre − como o homem de cor anônimo lembrado no início deste capítulo − não deixavam dúvidas de que a insatisfação mobilizava estratos mais pobres da Corte. Entre as muitas histórias que merecem ser lembradas sobre a participação da arraia miúda nesse cenário, destaco a protagonizada por um certo cabo Paulo, e registrada por José do Patrocínio.

---

[17] *Correio Paulistano*, 19 de novembro de 1879, p. 1. A carta foi originalmente publicada na *Gazeta de Notícias* de 15 de novembro de 1879. Como o exemplar consultado estava mutilado, optei por utilizar o conteúdo integral disponível na coleção do *Correio Paulistano*.

[18] *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1879, p. 1. José do Patrocínio, sem deixar de criticar o imperador e o gabinete ministerial, afirmou: "O partido conservador não votou a favor do direito de voto, mas sim a favor da sua ascensão ao poder", cf.: *Gazeta de Notícias*, 17 de novembro de 1879, p. 1. Houve quem usasse esse pronunciamento para dizer que Ferreira de Menezes tomara essa decisão como estratégia para encaminhar-se às fileiras do Partido Conservador e ter uma justificativa para sua traição ao Partido Republicano. As acusações apareceram na *Tribuna*, da Corte, foram reproduzidas no paulistano *Jornal da Tarde*, 18 de novembro de 1879, p. 3.

Conta o folhetinista na "Semana Política" de 8 de dezembro que, durante um exercício de fogo dos alunos da Escola Militar que teve a presença do imperador D. Pedro II e sua corte, um homem dirigiu-se à majestade para lhe dizer palavras rudes. "Era de cor preta, vestia mal e tinha um organismo fraco. O seu olhar, porém, tinha a claridade do relâmpago, e a sua fisionomia copiava a catadura da tempestade". Driblando os gritos de "Está bêbado", "Cale-se" e "Passa fora, negro!", o homem "que, à semelhança de Henrique Dias, colaborou para a fama guerreira do segundo reinado", se não alcançou os ouvidos do imperador, pelo menos se fez ouvir por Patrocínio, que assim reproduziu suas palavras:

> − Senhor, disse ele, eu sou um dos voluntários, fui soldado, encarei com o paraguaio, tomei-lhe o pulso. Nunca voltei a cara ao perigo... [...] Não calo, nem também estou bêbado. Eu nunca voltei a cara ao perigo e por isso venho dizer a vossa majestade que este ministério, que matou o general Osório, o Osório de todos nós soldados, quer matar a todos os companheiros dele[19]. Senhor, vós deveis atender-me, eu sou do povo, falo como o povo, e só digo a verdade. O cidadão deste país, senhor, está pelo vosso governo reduzido à barata em terra de galinhas. Digo-vos isso sem receio, podeis olhar o meu nome, eu sou o cabo Paulo[20].

Tais palavras indicavam que aquele sujeito, um representante do "Zé Povinho", via-se nitidamente como um cidadão e, portanto, apto a emitir suas opiniões e defender seus direitos. Em seu raciocínio, os cidadãos brasileiros estavam fazendo papel de baratas num terreiro onde as galinhas eram os sete ministros do Império. Logicamente, isso serviu para Patrocínio desenvolver mais algumas colunas de argumentos sobre a conjuntura e ressaltar as principais críticas, como neste trecho:

> Nos mais é fechar os cursos noturnos para as classes pobres e ferir o analfabeto com o interdito político; é fechar oficinas e observar que a maior soma do imposto de profissões é pago pelos estrangeiros; é descontar nos vencimentos dos empregados pobres e dos oficiais desprotegidos e ao mesmo tempo dar ajudas de custo e gratificações sem

[19] Manuel Luís Osório, militar que atuou como comandante-chefe das forças na Guerra do Paraguai e exerceu a função de ministro da Guerra, no Gabinete Sinimbu. Quando deste episódio, contavam-se dois meses da sua morte.

[20] *Gazeta de Notícias*, 8 de dezembro de 1879, p. 1. Tratamento bastante distinto recebeu Cândido da Fonseca Galvão, o Dom Obá II D'África, que também fora voluntário na Guerra do Paraguai, mas que conseguiu ser recebido várias vezes na residência imperial. Convém não deixar de mencionar que isso não o livrou de ser vítima do "preconceito de cor". Cf. Eduardo Silva, *Dom Obá II D'África Príncipe do Povo* − vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

> lei, ou acumular em um só indivíduo vários empregos com prejuízo manifesto do serviço[21].

Nesse clima de inquietação latente, o regulamento da taxa do transporte foi promulgado e motivou o jornalista republicano Lopes Trovão, diretor da *Gazeta da Noite*, a realizar uma conferência no Teatro Ginásio no início da tarde do domingo de 21 de dezembro para falar sobre a questão. Segundo Raimundo Magalhães Júnior, José do Patrocínio ocupava um dos camarotes e, logo que descoberto, foi aclamado pelo povo; "o tribuno e jornalista negro discorreu, com veemência, durante cerca de meia hora, contra o novo imposto, do mesmo modo que contra a escravidão" – comentou[22]. "Em seguida, crescido número de pessoas que assistiu à conferência percorreu as ruas da Uruguaiana e Ouvidor, levantando em frente dos escritórios da *Gazeta da Noite*, *Cruzeiro* e *Gazeta de Notícias* estrepitosos vivas"[23]. Colaboradores dessas folhas se fizeram presentes nos dois momentos, e, afora Patrocínio, a presença de Ferreira de Menezes era mais que provável. Nesse ato, articulou-se a manifestação que ocorreria no domingo próximo, tanto que no dia seguinte já circulava a notícia de que: "Uma comissão popular vai ao campo de São Cristóvão pedir a suspensão do imposto do vintém"[24].

Chegado o dia de 28 de dezembro, não se fez uma simples conferência, mas sim um comício que reuniu cerca de cinco mil pessoas em frente ao palacete Mauá, no campo de São Cristóvão. Lopes Trovão discursou para essa plateia numerosa e foi bastante aplaudido quando leu a petição que seria dirigida ao imperador solicitando que revogasse o regulamento do imposto do vintém. Os manifestantes tentaram, então, se dirigir "na mais perfeita ordem" ao Paço da Boa Vista a fim de entregar o documento ao Imperador; mas não foram felizes em seu intento. Sob a intervenção do 2º delegado auxiliar Felix da Costa, "guardado por uma linha de cavalaria e colocado à frente de um grupo de mais de cem agentes de polícia, armados de grossas bengalas de Petrópolis e trazendo o chapéu ao alto da cabeça", a multidão foi impedida de prosseguir. Seguindo orientações emitidas a partir

[21] *Gazeta de Notícias*, 8 de dezembro de 1879, p. 1.

[22] Raimundo Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969, p. 84.

[23] *Gazeta de Notícias*, 22 de dezembro de 1879, p. 1

[24] *Gazeta de Notícias*, 22 de dezembro de 1879, p. 1.

de Lopes Trovão, a maioria foi se dispersando. Nesse ínterim, parece que o imperador Pedro II mudou de ideia e mandou avisar que receberia uma comissão. O convite foi, porém, recusado pelo redator da *Gazeta da Noite*, que "respondeu que o povo não voltava, uma vez que fecharam-lhe da primeira vez as portas do palácio com a polícia"[25].

A partir daí, a estratégia para se chegar à revogação do imposto passaria pela recusa ao pagamento do vintém a partir de 1º de janeiro, quando começaria a cobrança. Anúncios de atos simultâneos sinalizavam para a possibilidade de conflito em diferentes pontos da cidade. Este trecho de um aviso dúbio que foi estampado na *Gazeta* da véspera serve como ilustração: "Grande revolução amanhã!! Mais por quê? Por um vintém é que tudo está em reboliço?! Será amanhã um dia fatal! O acampamento é no largo do Rócio, às horas de costume..."[26]. A despeito da grande expectativa, a primeira parte do dia parece ter transcorrido bem tranquila. Na falta dos registros feitos pela *Gazeta de Notícias* para os primeiros seis dias do ano, fica-se com o noticiado pelo *Jornal do Commercio*, que assegurou ter as quatro linhas do bonde circulado sem atrasos e grandes atritos com passageiros, até porque os condutores haviam sido instruídos a não forçar o pagamento dos vinte réis.

Mas o cenário mudaria a partir do meio dia, quando uma multidão começou a se formar em volta do chafariz do Largo do Paço Imperial, somando aproximadamente 4 mil pessoas. Observado por agentes da segurança pública, Lopes Trovão voltaria a discursar, sendo que dessa vez reforçaria a necessidade de uma "resistência passiva", avessa ao uso da força física. A partir desse momento se daria a dispersão de grupos pelas ruas próximas, onde havia intenso comércio e se localizavam as redações dos jornais novamente saudados. Marchava-se por diversos caminhos rumo ao Largo de São Francisco, onde se concentravam as linhas dos bondes. Nisso, não demorou muito para que ações de violência fossem desencadeadas, com destaque para o conflito ocorrido na Rua Uruguaiana entre a polícia e os manifestantes. Seja para se defender ou atacar, o fato é que pessoas que protestavam tiveram que recorrer a trilhos arrancados e bondes tomados durante o enfrentamento. A *Revista Illustrada* chegou a alegar que os primeiros responsáveis pela

[25] *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1879, p. 1.

[26] *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1879, p. 2.

depredação dos trilhos e dos carros e os ferimentos a condutores e animais de tração tinham sido os agentes da polícia secreta. É que a polícia precisava "de ter o que apaziguar, para fazer jus às generosas recompensas que lhe fora distribuída pela verba secreta"[27].

Os registros das violências cometidas pela polícia anteriormente, ademais, dão a certeza de que o uso da repressão armada contra a população não era uma novidade. Quando a polícia ameaçava, as pessoas podiam prever o que estava por vir. Portanto, o que aconteceu no dia 1º de janeiro impactou mais pelo tipo de reação da população do que pela truculência policial. Mas o que realmente não se questiona é que, no fim daquele dia chuvoso, após a chegada da força de linha, uma grande quantidade de gente foi presa, várias saíram feridas e pelos menos três homens acabaram mortos. Nos cinco dias seguintes, tendo sido decretado estado de sítio, seriam verificados mais alguns focos de rebelião pela cidade, mas nada que se comparasse ao que se viu no primeiro dia do ano[28].

Se tamanha adesão ao motim surpreendeu Lopes Trovão, como sugerem comentários da época, isso não deve ter sido diferente com José do Patrocínio e Ferreira de Menezes. Esse, quase um ano antes, condenava abertamente a apatia (quase norma) coletiva da população diante do fechamento de oficinas do Arsenal, que dava instrução e ofício a jovens pobres da Corte:

> Há países na Europa que vêm revoluções quando aumentam dois vinténs no preço de uma garrafa de cerveja. [...] Há comoções quando se abate um tostão diário no salário das classes operárias.
>
> Pois bem, aqui aumentam todos os dias o preço da carne, do bacalhau, das farinhas; o aluguel das casas. O povo paga, fica tranquilo, ri, vai à Penha e bate palmas. Brava gente brasileira![29]

---

[27] *Revista Illustrada*, ano 5, n. 189, 7 de janeiro de 1880, p. 1. Essa opinião seria sustentada anos depois por José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde* de 7 de junho de 1883.

[28] *Jornal do Commercio*, 2 de janeiro de 1880, p. 1. Para análises sobre a Revolta do Vintém, cf.: Sandra Lauderdale Graham, O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880, in: Monica Duarte Dantas, *Revoltas, Motins, Revoluções:* homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 491-492; Ronaldo Pereira de Jesus, Revolta do Vintém, in: Ronaldo Pereira de Jesus, *Visões da monarquia*: escravos, operários e abolicionismo na corte. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 123-138.

[29] *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1878, p. 1. Ele voltaria a assunto semelhante em agosto do ano seguinte para lamentar o processo de fechamento do Estaleiro de Ponta de Areia, em Niterói, um dos feitos do Barão de Mauá. Na ocasião, atribuía ao "brasileirismo" a responsabilidade pelo que considerava uma grande perda ao progresso da indústria nacional. Esse "brasileirismo" seria uma espécie de traço da personalidade da elite local, "um sujeito muito cheio de si, muito farto do presente e todo vaidades pelo seu futuro". "O que

Comungando desse mesmo desgosto, Patrocínio, dias antes de a multidão tomar as ruas, ainda dava por certa a resignação do povo perante os novos e velhos impostos:

> Antigamente, quando tinha de passar na ponte do Catete, construída com o dinheiro público, o meu amigo Zé-povinho não queria pagar o pedágio e fazia tanto barulho que foi preciso acabar com o imposto.
>
> Hoje o governo lança imposto sobre a passagem dos bondes, que não foram feitos pelo dinheiro do tesouro e o meu amigo Zé-Povinho entende que não há nenhum mal nisto, que é muito boa medida, que deve pagar 20 reis, porque 20%; não fazem mal a ninguém[30].

Ele iria recuar de tal certeza somente quando assistisse às primeiras demonstrações da indignação popular presente em grande quantidade de gente no centro do Rio Janeiro, após a conferência convocada por Lopes Trovão. Além disso, esses acontecimentos o fariam fortalecer as reprimendas contra o governo: "O povo da corte perseguiu por três dias com uma vaia estrepitosa os carros dos vossos ministros. Assoviou-os, deu-lhes fora, chamou-os tudo quanto se pôde chamar..."[31].

Sandra Graham, embora reconheça a dificuldade para precisar quem eram os manifestantes e amotinados, defende que "os participantes do comício não foram os mesmos que esfaquearam mulas e destruíram carros de bonde". Fica, pois, a suspeita de que a segunda parte da ação tenha sido obra de trabalhadores pobres sem instrução, gente que só poderia ter a força como argumento. Tampouco poderiam coincidir os motivos que levaram os vários grupos às ruas. Segundo a historiadora, "era ponto passivo que os pobres não tinham condições para andar diariamente de bondes. Suas ações, por conseguinte, não poderiam ser motivadas por queixas provenientes nem do aumento das passagens, nem de quaisquer motivos puramente econômicos"[32].

Com efeito, parecia ser outra a sociedade que chegava, por exemplo, aos olhos de José do Patrocínio e que ele registrava em seus discursos e artigos para a *Gazeta de Notícias*. Somados aos exemplos anteriores, ele dava por certa a presença de trabalhadores

---

pretende o *brasileirismo* é ser europeu, é ser universal", bastando-lhe tão somente ter a certeza que desfruta a posição de senhor. "Basta-lhe o café. Basta-lhe o negro!" (*Gazeta de Notícias*, 17 de agosto de 1879, p. 1).

[30] *Gazeta de Notícias*, 15 de dezembro de 1879, p. 1.

[31] *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1879, p. 1

[32] Graham, O Motim do Vintém..., p. 495.

pobres como usuários frequentes dos bondes, ainda que não motivados pelas mesmas necessidades e facilidades de outros mais remediados. Numa sátira em que ele carrega nas tintas para delinear o nível do capricho do governo ao instituir o imposto, as palavras novamente dirigidas ao Zé Povinho confirmavam a frequência incômoda desse no transporte público:

> O governo, porém, ao vê-lo de bonde exclama:
>
> − Então, seu Zé Povinho, vosmecê também já tem luxos, hein? Anda de bonde, meu animal, como quem tem renda fácil, como quem é ministro ou Souza Carvalho? Pedaço de patife, espera lá que eu vou arranjar um negócio contigo. Tu és o anônimo que eu excluo por incapaz do meu voto e do meu júri, porque tu não sabes ler, nem nasceste meu parente. Não tens nenhum direito. [...] Não há dúvida nenhuma que tu não tens direitos, mas isto não impede que tenhas deveres. Qual o direito que têm os burros e os negros? No entanto têm deveres. Olha, a respeito de negros, há o seguinte. Eu fiz uma lei de libertação do ventre. Sabes o que fazem os senhores para respeitarem-na? Pegam dos filhos das escravas, metem-nos na casa dos expostos e alugam o leite que os devia criar. Quando qualquer dessas mães e pais, que veem assim desrespeitados os seus sentimentos mais santos, revolta-se, sabes tu o que eu faço? Sigo o conselho do Moreira de Barros, meto-lhes o chicote ou enforco-os. Não ter direito, pois, seu Zé, não quer dizer não ter deveres; você é diante de mim o mesmo que o negro é diante do seu senhor: eu sou o governo, você é o Zé Povinho. Venha para cá um vintém para pagar-me o desaforo de andar de bonde! Vamos para cá o vintém[33].

Pela lógica que organizava esse vitupério verossímil, as diferenças entre a liberdade e a escravidão eram relativizadas quando se tratava da vida do Zé Povinho. Ingênuo ele que acreditava que seu *status* de cidadão o distinguia radicalmente do escravizado ou mesmo do burro que puxava os bondes... Mais do que isso, de acordo com a interpretação que Patrocínio dava aos atos recentes do governo, o imposto sobre o transporte iluminava toda uma dinâmica de negação de direitos que coloca em xeque não só a gestão dos liberais, mas a própria ordenação do Império, do país. Ao mesmo tempo, informava sobre como essa parcela da população forçava cotidianamente o reconhecimento de sua presença na vida da cidade. Tamanha assiduidade tornava "o povo" uma peça fácil no palavreado dos representantes dos mais variados segmentos políticos, ainda que as expectativas a seu respeito não fossem necessariamente as melhores.

[33] *Gazeta de Notícias*, 1º de dezembro de 1879, p. 1.

À luz do impacto alcançado pela ação dos vários insurgentes naqueles dias, não deixa de ser interessante registrar o tempo das reações dos grupos que assumiram para si a responsabilidade de dar respostas ao ocorrido, seja no sentido de proteger os cidadãos atingidos pela força policial, seja no de garantir alguma credibilidade às suas legendas.

Os ruídos do quebra-quebra que resultou em mortos, feridos, detenções e várias ameaças de prisão ainda ecoavam quando, naquela noite mesmo do 1º de janeiro, José Ferreira de Menezes fez reunir um grupo de 24 homens que, investido "com a autoridade de cidadãos brasileiros, de pais de família e homens", decidiu trabalhar junto para "por um termo ao estado calamitoso da cidade". A reunião contou com a presença de abolicionistas como José Carlos do Patrocínio, Emiliano Rosa de Senna, João Ferreira Serpa Junior e Fontoura Xavier, e resultou na definição de nove pontos a serem levados adiante nos próximos dias:

1. "Constituírem-se em comissão permanente até que cesse o estado atual e calamitoso";
2. Dirigirem uma comissão para tratar diretamente com o ministro da Guerra, o Marquês de Paranaguá, uma vez que "o governo imperial está decidido a empregar as armas contra a parte da população que reclama contra o imposto chamado de vintém";
3. Autorizam a comissão a "receber a resposta do mesmo Sr. Ministro da Guerra, arquivando e fazendo-a conhecida em todo o Império";
4. Assumem o compromisso de "acompanhar o enterro dos homens hoje assassinados pelos capangas do governo e não sendo isso possível sufragar as almas dos mesmos de modo solene e anunciando-o ao Império todo";
5. "Dirigirem-se ao Imperador se assim for decidido para os remédios que achem convenientes e necessários";
6. Realizar "*meetings* ou conferências públicas sempre em nome da lei e lançando mão dos recursos da mesma";
7. Defender "a deposição do Ministério atual por criminoso e por haver derramado o sangue de homens inermes";

8. "Concertarem em outros meios, todos legais, que as circunstâncias aconselharem e forçarem";
9. "Aconselhar o povo sobre a atitude que deva tomar e publicar os mesmos conselhos pela imprensa em nome desta reunião que toma o nome de Reunião de Paz"[34].

No dia seguinte, sexta-feira, como pretendido, uma comissão formada por José Ferreira de Menezes, A. da Silva Netto, Joaquim José de Almeida Pernambuco se reuniu com o ministro da Guerra, estando também presentes o presidente do Conselho e o ministro da Fazenda. A despeito do protagonismo do ministro Afonso Celso na criação do imposto, a prioridade havia se tornado Paranaguá, "pois que fora das tropas que dependem imediatamente do mando de s. ex. que partiram as balas que mataram os cidadãos inermes; pois era certo que nenhum soldado fora ferido, e nos mortos não haviam encontrado armas". O clima não poderia ser o mais amistoso; e não acidentalmente o informativo emitido pela Comissão de Paz logo após o encontro evidenciava que, embora alcançado o objetivo de se ter uma audiência, os interlocutores não avançaram em estabelecer um consenso com o governo. A pauta, tal como sintetizada, não deixava espaço para os ministros se sentirem confortáveis. As perguntas eram diretas:

> se era possível suspender o imposto; se o cobramento [*sic*] do mesmo continuaria com o rigor e com a ferocidade com que havia sido principiado; se os *meetings* seriam ou não permitidos daquela hora em diante; se era permitido ou não continuar a reclamar contra o imposto pelos meios legais; se seria facultado aos amigos, aos parentes dos que haviam caído mortos na rua da Uruguaiana acompanhá-los ao cemitério e aqueles e ao povo manifestar-lhes na fúnebre cerimônia o pesar do país por um ato que enlutava o povo e manchava a história politica do Império[35].

[34] Atas de reuniões de comissão formada por diversas personalidades contra a cobrança do imposto do vintém e protestando contra a morte de civis em movimentos contrários ao imposto. Biblioteca Nacional, Manuscritos, Coleção Ernesto Senna, I-05,24,096.

[35] *A Constituinte*, 5 de janeiro de 1880, p. 1. O texto correspondia à transcrição do conteúdo originalmente publicado no *Jornal do Commercio* em 3 de janeiro de 1880.

O ministro replicou dizendo que o governo não revogaria o imposto, por a cobrança ser conteúdo de uma lei e, portanto, algo de competência exclusiva dos parlamentares, mas que "a representação endereçada a S. M. o Imperador seria detidamente examinada e o governo veria se deveria em tempo pedir a sua revogação ao poder legislativo"... Em outras palavras, o governo não pretendia se dobrar naquele momento à vontade do povo. Quanto aos *meetings* não estava certo de que seriam tolerados, mas, caso liberados, "tomaria cautelas". Ou seja, conferências poderiam quiçá acontecer desde que a polícia secreta estivesse bem posicionada... Gesto de "boa vontade" viria para o enterro das vítimas, visto o governo consentia "que o fizessem e que as levassem à sepultura, mas observava entretanto que não fizessem manifestações iguais à que em caso idêntico se fizera em França e fora o princípio da revolução"...

Provavelmente sentindo que não tiraria nada daquela tentativa de negociação, a comissão finalizou sua tréplica solicitando que promovesse "ao menos a deposição do Sr. ministro da fazenda"... A resposta de Paranaguá não poderia ser menos esdrúxula. Disse ele que, "ao cair o Sr. Afonso Celso, cairiam todos seus colegas e concluiu por pedir à comissão que aconselhasse ao povo que tivesse juízo, que se sujeitasse, que o imposto de vinte réis não valia tanta bulha e que fizesse público estar o governo decidido a fazer respeitar a lei"[36].

Na sequência, por volta das vinte horas, mais alguns participantes − entre os quais João Clapp e Paula Ney − se somaram ao grupo inicial em nova reunião da Comissão de Paz, "à rua do Hospício nº 174, sob a presidência do Dr. José Ferreira de Menezes advogado aclamado para esse cargo, servindo de secretário o cidadão Fontoura Xavier, também aclamado". Abrindo os trabalhos sob o impacto do diálogo com o ministro, Menezes reforçaria que aquela assembleia não tinha "intuitos políticos", sendo "simplesmente popular". Embora se considerasse entre "irmãos e camaradas", fez questão de dizer que o sucesso dos objetivos compartilhados pelo grupo envolveria "grave responsabilidade" e instou cada participante a dar prova de "confiança e de adesão ao que fosse resolvido" mediante a assinatura da ata apresentada ao final. Dito isso, passou à apresentação de três propostas que orientariam todo o debate e o resultado do encontro.

[36] *Idem*, *ibidem*.

A primeira delas se referia à criação de uma "comissão de jurisconsultos, composta de três membros, cada um pertencente a cada partido político". Essa seria responsável por negociar com os "poderes competentes todas as garantias para os cidadãos que têm sofrido com os últimos acontecimentos", sendo que uma proteção mais cuidadosa deveria ser dispensada aos "cidadãos que constituem a redação e corporação da *Gazeta da Noite*", cujos funcionários estavam sendo alvo de prisões ilegais. Indicava de pronto os advogados Pedro Antonio Ferreira Viana, Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira e Carlos Augusto de Carvalho. A segunda correspondia à reapresentação do intento de se convocar um *meeting* a fim de dar publicidade aos acontecimentos, sendo que, para tanto, se alertava para a necessidade de comunicar formalmente ao presidente do Conselho de Ministros e ao desembargador chefe de polícia. Por fim, a última e mais controversa de todas pretendia que se fizesse "uma manifestação ao Sr. Visconde do Rio Branco [José Maria da Silva Paranhos], no sentido de conquistar o concurso deste cidadão em benefício da causa pública".

Talvez por efeito da estrutura narrativa do documento, o relato cria a impressão de que o debate ocorreu de maneira muito organizada. Os registros das falas levam a crer que as diferenças de opiniões teriam sido facilmente equacionadas e que a praticidade falara mais alto que a costumeira vaidade. Mas a coisa pode não ter se dado bem assim... No caso do terceiro item sugerido, as razões que fizeram Ferreira de Menezes considerar como estratégica a adesão do conservador Visconde do Rio Branco não são sequer aludidas. Nem mesmo se pode dizer que foram realmente apresentadas. O fato é que ideia não ganhou a simpatia dos demais. Tanto que, após uma sequência de contestações, o próprio presidente achou melhor retirar a proposta. Já a ideia de se promover um *meeting* ganhou muitos apoios, embora nada tenha ficado definido a respeito. Por último, o estabelecimento de uma comissão de jurisconsultos foi a que mais tempo tomou no debate. Os nomes sugeridos pressupunham uma coalizão de forças entre os republicanos, na pessoa de Pedro Antonio Ferreira Viana; os conservadores, com Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira; e os liberais, representados por Carlos Augusto de Carvalho. Ferreira Vianna bem que tentou se esquivar, sugerindo que o seu nome ou o de Duque-Estrada fossem substituídos pelo de Ferreira de Menezes, mas esse alegou que os encargos já assumidos o impediam de bem

desempenhar esse outro. O tema foi, então, à votação, por meio da qual o nome de Duque-Estrada caiu e os de Ferreira Vianna, Carlos Augusto de Carvalho e Domingues de Andrade Figueira saíram aprovados. Ainda nessa reunião, mais duas propostas passaram: a publicação de um boletim; e a nomeação de "uma comissão de médicos para tratamento dos feridos, corpos de delito, etc."[37].

As ações de ingerência de caráter mais popular da Comissão de Paz já iam se firmando no imediato "pós-pancadaria" quando um grupo de políticos liberais achou por bem também se posicionar. Reuniram-se no dia 3 de janeiro, na casa do senador liberal José Ignácio de Oliveira Motta, localizada na Rua do Carmo n. 59. Eram três senadores – o anfitrião, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Antonio Marcelino Nunes Gonçalves − e cinco deputados – Joaquim Saldanha Marinho, José da Costa Azevedo, Carlos Leoncio de Carvalho, Joaquim Baptista Pereira e Joaquim Nabuco − que deliberavam sobre os meios legais de fazer cessar o estado de sítio em que se acha esta capital". Em frente à casa, "havia uma porção de advogados, médicos, deputados provinciais, negociantes, jornalistas que aguardavam o resultado daquela reunião", que, entretanto, resistiam às intimidações para que se dispersassem feitas por "três linhas de imperiais marinheiros prontos para combate" − "uma força policial de cavalaria que duas vezes acutilou o povo".

Para o bem e para o mal, o discurso de abertura daquela sessão, feito pelo senador Oliveira Motta, não deixaria dúvida quanto à sinceridade daquele gesto:

> Neste estado de coisas (dia 3), nós, representantes da nação, não podemos deixar de tomar parte nos sofrimentos do povo; e por isso ocorreu me promover uma reunião dos membros do parlamento, oposicionistas de todos os matizes, para se acordar no expediente que possa fazer cessar, quanto possível, os sofrimentos do povo, aconselhando-lhe a prudência nos seus movimentos para fazer desarmar os pretextos do governo para novos excessos, e protestando contra estes, e oferecendo aos perseguidos e oprimidos a proteção que lhes podermos prestar.
>
> *Este protesto é a manifestação de que tão bom direito como esse, que o povo tem exercido, representando contra a exagerada execução da taxa de vintém, nós nunca esperamos que fosse atendido por meio das representações populares, por muito pacíficas e fundadas que fossem; por isso não as aconselhamos e reconhecemos hoje que o nosso dever,*

[37] Atas de reuniões de comissão formada por diversas personalidades contra a cobrança do imposto do vintém e protestando contra a morte de civis em movimentos contrários ao imposto. Biblioteca Nacional, Manuscritos, Coleção Ernesto Senna, I-05,24,096.

> *reclamando contra os excessos do governo, será amparar o povo e pedir que se acalme, e confie que nós estaremos firmes na sua defesa*[38].

Por aquele pronunciamento, ele deixava explícito que a inciativa indiscutivelmente partia da necessidade de afirmação do lugar de deputados e senadores como protagonistas da ação política no Império. O gesto de solidariedade não significava um emparelhamento de igual para igual com a ação popular transcorrida desde meados de dezembro passado. Tratava-se, acima de tudo, de uma defesa da importância desses sujeitos políticos no momento em que a presença do povo nas ruas havia gerado certa intranquilidade entre os que se sentiam relativamente seguros naquele modelo de gestão da coisa pública. Assim, recriavam para si um *status* de paladinos da justiça social. Fizeram tamanha força para assim parecer que, não por acaso, foi nesses termos que a eles se referiu Sandra Graham: "Ninguém criticou tão severamente, ou com tanta repercussão, as medidas tomadas pelo governo para abafar a revolta"[39].

Mas, para além da performance desses deputados e senadores liberais entre os medalhões da política nacional, aquele outro grupo seguiu fazendo seu trabalho nos âmbitos jurídico, médico e jornalístico. Afora o que fora anunciado nas atas das reuniões, Ferreira de Menezes fez saber ao público que entrara com um processo contra o 1º delegado de polícia Carlos Alberto de Bulhões Ribeiro por ter difundido a calúnia de que estaria insuflando o povo à violência no dia 1º de janeiro[40]. O caso, porém, serviu para evidenciar que, além do Legislativo e do Executivo, o Judiciário também estava empenhado em abafar os crimes cometidos pelos homens do governo durante os protestos contra o imposto[41].

Àquela altura, as atividades da *Gazeta da Noite* estavam bastante comprometidas, e todos os associados ao Motim do Vintém corriam risco, entre eles Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Lopes Trovão. Tendo se safado no episódio da Rua Uruguaiana, o

---

[38] *Correio Paulistano*, 6 de janeiro de 1880, p. 1 – grifo meu. O conteúdo publicado no *Correio Paulistano* corresponde à transcrição do que fora publicado na *Gazeta de Notícias* de 4 de janeiro, e que incluiu a transcrição da "Ata da reunião dos senadores e deputados da oposição liberal.

[39] Graham, O Motim do Vintém..., p. 496.

[40] Sobre as acusações contra Ferreira de Menezes e outros, cf.: *Correio Paulistano*, 6 de janeiro de 1880, p. 1-2. Quanto à ação movida por ele contra o delegado Bulhões, cf.: *Correio Paulistano*, 9 de janeiro de 1880, p. 3; 16 de janeiro de 1880, p. 3; 24 de janeiro de 1880, p. 3; Gazeta de Notícias, 19 de fevereiro de 1880, p. 1.

[41] *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1880, p. 1.

perigo por que passaram em seguida foi tema de uma sátira de Ângelo Agostini na *Revista Illustrada*, em 17 de janeiro de 1880, quando, para todos os efeitos, o alvoroço já era menor (Imagem 10). A imagem, embora ainda associe Menezes a *Gazeta de Notícias*, serve como mais um indício de que a importância de Menezes e Patrocínio naquele contexto político e intelectual foi maior do que a historiografia tem conseguido reconhecer.

Enquanto isso, em São Paulo, toda essa movimentação era acompanhada passo a passo pelos leitores dos principais jornais da cidade. O interesse foi tamanho que um grande número de pessoas deu prova de sua adesão ao protesto dos cidadãos da Corte realizando, no dia 7 de janeiro, uma reunião popular no largo da Sé. A programação da atividade contou com os discursos de Luiz Gama e Martinho Prado Júnior, entre outros, bem como uma manifestação de elogio à imprensa independente. O apoio vindo de São Paulo por soar tão consistente talvez tenha estimulado Menezes a, diante de ameaças da polícia, ir passar uns dias na casa do amigo Luiz Gama, como lembrado na correspondência trocada no fim daquele ano[42]. Havia mesmo motivos para Ferreira de Menezes temer por sua segurança e se afastar da Corte. Afora o que vira ocorrer com pessoas próximas, pelo noticiado no jornal *Cruzeiro* e reproduzido no *Jornal da Tarde*, no dia 3 de janeiro, ficamos sabendo que:

> Às 10 horas da manhã de ontem um amigo do Sr. Manoel José Vieira pediu-lhe o favor de mandar um filho, de cerca do 12 anos, entregar uma carta ao Dr. Ferreira de Menezes, dizendo que procurasse-o na rua do Hospício, casa onde funciona a sociedade brasileira Ensaios Literários, e em mão própria entregasse a carta.
>
> De fato o menino ali foi ter, e não encontrando o Dr. Menezes, ia a sair, quando foi preso e pela polícia tomada a carta. Depois de andar o Sr. Vieira à procura de seu filho, soube que achava-se preso, e da autoridade conseguiu, às 5 ½ horas da tarde, que ele lhe fosse entregue. A carta, porém, a polícia não quis [entregar] a seu dono[43].

[42] *Gazeta da Tarde,* 16 de dezembro de 1880, p. 1.

[43] *Jornal da Tarde*, 5 de janeiro de 1880, p. 2.

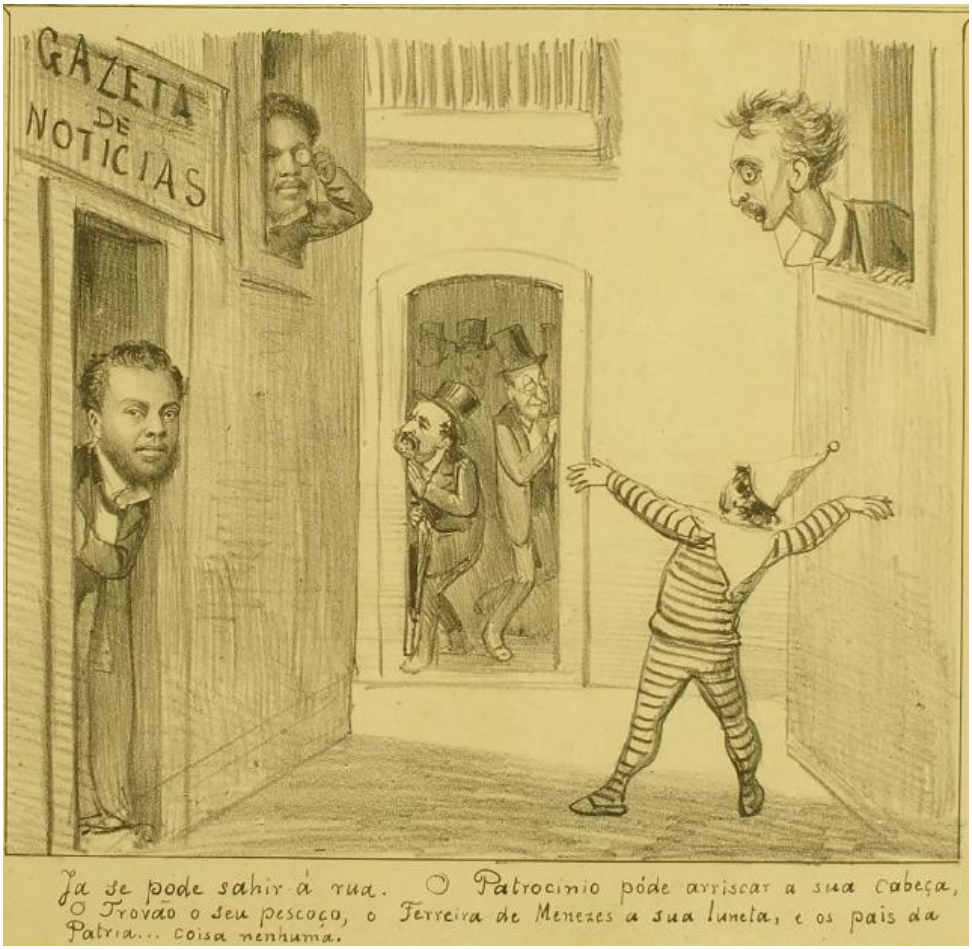


Imagem 10 – Repercussões sobre a Revolta do Vintém.
Revista Illustrada, n. 191, de 17 de janeiro de 1880.

Lopes Trovão, sob a mesma mira, preferiu fechar de vez o seu jornal e acabou partindo para a França no ano seguinte, onde passou a viver como revisor das edições Garnier, voltando ao Brasil somente às vésperas da proclamação da República. Segundo Raimundo Magalhães, "das ruínas da *Gazeta da Noite* é que surgiria, a 10 de julho de 1880, a *Gazeta da Tarde*, fundada por Ferreira de Menezes"[44]. Quando isso aconteceu, o vintém estava em franco descrédito, ridicularizado até mesmo pelo ministro José Antonio Saraiva, que subiu ao posto de presidente do gabinete no fim de março, em decorrência da queda de Sinimbu. Seja como for, a revogação oficial só veio em setembro daquele ano[45].

[44] Magalhães Júnior, *A Vida turbulenta de*..., p. 86-87.

[45] *Gazeta de Notícias*, 6 de setembro de 1880, p. 1.

Mais do que permanecer, Ferreira de Menezes, por meio de seu jornal declaradamente abolicionista, investiu na expansão e no fortalecimento de uma rede em defesa do fim da escravidão, tendo outros homens negros entre seus interlocutores diretos e indiretos. Por uma rápida passagem pelos debates daquele momento, é possível, por exemplo, identificar a proximidade com o célebre abolicionista e seu amigo Luiz Gama, que de São Paulo também usava de expedientes legais para fazer avançar a causa, bem como a articulação com Vicente de Souza, José do Patrocínio e André Rebouças, com quem compartilhava projetos e ações na Corte[46].

Havia, pois, no início dos anos 1880, um grupo relativamente coeso de abolicionistas negros a travar combate de ideias em nome da liberdade e da cidadania[47]. Era fácil encontrá-los entre as figuras de destaque, bem como entre os "coadjuvantes" das associações abolicionistas fundadas nos primeiros anos da década, como a Associação Central Emancipadora (1880); a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (1880); o Centro Abolicionista de São Paulo (1882); e a Confederação Abolicionista (1883)[48]. Embora faltem elementos que permitam afirmar que essa proximidade tenha se fundamentado num desejo compartilhado de afirmação de uma identidade racial negra, não são poucos os registros a sugerir que tal confluência foi frequentemente compreendida dessa maneira e, portanto, questionada, quando não duramente desqualificada.

A historiadora Elciene Azevedo recupera um desses episódios em que a articulação entre Patrocínio, Gama e Menezes é aludida como algo perigoso na opinião de um fazendeiro escravista do interior de São Paulo. Em dezembro de 1880, José do Patrocínio, durante uma conferência abolicionista no Teatro São Luiz, chamou os senhores de escravos de "piores do que compradores de furtos; piores do que portadores de moeda falsa". Embora ele ainda estivesse vinculado diretamente à *Gazeta de Notícias*, o opositor atento

---

[46] Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha*: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; *Idem*, *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

[47] Dorothy B. Porter, The Negro in the Brazilian Abolition Movement, *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 1, janeiro de 1952, p. 54-80.

[48] Cf. Rebecca Bergtresser, *The moviment for the abolition of slavery in Rio de Janeiro.* Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de História, Universidade de Stanford, 1973; Heitor Martins, Luís Gama e a consciência negra na literatura brasileira, *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, p. 87-97.

foi às páginas de *A Província de S. Paulo* para agredi-lo e intimar seus colegas a proceder ao cancelamento das assinaturas da *Gazeta da Tarde*, por entender que "esse homem e seus colegas" estariam levando o país a uma insurreição da gente ainda escravizada[49]. Percebendo o viés racista dos comentários do escravista, que, para contra-atacar Patrocínio, insultava uma coletividade, Luiz Gama resolveu ocupar um espaço da *Gazeta do Povo* para responder:

> Em nós até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõe [*sic*] os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.
>
> O irrefletido brasileiro, que, sob a inscrição supra, teve a infelicidade de escrever e publicar aquele vergonhoso artigo, a que aludo, é de espírito mais humilde que os míseros escravos, cujas manumissões advogamos. [...]
>
> José do Patrocínio por sua elevada inteligência, pelos seus brios, pelo seu patriotismo, pela nobreza do seu caráter, *que não tem cores*, tornou-se credor da estima, e é digno dos louvores dos homens de bem[50].

Fim do escravismo e respeito à humanidade de pessoas negras livres como ele e Patrocínio..., o argumento de Luiz Gama evidenciava que esses dois pontos se conectavam nos debates públicos e também privados. Em se tratando de escravistas empedernidos, não faltariam exemplos a ser acionados como peças de demonstração dessa afirmação. Todavia, as depreciações mediante o uso do repertório da racialização não foram exclusividade de grandes proprietários pretensamente brancos. A autoridade desses homens negros que se lançaram ao desafio de levar adiante suas convicções era posta em xeque por gente dos mais variados grupos sociais e raciais. Nesse sentido, os conflitos vividos com o jornalista negro Apulco de Castro aparecem justamente para explicitar o alcance do que podemos chamar de racismo naquela sociedade. Afora o apresentado no terceiro capítulo desta tese, seus atritos com Ferreira de Menezes são também ilustrativos desse fenômeno.

---

[49] Emancipação, *A Província de S. Paulo*, 1º de dezembro de 1880 *apud* Azevedo. *Orfeu de Carapinha*..., p. 179-180.

[50] Luiz Gama, Emancipação, *Gazeta do Povo*, 1º de dezembro de 1880 *apud* Azevedo. *Orfeu de Carapinha*..., p. 180-181.

Tendo fundado *O Corsário* em outubro de 1880, Apulco de Castro teve sua carreira violentamente interrompida ao ser assassinado em 1883, na esquina da rua da Secretaria de Polícia, para onde ele havia se dirigido para buscar proteção. Seus arroubos poderiam até ser lidos sob o manto da comicidade, mas foram recebidos e devolvidos de forma dramática e trágica. Os assassinos não foram punidos, apesar de as suspeitas sobre as identidades desses serem de fácil comprovação e do protesto popular de centenas de pessoas[51]. Seja como for, é fato que o cotidiano retratado nas páginas dos jornais estava longe de ser uma coleção de finezas e polidez. Apulco de Castro era daqueles que não temia carregar na dose da acidez.

No caso de sua relação com Ferreira de Menezes, tudo ia razoavelmente bem até janeiro de 1881[52]. Foi nos últimos dias do mês que a coisa mudou de figura, e a troca de farpas foi estabelecida com a publicação do artigo "A *Gazeta da Tarde* e o *Corsário*". A razão estava nas recriminações feitas pela *Gazeta da Tarde* à estratégia editorial do *Corsário* no texto que publicara a fim de tratar das ações arbitrárias da polícia contra aquele jornal, seus vendedores e leitores[53]. Ao longo de vários números no mês de fevereiro, ao passo em que atacava José do Patrocínio violentamente, as queixas em relação a Ferreira de Menezes solicitavam um apoio sem recriminações e alegavam a proximidade existente entre os estilos de ambos os jornais, com a diferença de que Ferreira de Menezes era acusado de estar sendo patrocinado por medalhões, seus amigos[54].

Mas, em março, já não cabia qualquer cuidado. No editorial do dia 6, ele ridicularizava Ferreira de Menezes pelo mal-estar que o acometera em decorrência de

---

[51] Joel Rufino dos Santos, O caso do jornalista Apulco de Castro. *Anais da Biblioteca Nacional – Abolição & Abolicionismos*, Rio de Janeiro, v. 116, 1996 (volume publicado em 1999); Thomas Holloway, The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory, *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 19, n. 1, 2008-2009. Disponível em: www1.tau.ac.il/eial/index.php? option=com_content&task=view&id=238&Itemid=162. Acesso em junho de 2011.

[52] *Corsário*, 24 de dezembro de 1880, p. 1 (O editorial desse número trata das especulações sobre quais seriam os redatores do *Corsário,* fundado em 2 de outubro de 1880, entre os citados estavam Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. Negou-se, entretanto, a participação de todos os citados); *Corsário*, 10 de janeiro de 1881, p. 3 (Artigo no qual são feitos comentários sobre o número do *Combate* dedicado à memória das vítimas da Revolta do Vintém, no qual se registra a atuação de Ferreira de Menezes).

[53] *Gazeta da Tarde,* 27 de janeiro de 1881, p. 2; *Corsário*, 31 de janeiro de 1881, p. 3.

[54] *Corsário*, 9 de fevereiro de 1881, p. 1; 19 de fevereiro de 1881, p. 1; 23 de fevereiro de 1881, p. 1.

problemas cardíacos dias antes do carnaval. Isso após esse ter recebido um bilhete de ameaça de morte. Não fosse essa suficiente, elogiava a troça dos Fenianos no carnaval envolvendo a figura de Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza e José do Patrocínio, da qual se queixou este último, conforme relato dos próprios Fenianos:

> Indagando as razões que militaram para merecermos os insultos do Dr. Ferreira de Menezes, jornalista lírico, que caiu em exercícios findos porque já acabou a idade das pataratas em letra redonda, só encontramos essa: No carro sob o título "Pescadores d'águas turvas" levamos o grande charlatão do império. Quincas o Belo, a voltear como um cata-vento, e ao lado de um círculo de pretas que dançavam em torno do herói levamos um grupo de expertos, tão finos que couberam todos no "tricolet" seguinte: Quincas, o Belo, e os crioulos / Menezes, Vicente e Zé / serão tudo menos tolos, / Quincas, o Belo, e os crioulos. / É uma questão de maré / A abolição desta gente: / Menezes, Quincas e José / E um quarto d'asno – Vicente[55].

Não satisfeito por compactuar com aquele divertimento nitidamente discriminatório, Apulco de Castro ainda lançou a acusação de que a sociedade com o Sr. Ribeiro, que havia se tornado coproprietário da *Gazeta,* significava um acordo com os fazendeiros escravistas, cuja contrapartida seria o esfriamento da ação abolicionista no jornal. Como prova disso, dizia que uma publicação paga de um artigo de André Rebouças havia sido negada. Os insultos pareciam não ter limites, e o ponto máximo veio no dia 30, num artigo de crítica aos abolicionistas:

> Os abolicionistas não tinham o direito de ignorar quem é o Dr. Ferreira de Menezes. *O seu passado de estudante está escrito em uma carteira que desapareceu de um hotel em São Paulo, onde se fantasiou de mulher várias vezes*, e aqui na Corte nos andrajos de que andou coberto durante muito tempo, como advogado, até que encontrou o Exmo. Sr. Dr. Duque Estrada Teixeira, que teve pena dele e o empregou no *Jornal do Commercio*, a quem ele injuriou nas colunas da apedrejada *República*, e do qual foi corrido por causa de fazer do rodapé daquela folha sua banca de advogado e ter finalmente escrito um folhetim que sustentava o suicídio e ao qual um outro redator do *Jornal do Commercio* deu resposta contra, insinuando que o folhetim do dia anterior foi escrito debaixo dos gritos de um ganso.
>
> Passou para a *Gazeta de Notícias*, d'onde saiu igualmente por querer impor as suas opiniões desarrazoadas.

[55] *Corsário*, 6 de março de 1881, p. 1.

> Não queremos entrar na *sua vida privada, tão opulenta de fatos de bordéis, de casas de jogo, cafés cantantes e onde é tratado pelas mulheres do tom como de igual para igual*.
>
> Basta que se leia a sua *Gazeta* e o modo como conseguiu fundá-la praticando deslealdades contra o redator do *Combate* e a *Folha* do Dr. Alberto de Carvalho, que o flagelou e a quem ele respondia nas rodas dos indivíduos suspeitos com quem convive, dizendo que havia mandar esbordoar aquele doutor pelos seus capangas na rua do Ouvidor.
>
> O Dr. Menezes é um homem estragado na vida boêmia, em que tem andado e d'onde há de sair só quando tiver de ir para o túmulo. Não se pode contar com ele para empreendimentos sérios e para isso ele mesmo não conta com a sua cabeça, pois nos acontecimentos de Janeiro, quando entrou no "comitê" de salvação que alguns cidadãos celebraram na rua do Hospício, só pedia que mandassem chamar conselheiros para o dirigirem.
>
> É um adulador das pessoas de quem precisa e um difamador dos moços que possuem mais talento e ilustração do que ele.
>
> *Envergonha-se de ser pardo, e então, para vingar-se cerca-se de brancos que rebaixa pondo-os na sua dependência, sem refletir que estes brancos estão ao serviço de todos os dinheiros, porque perderam a vergonha nas gatunices que pratearam para arranjar a vida e que se sujeitariam a ser escravos até dos próprios escravos.*
>
> É inimigo dos mesmos homens de sua cor quando estes têm mais títulos do que ele à consideração pública, e por isto insultou o conselheiro Octaviano que lhe matou muitas vezes a fome, e continuaria a o insultar se o Dr. Alberto de Carvalho, não lhe desse com o basta aos artigos anônimos que ele escrevia contra o mesmo conselheiro nos a pedidos da Folha.
>
> Os abolicionistas que lhe conhecem a crônica não deviam enganar-se com ele. Todavia, *ele mostrava-se tão inimigo dos brancos que mais uma vez iludiu a boa fé do público, o que prova mais uma tática para vender-se por bom preço a si e a seus irmãos de cor que estão sob o cativeiro*.
>
> Somos os primeiros a confessar que o Dr. Menezes pelas habilidades que tem vale sempre mais do que − cinco contos de réis!!![56]

É incrível como o texto não deixa pedra sobre pedra do muro da dignidade de Ferreira de Menezes, alegando fatos que não encontrei registrados em qualquer outro lugar. Menezes, entretanto, não se valeu do mesmo recurso adotado por Castro para dar respostas às ofensas. Depois daquele artigo, outros saíram nas páginas do *Corsário* até a morte daquele jornalista, em junho de 1881. Curiosamente, não sei se por respeitar a morte ou por outra convenção, ao escrever sobre o assunto, Apulco de Castro não mais se referiu a Menezes como um dos maiores calhordas da cidade, um traidor da raça. Em vez disso, após

[56] *Corsário*, 30 de março de 1881, p. 1 – grifos meus.

lamentar mais uma vez a forma como a *Gazeta da Tarde* se referiu a seu jornal quando das agressões sofridas pela polícia, essas foram algumas das muitas palavras elogiosas empregadas para falar sobre o falecido jornalista: "Ferreira de Menezes trabalhou para o progresso da nossa sociedade, nessa luta renhida em que sempre se bateu a favor das ideias modernas"[57]. Ou ainda: "O seu enterro foi um triunfo e uma consolação: consolação para os que trabalham pela causa pública e morrem pobres; e triunfo para a sua memória"[58].

Como se vê, o expediente das ofensas raciais não necessariamente era acionado para atestar verdade. Muitas vezes, servia mais como estratégia para fragilizar o opositor, em decorrência dos sentidos atribuídos à sua origem racial, do que para qualquer outra coisa. Assim parece ter sido o caso envolvendo Apulco de Castro e Ferreira de Menezes. E se assim não foi, a repercussão da morte desse último também não desmentiu.

O velório foi acompanhado por uma grande variedade de pessoas. Gente simples, jornalistas, artistas, trabalhadores de diversos ofícios, entre tantos outros nomes da cultura e da política nacional, sem falar de grandes medalhões da Corte. A lista dos presentes era extensa, contando, entre os muitos, com Joaquim Nabuco, Quintino Bocayuva, França Júnior, João Clapp, Arthur de Azevedo, Vicente de Souza, representantes do *Jornal do Comércio*, do *Cruzeiro,* da *Revista Illustrada*, da *Gazeta de Notícias,* do *Messager du Brésil*, do Diretório do Partido Republicano da Corte, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, da Associação Central Emancipadora, do Club Abolicionista, do Club dos Libertos contra a Escravidão[59], e da Escola Noturna da Cancela[60].

O cortejo fúnebre, com aproximadamente cem carros, partiu da Rua Carvalho de Sá, n. 12, Catete, em direção ao Cemitério São Francisco Xavier, às quatro e meia da tarde do dia seguinte. No cemitério, José do Patrocínio foi um dos que seguraram as alças do caixão até a sepultura. Luiz Gama enviaria naquela noite um telegrama: "À família de Ferreira de

[57] *Corsário*, 11 de junho de 1881, p. 1.

[58] *Gazeta da Tarde,* 13 de junho de 1881, p. 2.

[59] Esse clube se fez presente nas pessoas de Marcolino C. Queiroz, Rufino André Pessanha e Luiz J. Pereira. A coroa de flores enviada pelos membros desse clube dizia: "Club dos Libertos contra a Escravidão – O pranto dos cativos" (*Gazeta da Tarde*, 7 de junho de 1881, p. 2).

[60] *Gazeta da Tarde,* 8 de junho 1881, p. 1.

Menezes, à imprensa o meu profundo pesar"[61]. "Sem distinção de classes, ali estiveram representadas à beira daquela cova todas as opiniões e todas as crenças"[62]. Entre os muitos que compareceram à missa de sétimo dia, esteve Machado de Assis, que também havia comparecido à cerimônia em memória de Júlia de Menezes, a esposa de Menezes, que falecera semanas antes[63]. Nos dias que se seguiram ao enterro, muito se falou sobre os feitos e compromissos políticos dele[64]. Vindos de norte a sul do país e até divulgados em outras línguas, os comentários, apesar do característico tom elogioso ao morto, oferecem dados interessantes[65].

Angelo Agostini recuperaria o encontro que teve com Ferreira de Menezes no dia 1º de janeiro de 1880, em meio aos tumultos da Revolta do Vintém. Suas memórias colocavam o jornalista fluminense na contramão da "índole pacífica por demais da população desta Corte, composta em grande parte de estrangeiros de todas as nacionalidades e de nacionais mais ou menos dependentes de empregos oficiais", e que tendia a abafar a indignação e o horror perante as barbaridades cometidas pela polícia da Corte. Ao deparar com "alguns cidadãos brasileiros revoltados" que protestavam "energicamente e em voz alta contra tamanho atentado", identificou que "aquele que bradava mais alto e mais enérgico contra os assassinos do povo desarmado era Ferreira de Menezes", sem se importar com a proximidade das baionetas e das espingardas carregadas. Naquele momento, teriam travado um curto diálogo:

> − Angelo, disse-me ele apenas me avistou: Que dizes a isso?
> – Não digo nada, observo e sinto que não haja muitos como tu.
> Chegando-se, então, ele para mim, disse-me baixinho ao ouvido:
> − Vem hoje à noite à rua tal, n...

---

[61] *Idem*, *ibidem*.

[62] *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1881, p. 1

[63] *Gazeta da Tarde,* 13 de junho de 1881, p. 1; *Gazeta da Tarde,* 30 de maio de 1881, p. 1.

[64] Apesar do quase silêncio do *Jornal do Commercio* a respeito, a morte de Ferreira de Menezes foi mesmo bastante noticiada. A *Gazeta da Tarde* reproduziu, ao longo de vários dias, textos publicados em homenagem ao falecido em jornais do Rio de Janeiro, Petrópolis, São Paulo, Campinas, Santos, Juiz de Fora, entre outras cidades. Por meio desses, sabe-se que Ferreira de Menezes também atuou como correspondente de vários desses periódicos mencionados.

[65] Cf. *Gazeta da Tarde*, 7 de junho a 4 de agosto de 1881. Para os comentários sobre a morte de Ferreira de Menezes publicados em línguas francesa e inglesa, cf. *Gazeta da Tarde*, 14 de junho de 1881, p. 2 (reprodução da notícia dada por *Le Messager du Brésil*) e *The Rio News*, 15 de junho de 1881, p. 5.

− Bem, estarei lá. Se te posso ser útil, conta comigo.

Agostini contou, então, que, ao comparecer no lugar e na hora marcados, encontrou Menezes "presidindo uma reunião de bons cidadãos", com o fim único de "fazer uma representação ao governo para que não corresse mais sangue, e de nomear-se uma comissão de médicos e advogados que gratuitamente se prestassem a cuidar dos feridos e dos presos" naquele dia trágico[66]. Opinião semelhante tinha J. Avelino a respeito dele:

> Sempre repugnou o mercantilismo da pena, ele não considerava um martelo de bater moeda, mas sim gladio destinado às grandes conquistas da civilização e da liberdade. Um escritório de redação de jornal nunca lhe pareceu uma casa de câmbio, sujeito a flutuações do mercantilismo, da difamação, da injúria e do escândalo. Era antes de tudo um templo consagrado à amizade, à causa da justiça, à defesa contra todas as opressões; o altar onde o coração e a consciência se purificavam na sustentação de todas as causas santas[67].

De sua atuação como advogado, jornalista e abolicionista, falaria Valentim Magalhães: "Basta lembrar que nunca serviu no foro do seu talento para acusar, que sempre se sacrificou pelos que sofrem e choram, que fundou um jornal, que o prejudicou muito, com este abençoado intuito: combater a escravidão, aniquilá-la"[68]. Por sua vez, a Sociedade Acadêmica de Emancipação, composta em sua maioria por alunos da Escola Militar, tinha Menezes como "o jornalista que mais serviços prestou à causa da emancipação"[69]. Mas foi num artigo assinado por um certo Pedro Ivo, sobre o qual não encontrei outros dados, que apareceu um dos comentários mais instigantes a respeito dele e de suas motivações políticas:

> Ele tinha a grande coragem dos valentes. O seu talento, que tinha a forte tenacidade do ferro, era um aríete formidável contra todos os privilégios e contra todas as injustiças. Se fosse covarde havia de ser um grande. *Muitas vezes os monstrengos preconceitos das raças, disfarçados pela habilidade rasteirinha dos ruins, tentaram abater-lhe a ousadia*.
>
> Mas ele vencia sempre.
>
> Era uma força viva.

[66] *Gazeta da Tarde*, 15 de junho de 1881, p. 2.

[67] *Gazeta da Tarde,* 8 de junho 1881, p. 2.

[68] *Gazeta da Tarde*, 11 de junho de 1881, p. 2.

[69] *Gazeta da Tarde*, 10 de junho de 1881, p. 2.

> Sabia odiar, porque tinha o ódio vigoroso e honesto dos justos.
> *Era abolicionista.*
> *Só?...*
> *Ingênuos – O que ele defendia eram os direitos naturais de uma raça que tem sofrido a mais tremenda e a mais desumana de todas as opressões.*
> *Destes desgraçados que, desde a legenda bíblica de Cam até os resultados antropologia, têm ouvido sempre a fatal sentença que lhe lançou a sua irmã humanidade.*
> Era um virtuoso – não temia porque não enxergava os mesquinhos desprezos dos vaidosos[70].

Os anseios abolicionistas de Ferreira de Menezes iam além da mera substituição de um sistema de trabalho ignóbil por outro que por si traria a resolução dos problemas. A abolição representava apenas uma das ações necessárias à redenção dos descendentes de africanos escravizados, muitos dos quais já se encontravam libertos e livres como ele e careciam de outras medidas para ter sua cidadania garantida.

Infelizmente, como a vida prega peças que à história só resta incorporar aos seus registros, a morte repentina de Ferreira de Menezes impediu que ele levasse até o fim o seu projeto. Tão desagradável quanto, ela também retiraria Luiz Gama de cena pouco mais de um ano depois, em 24 de agosto de 1882[71]. Dos três abolicionistas mais influentes no início da década de 1880, restava apenas José do Patrocínio, que, juntamente com outros homens negros, levaria a missão adiante a partir do Rio de Janeiro. Em São Paulo, o legado de Luiz Gama seria continuado por pessoas como Artur Carlos, Ignácio de Araújo Lima e Theophilo Dias de Castro, que estiveram entre os que sustentaram a luta pelo fim de escravidão na província, para além de Antonio Bento, que na ausência de Gama foi alçado à condição de figura mais emblemática.

***

Antes de passar aos próximos capítulos, gostaria de recapitular algumas informações sobre o que aconteceu após a morte de Ferreira de Menezes. Sobre uma coisa

[70] *Gazeta da Tarde,* 11 de junho de 1881, p. 1, grifos meus.

[71] Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha*: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 19-22.

não há dúvida, como aconteceu com os outros, mesmo tendo estudado e ganhando certa notoriedade, ele não acumulou fortuna. Tudo o que possuía se concentrava na mobília e nos objetos de decoração da casa e na sua parte da *Gazeta da Tarde.* A julgar pela lista de seus pertences anunciados para leilão no dia 4 de outubro de 1881, levava uma vida comum a um homem com a sua formação e profissão. Numa casa com mais de dois quartos, sala de jantar, cozinha e sala de visitas e outra de costuras, oferecera à sua família o desfrute de alguns luxos, como pratarias, joias, piano, moveis em estilo Luiz XV[72]. Todavia, ao falecer, nem mesmo isso pôde ser mantido. Duque Estrada Teixeira foi quem assinou termo de inventariante dos bens do finado, "pelo juízo de órfãos da segunda vara", enquanto o juiz conselheiro Tito Mattos se prontificou a fazer o inventário gratuitamente[73].

O destino de seus filhos ficou mesmo sob a dependência dos amigos. O diretor do Colégio Aquino ofereceu uma bolsa para que o filho mais velho ali estudasse em regime de internato, enquanto Duque Estrada passou a responder como tutor legal do garoto. Um grupo de amigos liderados por Ernesto Senna organizou a publicação do folheto *Lyrios e Goivos*, cuja renda seria revertida aos órfãos. Outros ofereceram prêmios da loteria na mesma intenção[74]. Essas ajudas, contudo, não foram o suficiente para impedir que Julia, uma de suas filhas, também falecesse no ano seguinte, no dia 27 de julho, vítima de tuberculose como a mãe[75]. De todo modo, as outras duas seguiram apadrinhadas por amigos de Menezes[76].

Essa condição de pobreza teve consequência até mesmo no local de abrigo do seu corpo. Embora vários amigos tenham iniciado subscrições para a compra de um mausoléu perpétuo logo depois de sua morte, os restos mortais de Ferreira de Menezes corriam o risco de ser retirados da carneira n. 583 do cemitério São Francisco Xavier e colocados num depósito comum ainda em 1887. Naquela ocasião, um grupo de amigos novamente tentou se organizar para que isso não ocorresse, mas não encontrei notícias nos jornais que

[72] *Jornal do Commercio*, 4 de outubro de 1881, p. 5.

[73] *Gazeta da Tarde*, 5 de julho de 1881, p.1.

[74] *Gazeta da Tarde,* 8 de junho de 1881, p. 1; *Gazeta da Tarde,* 10 de junho de 1881, p. 2.

[75] *Gazeta de Notícias,* 29 de julho de 1882, p. 2.

[76] *Gazeta da Tarde*, 28 de abril de 1884, p. 1.

contassem o desfecho dessa situação[77]. Até pelo fascínio que a sua história me causou, farei uma visita ao cemitério para averiguar tão logo esse processo de doutoramento seja concluído.

[77] *Gazeta da Tarde*, 5 de julho de 1881, p. 1; 7 de julho de 1881, p.1; 19 de julho de 1881, p. 2; *O Paiz,* 22 de maio de 1887; *Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1887, p. 1.

CAPÍTULO 6 – RAÇA, ABOLICIONISMOS E CIDADANIA NOS ANOS 1880

> Deve haver alguma coisa de sobrenatural na palavra liberdade...[1]
>
> À luz, diante da civilização, diante do direito que nos dá o fato de havermos contribuído pela nossa raça para o progresso da pátria, diante da tradição que aponta os nossos maiores homens entre os mestiços, havemos de demonstrar pela inteligência ou pelas armas, que não se zomba de um século, que não se amordaça a justiça, que não se espezinha impunemente o talento[2].

Exatos quatro meses depois de seu lançamento, a *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes, informaria seus leitores acerca de um caso grave, que merecia a atenção de todos. A notícia – que saíra de Socorro, passara por Jacareí e pela capital paulista para chegar à Corte − era um resumo da desgraça que se abatia sobre Benedicto João Manoel, "mulato claro", 36 anos, que uma semana antes fora preso, em Socorro, sob a acusação de ser "escravo de um tal coronel Bueno, de Ouro Fino". Desesperado, depois de muito explicar que era livre, tentara o suicídio no dia anterior àquele relato, dando um tiro embaixo do queixo.

A história que contara à polícia trazia mais detalhes sobre sua família do que as que consegui sobre a maioria dos sujeitos centrais desta tese. Disse ele ser natural e batizado em Jacareí, "filho de João Manoel da Rocha e Benedicta da Rocha, ter uma irmã Margarida da Rocha, que também foi reduzida ao cativeiro". Seus tios eram Gabriel da Rocha, Eduardo da Rocha e Claudio da Rocha. Os avós, João Manoel da Rocha e Gertrudes de Jesus, sendo esta também sua madrinha. A desventura começara quando ele tinha de sete para oito anos de idade, época em que seu padrinho o roubara e vendera por 700 mil réis ao referido coronel.

---

[1] *Gazeta da Tarde*, 25 de novembro de 1880, p. 1.

[2] *Gazeta da Tarde*, 10 de setembro de 1883, p. 1.

Passados 28 anos, ele ainda nutria a plena convicção de que sua condição era ilegal e injusta. Valendo-se de esperança, num momento anterior, não tendo surtido efeito a insistência em se dizer livre, fugiu de Ouro Fino e foi parar em Socorro. O sossego, porém, não lhe fez companhia. Para sua infelicidade, fora preso sob a acusação de escravo fugido. A lembrança das tantas vezes que contou sobre o seu infortúnio o levou ao único ato de independência que lhe restava: interromper a própria vida. O pobre coitado até nisso se frustrou. Tendo sobrevivido ao ferimento, estava ali ensanguentado e algemado, posto que se temesse uma nova tentativa. Cabia, então, parar de se alimentar. Nas palavras de quem denunciava o crime: "Não acredita que seja possível haver quem abrace a sua causa e presume que Jacareí é o fim do mundo, e que, portanto, antes de aqui chegarem os documentos será despedaçado a chicote!"[3]. O declarante, sensibilizado com a situação, foi atrás de comprovar a veracidade do que aquele homem alegava e deu com a exatidão de tudo o que ouvira logo com a primeira pessoa que procurou, e ainda se garantiu com mais duas testemunhas. Trabalhava agora para resolver a demanda e reanimar a fé daquela "vítima de um crime atroz".

Seria bom que a história culminasse na redenção do injustiçado, mas esse "Drama Negro", como foi tratado pelo jornal, teve um desfecho trágico poucos dias depois. "O brio que o vergalho não pôde extinguir e o desamparo em que sempre se julgou, fizeram-no incrédulo, dando-lhe coragem para se matar, malogrando nossos esforços". Comunicado de que uma força tarefa estava em curso para lhe conseguir uma carta de alforria, ele, no entanto, não manifestou qualquer traço de contentamento. Em vez disso, seguiu na determinação de pôr fim à sua existência. Como seu estado de saúde se agravasse, tiraram-lhe as algemas. Foi quando Benedicto aproveitou para fazer "tiras de uma camisa com que principiou uma corda, a qual cuidadosamente escondia, e [...] com o cabo de uma colher dilatava as feridas que a bala lhe produzira na boca"; no que também foi impedido... Pouco depois, seu benfeitor conseguiria a emissão do documento. Com efeito, esse não seria um documento tecnicamente inexistente ou incompatível com quem nascera livre?! Considerando-se livre desde a infância, seria ele, na verdade, um liberto de pia batismal ou

[3] *Gazeta da Tarde*, 10 de novembro de 1880, p. 2. A notícia havia sido dada em primeira mão pela *Província de S. Paulo.*

algo assim? Ou a carta viria do tal coronel Bueno? Seja como for, ao receber mais essa informação, o homem deu como resposta um apático cerrar de pálpebras. Tendo já o corpo bem enfraquecido, acabou falecendo em questão de algumas horas. Baldados esses esforços, restava ao defensor da liberdade que se comunicava com a imprensa o compromisso de evitar um fim semelhante para a irmã daquele mártir[4].

A história guardava muita semelhança com a contada por Luiz Gama a seu próprio respeito, pelos menos no que toca o modo como um menino livre podia ser convertido em escravo. No caso, por um ato de má fé no seio familiar. O tempo quase infinito em que Gama esteve escravizado, entretanto, durou vinte anos a menos do que o vivido por Benedicto. Sei que não é certo dimensionar a gravidade do sofrimento humano pelo tempo de exposição ao trauma, uma vez que feridas profundas podem ser produzidas numa experiência de alguns segundos. Ao mesmo tempo, a privação de liberdade não é algo fácil em qualquer contexto. Todavia, se o estrago emocional e existencial em quem viveu essas experiências não pode ser medido pela contagem de dias ou anos, essa medida serve para demonstrar o quão sossegadamente bárbara foi a escravidão moderna, baseada na origem racial de grupos humanos.

Exemplo maior dessa conivência seria exposto pela *Gazeta da Tarde* em outubro de 1884, sob o comando de José do Patrocínio. Jesuíno nascera livre e se viu reduzido à escravidão ao longo de quarenta anos, em decorrência de uma dívida que seu pai, também livre, contraíra perante um padre fazendeiro de Barra Mansa, Rio de Janeiro. O débito originara-se da compra de diversos objetos na mão do tal padre, a fim de que fosse possível à família tocar uma pequena lavoura. Não tendo como devolver o que devia no momento acertado, o pai "comprometeu-se a pagá-lo com os serviços de um seu filho prestados ao credor". O garoto deixou sua casa e passou a morar na fazenda das Antinhas, nome da propriedade. Numa dessas peças que a vida prega, o pai falece, deixando o filho refém do padre. Passados uns anos, a fazenda é vendida, sendo Jesuíno arrolado como se fosse um dos escravos. Já homem feito, reclamou contra aquela ilegalidade, porém, seu protesto não foi sequer considerado. "O novo dono da fazenda matriculou-o como seu escravo em 1872, e em 1881 vendeu-o juntamente com a situação das Antinhas ao Sr. Manoel Emygdio

[4] *Gazeta da Tarde*, 19 de novembro de 1880, p. 2.

Ferreira Cardoso". O toque final dessa sequência de arbitrariedades viria com a informação de que o juiz de direito da comarca e o depositário da fazenda que estava em litígio, Joaquim Silvério Noronha, tinham pleno conhecimento dos fatos.

Embora existissem àquele tempo poucos casos de escravidão legal, já que a maioria dos escravizados chegara ao Brasil após 1831, a *Gazeta*, uma folha abolicionista, ainda se ocupou com essas específicas agressões aos direitos de gente negra nascida livre, mas vítima das ciladas da escravidão[5]. Nesse sentido, exigia que as autoridades competentes tomassem as providências necessárias e defendia reparações como: "Reduzido à escravidão por um padre, sendo ainda criança, Jesuíno tem hoje direito não só à liberdade, como também a uma indenização de salários que lhe foram roubados durante longo espaço de tempo"[6]. Efetivamente, a cobertura de casos de redução de pessoas livres à escravidão fez parte das preocupações editorais de Menezes e depois de Patrocínio ao longo de toda a década de 1880. Afora os livres, as denúncias identificadas também diziam respeito aos dissabores vividos por ingênuos e libertos, mulheres, pessoas solteiras e famílias negras.

Admitindo que, uma vez num front distante, soe um tanto estranho escrever cartas falando das condições climáticas do lugar, peço aos leitores que segurem um pouco o estômago para que eu possa apresentar os dados necessários à conclusão de um argumento-chave para este capítulo. Tal como observa Sidney Chalhoub para as décadas de 1860 e 1870, a suspeição de ser escravo, orientada pelo estigma da cor, manteve-se como um determinante das práticas de pessoas comuns e agentes do Estado também nos anos 1880[7]. Nesse cenário, sabemos que a redução de pessoas livres à escravidão ou a reescravização de libertos mantiveram forte relação com as possibilidades oferecidas pelo tráfico interprovincial, proibido apenas em 1882. Não obstante, as informações coligidas nas páginas da *Gazeta da Tarde* apontam que essa prática esteve atrelada a outros costumes, os

[5] A *Gazeta da Tarde* também combateu a venda de africanos livres, feita até mesmo com a condescendência de funcionários do governo imperial. Para um exemplo de como eram feitas as denúncias, cf. *Gazeta da Tarde*, 27 de maio de 1881, p. 1.

[6] *Gazeta da Tarde*, 6 de outubro de 1884, p. 1.

[7] Sidney Chalhoub, *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Cf. ainda Keila Grinberg, Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX, in: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101-128.

quais estavam diretamente informados pela naturalização do lugar social das pessoas não brancas. No momento em que reconheço essa preocupação em textos veiculados naquele jornal abolicionista, passo a acreditar que, caso a leitora ou o leitor me faça companhia nesse passeio por registros da dor e do medo negro, poderei oferecer como recompensa o contato com uma faceta bem interessante da luta abolicionista, mas que tem sido pouco explorada nas pesquisas historiográficas.

No início de 1881, um informante de nome Antonio Martins Borges, morador de Brotas, dera fé de que diversos indivíduos de uma mesma família se achavam ilegalmente reduzidos à escravidão naquele município e outros lugares da província de Minas Gerais, e, como providência, enviara uma representação ao ministro da Justiça. Dizia ele: "São livres, por descenderem de uma preta livre de nome Maria, que foi iludida por Antonio Joaquim dos Santos e mulher, na cidade de Pitangui, província de Minas, conduzida pelos mesmos para a cidade de Alfenas, na mesma província, e ali criminosamente por eles reduzida à escravidão". A lista incluía mais de dez pessoas e evidenciava que, a contar por Maria, três gerações de um mesmo grupo familiar estavam tolhidas do direito à liberdade: Anna, Feliciana e seu filho, Polynaria e diversos filhos, Ignacio, Germana, Luiza e Candido. Arrependido do mal que causara, o tal Antonio dos Santos, à beira da morte, teria confessado o delito. Sua mulher, porém, não compartilhava dos seus sentimentos e negava a veracidade da história, alegando que o marido estava delirando quando dissera tudo aquilo. Por conta disso, as vítimas seguiam escravizadas. Borges dirigia-se, então, a Ferreira de Menezes, a fim de obter dele ajuda para fortalecer a acusação:

> Peço ao doutor a caridade de pugnar pelo seu conceituado jornal em prol da causa desses pobres escravos, auxiliando aos poderes públicos a fim de que as providências que se tomarem para o efeito de se lhes reivindicar a liberdade não sejam baldados, mas salutares e aproveitáveis[8].

A fim de dar mais credibilidade à sua declaração, o apelador acrescentava que, caso Menezes precisasse de mais esclarecimentos, pudesse ele se "dirigir ao nosso amigo Luiz Gama, que [estava] habilitado a dar minuciosas informações a respeito", tendo sido por intermédio dele inclusive que conseguira tornar o fato conhecido pelo governo provincial.

[8] *Gazeta de Notícias*, 15 de janeiro de 1881, p. 2.

Pelo encaminhamento dado, a questão pode ter sido resolvida, positiva ou negativamente, tanto na alçada provincial quanto em instância superior. Para saber, precisaria cruzar os dados do jornal com a documentação do Ministério da Justiça e da Corte de Apelação, o que não foi possível até o momento. Por ora, folgo em saber de mais essa ação conjunta entre Menezes e Gama, ainda mais pelos termos que a peleja encerrava. Isso sem contar que, após a morte do amigo carioca em junho daquele ano, a articulação fora mantida com José do Patrocínio, como atestam os registros produzidos acerca do caso do menino Severino.

Circunstâncias verificadas no final de maio de 1882 asseguravam que o menor, "vindo do Ceará em 1881 como criado de Pelensio Cardoso, fora dali conduzido para Guaratinguetá por Antonio Carlos Madeira". Isso levou o ministro da Justiça Manuel da Silva Mafra a recomendar, ao chefe da polícia da Corte e ao presidente da província de São Paulo, que expedissem "as mais terminantes ordens" para a averiguação dos fatos e procedesse à punição dos criminosos[9]. Além de infringir o artigo 179 do Código Criminal − "Reduzir à escravidão a pessoa livre que se achar em posse de sua liberdade" −, tal transação constituía um crime na medida em que feria o artigo 1º, § 1º da Lei n. 2040, que versava: "Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados livres". Na sequência, oficializava que "os ditos filhos menores [ficariam] sob o poder e a autoridade dos senhores de suas mães, os quais [teriam] obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos". Nessa idade, o senhor da mãe teria a opção de ou receber do Estado a indenização de 600 mil réis, ou utilizar os serviços do menor até a idade de 21 anos. A lei, portanto, impedia a venda dessas crianças e jovens a terceiros e ainda proibia que, "em qualquer caso de alienação ou transição de escravos", se separasse cônjuges, e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe, sob pena de anular o direito de posse e tutela (Artigo 4º, § 7º)[10]. Ou seja, ria-se na cara da lei... Mas, assim como o riso, o choro também é livre, e eles se deram mal. Tão imediatamente o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, sob influência de Patrocínio, notificasse Luiz Gama em

[9] *Gazeta da Tarde*, 23 de maio de 1882, p. 1.

[10] Brasil, *Código Criminal do Império do Brasil*, anotado por J. M. Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Antonio Gonçalves Guimarães, 1860, p. 69-70; Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, Brasil, *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880, p. 147-150.

São Paulo, esse "tomou todas as providências" e logo nos primeiros dias de junho enviaria uma carta informando que Severino já estava em "pleno gozo de sua liberdade, em companhia de seu tutor legal, Carlos Miguel Izaackson"[11].

O jornal não informa que punição a Justiça deu a Pelensio Cardoso e Antonio Carlos Madeira, além da perda da tutela e da posse ilegal do garoto. Sem saber desse ponto do desfecho, sejamos nós "justos" com eles, que não foram os homens mais descarados daquele tempo. Digo isso porque houve gente que teve até coragem de ocupar espaço no jornal abolicionista por dias com o fito de tornar uma mentira falsamente documentada numa verdade. No ano anterior, surgira a denúncia de que Manoel Faria Rabello, morador da Rua do Riachuelo, "queria reduzir à escravidão a rapariga livre Maria Magdalena e seu filho Olympio". O chefe de polícia Luiz Barreto Correa de Menezes mandou que o subdelegado Garcez fosse assuntar a respeito, mas esse foi informado que a mulher e a criança tinham partido para a cidade Pomba, Minas Gerais, a fim de serem entregues a seu pretenso novo dono Virgilio Bento Pereira Salgado. O chefe de polícia, então, telegrafou ao subdelegado de Juiz de Fora para que os fizesse voltar à Corte, uma vez que um inquérito seria aberto[12]. A notificação, feita porque necessariamente eles teriam de passar por Juiz de Fora para chegar a Pomba, também não surtiu efeito. Conforme retorno dado pelo subdelegado mineiro, quando o telegrama chegou, eles já tinham seguido para Pomba. De todo modo, a polícia deu prosseguimento às investigações[13]. Enquanto isso, qual não deve ter sido o desconforto na redação da *Gazeta da Tarde* quando o senhor Manoel Faria Rabello ali adentrou para solicitar a incorporação de um artigo seu nas edições de 23, 25 e 26 de janeiro, pelo qual ele se defendia das acusações? Torcendo para que essa publicação lhe tenha custado bem caro, passo à transcrição do imbróglio, não por acaso, intitulado "Reduzir pessoa livre à escravidão":

[11] *Gazeta da Tarde*, 5 de junho de 1882, p. 2. Outros casos de maus tratos, escravização e venda de ingênuos foram denunciados em: *Gazeta da* Tarde, 10 de maio de 18881, p. 1; 17 de junho de 1881, p. 1; 21 de junho de 1881, p. 1; 27 de outubro de 1882, p. 1.

[12] *Gazeta da Tarde*, 21 de janeiro de 1881, p. 2.

[13] *Gazeta da Tarde*, 23 de janeiro de 1881, p. 3.

> Sr. Redator – Na *Gazeta da Tarde* de 21 do corrente, a qual só hoje pude ler, sob a epígrafe supra, se diz que pretendo reduzir à escravidão Maria Magdalena e seu filho ingênuo.
>
> Por meio de uma carta anônima, esse pretendido e calunioso fato foi denunciado à polícia.
>
> Se a polícia observasse e guardasse as leis, de certo não mandaria por essa espécie de denúncia, abrir um inquérito.
>
> O fato é de todo ponto falso.
>
> O abaixo assinado trouxe da cidade do Pomba, Maria Magdalena, escrava atualmente de Virgilio Bento Pereira Salgado, o qual tem os títulos legítimos do domínio. Anteriormente pertenceu ao abaixo assinado, a escrava Maria Magdalena, por compra feita ao Dr. Carmine Bevilacque, conforme escritura passada na freguesia do Taboleiro, no liv. 2º e especial notas para escravos, fls. 95 *usque* 96, e consta da mesma escritura a matrícula na coletoria da cidade de Santa Bárbara, em 27 de Maio de 1872, sob os ns. 1120 e 1 da matrícula geral daquele município, e 8 da relação apresentada por seu senhor de então Joaquim Ferreira Torres Filho e averbada na cidade de Leopoldina, pelo Dr. Carmine, em data de 9 de novembro de 1876.
>
> O abaixo assinado tendo vendido a Virgilio Salgado a escrava Maria Magdalena, e tomando – a seu serviço por aluguel, fê-la matricular na paróquia da cidade do Pomba em 8 de Maio de 1880 sob nota 317 de que pagou o respectivo imposto de 3 de Maio de 1880, como se vê do conhecimento n. 39 passado pela respectiva coletoria.
>
> A escritura de compra, matrícula e conhecimento ficam nesta tipografia para esclarecimento do público.
>
> Quanto ao filho, é este ingênuo e em verdade ninguém poderia lembrar-se de escravizá-lo.
>
> Eis aí a verdade, deturpada pela calúnia anônima, perante a polícia e a imprensa.
>
> Desde que existem os documentos legais que provam irrecusavelmente a condição de Maria Magdalena, o abaixo assinado não tem necessidade de outra justificação.
>
> Rua do Riachuelo, n. 127
> 22 de janeiro de 1880
> Manoel Faria Rabello[14]

Todavia, o chefe de polícia, dando sequência às investigações, descobriu provas de que Maria Magdalena era mesmo liberta e que aquele amontoado de palavras não passava de um roteiro para se acompanhar as fraudes cometidas a favor do cativeiro, uma peça digna de ir para um museu da corrupção. Em meados de fevereiro, a *Gazeta da Tarde* publicaria em sua coluna mais importante uma nota por meio da qual ficamos sabendo que Maria Magdalena e Olympio estavam sendo remetidos de volta à Corte. E mais, junto com

[14] *Gazeta da Tarde*, 23 de janeiro de 1881, p. 4; 25 de janeiro de 1881, p. 3; 26 de janeiro de 1881, p. 3.

eles, ia outro liberto de nome João Lourenço Correia, que por sorte fora identificado como outra vítima de Rabello e seus comparsas[15]. Mais uma vez, ficamos sem saber que pena foi dada à quadrilha... Será que foram para a cadeia? Eis mais uma questão para o futuro.

Certo é que nem tudo se resolvia com prisão. Segundo notícia vinda de Tatuí, em janeiro de 1881, um liberto chamado Casimiro recorreu à promotoria de justiça para dar entrada numa ação contra Lino Pires de Albuquerque, importante fazendeiro da cidade, que o açoitara havia pouco. A despeito da indiscutível influência do latifundiário, o promotor acatou a denúncia e "requereu, perante o delegado de polícia, auto de corpo de delito, devendo-se seguir a respectiva inquirição das testemunhas". O laudo apresentado ressaltara, porém, que as contusões e os ferimentos foram "julgados leves". Mesmo assim, a coragem de Casimiro causou sensação entre os habitantes do lugar[16]. O caso foi, então, encaminhado. Como o primeiro juiz era suspeito para julgar o caso, passou-se a demanda para o suplente. Esse, no entanto, não teve trabalho a fazer. Nem o juiz, nem o promotor. Antes que dessem mais um passo, dois amigos de Lino Pires se cotizaram e ofereceram a Casimiro duzentos mil réis, a fim de que ele perdoasse as ofensas e desistisse do processo criminal. "O ofendido, recebendo os 200$, *generosamente*, perdoou e desistiu, achando-se por esta forma terminado o procedimento oficial"[17].

Pelo que temos visto, essas ocorrências não eram uma prerrogativa das cidades do interior. Pouco importava se os pretos e pardos somavam quase a maioria dos cidadãos, mesmo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. As arbitrariedades cometidas contra essas pessoas provocavam danos em todos os momentos de suas vidas. Se fosse possível voltar no tempo e conversar com elas sobre os problemas do seu cotidiano, duvido muito que não se queixassem da insegurança em que viviam. A propósito, uma que teria muito do que se queixar seria Simerina Rufina Maria dos Prazeres, "livre, de cor negra", que teve seu noivo Evaristo sequestrado às vésperas do casamento, em fevereiro de 1881. Legalmente o rapaz parecia não ser de todo livre, "estava alugado em casa do Sr. Militão, morador nas Laranjeiras. Alugava-o uma senhora, moradora em São Cristóvão. No entanto, Rufina

[15] *Gazeta da Tarde*, 17 de fevereiro de 1881, p. 1.

[16] *Gazeta da Tarde*, 3 de janeiro de 1881, p. 1.

[17] *Gazeta da Tarde*, 5 de janeiro de 1881, p. 3.

[afirmava] que o Sr. Militão lhe garantira que Evaristo era livre, livre como ela". Desconfiada de que a coisa não era tão simples assim, a moça foi ter com a "proprietária legal" de seu noivo e obteve também dela uma resposta afirmativa. Feitos os proclamas, num belo dia, os dois, estando bem tranquilos na casa de Simerina Rufina, foram surpreendidos com a visita de dois sujeitos que chamavam Evaristo às pressas para atender a um suposto chamado do Dr. Ramos, a quem ele muito respeitava. Como o noivo não apareceu de volta, a escolada Rufina foi bater à porta do tal doutor, que negou tê-lo chamado ali. Tinham sumido com o amado... Quando procurou a *Gazeta da Tarde*, confiante de ter sua queixa assistida, já havia se passado quase um mês. Em mais esse episódio, a folha não só acolheu a denúncia, como também se posicionou a respeito: "Rufina tem desconfianças que foi a senhora de Evaristo que o subtraiu desumanamente à moralidade da família. Protestamos contra o atentado, e pedimos providência à autoridade competente"[18]. Feito isso, em menos de 24 horas apareceram com Evaristo, que, pelo notificado pelo jornal, era na verdade um liberto sob condição. Fora "vítima de uma cilada, [...] quando saiu da casa de Rufina, foi conduzido para *uma casa de comissões de escravos*, na rua do Lavradio, onde o haviam conservado preso". Na avaliação da folha: "Não está hoje criminosamente vendido, talvez, porque o *mercado de escravos* tem sofrido muito com a propaganda abolicionista"[19].

Convém deixar dito que tais arbitrariedades não deixaram de acontecer mesmo com os abolicionistas ganhando terreno nas arenas política e jurídica. Ainda em janeiro de 1887, por exemplo, José do Patrocínio daria visibilidade ao caso da "Parda Luiza", sobre o qual foi notificado na redação da *Gazeta da Tarde*. Defendendo seu *status* de liberta, ela procurara a polícia para denunciar a prática de reescravização que Fuão Leite Júnior, seu ex-senhor, vinha promovendo contra a sua pessoa. Alegava Luiza que anos atrás, tendo ficado gravemente doente, recebera de Fuão sua carta de liberdade. Agora, não pense quem estiver acompanhando esta narrativa que o desejo dele fosse o de permiti-la chegar ao paraíso como pessoa livre. A ideia era tão somente se isentar de quaisquer custos médicos, pois, mandando-a como livre para a Santa Casa de Misericórdia, ela daria entrada na

[18] *Gazeta da Tarde*, 9 de fevereiro de 1881, p. 2.

[19] *Gazeta da Tarde*, 10 de fevereiro de 1881, p. 1.

enfermaria reservada a indigentes. Acontece que ela sobreviveu e passou a gozar sua liberdade, trabalhando para si. Certo dia, Leite Júnior topou com a liberta exercendo suas atividades profissionais numa rua da Corte. Refeito bem depressa da surpresa, logo teria perguntado: "Ah! Onde está a tua carta?". Em Luiza dizendo que trazia o documento consigo, ele se apossou do papel, "reduzindo pessoa livre ao cativeiro". Eis a situação em que ela assegurava viver naquele momento. A história, no entanto, não sensibilizou nem o subdelegado, nem o chefe de polícia Coelho Bastos. Em vez de ir atrás da denúncia, ele preferiu mantê-la presa. O jornalista da *Gazeta* chegou a suspeitar que ela já tivesse sido entregue ao indivíduo que tinha contra si o peso da grave infração ao Código Criminal. Só que, mais uma vez, a imprensa abolicionista teria prova de sua força perante a sociedade. Três dias depois, o próprio Fuão Leite Júnior iria à redação do jornal apresentar a carta de liberdade de Luiza, que se achava "registrada no cartório do tabelião Mathias", e declarar aos leitores que a entregaria pessoalmente à sua ex-escravizada[20].

Chegando quase ao final desse apanhado de histórias, resta recuperar apenas mais dois exemplos que falam sobre um último aspecto do qual se ocuparam os esforços jornalísticos da *Gazeta da Tarde* para cuidar dos interesses de livres e libertos, qual seja, a denúncia da confluência entre o que era promovido por cidadãos comuns e as ações de representantes do poder público. Do mesmo modo que esses casos não foram privilégio das cidades menores, também não foram praticados apenas por particulares. Por ser tão contumaz, a violência que se praticava contra a cidadania negra virava até motivo de deboche. Em outubro de 1885, pouco depois da ascensão do longevo gabinete conservador de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, o jornal não deixaria barato os excessos praticados por um subdelegado "lá das bandas da rua da América" − que ficava na região da Gamboa e deixou de existir com o aterro feito para a construção do Cais do Porto. É que o dedicado zelador da ordem achou de entrar na estalagem de número 11 daquela rua e prender uma certa Ignez de tal pelo fato de ela "*dizer-se forra e não apresentar sua carta de liberdade*". A reação do policial foi tratada como um completo exagero. Afinal, com a moda de perseguir pessoas de cor em busca de certidões de liberdade ou documento afins, até mesmo alguns medalhões do Império de tez amendoada poderiam cair em encrencas.

[20] *Gazeta da Tarde*, 4 de janeiro de 1887, p. 1; 7 de janeiro de 1887, p. 2.

Por isso, lançava-se o alerta: "O original subdelegado vai por em apuros a todos os homens de cor, e até ao próprio Sr. de Cotegipe; se não apresentar o seu salvo-conduto, pode ir fazer companhia às moscas do xadrez"[21].

Valendo-se da mesma estratégia de apelar para o constrangimento público, a *Gazeta Tarde* também se dedicaria ao conflito envolvendo Manoel Felix de Almeida, soldado do primeiro regimento de cavalaria ligeira, e o Ministério da Guerra, comandado por João José de Oliveira Junqueira. Em dezembro de 1885, tendo recaído sobre Manoel Felix a acusação de ser o escravo fugido Felix, oriundo de Pernambuco, a providência tomada pelo Ministério foi emitir uma portaria ordenando que o militar fosse remetido para a outra província nos primeiros dias de janeiro. A decisão era absolutamente desprovida de amparo legal. A legislação vigente, conforme argumentava o jornal, preceituava que a presunção devesse favorecer a liberdade e, em caso de suspeita, era ao senhor (parte acusadora) que caberia arcar com as despesas do processo e promover os meios da prova da posse[22]. "Portanto, admitida mesmo a condição do soldado, era Antonio Gonçalves de Azevedo [o pretenso senhor] quem deveria vir a esta capital provar que ele era seu escravo". Era, portanto, inaceitável que se fizesse tamanha gentileza à escravidão. Não sendo isso outra coisa além de afirmação do capricho senhorial, que poderia resultar numa ligeira manobra para reduzir gente livre à escravidão, cabia apenas clamar publicamente pela honestidade e a vaidade do ministro:

> Não estando averiguado, como não está, que o soldado Manoel Felix seja o escravo Felix, sobrecarregar o estado com a despesa da viagem e violentar o servidor da nação para submetê-lo a um vexame, é da parte do Sr. ministro da guerra um procedimento que não se conforma com os seus precedentes de inteireza e de justiça[23].

E não é de ver que deu certo outra vez! Pelo menos em parte, sim, porque no dia 13 de janeiro a folha de Patrocínio publicou a seguinte nota: "Mandou-se sustar até segunda ordem o embarque do soldado do 1º regimento da cavalaria Manoel Felix de Almeida, para

[21] *Gazeta da Tarde*, 9 de outubro de 1885, p. 1.

[22] Também assunto da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).

[23] *Gazeta da Tarde*, 7 de janeiro de 1886, p. 1.

a província de Pernambuco"[24]. Não se pode garantir que ele não tenha passado por apuros dali em diante, mas, no momento em que recebeu a notícia daquele recuo, ele seguramente viveu uma sensação de alívio na vida. Mesmo que aquela saída momentânea estivesse na média dos resultados obtidos quando da interferência da imprensa abolicionista, a permanência na Corte não deixava de ser uma grande vitória.

À guisa de curiosidade, entre as muitas histórias que encontrei durante a leitura das incontáveis páginas da *Gazeta da Tarde*, somente uma me pareceu ter um desfecho mais apoteótico do que essas que acompanhamos. Primeiramente, ela já se torna mais interessante por ser protagonizada por um homem ainda submetido à condição de escravo. Em meados de 1880, conforme notícia traduzida do jornal uruguaio *Siglo*, um "preto" residente na cidade do Rio de Janeiro deu um jeito de embarcar às escondidas no vapor francês Equateur. Uma vez descoberto, havia um procedimento padrão a ser tomado: se "havia um homem que não tinha com que pagar a passagem", o que se tinha a fazer era "pô-lo em terra na primeira oportunidade". E assim se fez quando a embarcação chegou a... Montevidéu:

> ...na lista dos passageiros apresentada à capitania do porto estava o preto como qualquer natural do Brasil, desembarcou livremente, pois que a sua humilde condição afastava a ideia de exigir-lhe o pagamento do serviço que se lhe fizera transportando-o, como não poderia ter sido de outra forma, já que felizmente para os passageiros de meia cara, livres ou escravos, não há leis, nem tratados internacionais, nem regulamentos marítimos que autorizem a atirá-los ao mar[25].

O episódio era todo contato em tom de chiste. Zombava-se do escravismo brasileiro pelo fato de as autoridades uruguaias não fazerem o menor esforço para remeter o sujeito de volta à escravidão. Zombava-se do escravismo brasileiro ao afirmar que dali o moço só sairia para Buenos Aires, "onde não existem os tristes deveres que a respeito da escravidão no Brasil nos impôs o tratado de 1851"; o que, portanto, driblava a obrigatoriedade da extradição do escravizado – até porque, entre uma terra livre e outra, não haveria trânsito de escravos −, e dissipava a necessidade de uma eventual subscrição popular para a garantia da

[24] *Gazeta da Tarde*, 13 de janeiro de 1886, p. 1.

[25] *Gazeta da Tarde*, 31 de agosto de 1880, p. 3.

liberdade do "preto" no Uruguai mesmo. Desta vez, não foi ruim "preto" não ter nome. No contexto, isso até assumia contornos de ato de resistência. O importante era que, de um ou outro modo, o preto estaria "livre por dinheiro ou sem dinheiro". Diante do fato de que muitos afro-uruguaios foram reduzidos à escravidão no Brasil com a anuência de juízes brasileiros, após a abolição naquele país (1842-1846), essa era uma ótima resposta tanto para a afirmação da soberania nacional do país vizinho quanto para lavar a honra dos injustiçados de outros tempos[26].

Com esta última história, só um pouco mais amena que a primeira, acredito ter apresentado uma amostra de dados suficiente para evidenciar o quanto o abolicionismo dos homens negros que comandaram a *Gazeta da Tarde* foi um tanto mais além do que ações de representantes da elite que se comportavam como meros "porta-vozes dos cativos", por considerá-los seres "alienados" e "incapazes". Avalio, pois, que os documentos recapitulados dão a ver que nem os escravizados (e reescravizados) foram representados como impotentes em absoluto, nem a luta abolicionista empreendida por Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e, de quebra, Luiz Gama se orientou pela separação rígida entre escravos, de um lado, e libertos e livres, do outro. Em vez disso, parece-me evidente que, em decorrência do contato empírico com a precariedade da cidadania negra, esses homens da imprensa não puderam escapar ao registro das perversas conexões entre a escravidão e a liberdade; e empreenderam ações abolicionistas mais complexas do que as comumente mencionadas. Logo, o reconhecimento dessas evidências, quando colocado em contraponto com análises generalizantes dirigidas à atuação dos abolicionistas na imprensa e no Parlamento, sugere a necessidade de uma revisão de alguns pontos pacíficos que ainda

[26] Sobre os casos de reescravização de afro-uruguaios no Brasil; ações de liberdade movidas por libertos brasileiros por terem cruzado a fronteira da Argentina e do Uruguai, e as relações entre esses países acerca dos assuntos da escravidão, cf.: Keila Ginberg, Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro, in: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e Cidadania no Império:* novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 267-287; *Idem*, Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa, *Cadernos do CHDD*, ano 5, n. especial, 2007, p. 98-112; e Valéria Dorneles Fernandes, Escravização de pessoas livres na fronteira Brasil-Uruguai: Pelotas (1850-1866), *Revista História em Reflexão*, v. 3 n. 6, julho-dezembro de 2009, p. 1-24. Disponível em: www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/ historiaemreflexao/article/viewFile/471/339. Acesso em: abril de 2014.

têm conduzido os estudos sobre as lutas políticas travadas na segunda metade do século XIX.

Com base, sobretudo, numa seleção de folhetins da "Semana Política" e de artigos de fundo (editoriais) escritos por José do Patrocínio; manifestos abolicionistas de natureza coletiva; escritos de outros indivíduos − com destaque para os de Joaquim Nabuco −; e anais do Legislativo, o historiador Humberto Fernandes Machado, por exemplo, desenvolve a tese de que esse jornalista fora um perfeito representante de "uma postura paternalista, conciliadora e reformista, articulada a um projeto de modernização para o país" cuja "perspectiva elitista" estava em fina sintonia com os "interesses dos próprios senhores". Quando muito, teria sido "um homem de sua época com a percepção de que a preservação do cativeiro só trazia obstáculos para a sociedade como um todo". De tal sorte, a certa altura, assevera que:

> [Os defensores da liberdade] se julgavam como os únicos capazes de interpretar as revoltas e insatisfações dos cativos, capitalizando-as para dar uma maior dimensão à propaganda contra a escravidão. Sob este prisma é que devemos entender o oportunismo e [as] contradições da imprensa abolicionista da Corte, na qual se destacava[m] os jornais de José do Patrocínio[27].

O julgamento se fundamenta, entre outras passagens, em declarações feitas em momentos nos quais, diante do aumento das fugas e dos levantes dos escravizados, os senhores endureceriam a reação, perseguiam abolicionistas e alarmavam a população acerca do perigo da onda negra. Perante seus leitores, afora tantos outros argumentos, Patrocínio investia reiteradamente na condenação do escravismo pela capacidade de o sistema embrutecer os seres humanos a ele submetidos. Aos olhos do historiador, isso seria uma demonstração inconteste do quanto o folhetinista comungava dos valores preconceituosos das elites locais. Concordo em absoluto que um indivíduo, querendo ou não, acaba influenciado pelas ideias compartilhadas pelos demais membros da sociedade à qual pertence. Estou de acordo também que Patrocínio foi alguém de atitudes ambíguas em diferentes momentos da vida. Todavia, a leitura dos mesmos documentos me leva a

[27] Humberto Fernandes Machado, *Palavras e brados*: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991, p. 93 e 195.

desconfiar dos significados dessas palavras nos seus textos. A título de ilustração, em fevereiro de 1887, ao descrever os campos de força que estariam a se digladiar pró e contra a liberdade, ele investia em expressões que atestassem o desnível de poder existente:

> De um lado estão os abolicionistas, que não têm como armas senão a sua fé na santa causa que defendem e pela qual estão prontos a dar a vida; *uma raça acovardada por longos séculos de sofrimento*; *o terror do povo acostumado a ver subir ao cadafalso, ou ser espingardeado na praça pública, o direito, ficando o despotismo jubiloso a tripudiar impune sobre o seu cadáver*.
>
> Do outro lado está o governo, armado com a venalidade da maior parte, com o desespero da cobiça dos senhores de escravizados, com a falta de escrúpulos de quem se hipotecou ao interesse de uma instituição que é a nossa vergonha perante o mundo[28].

Somente subestimando a inteligência de Patrocínio e a importância das emoções nas lutas políticas para não suspeitar que as palavras ali empregadas não fossem parte de um jogo de retórica, cujo interesse era angariar mais simpatizantes à causa defendida e enfraquecer a legitimidade do lado oposto. Naquele momento, além das grandes audiências presentes nos *meetings* e do apoio oferecido por segmentos profissionais urbanos para o acoitamento e fuga de gente escravizada, as notícias dadas pelo próprio Patrocínio sobre os casos de depredação do patrimônio dos fazendeiros e formação de quilombos não deixavam dúvidas de que seria ingenuidade levar aquelas imagens de apatia muito a sério. É óbvio que pessoas assim também fizeram parte da história, mas não foram a totalidade, nem se comportaram de tal modo o tempo todo, em muitos casos[29].

A mesma matriz de valores levou Humberto Machado a atestar que Patrocínio manifestara, "talvez de forma inconsciente, uma visão preconceituosa" sobre a figura do escravo durante uma situação de constrangimento vivida por ele em 1884[30]. Tendo a

---

[28] *Gazeta da Tarde*, 5 de fevereiro de 1887, p. 1 – grifos meus.

[29] Entre os incontáveis trabalhos que subsidiam o argumento, destaco: Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora UnB, 1986; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975; Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico:* os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / EDUSP, 1994; Eduardo Silva, *As camélias do Leblom e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas:* mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; Elciene Azevedo, *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

[30] Machado, *Palavras e brados*..., p. 60.

Confederação Abolicionista indicado a candidatura do jornalista à Câmara dos Deputados no mês de setembro, não demorou para que uma ofensa remetida via carta anônima a cobrar chegasse para importuná-lo. Dizia o bilhete: "Para feitor da fazenda do Desengano, o preto José do Patrocínio, jornaleiro". Esse deveria ser o limite das aspirações daquele homem de cor. Diante da mediocridade do desacato, uma resposta quase ao estilo Luiz Gama. Primeiro, tripudiou protestando pelo fato de o agressor ter tido a indelicadeza de extorquir o seu dinheiro, ao enviá-lo uma carta sem selo... Pudesse chamá-lo de preto ou branco, tudo bem. Era um direito assistido pela liberdade de expressão, mas roubá-lo um tostão era demais... Em seguida é que ele apresenta a frase, na minha opinião, mal interpretada: "Eu sou preto, mas não sou escravo mais; sou forro e como tal não sou obrigado a trabalhar para as fantasias do digno anônimo". Tal como interpreto, o que a piada fazia era escancarar o quão patética era a mania de agredir gente negra livre com o pretenso xingamento de "escravo". Até porque Patrocínio nem era forro. Ao chamar atenção para a autonomia possível ao liberto, o que ele buscava era se colocar bem acima da vileza de seus adversários[31].

Assim, orientado pelo costume de reduzir a experiência coletiva negra oitocentista à escravidão[32], Humberto Machado não poderia enxergar o alcance da participação popular de negros livres e libertos nas páginas da imprensa abolicionista. Isso o fez, ademais, endossar o repertório de concepções fundadas na divisão binária livres-escravos, que supostamente daria conta de explicar as relações sociais da época, em sua quase totalidade. Sem condições de pressupor outro público para os discursos emitidos via *Gazeta da Tarde*, só restava associar Patrocínio à elite financeira do país. De tal sorte, as lentes não permitiriam ver que, se na "Semana Política" e em parte dos editoriais, os textos pareciam se dirigir prioritariamente a representantes das camadas abastadas e escravocratas convictos, outros espaços do jornal revelavam a existência do diálogo constante e franco com outros segmentos, esses contrários à continuidade do escravismo.

[31] *Gazeta da Tarde*, 25 de setembro de 1884, p. 3; 27 de setembro de 1884, p. 1.

[32] Essa observação me foi suscitada a partir da leitura de Saidiya V. Hartman, *Scenes of subjection:* terror, slavery, and self-making in Nineteenth-Century America. Nova York: Oxford University Press, 1997.

Faltaram, pois, as condições necessárias para o pesquisador empreender um procedimento metodológico básico apresentado por James Scott, em *Domination and the Arts of Resistance*, a saber, a desconfiança acerca da existência de um discurso oculto, como parte da experiência de Patrocínio. Dedicado aos estudos sobre poder, hegemonia, resistência e subalternidade, Scott observa que nas relações desiguais de poder entre dominadores e subalternos, esses tendem a construir registros públicos (*public transcripts*) e registros ocultos (*hidden transcripts*), a fim de gerenciar as tensões existentes. Os registros públicos, os quais com frequência endossam os valores, práticas e expectativas dos dominantes, seriam apenas uma parte da história. A outra ficaria registrada nas práticas discursivas ocultas, de franca perspectiva contra-hegemônica, correspondentes ao que normalmente não se fala em face do poder, mas que, ao mesmo tempo, pode ser identificada em gestos banais, piadas e rumores, o que ele chama de "infrapolítica dos sem poder" (*infrapolitics of the powerless*)[33].

A raiz do problema apontado na abordagem de Machado, mas em alguma medida também presente no trabalho de Celia Maria Marinho de Azevedo, talvez esteja na associação comumente feita entre as posturas e as ideias defendidas por Joaquim Nabuco (e as interpretações feitas dessas) e as dos demais abolicionistas[34]. Representante de uma ilustre família do Império, Nabuco projetava-se de modo satisfatório no cenário político quando teve de amargar uma derrota nas eleições para a Câmara dos Deputados em outubro de 1881. Para amenizar o dissabor, partiu para Londres. Lá, enquanto trabalhava para dar conta de todas as suas despesas, escreveu um livro: *O Abolicionismo*, lançado em 1883. A obra produzida pelo fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (1880) foi tomada como um apoio importante nos meios abolicionistas brasileiros e se tornou uma referência para quem quisesse falar sobre o movimento dali em diante.

---

[33] James C. Scott, *Domination and the Arts of Resistance:* hidden transcripts. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990. Agradeço ao professor Robert Slenes por essa indicação de leitura logo no meu segundo semestre do curso em 2009. Lembro que, a princípio, eu até desdenhei da relevância dos argumentos de Scott, por achá-los muito óbvios, mas depois pude perceber o quanto eles são absolutamente úteis em várias situações... Não é demais lembrar que questões dessa natureza foram abordadas por Frantz Fanon em: *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1963].

[34] Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004 [1987], p. 75-ss.

O primeiro ponto a gerar polêmica entre os historiadores mencionados corresponde ao aproveitamento feito por Nabuco das ideias do abolicionista britânico William Wilberforce, no sentido de defender que a luta pelo fim da escravidão não deveria ser protagonizada pelos próprios escravizados. Isso o faria advogar em benefício da vigência do "mandato abolicionista", uma delegação feita inconscientemente pelos faltos de liberdade e pressuposta pelos que assumiam a missão de levar a causa adiante. Na verdade, mais do que fazer algo sem saber, de acordo com o que Nabuco forjava para legitimar sua própria ação, os escravizados teriam aberto mão de estar à frente da busca por emancipação:

> Quem pode dizer que a raça negra não tem direito de protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? A esse direito de acusação, entretanto, ela própria renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria[35].

Se as intenções eram essas ou não, isso neste momento é secundário. A questão é que as atividades abolicionistas empreendidas só tiveram sucesso justamente porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres. Obviamente, nem todos desempenharam as mesmas funções, mas é indiscutível que o fim do escravismo foi construído por muito mais pessoas do que os jornalistas e os parlamentares, e eles souberam disso. Visto de outro ângulo, ao intuir que essas eram as profundas convicções defendidas por todos, colocava-se na conta de Patrocínio e afins, como Ferreira de Menezes, André Rebouças e Vicente de Souza, as eventuais limitações do político pernambucano. Ora, se nem entre eles mesmos havia completa sintonia, o que se pode intuir deles em relação a Nabuco?

A fim de visualizar essa diferença com mais nitidez, passemos ao segundo motivo de controvérsias envolvendo o abolicionismo dos anos 1880: a negação de um problema racial no contexto brasileiro. Interessada em desvendar os detalhes do medo branco, Celia Azevedo desenvolveu o argumento de que, diferentemente dos emancipacionistas da primeira metade do século XIX, que "alertavam para o perigo de uma guerra de raças", os

[35] Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 15.

escritos abolicionistas das décadas 1870 e 1880 teriam defendido "a ausência de uma questão racial no Brasil", ou se esforçado "em provar aos leitores que a união das raças era uma possibilidade já em parte realizada"[36]. Quanto a isso, há vários enunciados em diferentes capítulos de *O Abolicionismo*, mas há um trecho que se tornou emblemático, que aparece quando Nabuco busca ressaltar a importância dos descendentes de africanos para a formação do povo brasileiro:

> A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão somente os negros. *Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos portanto admitir essa maldição da cor; pelo contrário, devemos tudo fazer por esquecê-la.*
>
> *A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos.* Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostram que a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nele[37].

Já vimos, à luz das cartas sobre Machado de Assis, que Nabuco gostava de nutrir crenças a respeito do que as pessoas "de cor" pensavam acerca de si mesmas e de suas vidas... De todo modo, acompanhando sua linha de raciocínio no trecho citado, podemos dizer que, quanto ao assunto em tela, ele não necessariamente assegurava a ausência de um problema racial ou a não vigência da "maldição da cor" por aqui. O que postulava era a necessidade de tirá-la em definitivo dos corações e mentes brasileiros, por meio da supressão do escravismo, antes que se instaurasse um desastre social semelhante ao condenável modelo estadunidense. Em face desse conteúdo, a historiadora Celia Azevedo chega a reconhecer que havia nessa negação da gravidade dos conflitos raciais e na defesa da primazia da via legalista e parlamentar, em detrimento do conflito direto, um "objetivo

[36] Celia Maria Marinho de Azevedo, Abolicionismo e memória das relações raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, setembro de 1994, p. 6 e 8-9.

[37] Nabuco, *O Abolicionismo*..., p. 16 – grifos meus.

propagandístico intrínseco de levar o leitor a fazer uma opção pela reforma"[38]. Não ignora também a existência de falas abolicionistas que paralelamente denunciavam os "preconceitos e discriminações raciais do negro pelo branco". Isso, entretanto, não foi suficiente para afastá-la do imperativo de reforçar que a "tendência mais geral parecia ser a de negar que o racismo pudesse vir a se configurar em grande problema nacional uma vez terminada a escravidão". O argumento seria reforçado pelas trajetórias de José do Patrocínio e André Rebouças, cuja ascendência africana "deu ensejo a que adversários" os ofendessem com "impropérios racistas", o que, porém, não teria sido suficiente para que dessem a importância devida às discriminações por eles sofridas[39]. Apoiando-se no trabalho de Leo Sptizer acerca da família Rebouças, Azevedo estende a Patrocínio a seguinte sentença:

> Como afro-brasileiros assimilados, tanto Rebouças como Patrocínio pertenciam a uma elite ilustrada, o que significava frequentar casa de brancos, ter amigos brancos, trabalhar em *ofícios de brancos*, vestir-se e pentear-se como brancos e até mesmo ser servido por escravos. *O mundo dos negros, com seus costumes e crenças afro-brasileiros, era ignorado e mesmo desprezado por eles*. Em uma palavra, eles haviam assimilado a cultura europeia tanto quanto qualquer outro branco de estirpe[40].

Ao se fiar nessas certezas, a historiadora perdia a oportunidade de seguir as pistas do medo negro (da revanche branca) e suas peculiaridades. Um equívoco que a colocou em situação semelhante à dos muitos intérpretes da obra machadiana que teimaram em dizer que o escritor negou suas origens e foi displicente em relação ao destino dos escravizados e negros libertos e livres como ele[41]. Ocorre que essa negação pública da abrangência do preconceito de cor, vista a contrapelo, revelava muito da apreensão das pessoas negras diante dos prejuízos que a explicitação do "ódio de raça" poderia resultar. Se o problema

---

[38] Azevedo, Abolicionismo e memória das relações raciais..., p. 9.

[39] *Idem*, *ibidem*, p. 6 e 10.

[40] *Idem*, *ibidem*, p. 11 – grifo meu. Para o argumento completo de Leo Sptizer, cf.: *Vidas de entremeio:* assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Central, 1780-1945. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

[41] Eduardo de Assis Duarte e Sidney Chalhoub são dois do que têm argumentado na contramão dessa perspectiva. Em especial, cf. Sidney Chalhoub, Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis, in: Sidney Chalhoub e Ana Flávia Magalhães Pinto (orgs.), *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cachoeira: EdUFRB; Brasília: MEC, 2015 (no prelo).

inexistia, por que razão se falava tanto do desrespeito à cidadania de libertos e livres? Era preciso que a abolição fosse incorporada como a afirmação do desejo de harmonia entre brancos e negros. Do contrário, o processo de extinção lenta e gradual do escravismo vinha demonstrando que as coisas seguiriam bem difíceis ou até ficariam piores.

José do Patrocínio, em agosto de 1882, com a notícia do falecimento repentino de Luiz Gama, "a legião viva da justiça", confessaria seu medo por se ver enfraquecido diante da cumplicidade existente entre a corrupção e a morte, muralha de proteção do governo de D. Pedro II: "Quem não se deixa corromper, morre". À luz das manobras feitas com e por meio das leis antiescravistas, era como se o governo estivesse dizendo: "Manada de negros e mulatos, tu nasceste para ser escravo e para ser soldado. O eito e o exército é teu destino. Num não chegarás a cidadão, noutro não chegarás a oficial". Tanto a dimensão racial era percebida como central naquele contexto que o abolicionista, a fim de levar ao limite a percepção do problema, delineou um projeto de lei que dialogaria com as aspirações mais profundas compartilhadas por representantes do Estado e do escravismo:

> Art. 1º Ficam revogadas as leis de 1831, 1850, 1854 e 1871, e bem assim a convenção de 1826.
>
> § O país não reconhece as instruções dadas pelo governo do Sr. D. Pedro II aos negociadores de reconhecimento da nossa independência pela Inglaterra.
>
> Art. 2º Ficam considerados escravos todos os negros e mulatos de ambos os sexos, existentes no Brasil.
>
> § 1º Esses novos escravos ficarão pertencendo aos fundadores dos bancos e aos fazendeiros que tenham influência política.
>
> § 2º O governo fará entre esses novos escravos a escolha dos mais validos, de 20 a 25 anos de idade, para dar-lhes praça no exército como escravos da coroa.
>
> § 3º Excetuam-se somente os mulatos que tenham atualmente assentos nas câmaras e que tenham votado pela conservação da escravidão.
>
> Art. 3º Não se admite de forma nenhuma a libertação de negros e mulatos, visto como eles poderiam aspirar a concorrer no comércio, nas letras e na política.
>
> Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário[42].

As palavras não deixavam margem para dúvidas: o preconceito de cor ou o estigma da raça era visto como um grande entrave para a democracia brasileira, e homens como

[42] *Gazeta da Tarde*, 28 de agosto de 1882, p. 1.

Patrocínio manifestavam certeza a esse respeito. De qualquer maneira, é admissível que a impossibilidade de perscrutar os registros produzidos a partir da experiência negra, fruto dos recortes metodológicos que se fazem necessários, tenha, em parte, levado esses e outros competentes historiadores a endossar a autoridade investida aos discursos de Nabuco e outros abolicionistas brancos, como Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa[43]. Num outro contexto, o dos Estados Unidos, seguindo opções diametralmente opostas, Benjamin Quarles produziu uma surpreendente narrativa sobre extensas e complexas redes de abolicionistas negros que atuaram entre o fim do século XVIII e os anos 1860, no intuito de defender a liberdade e a independência da comunidade negra durante a vigência do sistema escravista, sem deixar de registrar as incongruências e limitações dessas ações. Além de evidenciar a articulação política do segmento negro livre e liberto daquela sociedade, o historiador destaca o quanto as lutas por cidadania se deram em estreito diálogo com as expectativas criadas em torno do fim da escravidão. Disso resultaram intervenções feitas a partir de igrejas, jornais e escolas, bem como a criação de cooperativas de trabalhadores negros voltadas à produção e à venda de artigos livres de mão-de-obra escravizada, envio de petições em defesa do direito ao voto, entre outras estratégias[44].

Guardadas as devidas diferenças e proporções, esses fenômenos não parecem ter sido estranhos a várias outras sociedades americanas fundadas na escravidão, passivos de serem reconhecidos mesmo naquelas em que o discurso da ausência do "preconceito de cor" tenha dificultado a consolidação de um campo de pesquisa específico[45]. Para o caso brasileiro, o aumento do interesse pelas experiências da liberdade têm resultado em

[43] Para uma interessante crítica à atuação de Rui Barbosa, cf. Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação:* abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[44] Cf. Benjamin Quarles, *Black Abolitionists*. Nova York: Oxford University Press, 1969.

[45] Cf. Thomas C. Holt, *The problem of freedom*: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1992; Jay Kinsbruner, *Not of pure blood*: the free people of color and racial prejudice in Nineteenth-Century Puerto Rico. Durham e Londres: Duke University Press, 1996; Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca J. Scott, *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; George Reid Andrews, *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

trabalhos decisivos para o reconhecimento dos caminhos trilhados pela gente negra na defesa de sua cidadania[46].

Mas voltemos à controvérsia sobre o reconhecimento ou o silenciamento da questão racial entre os abolicionistas brasileiros nos anos 1880. Vimos no terceiro capítulo o quanto a ira de Sílvio Romero foi fustigada pelo simples fato de Vicente de Souza e José do Patrocínio terem sinalizado publicamente para a necessidade de o fim do escravismo passar pela valorização do trabalhador negro. O episódio deixava patente que nem todos os *abolicionismos* almejavam alcançar a mesmas metas. Entre as várias correntes existentes, aqueles que defendiam o investimento na ampla emancipação dos libertos, como medida estratégica para levantar o moral do país perante as "nações civilizadas" e promover a implementação de práticas econômicas mais rentáveis, se chocaram com os preconceitos existentes contra a população "de cor". Esse, aliás, foi um assunto mais comum nas páginas da *Gazeta da Tarde* do que se imagina. Tão natural quanto a veiculação de dados que demonstrassem a improcedência de tais julgamentos.

Um episódio sintomático a respeito consta na edição de 27 de julho de 1880. Trata-se de um protesto enviado de São Paulo sob a assinatura de Spartacus, datado de dez dias antes[47]. Contava que, no início daquele mês, durante o pleito eleitoral para a nomeação de vereadores e juízes de paz, um dos candidatos, "distinto membro do partido conversador", recebera bastante apoio popular, mas também a rejeição de um dos chefes de seu partido, que tranquilamente asseverara: "Fulano não pode ser vereador, porque é *mulato e foi cativo!*". Esse já fora um forte motivo de objeção. Tanto pior faria dias depois Moreira de Barros − deputado paulista, ex-ministro das Relações Exteriores no Gabinete Sinimbu e escravista dado a perversidades −, que extrapolara os limites provinciais e defendera ideias

[46] Entre os excelentes trabalhos existentes, destaco: Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha*: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros:* cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania:* mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012; Rodrigo Camargo de Godoi, Cor e política no Segundo Reinado: o editor Paula Brito e o debate entre liberais e conservadores na imprensa do Rio de Janeiro (1840-1850), in: Chalhoub e Pinto (orgs.), *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*... Incluiria ainda: Juliana Barreto Farias, Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes, *No labirinto das nações*: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio Janeiro: Museu Nacional, 2005.

[47] Desconfio que Spartacus fosse um codinome de Luiz Gama, mas não tenho qualquer comprovação disso.

preconceituosas no pleno da Câmara dos Deputados: "Compreendo que a questão dos escravos possa servir nos rodapés de jornais desmoralizados; mas não deve ser trazida para a câmara. Compreendo que seja levada para aqueles pelos laços de consanguinidade, que respeito, e contra os quais nada tenho a dizer; mas trazê-la à câmara é injustiça"[48].

Estava evidente que o ataque era dirigido a homens como Ferreira de Menezes, Luiz Gama e José do Patrocínio, o qual a essa época ainda estava na *Gazeta de Notícias*. Ele, por sinal, já havia dado uma pronta resposta àquele deputado conhecido pelo povo "pelas alcunhas de *garnisé*, *ki-ki-ri-ki*, *pulga parlamentar*". Como a ofensa associava o problema da escravidão à "questão de raças", a resposta não poderia ser dada em outros termos:

> O folhetinista não tem vexame da consanguinidade com os escravos; pelo contrário, faz deste fato a inspiração santa do seu ardor pela causa da abolição. [...] Tem mesmo orgulho quando pode encarar de frente um senhor de escravos. É o orgulho do descendente do roubado diante do ladrão: é o orgulho do homem do trabalho diante do que vive a chupar o sangue dos irmãos[49].

A despeito da seriedade do caso – isso na opinião de quem protestava –, nenhum parlamentar constrangeu ou condenou energicamente a postura de Moreira de Barros; como também fizeram vistas grossas às palavras do chefe conservador de São Paulo no caso da eleição de vereadores. Não havendo compromisso desses homens em respeitar os direitos garantidos a todos os cidadãos pelas leis do país, Spartacus lançava um chamado geral: "Convidamos aos mulatos e aos negros livres, libertos ou ingênuos, a retirarem-se dos partidos *liberal* e *conservador*, em que se acharem; a não exercerem o direito de voto em caso algum; aderirem às ideias republicanas, e esperar uma organização forte desse partido para futuro procedimento". Isso, por caminhos diversos, acabou acontecendo, mas não por força de um boicote dos negros contra os brancos, mas como resultado da reforma eleitoral de 1881, assunto do próximo capítulo.

Contudo, o lado republicano também tinha uma forte agremiação de escravocratas afeitos às teorias que postulavam a existência de raças superiores e inferiores, o que dificultava em muito a operacionalidade dessa dissidência em relação aos partidos

[48] *Gazeta da Tarde*, 27 de julho de 1880, p. 3.

[49] *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1880, p. 1.

monárquicos[50]. Tanto que, meses depois, Ferreira de Menezes faria uma contraposição detalhada às ideias do médico, positivista, republicano e colaborador da *Província de S. Paulo*, Luiz Pereira Barreto[51]. No artigo "Arianos escravocratas", Menezes fez uso de muito escárnio, alguma história e um pouco de ciência para desbancar as falácias defendidas pelo "druida dos positivistas de Jacareí de raça ariana". O primeiro passo foi negar a validade biológica gerada em torno da existência da tal raça superior, à qual o seu interlocutor pertenceria: "não há nada de menos positivo do que a existência de uma raça ariana; verdadeiro invento pedantesco, destinado a satisfazer os estultos preconceitos e o atroz orgulho dos exploradores da raça africana". Ao se reportarem a tempos primitivos e instituírem a origem da tal raça entre os habitantes da província persa de Ária, os arianos oitocentistas atribuíam atestado de autenticidade a uma mera invencionice. Tamanho delírio os permitia "fazer partir a raça ariana para percorrer mares e oceanos, montes e vales, até dar os ossos em Jacareí [ou em Lagarto, Sergipe], e produzir, em sua última evolução, o impertérrito profeta das senzalas".

Na avaliação de Menezes, para além do potencial cômico-ficcional dessa "bombástica tecnologia sociológica", o perigo estava em sua capacidade de "destruir os laços de amizade e confraternização da família humana" e legitimar toda sorte de atos bárbaros. Entre os escravistas, por exemplo, "confessar-se irmão do escravo, como exigem a doutrina moral de Jesus e a doutrina antropológica de Charles Darwin, [seria] constituir-se desde logo, o último dos criminosos, réu incorrigível e relapso dos mais atrozes e hediondos crimes". A desumanidade mostrar-se-ia ainda mais profunda quando reconhecida a existência de parentes dos arianos vivendo nas senzalas, fruto das relações abusivas verificadas entre senhores e mulheres "não arianas" escravizadas. Diante de tal cenário de horror, mais um protesto: "Arianos escravocratas, vós serieis simplesmente ridículos, se não fossem hediondos no vosso infernal intento de empregar a Ciência para

[50] *Correio Paulistano*, 10 de outubro de 1880, p. 2.

[51] Afora os textos publicados na *Província de S. Paulo* em novembro de 1880, que deram ensejo à resposta de Menezes, um longo apanhado das ideias pseudocientíficas de Pereira Barreto também pode ser acessado em: *Correio Paulistano*, 16 de fevereiro de 1881, p. 1-2; 17 de fevereiro de 1881, p. 118 de fevereiro de 1881, p. 1; 19 de fevereiro de 1881, p. 2; 20 de fevereiro de 1881, p. 1-2; 22 de fevereiro de 1881, p. 1; 23 de fevereiro de 1881, p. 1; 24 de fevereiro de 1881, p. 2; 25 de fevereiro de 1881, p. 1-2.

inocentar os mais atrozes crimes!!!"[52]. Assim, Pereira Barreto, que tanto gostava de dizer que os abolicionistas defensores da valorização dos trabalhadores descendentes de africanos eram tão somente movidos por paixões, encontrava alguém para expor toda a passionalidade que lhe movia[53].

E se a artilharia que atingia escravistas brancos era pesada, o fogo lançado contra "mulatos escravocratas" não foi menos arrasador. Esse, inclusive, foi um assunto abordado nos primeiros meses de existência do jornal. Em setembro de 1880, Ferreira de Menezes assim se dirigiu a esse segmento:

> Judas?... É pouco. Jesus não era parente de Judas, e até a Bíblia não assegura se eram ou não da mesma raça; dúvida tanto mais plausível quanto eram de raças diversas os outros discípulos de Jesus.
>
> O mulato escravocrata raspa o cabelo e põe chinó; lava a pele com água oxigenada; cerra os ouvidos aos soluços de seus avós, de seus pais, de suas mães, de seus irmãos e de suas irmãs, durante três séculos, e, de vergalho em punho, filho de mártires, converte-se em hediondo algoz[54].

Vistos com absoluto desprezo, os "descendentes de negros" que comungavam dos valores e práticas que iam na contramão da valorização da coletividade negra, aos moldes oitocentistas, eram lançados nas piores listas de malfeitores da nação. Em 1885, à semelhança do que faria o poeta Solano Trindade no século XX, Patrocínio os colocaria no rol dos "negreiros de coração", sujeitos mais condenáveis do que os "negreiros de profissão":

> Negreiros de coração
>
> 1º Os que, em virtude de um assassinato em pessoa de sua família, querem uma forca para cada escravo;
> 2º Os descendentes de negros que trazem nas faces e nos cabelos os documentos da sua raça, e que são algozes dos seus próprios ascendentes;

---

[52] *Gazeta da Tarde*, 28 de janeiro de 1881, p. 1.

[53] Para que não se pense que esse tipo de enfrentamento foi um ato isolado, registre-se que textos dessa natureza podem ser encontrados em várias outras páginas da *Gazeta da Tarde*, de modo que não é possível defender a ausência do debate racial nos discursos abolicionistas, sobretudo naqueles veiculados pelo jornal de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. Cf. *Gazeta da Tarde*, 30 de julho de 1880, p. 3; 15 de setembro de 1880, p. 1; 20 de setembro de 1880, p. 1-2; 14 de outubro de 1880, p. 1; 10 de fevereiro de 1881, p. 1; 10 de setembro de 1883, p. 1; 1º de agosto de 1885, p. 1.

[54] *Gazeta da Tarde*, 1º de setembro de 1880, p. 1.

> 3º Os mulatos que querem passar por brancos, e que manifestam ódio à raça negra, para dizerem que nada têm em comum com ela;
> 4º Os que põem a questão do dinheiro acima das questões de honra e da dignidade de um povo[55].

Em contraponto a esses, digamos, desviantes, a *Gazeta da Tarde* garantiu considerável espaço para a divulgação de trajetórias e iniciativas empreendidas por indivíduos negros, o que colaborava para o fortalecimento da autoconfiança dos descendentes de africanos, fossem escravizados, livre e libertos. Mesmo sem assegurar uma seção exclusiva para veicular esse tipo de informação, elas foram uma constante nos sete anos em que o jornal esteve sob o comando de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. Ao fazer isso, a *Gazeta* em muito se aproximava da linha editorial adotada por jornais da imprensa negra, a exemplo do jornal *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, publicado em Recife em 1876, e dos vários títulos encontrados em vários países americanos, como Estados Unidos, Cuba, Argentina e Uruguai[56].

---

[55] *Gazeta da Tarde*, 1º de agosto de 1885, p. 1. Assim versou o poeta afro-pernambucano: "Negros que escravizam / e vendem negros na África / não são meus irmãos. / Negros senhores na América / a serviço do capital / não são meus irmãos. / Negros opressores, / em qualquer parte do mundo, / não são meus irmãos. / Só os negros oprimidos, / escravizados, / em luta por liberdade, / são meus irmãos. / Para estes, tenho um poema / grande como o Nilo" (Solano Trindade, *O poeta do povo*. São Paulo: Ediouro, 2008, p. 41).

[56] Cf. Ana Flávia Magalhães Pinto, *A imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro/Summus Editorial, 2010, p. 53-102. A emergência de jornais da imprensa negra ainda no século XIX é um fenômeno que pode ser observado em diferentes países da América, sobretudo a partir dos momentos de crise e fim do escravismo. Nos EUA, o primeiro jornal negro de que se tem notícia é o *Freedom's Jornal*, publicado em Nova York, entre 1827 e 1829. Com o fim da escravidão em todo o país, o aparecimento de novos jornais se intensificou sobremaneira, fazendo com que essas experiências conseguissem ressonância em outros lugares. Cf. Jaqueline Bacon, *Freedom's Journal*: the first African-American Newspaper. Lanham, MD, Lexington Books, 2007; Frankie Hutton, *The early Black Press in America, 1827-1860*. Westport, CT: Greenwood Press, 1993; Armistead S. Pride e Clint C. Wilson II, *A history of the Black Press*. Washington, DC: Howard University Press, 1997. Para além da vasta bibliografia em língua inglesa, cf. Giovana Xavier, "Sonhos de 'melhoramento': do surgimento da imprensa afro-americana à grande migração para o norte", in: Giovana Xavier, *Brancas de almas negras?:* beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH), Unicamp, Campinas, 2012, p. 15-41. Por sua vez, em *El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX*, Pedro Dechamps Chapeaux apresenta um panorama com mais de uma centena de jornais fundados, a partir de 1842, por pessoas negras e/ou dirigidos exclusivamente à defesa da raça e da "classe de cor". Afirma ele que, "em 1889, com uma percentagem de analfabetismo na população afro-cubana ultrapassando 72%, essa contava com 25 periódicos, que levavam de um extremo a outro da ilha as orientações dos homens que lutavam pela obtenção de um futuro de liberdade e direitos" (Pedro Dechamps Chapeaux, *El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX*. Havana: Ediciones Revolución, 1963, p. 11). Para o caso argentino, Lea Geler apresenta um rico estudo acerca da imprensa negra na capital, num esforço pela desconstrução do mito da "desaparión de los negros" naquele país. A pesquisadora partiu de escritos registrados em jornais afro-portenhos como *La Igualdad* (1873-1874), *La Broma* (1876-1882), *La Juventud* (1876-1879), *El Unionista* (1877-1878), *La Perla* (1878-1879), *La Luz* (1878), e *El Aspirante* (1882). Cf. Lea Geler, *Andares negros,*

Das atividades que receberam atenção especial, destacava-se o Club dos Libertos contra a Escravidão, de Niterói; um empreendimento que, desde a sua fundação em março de 1881, foi viabilizado pela articulação entre sujeitos negros e brancos, como apoio decisivo de João Clapp. Trabalhava-se no sentido de garantir a libertação de escravizados, a educação primária gratuita a "todas as pessoas que [necessitassem] desse benefício", bem como buscar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras em educação infantil para os filhos de libertos e escravizados[57].

Quanto às histórias sobre personalidades negras, a altercação de José do Patrocínio com o comendador Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, irmão do escritor português conhecido pelo mesmo sobrenome, serve como uma boa porta de entrada. É que, enquanto se davam as negociações que resultariam na Lei n. 3.270 (conhecida como Lei dos Sexagenários)[58], esse defendia, desde o seu posto na Associação Comercial do Rio de Janeiro, que os negros não tinham condições de viver em liberdade, "que a gente de cor é familiar ao furto, incapaz da moralidade e de aperfeiçoar-se pelo trabalho". Patrocínio nem precisou tomar distância para dar um vigoroso golpe no racismo do comendador. Bastou relembrar o episódio de discriminação racial vivenciado pelo engenheiro André Rebouças num baile imperial, desbaratado por um gesto da princesa Isabel e seu marido. Conta-se que, ao perceber que "a fidalguia da nossa terra − que não procura saber qual a árvore genealógica dos homens que ela dota para transformar de caixeiros em barões assinalados" −, desmerecia o "mulato ilustre" e se recusava a dançar com ele, o Conde d'Eu garantiu uma mão de dança entre o enjeitado e a alteza real. Para o desgosto dos preconceituosos, "a

---

caminos blancos: afroporteños, Estado y nación – Argentina a fines del siglo XIX. Rosário: Prohistoria Ediciones / TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010. George Reid Andrews, em seu estudo panorâmico sobre experiências negras no Uruguai entre os séculos XIX e XXI, faz referências a vários periódicos afro-uruguaios editados ainda no Oitocentos em Montevidéu, como: *La Crónica* (1870), *El Sol* (Montevideo, c.1870), *La Conservación* (1872), *El Progresista* (1873), *El Porvenir* (1877), *La Regeneración* (1884-1885), *El Periódico* (1889), *La Propaganda* (1893-1895). Cf. George Reid Andrews, *Negros en la nación blanca:* historia de los afro-urugayos, 1830-2010. Montevidéu: Linardi y Risso, 2011.

[57] *Gazeta da Tarde*, 30 de março de 1881, p. 1. Cf. Heloísa de Oliveira Santos Villela, O movimento abolicionista niteroiense, o Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos, in: SBHE, *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7. Acesso em: maio de 2014; A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata, in: Iolanda de Oliveira, (org.), *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde*: Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet, 2012, p. 153-180.

[58] Brasil, *A abolição no parlamento:* 65 anos de luta (1823-1888), v. 2. 2.ed. Brasília: Senado, 2012.

lenda, ou o nome que tenha, afirma que a princesa imperial voltou para o palácio com todas as joias e sem ter ouvido nenhuma palavra que a fizesse duvidar da moralidade do cavalheiro". A cena era para servir como demonstração de que os "homens de cor" podiam acreditar-se "nivelados com os seus concidadãos, desde que houvessem atingido o mesmo desenvolvimento intelectual e moral". O que Ramalho Ortigão e seus sequazes vinham dizer era que nada disso tinha validade. Por esse motivo, o insulto contra a "maioria do país – os homens de cor −" foi respondido com palavras duras de alguém que antes de morrer "quis dizer bem alto essas verdades":

> Negro, hei de bater-me pelos direitos da minha raça, contra os reis de arribação que trouxeram a coroa e o espectro dentro de caixas de pinho. [...]
>
> Familiar ao furto é esse conluio de consciências negras que fomentou ontem o tráfico africano, que sustenta hoje a legitimidade do tráfico dos descendentes dos libertos pela lei de 7 de novembro de 1831.
>
> Familiar ao furto é essa ambição desmensurada que forja sindicatos de café, e prepara assim a ruína dos ingênuos que lhe ouviram a chantagem ignóbil. [...]
>
> Incapaz de moralidade é o bando de sanhudo que troca tudo pela escravidão – a família como a pátria, a consciência como a honra[59].

Como fez questão de lembrar, aquelas acusações não se estendiam a todos os brancos, nem a todos os portugueses, entre os quais havia até mesmo quem engrossava as fileiras dos contrários às arbitrariedades de seus compatriotas e irmãos de cor. Instava, porém, o governo português que "tomasse alguma providência contra os temerários que pretendem ressuscitar velhos ódios para lisonjear clientela". Caso contrário, o mundo não poderia seguir acreditando na sinceridade dos gestos.

Isso era o que tinha a dizer para os brancos. Com os "negros e mulatos", a conversa ia no sentido de tirar-lhes qualquer sentimento de vergonha de si mesmos, visto que não faltavam exemplos dos que, tão logo em liberdade, tomaram lugar "em todas as esferas da glória":

> No mundo intelectual ainda ninguém subiu mais alto que Alexandre Dumas; na guerra ninguém foi maior que Toussaint Louverture; no

[59] *Gazeta da Tarde*, 13 de setembro de 1884, p. 1.

> mundo econômico nenhuma raça já operou maior milagre do que os negros dos Estados Unidos.
>
> Em nossa pátria a história enche-se de glória com o nome dos mestiços. Poetas, oradores, homens de ciência, soldados os mais eminentes saem da sua raça[60].

Entre as tantas histórias que serviam para rebater as cismas de homens como Ramalho Ortigão, a partir de notícia publicada no *Figaro* em julho de 1881, a *Gazeta da Tarde* manifestara muita satisfação em comunicar sobre a ordenação de uma "jovem de cor preta" no convento da Ordem da Visitação em Perigueux, França. Originária da Núbia, ela fora encontrada tempos antes no Egito por um missionário que dela se apiedou ao encontrá-la bastante debilitada entre escravos numa caravana. Depois de tê-la comprado, no intuito de livrá-la daquela má sorte, ele a deixou na companhia das freiras, que a batizaram e a acolheram. Anos depois, tendo manifestado seu desejo de "consagrar-se definitivamente a Deus", teve seus votos atendidos, sob as bênçãos do bispo do lugar. A notícia era tida como algo tão incomum por aqui, que o comentário a arrematar a nota foi: "Se fosse no Brasil, o mais que a mísera criatura poderia conseguir seria ser cozinheira de algum rico proprietário escravocrata"[61].

Em 31 de agosto de 1883, por sua vez, foi a memória de Henrique Dias que se tomou como digna de exaltação pelo ensejo do aniversário de sua morte em Pernambuco, em 1661. Era lembrado como "chefe do batalhão dos homens de cor e um dos maiores heróis brasileiros quando aquela província foi invadida pelos holandeses"[62]. Com mais intensidade, ademais, seriam lamentadas as notícias sobre a sentença de morte contra Louis Riel, orgulhoso mestiço franco-indígena do Canadá que lutara pelo direito à terra ocupada por seus ancestrais Metis, que viviam ameaçados havia anos pela ação de colonos britânicos e autoridades coloniais. Derrotado pelas forças do governo em maio de 1885, ele fora submetido a um julgamento fraudulento e condenado à pena capital. Enquanto acompanhava a intensa movimentação dos canadenses contrários àquela decisão judicial e

[60] *Gazeta da Tarde*, 28 de julho de 1884, p. 1.

[61] *Gazeta da Tarde*, 29 de julho de 1881, p. 1.

[62] *Gazeta da Tarde*, 31 de agosto de 1883, p. 1. Cf. Hebe Mattos, "Pretos" and "Pardos" between the Cross and the Sword: racial categories in Seventeenth Century Brazil. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 80, abril de 2006, p. 43-55.

em prol da indulgência da coroa inglesa, a gazeta de Patrocínio incutia em seus leitores a imagem de Riel como mais um "herói mulato". As informações eram conseguidas por meio da retransmissão das correspondências vindas de Nova York (*Times*) feita pelo *Jornal do Commercio*, e também pela tradução do periódico francês *France*. Quando finalmente soube que a rainha Vitória não comutaria a pena e que a execução seria realizada em novembro daquele ano, José do Patrocínio dedicou um editorial inteiro em benefício da honra de Riel, no qual aproveitava para defender a bandeira republicana e condenar a Monarquia[63].

A interlocução internacional que Patrocínio exibia nas páginas da *Gazeta da Tarde* era mesmo impressionante. O mais curioso é que ele não se limitou a acompanhar aquilo que era divulgado em outros jornais locais e de outros países e línguas. Em abril de 1883, ele daria início a uma empreitada que até hoje não se repetiu no mercado editorial brasileiro: a tradução e a publicação da segunda autobiografia do famoso abolicionista, político e jornalista afro-estadunidense Frederick Douglass. *My Bondage and My Freedom*, de 1855, versão ampliada do livro *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*, lançado dez anos antes, foi apresentada aos leitores da *Gazeta* numa sequência de folhetins sob o título *Meus anos de cativeiro e liberdade*. A tradução não incorporava todos os detalhes presentes no original[64]. Em vez disso, optou-se pela produção de uma síntese de cada capítulo, que incluísse as informações mais fáceis de serem assimiladas por quem desconhecia dos detalhes da realidade descrita e tanto mais interessantes aos olhos de quem traduziu. Isso no mínimo acabou por comprometer o reconhecimento do estilo da escrita do autobiografado, quando não de aspectos importantes de sua história[65]. Mesmo assim, não deixou de ser um marco.

Antes de dar início à sequência de fascículos, Douglass fora apresentado ao público como um grande exemplo para todos, fonte mesmo de inspiração para os que se

---

[63] *Gazeta da Tarde*, 18 de junho de 1885, p. 2; 15 de setembro de 1885, p. 1; e 22 de setembro de 1885, p. 1; 10 de outubro de 1885, p. 2; 10 de novembro de 1885, p. 1.

[64] Cf. Frederick Douglass, *My Bondage and My Freedom.* Nova York: The Modern Library, 2003.

[65] Os textos foram publicados a partir de 27 de abril de 1883. Dos 25 capítulos que compõem a obra, é possível acompanhar o trabalho feito até o décimo sexto, uma vez que a coleção da *Gazeta da Tarde* disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sofre de uma falha entre os dias 3 de julho e 28 de agosto de 1883.

"interessam por uma raça desprezada e diariamente insultada por energúmenos que trabalham por deitar por terra a propaganda em bem da causa dos oprimidos":

> Há homens verdadeiramente privilegiados.
>
> Embora muitas vezes em seu nascimento os cerquem os horrores da pobreza e de uma condição triste e desprotegida, eles elevam-se como as águias que não nasceram para pairar nas planícies e só procuram as regiões altas.
>
> Frederick Douglass é uma dessas organizações heroicas e grandes[66].

Nascido por volta de 1818, na condição de escravo, no distrito de Tuckahoe, Maryland, de mãe negra e pai branco que não o perfilhou, Frederick não sabia dizer muito sobre sua família, tendo seus avós Betsey e Isaac Baily como referências mais antigas. Aprendera a ler antes de se tornar livre, mas o fascínio produzido pelo mundo das letras, herdado da mãe, o teria feito driblar todas as tentativas de afastá-lo dos conhecimentos que ansiava ter. Uma vez dominada a escrita, pôde narrar suas memórias do tempo no cativeiro nas propriedades do coronel Loyd, da fuga aos vinte anos de idade, do ingresso na luta abolicionista, da articulação internacional que lhe garantira a liberdade formal e dos dias de intenso ativismo que se seguiram até meados da década de 1850, quando da publicação do livro.

Douglass apresentaria a última versão de sua autobiografia em *Life and Times of Frederick Douglass*, em 1881 e 1892, na qual registrou mais detalhes de sua vida dedicada à luta política por emancipação. Essa publicação, todavia, não foi mencionada no jornal de Patrocínio. Em julho de 1883, era mais interessante dar a notícia de que ele liderava em Washington a organização de um "congresso de pretos, para concertarem nos meios práticos de auxiliar a extinção completa da escravatura em todo o mundo" – um gesto que apontava para a possibilidade de um diálogo afro-diaspórico em defesa da liberdade e da cidadania negras[67].

Eu bem que poderia gastar mais umas dezenas de páginas a rememorar histórias e feitos como esses, que estão absolutamente disponíveis a quem quiser falar sobre o quanto

[66] *Gazeta da Tarde*, 25 de abril de 1883, p. 1.

[67] *Gazeta da Tarde*, 2 de julho de 1883, p. 1.

e como a experiência racial de escravizados, libertos e livres fez parte do abolicionismo difundido via *Gazeta da Tarde*, pelo menos até setembro de 1887, quando Patrocínio deu continuidade à sua ação por meio da *Cidade do Rio*. Com efeito, uma vez que a pretensão não é a de esgotar o debate, acho que o momento é oportuno para parar por aqui e seguir para última parte da tese, dedicada ao diálogo sobre os desafios lançados pelo fim legal da escravidão no Brasil. Sigamos, pois, com uma certeza em mente: mulheres e homens negros livres e libertos não foram seres invisíveis naquelas sociedades.

PARTE III – SONHOS DE ORDEM EM MEIO À DESORDEM

13 de maio de 1888. As renitentes opiniões contrárias já não passavam de muxoxos e expressão de capricho. Ao se levantar naquela manhã de domingo, José do Patrocínio nutria a certeza de que aquele dia representaria o triunfo da luta abolicionista. A liberdade seria um direito de todos. Numa ação conjunta com a Confederação Abolicionista e outros jornais, ele havia lançado um chamado para que "o povo brasileiro" se reunisse às 10 horas em frente à redação da *Cidade do Rio*, na rua do Ouvidor, para dali seguir ao Senado, a fim de "saudar os ilustres representantes da câmara vitalícia pela passagem da lei da extinção do elemento servil em 3ª discussão"[1]. Confirmada a aprovação, a comitiva acompanhou o ministro João Alfredo ao Paço Imperial para a entrega do Decreto n. 3.353 à sanção da regente imperial. Ali, Patrocínio não se conteve em apenas ver a assinatura da carta que declarava extinta a escravidão no Brasil e exorbitou da discrição em seu discurso de elogio ao feito...

Tamanha empolgação se estendeu pelo resto da tarde e à noite. A cidade estava em festa, com direito a préstitos, sessões solenes de teatro, jantares e muita música. Dentre a multidão que celebrava nas ruas, por volta das 10 horas da noite, surgiu um Grupo de Cucumbis, com sua gente negra vestida com roupas africanas, plumas e adereços da realeza. Pararam em frente à *Cidade do Rio* para saudar José do Patrocínio, "que proferiu mais um brilhante discurso"[2]. Segundo lembranças do advogado e amigo João Marques, naquela noite Patrocínio esteve ainda no banquete organizado por João Clapp no Hotel Globo, juntamente com Joaquim Nabuco, Angelo Agostini, Coelho Netto, entre outros, onde se ouviram muitos vivas a ele. A comemoração passava de uma hora da madrugada,

[1] *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1888, p. 1.

[2] *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1888, p. 1. Sobre os Cucumbis Carnavalescos do final do século XIX, cf. Eric Brasil, Cucumbis carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880). *Afro-Ásia*, n. 49, 2014, p. 273-312.

quando Patrocínio e Marques tomaram o bonde de volta para casa. Durante a viagem, teriam encontrado com integrantes de outra sociedade, acompanhados de sua competente banda de música, e não deu outra: mais uma exaltação à pessoa do abolicionista. Essas e outras demonstrações de reconhecimento se repetiram muitas vezes até que eles conseguissem chegar ao destino, e acabaram por motivar em João Marques o comentário:

> Que belo dia para morreres, Patrocínio, disse-lhe eu. Nunca mais encontrarás outro igual. Morrerá em plena apoteose e tua morte abalará o Brasil e ribombará por todo o mundo. Talvez até vás para o Céu, meu velho, porque Deus deve estar muito contente contigo. Tua família, com a efervescência que há, ficará salvo [*sic*] de todas as necessidades, talvez milionária. Teus filhos serão adotados pela Nação. Teu enterro será um triunfo maior que os triunfos romanos, e teu túmulo será outro Santo Sepulcro. Tuas estátuas ornarão as praças públicas e teu nome ficará com um símbolo. Vais viver, meu velho, e vais para a política... e aquilo emporcalha, meu amigo...[3]

A observação, por certo, não foi tão longa quanto ele optou por registrar em suas memórias. Todavia, diante de tudo que Patrocínio vivera nas últimas horas, uma gargalhada metálica foi a melhor resposta que pôde dar a tais palavras. Só mesmo um profundo pessimista para, naquele momento, se deixar tomar pela crença num futuro de dissabores...[4] Até mesmo o reservado Machado de Assis foi tocado pela onda de agitação popular[5]. Sem falar que a euforia tomaria conta da cidade por mais de uma semana, mesmo com as impertinentes pancadas de chuva que teimaram em cair. Tão grande era a mobilização para "solenizar a extinção do elemento servil" que a "comissão das sociedades de descendentes da raça negra", por exemplo, havia colocado seus representantes a percorrer as ruas da

---

[3] João Marques, Carta a Ernesto Sena, in: Ernesto Sena, *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora UnB, 1983, p. 589.

[4] Meses depois teve que confessar num dos artigos em que rebatia as ofensivas neorrepublicanas: "Todos esses estratagemas indecentes, empregados por esses mesmos republicanos para abater-me, não vingaram, e no dia 13 de Maio percebi logo que estava na iminência do combate o mais triste da minha vida" (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1888, p. 1). José do Patrocínio pagou um preço alto por ter priorizado a causa abolicionista e exposto o Partido Republicano ao ridículo de coadunar com interesses escravistas. Cf. Raimundo Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio,* Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969, p. 245-ss.

[5] Alusões de Machado de Assis ao Treze de Maio aparecem em: Machado de Assis, 14 de maio de 1893 (A Semana), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 983-984; *Idem*, Memorial de Aires, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 1, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 1249-1250.

cidade, a fim de angariar os donativos necessários à festa de agradecimento que seria realizada ainda no domingo dia 27, "depois de ser ouvida sua alteza imperial Regente"[6].

Missa campal, iluminação e ornamentação das ruas e edifícios, corridas de cavalo e espetáculos teatrais gratuitos, passeatas de estudantes e categorias profissionais, bailes, rodas de miudinho e outras tantas manifestações espontâneas de contentamento, tanto na Corte quanto em outras cidades e províncias. Luiz Gama e Ferreira de Menezes foram justamente lembrados por meio de palavras e retratos exibidos entre a população em êxtase[7]. Mas, em todos esses momentos, sobraram louvores a Patrocínio. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, fez dele o seu primeiro homenageado no dia seguinte à abolição. No artigo de fundo a abrir a edição especial, Ferreira de Araújo valeu-se de frases tais para exaltar o abolicionista: "José do Patrocínio combateu e venceu. O que está feito não é exclusivamente obra de seu trabalho, da sua dedicação e das suas convicções. Não é tudo dele, mas é o principal. [...] Na luta triunfante do abolicionismo, José do Patrocínio foi a concretização do espírito nacional"[8].

Se o destaque dado ao abolicionista negro já impressiona pela possibilidade de construção do mito de um herói negro, o que dizer sobre a confiança depositada no poder do decreto imperial? "Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; *todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem*" – celebrou a *Gazeta de Notícias* perante uma sociedade em que as hierarquias raciais eram determinantes no reconhecimento e na negação das virtudes de seus cidadãos[9]. O histórico de fraudes às leis antiescravistas anteriores também não impediu o *Correio Paulistano* de considerar válido asseverar: "Acaba o país de presenciar a maior revolução social e econômica de que dão notícia os anais da História Pátria"[10]. O fato, porém, é que

[6] *Cidade do Rio*, 17 de maio de 1888, p. 2.

[7] *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1888, p. 1; 16 de maio de 1888, p. 1-2; 17 de maio de 1888, p.1; 18 de maio de 1888, p. 1; 19 de maio de 1888, p. 1; 20 de maio de 1888, p. 1; 21-22 de maio de 1888, p. 1-2; 23 de maio de 1888, p. 2. O número de notícias referentes a comemorações começa a reduzir a partir do dia 23 de maio de 1888. Cf. também André Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, p. 313-314.

[8] *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888, p. 1.

[9] *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1883, p. 1 – grifos meus.

[10] *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888, p. 1.

continuavam débeis os meios de se garantir o respeito à cidadania de libertos e negros livres, bem como a nova lei não sinalizava para uma regulamentação que fosse na contramão dos costumes.

E não demorou para que as tentativas de burlar justamente a decisão definitiva começassem a ocupar as colunas dos jornais. No sábado posterior, foi repassada a notícia na *Gazeta* de que, na vila de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, fazendeiros que exerciam cargos de autoridades policiais e aparentados do primeiro suplente de juiz municipal continuavam "a manter na escravidão os seus trabalhadores, ocultando-lhe a sua verdadeira condição". Entre esses houve quem dissesse que por vontade própria pagaria, aos ainda tomados por escravos, um salário e permitiria que trabalhassem para si aos sábados e domingos. Outro menos indulgente "chegou a surrar os escravos no dia da promulgação da lei, dizendo que era para despedir-se!". Contra os que conseguiram se informar sobre o fim da escravidão e quiseram comemorar no centro da vila, havia mais um a ameaçá-los com uma recepção a tiros[11].

Bem perto daquela nota, na mesma página, Machado de Assis chamava atenção para uma das artimanhas promovidas para retirar força ao ato do governo imperial, mesmo que um retorno ao escravismo propriamente dito nem estivesse em questão. Recorreu, pois, em seus "Bons Dias!", a um narrador bastante cioso de sua sagacidade e altruísmo falsos. Fingindo antecipar-se ao quê de certeza trazido pelo discurso de Joaquim Nabuco no dia 7 de maio, ele conta como providenciou naquela segunda-feira a alforria de Pancrácio, um jovem que, no alto de "seus dezoito anos, mais ou menos", bem poderia ser um ingênuo ilegalmente escravizado por desrespeito à lei de 1871[12]. O benfeitor, por óbvio, fez tudo isso na frente de uma plateia, que, por sua vez, teve de ser engrandecida em número e importância quando do repasse da notícia. O garoto estava livre, podia ir aonde quisesse, mas, se preferisse, poderia ficar naquela "casa amiga" para receber um "ordenado pequeno", tão pequeno quanto ele fora um dia, mas que haveria de crescer. Escusado dizer que o salário era na verdade uma ninharia, que não daria nem para os custos de uma muda

[11] *Gazeta de Notícias*, 19 de agosto de 1888, p. 2. A notícia foi reproduzida na *Cidade do Rio* do mesmo dia.

[12] Para o discurso de Joaquim Nabuco, em 7 de maio de 1888, cf.: Brasil, *A abolição no parlamento:* 65 anos de luta (1823-1888), v. 2. 2.ed. Brasília: Senado, 2012, p. 455-465.

completa de roupas. De todo modo, era o justo aos olhos do "patrão", posto que o trabalhador valia "muito mais que uma galinha", valia um galo... Tudo estava, portanto, bem acertado:

> Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Uma consequência também natural, no seu entendimento, seria ele se tornar um deputado muito em breve, usando como alavanca o exemplo inventado de sucesso para o garoto liberto e o dele mesmo, afinal, "homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas o que se antecipam a ela"[13].

Com efeito, foi mesmo vasto o repertório de embustes, tão variado quanto as motivações e justificativas dadas. Sede de nomeada, jogada financeira, afirmação de autoridade, expressão de inteligência, defesa do direito à propriedade... Tamanha desfaçatez não escaparia a um observador da competência de Machado de Assis, que acompanhara de perto casos semelhantes no exercício de seu trabalho no Ministério da Agricultura[14]. Revisitar esse cenário nos permite acompanhar como o aumento no número de declarações públicas de alforrias foi acompanhado de constantes pedidos de escravistas por indenização parcial ou total sobre as "perdas" sofridas. Mesmo sem uma contagem precisa, é no mínimo curioso perceber a convicção existente nas solicitações. Entre os exemplos disponíveis, há o

[13] *Gazeta de Notícias*, 19 de agosto de 1888, p. 2. Machado de Assis, 19 de maio de 1888 (Bons Dias!), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 811-812. Sidney Chalhoub faz uma análise bastante minuciosa da crônica e oferece uma interpretação generosa em relação aos significados do personagem de Pancrácio na narrativa machadiana. Cf. Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 95-ss.

[14] Cf. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Ainda na semana da abolição, a *Cidade do Rio* prestou homenagem ao trabalho desenvolvido por Machado de Assis nos seguintes termos: "No silêncio do gabinete, José Julio, Amarilio de Vasconcelos, Machado de Assis, Pinto Serqueira, Paula Barros, e ainda outros, dedicaram-se durante anos a velar com solicitude na defesa dos direitos do escravo, a tirar das leis de liberdade todos os seus naturais corolários, a organizar e a tornar efetiva a emancipação gradual pela ação do Estado, a marcar por laboriosas estatísticas o andamento do problema, a estabelecer hermenêutica sã como reguladora dos casos controversos, a saturar a atmosfera, enfim, de princípios fecundos na sua aplicação prática, firmando corpo de doutrina e na realidade sustentando verdadeira propaganda eficacíssima para a aspiração da liberdade" (*Cidade do Rio*, 18 de maio de 1888, p. 2).

de um grupo de Petrópolis, que, tendo passado "carta de liberdade aos escravos", achou correto manifestar que se contentava "em receber como indenização apenas a terça parte do valor oficial deles"[15].

Fora do texto da chamada lei áurea, ainda demoraria um tempo para que a indenização saísse das expectativas de muitos escravistas. A demanda chegou a contar com apoio no parlamento imperial, apoio este limitado, mas insistente. Em 24 de maio, o deputado conservador Coelho Rodrigues apresentou na Câmara uma defesa sintética da indenização aos ex-senhores; mas foi o projeto exposto pelo senador José Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, em 19 de junho, que veio a dar mais força aos anseios dos que viviam do "usufruto da pirataria", assumindo em vários trechos características de um manifesto de repúdio ou mesmo de ameaças ao trono[16]. A proposta ia ao encontro das intenções de sujeitos como o senador Paulino de Souza e seus aliados, os quais, no fim das contas, se acomodaram numa grei de escravistas ressentidos, "republicanos de 14 de maio" – na expressão de José do Patrocínio − e articuladores do descontentamento de parte da elite[17]. Nesse cenário, a saída discreta encontrada pelo Senado para resolver a disputa permitiu, entre outras coisas, que a questão se tornasse plataforma política entre os

[15] *Gazeta de Notícias*, 14 de abril de 1888, p. 1. Outro caso emblemático veio do município de São Fidélis, onde influências liberais e conservadoras promoveram uma reunião a fim de expor as razões que justificavam a demanda por indenização aos escravistas, estando entre os argumentos o fato de a experiência ter sido levada adiante em outros países americanos em seus respectivos processos de extinção do escravismo. A reunião também se voltou à propaganda pelo fim da Monarquia (*Gazeta de Notícias*, 19 de junho de 1888, p. 2). Um contra-argumento em defesa da improcedência da indenização no caso brasileiro, com base nos casos da Holanda, França, Cuba, Paraguai e Estados Unidos foi apresentado na *Gazeta da Tarde* de 25 de julho de 1888, p. 2.

[16] Para o conteúdo dos projetos de Coelho Rodrigues e Cotegipe, cf. Brasil, *A abolição no parlamento...*, p. 515-520. As opiniões de Paulino de Souza podem ser conferidas em: *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1888, p. 2.

[17] Em conferência realizada em 23 de setembro de 1888, no Teatro Lucinda, Patrocínio se dedicou a rebater as acusações e ofensas de republicanos escravistas contra ele, colocando-se acima de tudo como um republicano convicto. Para justificar tal afirmação, procedia à exposição das incompatibilidades existentes nas fileiras republicanas: "não há conciliação possível entre os republicanos abolicionistas e os republicanos de 14 de Maio [...], e não há porque aqueles, sim, é que tiveram sempre desfraldada a bandeira da república [...], ainda nas ocasiões em que agitá-la era um perigo, nas ocasiões em que o capital, que hoje aplaude os tribunos que insultam a coroa, reunia-se em conciliábulos secretos para pedir a cabeça dos oradores abolicionistas, como pediam o aniquilamento das ideias que sustentavam na tribuna" (*Cidade do Rio*, 26 de setembro de 1888, p. 1-2).

candidatos às eleições daquele ano, bem como contribuísse para a pavimentação do terreno pelo qual passou a marcha do golpe republicano de 1889[18].

Mas, àquela altura, ninguém poderia prever que justamente o fogo republicano de Rui Barbosa viesse em pouco tempo frustrar de vez essas pretensões escravistas[19]. O assunto mobilizava, então, a atenção geral. Enquanto Patrocínio esbravejava contra os objetivos e os protagonistas da ação, Machado preferia fazer troça dos adversários. Em 26 de junho, os delírios indenizatórios estavam em alta e eram um excelente mote para ele satirizar os expedientes disponíveis para que mais vantagens fossem alcançadas. Uma vez que "a honestidade é como a chita; há de todo preço, desde meia pataca", a manobra da vez era nada mais, nada menos do que a compra de libertos. Antes de expor a sua jogada de mestre, o narrador faz questão de informar sua também célebre fonte de inspiração, um romance russo de autoria de Gogol... Ele não era, afinal, um fazendeiro grosseiro. Tratava-se do feito de uma mente sofisticada. Pois bem... É que ele achara um bom negócio comprar a preço módico escrituras de venda de escravos com data anterior a 13 de maio. Com investimento mínimo e contando que a indenização tomaria por base os preços estabelecidos pela lei de 1885, a meta era reunir quinhentos libertos, de modo que cinco contos, tomados de empréstimo a casamento, revertessem num lucro de cento e quarenta cinco contos de réis. Vindo a indenização, ótimo; não vindo, bom também, já que as condições do empréstimo faziam o prejuízo uma impossibilidade...[20] O golpe ficcional esbanjava em verossimilhança, e ninguém podia alegar que os espertos formados pela escravidão não tinham arte para pôr um plano assim em prática[21].

---

[18] As repercussões da proposta do barão de Cotegipe na *Gazeta de Notícias* e na *Cidade do Rio* podem ser acompanhadas nos números publicados a partir de 20 de junho de 1888. Após adiamentos que visavam à conquista de aliados favoráveis aos interesses senhoriais, o projeto foi reprovado na primeira discussão no Senado, em 18 de julho de 1888 (Cf. *Cidade do Rio*, 18 de julho de 1888, p. 3; 19 de julho de 1888, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1888, p. 1).

[19] Cf. Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa, *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/FCRB, 1988; Wlamyra R. de Albuquerque, Divergências políticas, diferenças raciais: Rui Barbosa e a Guarda Negra, in: Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação:* abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 140-194.

[20] Machado de Assis, 26 de junho de 1888 (Bons Dias!), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 821-823.

[21] Ferreira de Menezes, em 1880, dera notícia de um golpe aplicado pela junta de classificação de escravos da cidade de Valença, província do Rio de Janeiro: "tendo de classificar os escravos libertandos pela respectiva

Seja como for, tanto a apreensão de Patrocínio quanto a ironia de Machado apontavam para um problema tão mais grave do que qualquer apoio governamental aos ex-proprietários: a ausência de compromisso com a cidadania plena dos negros libertos e livres, bem no momento em que teorias raciais/racistas se consolidavam, legitimando desigualdades raciais e informando o reordenamento das divisões sociais. A reação escravista à abolição, ao se fixar como o centro das preocupações naquela conjuntura, foi vitoriosa em reduzir o alcance da liberdade e da cidadania da maioria da população brasileira, formada pelos 47% de pretos e mestiços[22]. Em pouco tempo, as preocupações tidas em relação aos negros resultaram, sobretudo, no fortalecimento de políticas de apoio à imigração (também exploratória) de grupos brancos e asiáticos, limitação radical da entrada de africanos e seus descendentes, leis de repressão à livre circulação e medidas de limpeza racial das áreas nobres das cidades. Era "o prolongamento do cativeiro através da liberdade", como advertira José do Patrocínio ao criticar o embrião dessas medidas propostas por adversários de sua ação abolicionista, que incluíam republicanos e monarquistas.

Os negros, entretanto, não assistiram em silêncio à promoção de tamanha tragédia. O respeito a seus direitos como cidadãos podia ser posto em xeque cotidianamente, mas foram muitas as tentativas criadas por eles para se afirmar política e culturalmente, antes e depois do 13 de Maio. As múltiplas experiências de liberdade, ao tempo em que partiam de uma indiscutível precarização, mesmo entre letrados e remediados, se encontravam no enfrentamento obrigatório de um problema comum, o racismo. Na contramão das certezas nutridas por longos anos, tem ficado cada vez mais evidente o quanto as pessoas negras responderam aos entraves postos pela discriminação racial nos próprios termos em que a questão era colocada e vivenciada. Responderam associando-se e distanciando-se de grupos monárquicos e republicanos mediante a afirmação de sua origem racial; usufruindo de seu

---

cota de emancipação, incluiu entre estes o de nome Germano, fugido há cerca de vinte anos de propriedade de João Baptista de Araújo Leite, presidente da referida Câmara e suplente de juiz municipal" (*Gazeta da Tarde*, 23 de janeiro de 1880, p. 3).

[22] De acordo com o Censo de 1890, entre os 14,3 milhões de brasileiros, a população branca correspondia a 43,97%; os pretos eram 14,63%; os mestiços somavam 32,36%; e caboclos, 9,04%. Dados trabalhados a partir de: Brasil / Diretoria Geral de Estatística (DGE), *Recenseamento geral da republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895.

direito ao voto como cidadãos negros; fundando organizações dedicadas à educação, à promoção dos trabalhadores "descendentes da raça africana" no mercado de trabalho e à articulação de núcleo familiar dançante entre vizinhos da raça negra; produzindo jornais em defesa dos "homens de cor"... Isso para ficarmos entre alguns dos exemplos encontrados para o período de 1887 a 1899.

Os próximos dois capítulos que compõem esta tese buscam, pois, dialogar com algumas dessas experiências de liberdade vivenciadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mantendo a dinâmica das páginas anteriores, a prioridade agora será dada aos textos e registros ligados a Arthur Carlos, Ignacio de Araújo Lima e Theophilo Dias de Castro − afora a Machado de Assis e José do Patrocínio −, que orientarão a discussão sobre as apostas e os entraves à participação político-cultural negra no pós-abolição. Buscarei evidenciar como esses indivíduos que se colocaram na defesa de valores democráticos reagiram a situações em que a crença na ordem e na justiça era posta à prova. Interessa também registrar os caminhos encontrados e/ou criados por eles para tornar suas trajetórias viáveis.

CAPÍTULO 7 – O IMPORTANTE É PARTICIPAR: PERDAS E GANHOS DA CIDADANIA NEGRA EM SÃO PAULO

> Ontem deram liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto, que se transformara em cidadão, tem direito e precisão de ter uma pátria. Sim, quem mais do que eles têm direito sobre o solo em que pisam?[1]

Comenta José Maria dos Santos nas páginas finais de *Os republicanos paulistas e a abolição* que, entre a multidão presente nos comícios e festejos públicos pela aprovação final da Abolição nos primeiros dias de maio de 1888: "havia um grande número de libertos, de antigos protegidos e de humildes amigos de Luiz Gama. A um momento dado, em muitas daquelas fisionomias, os olhos luziam, inundados de lágrimas"[2]. As expectativas acerca da liberdade devem ter sido mesmo contagiantes, para livres, libertos e os até então escravizados. De modo semelhante ao que acontecia na Corte, tratava-se da celebração do resultado de lutas de longa data, nas quais muitas dessas pessoas haviam atuado cotidianamente, sem isso, contudo, ter se revertido em notoriedade via páginas dos jornais para a maioria. Coube a elas entrar para a história mediante esses rápidos comentários a respeito da "multidão turbulenta" sem rosto, mas cuja presença era facilmente notada pelas cores de suas peles e por que não dizer pela textura de seus cabelos e por outros traços físicos[3].

Era uma gente que tinha "atentado" contra o sossego de muitos escravistas que estava ali a comemorar. Tal como Maria Helena Machado fez questão de registrar em seu

[1] *A Pátria − Orgam dos Homens de Cor*, n. 2, p. 2.

[2] José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 307.

[3] George Reid Andrews, O protesto negro em São Paulo – 1888-1988, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, dezembro de 1991, p. 27-48; George Reid Andrews, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru, SP: Edusc, 1998; Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro:* jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

trabalho sobre os diversos sujeitos atuantes no processo abolicionista dos anos 1880: "Da ação jurídica ao acoitamento de escravos, a atuação abolicionista não se limitava às lutas forenses – nos anos mais adiantados da década, a indisciplina do populacho abolicionista e a turbulência das ruas, onde, muitas vezes, a participação dos negros se mostrava majoritária, povoaram as ruas da cidade de São Paulo"[4].

No entanto, o destaque dado por vários jornais da época à atuação e ao compromisso abolicionista de algumas figuras do Partido Republicano Paulista (PRP) e a reprodução dessas percepções em textos de memorialistas e pesquisas posteriores contribuíram para abafar as vozes dissonantes e encobrir certos sujeitos desse processo. De tal sorte, se foi até mesmo possível a Joaquim Nabuco escamotear os esforços de Luiz Gama em prol da campanha abolicionista já na década 1860, como destacou Sud Mennucci[5], o que dizer, então, do ocorrido a outras figuras que se fizeram notar de alguma forma, mas que não alcançaram o reconhecimento daquele bem lembrado abolicionista negro falecido em 1882? Alguns nomes de "homens cor", entretanto, irrompem aqui e ali em textos historiográficos e outros documentos que tratam de ações de resistência à escravidão, em defesa da República ou mesmo da Monarquia na província de São Paulo, sem que haja muito detalhamento a respeito. Quintino de Lacerda, Pio, Eugênio Wansuit, Elias Álvares Lobo, Alfredo Casemiro da Rocha, Salvador de Paula são alguns dos recorrentes[6].

Outros tiveram menos espaço, a exemplo dos envolvidos na edição dos jornais negros *A Pátria*, de 1889, e *O Progresso*, de 1899[7]. Indivíduos como Ignácio de Araújo Lima e Arthur Carlos, vinculados ao primeiro, e Theophilo Dias de Castro, um dos

[4] Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico:* os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / EDUSP, 1994, p. 156.

[5] Sud Mennucci, *O Precursor do Abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938, p. 189-193.

[6] Referências a esses homens aparecem, por exemplo, em: Machado, *O Plano e o Pânico*...; Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*...; Oracy Nogueira, *Negro político, político negro:* a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha. São Paulo: Edusp, 1992; Petrônio Domingues, *Uma história não contada:* negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004; e Luis Roberto de Francisco, *Elias Álvares Lobo, um momento na música brasileira*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2001.

[7] *A Pátria − Orgam dos Homens de Cor*, n. 2, 2 de agosto de 1889; *O Progresso – Orgam dos Homens de Cor,* n. 1, 24 de agosto de 1899. Fiz uma primeira abordagem a respeito desses jornais no livro: Ana Flávia Magalhães Pinto, *A imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro/Summus Editorial, 2010.

responsáveis pelo segundo, apostaram na publicação desses títulos de curta duração que tinham como mote a defesa da cidadania dos negros no imediato pós-abolição em São Paulo, dando mostras de seu envolvimento e marcado interesse pelos rumos da política nacional.

Localizada entre o fechamento das batalhas abolicionistas e a instauração da República, *A Pátria* absorveu essas duas temáticas a fim de colocar-se distante das disputas entre os partidos liberal e conservador – os "partidos monárquicos":

> Para nós homens de cor, em nada influiu a queda dos conservadores, assim como a ascensão dos liberais ao poder. [...] Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão[8].

Passados dez anos, os editores de *O Progresso*, por sua vez, não contavam com muitos motivos para elogiar a República ou saudar os frutos da abolição, que permanecia com contornos incertos. Diferentemente do primeiro, este vinha a público anunciando ter o único fim de "prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos". Os novos tempos de liberdade e cidadania formais universalizadas precipitavam desejos de mudanças intensas, ao mesmo tempo em que viabilizavam muitas dúvidas. Tais expectativas, ao depararem com a conservação do estado de coisas, resultavam em expressões de desgosto, frustração e indignação, como esta:

> Passou-se o período mais angustioso para os homens pretos. Surgiu a aurora de 13 de maio, data de imorredoura glória de muitos pretos que foram os arautos da abolição como Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda, Rebouças e tantos outros.
>
> Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos *pretos e mulatos (que vêm a dar no mesmo)* que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.
>
> *Esperávamos nós, os negros,* que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

[8] *A Pátria*, n. 2..., p. 2.

> Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável?[9]

As expectativas manifestas pelo grupo de *A Pátria* somadas às decepções dos responsáveis por *O Progresso* projetam uma grande variedade de detalhes sobre como esses sujeitos se viam e buscavam se afirmar naquele cenário. Obra do processo de extinção do escravismo, a articulação entre os significados sociais e raciais inscritos em categorias como pardo, preto e negro sofreu transformações que, se quase não alteraram o estatuto do homem branco, acabaram por colocar os diferentes grupos de descendentes de africanos num mesmo repositório de sentidos. Tal caixa, certamente, não dava conta das diferenças existentes entre os indivíduos ali colocados, os quais frequentemente eram submetidos à semântica escravista e/ou não aceitavam aquela "simplificação". Porém, essa mudança teve um papel decisivo na organização dos entendimentos sobre o lugar das pessoas negras na sociedade do pós-abolição[10].

A progressiva perda de sentido das diferenciações entre libertos e livres, africanos e crioulos, e até entre pretos e pardos, fez com que a precariedade da cidadania entre pessoas "de cor" fosse reorganizada e se afigurasse mais profunda, como indica o redator de *O Progresso*. Se antes havia margem para negociações e trânsitos, a falta do lugar de escravo fez com que pretos e mulatos passassem a significar a mesma coisa na hierarquia sociorracial (negros), pelo menos no contexto paulista, do qual falava o jornal, que

[9] *O Progresso,* n. 1..., p. 3 – grifos meus.

[10] Uma análise sobre o desenvolvimento dessa dinâmica no Rio de Janeiro é apresentada por Hebe Maria Mattos de Castro em: *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Para uma abordagem sobre o contexto baiano, cf. Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação:* abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, especialmente capítulo 2 − "Não há mais escravos, os tempos são outros": abolição e hierarquias raciais no Brasil, p. 94-139.

verificava um acentuado aumento da população branca em decorrência da intensa imigração de trabalhadores europeus[11].

Por outro lado, tal como entrevisto nas páginas dos exemplares dos jornais negros que sobreviveram ao tempo, aqueles homens de cor, a despeito das eventuais ou corriqueiras manifestações de preconceito, se fizeram presentes nas lutas abolicionistas, mediante vínculos com diferentes grupos, a exemplo da sociedade secreta dos caifazes, liderada pelo monarquista Antonio Bento, e do Clube Abolicionista do Brás, cujo membro-fundador Feliciano Bicudo foi homenageado em *A Pátria*[12]. Além disso, chegaram a estabelecer algum vínculo com a causa e o Partido Republicano Paulista, afora outras tantas frentes políticas disponíveis à época. Isso tudo dá mostras do quanto atribuíam valor ao exercício do que entendiam por cidadania, uma vez que livres eles já eram mesmo na vigência da escravidão.

De tal sorte, as ausências mencionadas contrastadas com os vestígios encontrados acabam por instigar a curiosidade acerca das múltiplas experiências que também contam histórias sobre os últimos anos da escravidão legal no Brasil e de como o pós-abolição foi vivenciado por diferentes sujeitos. Convidam, pois, a mais um caminho de reflexão sobre como foram as vidas de pessoas negras livres e libertas no fim do século XIX, época de muitas disputas, expectativas e inseguranças. Dito isso, volto ao comentário de José Antonio dos Santos e me pergunto: estariam esses representantes de *A Pátria* e *O Progresso* entre a multidão que festejou o 13 de Maio em São Paulo? Tendo motivos suficientes para acreditar que sim, logo me vem outra indagação: como teria se dado essa presença?

No esforço para alcançar alguma resposta, entendo que o tom de frustração com que Arthur Carlos apresentou sua crônica sobre o primeiro aniversário da abolição na cidade

---

[11] Cf. Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Annablume, 2004; Giralda Seyferth, "A colonização e a questão racial nos primórdios da República", in: Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.), *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27-46.

[12] Sobre Feliciano Bicudo, cf.: Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 160. Acerca da ação dos caifazes, cf. Alice Aguiar de Barros Fontes, *Prática abolicionista em São Paulo: os caifases (1882-1888).* Dissertação (Mestrado em História) − Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976; Machado, *O Plano e o Pânico*...

sugere que, no ano anterior, pessoas como ele tenham vivenciado aquele momento como o anúncio de tempos mais democráticos:

> O modo frio com o qual foi acolhida aquela data demonstra evidentemente a falta de patriotismo que existe entre nós! [...] Os dias 12 e 13 de maio do corrente ano em nada diferiram dos comuns, senão pelo zelo especial que teve a nossa polícia em mandar espancar e pisar a patas de animais os transeuntes que saíram de suas casas em busca de festas e que, completamente desenganados, tiveram que recolherem-se a seus lares, porque a prudência assim aconselha. Dizendo que não houve festas, faltamos um pouco com a verdade. Sim... Tivemos festas... Algumas iluminações, música na rua e largo da liberdade, e também batuques a valer, enfim, uma brincadeira particular, que não traduziam o sentimento de um povo[13].

Naquele clima de tensão, tanto era real e previsível a presença de transeuntes indesejados pela rua, afoitos por comemorar e fixar seus próprios significados ao primeiro aniversário do fim da escravidão no Brasil, que a repressão policial já havia sido prevista e acabou sendo exitosa em fazer com que aquelas pessoas voltassem às suas casas. As comemorações populares, portanto, tiveram de ser, quando não particulares, restritas a poucos espaços públicos e, sobretudo, discretas. Não fosse o testemunho de Arthur Carlos suficiente, essa informação aparecera na *Província de S. Paulo*, que disse: "Tristes as comemorações pelo 13 de maio. Apenas alguns sambas perto da casa do Dr. Antonio Bento; *Te-Deum* na igreja dos Remédios; espetáculo da Companhia Xisto Bahia, onde falaram Cyro de Azevedo, Marinho Andrade e Osório Duque Estrada; e iluminação dos edifícios públicos"[14]. Apesar disso, onde foi possível, houve "batuques a valer"; e o empenho pelo silenciamento dava, pois, mostras do reconhecimento de sujeitos políticos atuantes no cotidiano da cidade, os quais, ainda que longe dos olhos das autoridades, seguiram atribuindo importância ao evento e não deixaram de celebrar, apostando nos sentidos da liberdade[15].

---

[13] Arthur Carlos, 13 de Maio em São Paulo. *A Pátria*, n. 2..., p. 4.

[14] Conforme citado pela *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1889, p. 2. Convém registrar que no dia 12, a polícia já havia se chocado com estudantes da Faculdade de Direito que organizaram uma conferência no Largo da Sé (*Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889, p. 1).

[15] Cf. Fraya Frehse, *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005; André Rosemberg, *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final*

Observador privilegiado, Arthur Carlos fora um assíduo participante das lutas abolicionistas e republicanas na capital da província. Anteriormente à edição de *A Pátria,* envolvera-se na publicação de outros dois jornais que defenderam ambas as divisas, a saber, *Noventa e Três*, de 1882; e *Oitenta e Nove*, de 1884[16]. Consta que atuara entre os caifazes liderados por Antonio Bento. Dorothy B. Porter menciona que, "entre alguns dos abolicionistas negros que ajudaram Bento, muitos dos quais foram também companheiros de Luiz Gama, estava Arthur Carlos, um jovem e inteligente homem negro que trabalhou entre os negros em São Paulo"[17]. E de acordo com o depoimento de Antonio Manuel Bueno de Andrade, "Artur Carlos, um preto moço, alto, espigado vivo e inteligente, continuou em propaganda republicana entre os pretos de S. Paulo, os mesmos serviços à democracia que já prestara durante a abolição"[18].

Contava com vinte e poucos anos de idade quando veio a assistir às comemorações de maio de 1888. Chegara àquele dia como homem livre, letrado e trabalhador, mas foi apenas em 1890, já em tempos republicanos, que pôde gozar do direito político do voto. Em 12 de abril, registrou-se como eleitor do distrito do Sul da Sé (número geral 1260), informando ser solteiro, morador da Rua Conde de Sarzedas e desempenhar o ofício de artista. Não lhe foi possível, entretanto, declarar a identidade paterna, sendo o campo preenchido com a lacônica categoria "desconhecida"[19]. Eleitor entusiasmado, ele foi chamado anos depois a trabalhar para que os processos eleitorais da República ocorressem. Em 5 de abril de 1897, o coronel Antonio Proust Rodovalho, presidente da Câmara Municipal de S. Paulo, o nomeou membro da comissão para o alistamento de eleitores do

---

do império: a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

[16] Affonso A. Freitas, *A Imprensa Periódica de São Paulo,* desde seus primórdios em 1823 até 1914. São Paulo, Typ. do Diário Official, 1915, p. 280 e 289; José Freitas Nobre, *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950, p. 125 e 128.

[17] Dorothy B. Porter, The Negro in the Brazilian Abolition Movement, *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 1, janeiro de 1952, p. 64-65.

[18] Andrade *apud* Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista* (1879-1888). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 222.

[19] *Livros de Alistamento de Eleitores*, *Sul da Sé, 1881-1890*. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP), Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1390 e 1398.

Distrito do Sul da Sé[20]. No exercício de suas funções, fez questão de registrar sua atuação ao assinar a convocatória aos eleitores, conforme transcrito a seguir:

> Faço saber que vai ter lugar o alistamento eleitoral de acordo com a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, e convido, portanto, a todos os cidadãos que se acharem nas condições da referida lei a apresentarem-se perante a comissão, ou a enviar os seus requerimentos devidamente instruídos até o dia 21 do maio próximo futuro.
>
> Sala das reuniões do distrito do Sul da Sé, da comissão seccional deste município, em o largo Municipal, edifício do Congresso Estadual, sala do Arquivo Municipal, em 21 de abril de 1897.
>
> *Eu, Arthur Carlos, secretario o escrevi.*
>
> O presidente A. Terluliano Gonçalves[21].

Outrossim, sua rede de relações republicanas lhe foi importante não apenas nesse momento. De 1895 a 1899, pôde exercer o ofício de guarda/fiscal da Intendência Municipal de Justiça e Polícia e da Intendência Municipal de Polícia e Higiene do município de São Paulo, por nomeação do advogado e intendente Dr. Carlos Augusto Garcia Ferreira[22]. Tratava-se de um daqueles postos destinados a promover a ordem pública da cidade, tendo ele lidado com questões como multas, supervisão de construção e demolição de paredes e muros, controle de vendas de gêneros do comércio, recolhimento de animais de tração, extermínio de insetos, entre outros assuntos não menos comezinhos[23].

Infelizmente, sua vida acabou sendo breve. "Aos onze dias do mês de agosto de 1899, sepultou-se na Carneira da Câmara n. 193, 2ª Ordem, o cadáver de Arthur Carlos, com 30 anos, solteiro, brasileiro, falecido hoje às 3 horas da manhã de insuficiência mitral"[24]. Segundo a certidão de óbito, teria falecido em decorrência de problemas cardíacos num hospital de caridade, o que não o afastava da condição de pobreza, embora tivesse emprego público[25]. Do mesmo modo que a documentação eleitoral, os registros de

[20] *Correio Paulistano*, 9 de abril de 1897, p. 3.

[21] *Correio Paulistano*, 25 de abril de 1897, p. 3.

[22] *Correio Paulistano*, 10 de janeiro de 1895, p. 2; 6 de fevereiro de 1897, p. 2.

[23] *Correio Paulistano*, 16 de janeiro de 1895, p. 3; 23 de abril de 1897, p. 3; 13 de junho de 1897, p. 2; 14 de junho de 1897, p. 3; 20 de agosto de 1897, p. 2; 29 de agosto de 1897, p. 2; 4 de setembro de 1897, p. 2; 1 de outubro de 1897, p. 2; 2 de outubro de 1897, p. 2; 5 de outubro de 1897, p. 2; 14 de outubro de 1897, p. 2; 26 de outubro de 1897, p. 2; 23 de março de 1898, p. 2; 10 de janeiro de 1899, p. 4.

[24] *Livro de Inumação* n. 22, p. 168. AHMSP, Acervo do Serviço Funerário Municipal – Cemitérios.

[25] *Certidão de Óbito de Arthur Carlos.* Cartório da Consolação. Livro C-16, fls. 185-V, termo 934.

seu falecimento não oferecem dados sobre sua origem familiar. Em vez disso, geram algumas contradições com as outras fontes consultadas. Enquanto nos registros de alistamento de eleitor de 1890, a idade indicada fosse de 26 anos, o que sugeria 1864 como o ano de seu nascimento; a certidão de óbito de 1899 afirma que ele teria morrido aos 30 anos de idade, ou seja, teria nascido em 1869. Além disso, o documento assinala como "ignorada" até sua condição de eleitor e como "branca" a sua cor... Ou seja, para o meu descontentamento, há imprecisões demais para que se dê mais valor a esse documento do que aos outros. De todo modo, como a data de falecimento, o nome e a causa da morte se mantêm os mesmos em todos os documentos, posso tomá-los como referentes à pessoa do Arthur Carlos em questão.

Tendo morrido jovem, sem deixar filhos ou a indicação de parentes que pudessem dizer sobre sua trajetória individual e/ou familiar, faltam outras pistas que possam dar mais detalhes a seu respeito. De todo modo, é certo que, ao longo da vida, não deixou de se envolver em atos de afirmação da presença negra na capital paulista. Afora sua atuação no movimento abolicionista e na publicação do jornal *A Pátria*, Arthur Carlos também se dedicou a manter viva a memória de Luiz Gama. Em 1895, por exemplo, quando se chegava ao 13º aniversário de morte daquele abolicionista, Arthur Carlos esteve entre os organizadores de uma procissão cívica que saiu do Largo da Sé rumo ao Cemitério da Consolação, onde fora enterrado o amigo. Na mesma ocasião, participou da publicação de uma Poliantéa também dedicada àquele homem que se tornara uma lenda para ele e para outros tantos[26].

Seu diálogo com outros "irmãos de cor" também fica evidente no primeiro número de *O Progresso*, de 24 de agosto de 1899, outra homenagem à memória de Luiz Gama[27].

[26] *Correio Paulistano*, 22 de agosto de 1895, p. 1 e *Democrata Federal*, 22 de agosto de 1895, p. 2.

[27] O número trazia na capa o desenho do busto de Luiz Gama, acompanhada por um brasão no qual duas mãos se cumprimentavam em atenção ao 13 de maio de 1888. O texto vinculado à imagem, de autoria de Theophilo Dias de Castro, além de homenagear o homem, valia-se de seu exemplo para lançar uma convocatória aos seus contemporâneos: "Pretos! É preciso que se pague este tributo ao morto ilustre: é preciso que seu nome brilhe dentro de nossas almas, tanto quanto a estrela mais adorada do Firmamento; é preciso que a aurora do século XX, ao saudar este pedaço do continente americano, onde se acham sepultados os restos de nossos maiores, bem haja o nosso sometimento [respeito/abnegação] nessa ânsia de progredir; que dele se desprenda o retalho de torpezas que se apega ao manto velho do século XIX, sendo atirado à noite do esquecimento; que uma geração capaz, ativa e feliz surja triunfante na conquista do Bem, na realização dos nobres ideais. / E para isso é necessário que não demoremos em construir o nosso núcleo social, no qual fiquem concentradas

Naquele exemplar, uma nota sobre o falecimento de Arthur Carlos, de provável autoria de Theophilo Dias de Castro, permite assegurar a existência de laços entre os responsáveis pela publicação dos dois jornais negros paulistanos oitocentistas. É que, além do pesar, registrava explicitamente a continuidade e o compartilhamento de lutas políticas empreendidas por diferentes homens negros no período de dez anos que separou uma publicação da outra:

> Faleceu a 11 do corrente, nesta capital, o nosso prezado amigo e companheiro de lutas Arthur Carlos. O ilustre finado, por suas qualidades, pela amenidade de trato, pelo papel que desempenhou na sociedade paulista tornou-se merecedor da admiração de quantos o conheciam e da gratidão de seus amigos. Pretendíamos publicar sua biografia, porém, por nos ter chegado às mãos já muito tarde, não nos foi possível fazê-lo. No próximo número nos obrigaremos deste dever[28].

Esse "próximo número" de *O Progresso*, se existiu, ou está escondido em algum fundo documental não catalogado, ou nem mesmo foi incorporado a qualquer arquivo pessoal ou institucional. Por sua vez, um vazio de outra ordem vem dos números comemorativos de *A Redempção – Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa* em homenagem à "abolição do cativeiro" entre os anos 1889 e 1899. Ali não há textos de autoria de Arthur Carlos ou de qualquer outro colaborador dos "órgãos dos homens de cor", bem como inexiste qualquer menção direta às ações abolicionistas desses. A presença negra no mais das vezes ficou ali limitada às referências aos ex-escravizados anônimos beneficiados pela ação abolicionista[29].

Seja como for, o acompanhamento de informações sobre esse periódico se mantém valioso sob outros argumentos. De acordo com Antonio Manuel Bueno de Andrade: "Na tipografia da *Redenção* reuniam-se, quase diariamente, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, em sua maioria operários negros, e também muitos outros

---

todas as nossas forças, derivando dele as boas intenções que temos em prestar o nosso auxílio desinteressado à raça a que pertencemos" (*O Progresso,* n. 1..., p. 1).

[28] *Idem*, *ibidem*, p. 4.

[29] *A Redempção – Folha Abolicionista, Literária e Noticiosa*, ano II, n. 138, 13 de maio de 1888; ano III, n. 139, 13 de maio de 1889; ano IV, n. 140, 13 de maio 1890; ano V, 13 de maio de 1893; edição comemorativa, 13 de maio de 1895; edição comemorativa, 13 de maio de 1897; edição comemorativa, 13 de maio de 1898; ano XI, n. 11, 13 de maio de 1899.

abolicionistas"[30]. Unindo as duas pontas, Antonia Aparecida Quintão, em seu trabalho sobre irmandades negras em São Paulo no fim do século XIX, confirma tal percepção sobre uma marcante presença abolicionista nesses espaços e demonstra a existência de um estreito diálogo entre integrantes das Irmandades de Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos[31]. Como é sabido, muitas ações de resistência ao escravismo passaram por essas organizações de leigos que atuavam à revelia do catolicismo ultramontano, que acabaram sendo alvo de forte repressão no pós-abolição.

Não surpreende, pois, tomar conhecimento de que Ignácio de Araújo Lima, outro que compôs *A Pátria*, de 1889, se tornou membro da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosário dos Homens Pretos em 1888, na condição de irmão simples, como registrado na "Relação Nominal dos Irmãos" transcrita por Raul Joviano do Amaral[32]. Neste mesmo ano, assumiu um posto como irmão de mesa da irmandade, e na mesa administrativa do ano compromissal de 1890-1891 foi eleito como tesoureiro[33]. Todavia, exerceu tal função por pouco tempo, pois faleceu no fim em 29 de maio de 1891, tendo sido substituído por João Augusto Saraiva. Tal como ocorreria a Arthur Carlos, anos depois, Ignácio também morreu jovem, na casa dos quarenta anos...

Sua morte foi lamentada não apenas pelos irmãos de sua irmandade de origem, mas também pelos de Nossa Senhora dos Remédios. No dia 4 de junho, ambas as confrarias se reuniram em suas respectivas igrejas para celebrar missas de sétimo dia em intenção do descanso de Ignácio – a primeira às oito, e a segunda às nove horas da manhã. O anúncio casado, um seguido do outro, publicado no *Correio Paulistano*, leva a crer que se tratava de uma ação combinada:

> **Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**
> De ordem do irmão juiz convido a todos os irmãos para assistirem à missa de 7º dia do finado Ignácio de Araújo Lima, que manda rezar na igreja da mesma irmandade, quinta-feira, 4 do corrente, às 8 horas da manhã, pelo

[30] Andrade *apud* Moraes, *A Campanha Abolicionista*..., p. 219.

[31] Antonia Aparecida Quintão, *Irmandades negras:* outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo, Annablume, 2002.

[32] Relação Nominal dos Irmãos, in*:* Raul Joviano do Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo:* subsídios históricos. São Paulo: Alarico, 1953, s.p.

[33] Mesas administrativas, in*:* Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo*..., p. 148.

> seu eterno descanso, e desde já agradecemos sinceramente este ato de religião e caridade. O procurador, Eduardo Modesto da Rosat [*sic*]
>
> **Ignácio de Araújo Lima**
> Vicente Ignácio da Silva, Pedro Gama, *Arthur Carlos*, Hilário do Moraes Torres, Olegario Pedro Gonçalves, Bruno Benedicto dos Santos e outros amigos do finado Ignácio do Araújo Lima, mandam rezar uma missa no 7º dia do seu passamento, na igreja dos Remédios, quinta-feira, 4 do corrente, às 9 horas da manhã, pelo eterno descanso do seu sempre chorado amigo e *companheiro nas lutas do abolicionismo*, e desde já agradecem sinceramente por este ato de religião e caridade[34].

Como indicado no convite, a necessidade da dupla homenagem baseava-se no envolvimento do falecido e de seus pares na luta abolicionista. Em outras palavras, a fé cristã aproximava, mas não explicava toda aquela união. À época em que participou da edição daquele órgão impresso dos homens de cor no imediato pós-abolição, Ignácio de Araújo Lima contava 38 anos de idade − tendo, portanto, nascido por volta de 1850. Segundo registro eleitoral feito em 1890, era também morador do Sul da Sé, declarando-se residente à Rua São Paulo n. 41, solteiro e exercer a profissão de pintor[35]. A considerar o que declarou em *A Pátria*, foi mais um a apostar que o fim da escravidão e a defesa da República pudessem ser passos decisivos para a superação dos estigmas raciais e da desigualdade entre brancos e negros, alimentada durante séculos de trabalho forçado imposto a africanos e seus descendentes:

> Ontem deram a liberdade ao escravo, mas esqueceram de que o liberto, que se transforma em cidadão, tem direito e precisão de ter uma Pátria. [...] E nós que sentimos correr em nossas veias o sangue Africano, nós que nos orgulhamos em pertencer a essa raça que foi a primeira que, penetrando no seio virgem da terra, de lá voltou com as mãos cheias de ouro e pedras preciosas, frutos esses por eles colhidos que se transformou em mantos, onde se esconderam tantos crimes e que ainda hoje existem nos cofres dos potentados; ainda mais os três séculos de trabalhos dessa raça expatriada e escravizada, encheu de ouro e de pedras preciosas o

[34] *Correio Paulistano,* 4 de junho de 1891, p. 3 – grifos meus.

[35] *Alistamento de Eleitores, Sé – Sul, 1890.* AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1390. A despeito da sua condição de homem letrado e com alguma profissão definida, também só se registrou como eleitor em 18 de abril de 1890 na capital paulista, com o advento da República, a favor da qual empreendeu aberta defesa. O direito conquistado foi logo exercido. Como exemplo, foi o 125º eleitor da 5ª seção do distrito do Sul da Sé a registrar seu voto na primeira eleição para Deputados e Senadores ao primeiro Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil, realizada em 15 de setembro de 1890. Cf. *Assinaturas de Eleitores, Sé – Norte e Sul, 1890-1902.* AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1101.

> erário dos reis e dos imperadores. É tempo que corre que exige o nosso congraçamento para juntos combatermos as trevas nas quais imersos estão ainda muitos dos libertos de ontem, educá-los e encaminhá-los na ideia grandiosa – Pátria − República[36].

Diante de um discurso como esse, não deixa de ser novamente curioso encontrar o nome de Arthur Carlos entre aqueles que se prontificaram a encomendar a celebração em homenagem a Ignácio de Araújo Lima, através da irmandade dos Remédios, enquanto se constata a falta do de Antonio Bento e outras figuras proeminentes de *A Redempção*. Haveria alguma discordância entre eles? Seria isso decorrente de opções divergentes entre Monarquia e República[37]? Ou seria apenas um lapso inconsciente? As razões para isso seguem no terreno das meras especulações; e a falta de outros documentos me obriga a lidar com a possibilidade de uma tímida participação de Arthur Carlos e de seus amigos naquela irmandade e na sociedade dos caifazes..., embora o conteúdo de outras fontes consultadas faça disso algo improvável.

No caso da irmandade de Nossa Senhora dos Rosário dos Homens Pretos, entretanto, os registros sobre a participação dos sujeitos desta tese permitem ir um pouco mais além, sobretudo no caso de Theophilo Dias de Castro, redator chefe de *O Progresso*. Graças a uma nota de pesar pela morte de Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, publicada no *Diário Oficial da União* de 15 de fevereiro de 1912, tomei ciência de que Dias de Castro ocupou o cargo de juiz provedor da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos[38]. Indo adiante, soube, a partir do registrado na documentação da irmandade compilada por Raul Joviano Amaral, que ele respondia por tal posto desde 1910. Tendo se tornado membro da irmandade em 1870, desempenhara a função de secretário entre 1902 e 1910, quando chegou ao ponto máximo na hierarquia da irmandade, pouco antes de esta celebrar seu bicentenário. E foi, portanto, como juiz provedor que fez saber de sua viagem ao Rio de Janeiro em abril de 1910, na companhia de Carlos Cruz e Ignácio

[36] *A Pátria*, n. 2..., p. 2.

[37] Deve-se ter em mente que a aproximação de José do Patrocínio com a regente imperial nos momentos finais do escravismo fez com que ele se tornasse uma pessoa mal quista entre determinados segmentos republicanos. Em *A Pátria*, por exemplo, ele não aparece entre os abolicionistas homenageados e seu nome aparece numa anedota que remete a tragédia bíblica de Caim e Abel. Cf. *A Pátria*, n. 2..., p. 2.

[38] *Diário Oficial*, Ano LI, 24º da República, n. 40, 15 de fevereiro de 1912, p. 2121.

Francisco da Silva, para depositar uma coroa em nome da Irmandade no túmulo do abolicionista Joaquim Nabuco, que havia morrido em janeiro daquele ano[39].

Se isso por ventura pudesse ser entendido como um gesto de exposição desnecessária, mais problemática fora sua participação anos antes nas negociações com a prefeitura que culminaram na transferência da Igreja do Rosário dos Pretos para o Largo do Paissandu. Pelo que fica sugerido na forma como o Raul Joviano recupera o episódio, evitando até mesmo se referir nominalmente a Dias de Castro, esse processo foi traumático ao ponto de torná-lo uma pessoa mal vista por parte dos irmãos. Coube a ele, na condição de secretário, desenrolar o acordo com a prefeitura de Antonio Prado em 1903. À oferta limitada da municipalidade, 180 contos de réis e o novo terreno, teria convencido o conselho deliberativo a aceitar a desapropriação e requerer 500 contos de réis e mais uma série de outros benefícios. O prefeito rebateu prontamente o pedido, considerado um exagero, oferecendo no máximo o valor de 250 contos e a prometida área. Sob a influência do "Irmão secretário", a assembleia, em sua maioria, não visualizaria outra saída que não aceitar. O acordo foi, então, firmado. Da Irmandade para fora, tudo resolvido. Era a hora de providenciar a demolição e rebatizar o Largo do Rosário com o nome de Antonio Prado... Porém, porta adentro... Theophilo Dias Castro ficaria submetido à suspeição de vários consócios, recaindo sobre ele até a suspeita de corrupção[40]. Isso, todavia, não o retirou da diretoria da entidade, nem o impediu de chegar ao posto de juiz provedor num momento próximo.

Cabe destacar que Theophilo Dias de Castro acabou trilhando uma trajetória mais próspera que a dos demais "homens de cor" que colaboraram na edição dos dois jornais negros mencionados. Nascido em 1868, era filho de Eleutério Dias da Costa. Isso de ser filho legítimo aparece como um importante ponto de diferença em relação a Arthur Carlos e Ignácio de Araújo Lima, figuras centrais de *A Pátria*. Tinha 31 anos de idade quando, em parceria com outros, lançou *O Progresso*, em 1899. Ao passo que Arthur Carlos declarara o

[39] *Correio Paulistano*, 10 de abril de 1910, p. 3.

[40] Raul Joviano do Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo*..., p. 100-109.

ofício de artista e Ignácio de Araújo Lima, o de pintor; Dias de Castro já era funcionário público quando levou adiante a ideia de publicar um jornal[41].

Mesmo assim, tal como os demais, foi morador do distrito do Sul da Sé na virada do século XX. Seu nome consta nas relações da comissão revisora de alistamento eleitoral do município para os anos de 1902 e 1904, que tornavam pública a inclusão de uma série de cidadãos como eleitores do Sul da Sé, "de acordo com a revisão geral que se procedeu no corrente ano, nos termos da lei federal n. 35, de 26 de janeiro de 1892"[42]. Porém, desde os 26 anos, pelos menos, já fazia parte do corpo de jurados da Comarca de São Paulo, como morador do Sul da Sé, conforme a convocação publicada no *Diário Oficial* em nome do juiz de direito da 4ª Vara Criminal e presidente da junta revisora de jurados da comarca de São Paulo em 1894; e o convite para sessão periódica do júri a se realizar no Fórum, localizado Rua do Quartel, em julho de 1900[43]. O último registro a esse respeito aponta que desempenhou tal função no mínimo até 1923[44].

Além disso, em 1911, quando se procedeu a nova revisão do alistamento de eleitores, Theophilo já era casado, tendo provavelmente contraído matrimônio antes disso, já que estava com 43 anos. Nessa época não morava mais na Sé, pois a nova lista de eleitores indica que seu registro eleitoral estava sendo transferido do Distrito da Consolação para o da Bela Vista[45]. Manteve residência ali até pelo menos 1924. A afirmação se funda em dados que atestam sua participação em pleitos eleitorais. Seu nome figura na lista de eleitores do Distrito da Bela Vista confirmados para a escolha de senador federal de 9 de novembro de 1918; de presidente de 13 de abril de 1919; e para a renovação do Congresso Legislativo Estadual em 1925[46].

---

[41] *Livro de Alistamento de Eleitores*, *Sul da Sé, 1890.* AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390 (Sobre Arthur Carlos e Ignácio de Araújo Lima); Alistamento e Revisão Eleitoral do Município de São Paulo – Distrito da Bela Vista. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano 21, n. 43, 23 de fevereiro de 1911, p. 783-784 (Sobre Theophilo Dias de Castro).

[42] *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (DOESP), ano 12, n. 178, 14 de agosto de 1902, p. 1724-1725; ano, 14, n. 188, 27 de agosto de 1904, p. 1659-1660.

[43] DOESP, ano 4, n. 1024, 24 de novembro de 1894, p. 1236; ano 10, n. 137, 22 de junho de 1900, p. 1456.

[44] DOESP*,* ano 32, n. 112, 22 de maio de 1923, p. 3760-3765.

[45] Alistamento e Revisão Eleitoral do Município de São Paulo – Distrito da Bela Vista, DOESP, ano 21, n. 43, 23 de fevereiro de 1911, p. 783-784.

[46] DOESP, ano 28, n. 238, 30 de outubro de 1918, p. 5312-5316; DOESP, ano 28, n. 39, 20 de março de 1919, p. 1815-1818, DOESP, ano 33, n. 214, 19 de outubro de 1924, p. 6214.

Essa permanência prolongada talvez seja justificada pela aquisição de algum imóvel residencial na Bela Vista logo na primeira década do século XX. Ao que tudo indica, Theophilo Dias de Castro alcançou meios para investir na compra de imóveis. A relação da Recebedoria de Rendas de São Paulo sobre imposto territorial para terrenos não edificados, publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 11 de novembro de 1933, indica que ele era proprietário de dois terrenos no distrito do Cambuci: um na Rua Visconde de Parnaíba n. 557, de 690 metros quadrados, avaliado em 14 contos de réis; e outro na Rua Particular n. 8, de 540 metros quadros quadrados, avaliado em 11 contos de réis[47].

Aproveitando o ensejo, os dados domiciliares e imobiliários de Theophilo Dias de Castro, uma vez aproximados e comparados com os dos outros sujeitos e das redações dos "órgãos dos homens de cor" citados, viabilizam uma breve discussão sobre a presença e a participação de negros no espaço urbano paulistano. Trata-se, pois, de um tema que tem ganhado o interesse de um crescente número de pesquisadores. Trabalhos como os de Raquel Rolnik, José Carlos Gomes da Silva e Carlos José Ferreira dos Santos, entre outros, oferecem contribuições valiosas sobre a ocupação de determinados territórios paulistanos na virada do século XIX para o XX[48].

Apesar de existirem razões demográficas a nos impedir de tratar São Paulo como uma cidade negra oitocentista, a exemplo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, uma série de estudos tem apontado para a existência de territórios negros ali[49]. Fala-se muito da Barra Funda, da Bela Vista/Bexiga e alguma coisa sobre determinados pontos da Sé. Os autores têm seguidamente demonstrado que reconhecer essas espacialidades negras

[47] DOESP, ano 43, n. 252, 11 de novembro de 1933, p. 19.

[48] Cf.: Raquel Rolnik, Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro), *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, 1989, p. 29-41; José Carlos Gomes da Silva, *Os suburbanos e a outra face da cidade*: negros em São Paulo (1900-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990; Carlos José Ferreira dos Santos, *Nem tudo era italiano:* São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998; Olga Rodrigues de Moraes von Simson, *Carnaval em Branco e Negro*: Carnaval Popular Paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007; Márcio Sampaio de Castro, *Bexiga, um bairro afro-italiano.* São Paulo: Annablume, 2008; Elciene Azevedo *et alii* (orgs.), *Trabalhadores na cidade:* cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

[49] O entendimento do Rio de Janeiro como uma cidade negra em trabalhos historiográficos aparece em: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*..., p. 175-ss. Posteriormente, a ideia foi retomada e desenvolvida em: Juliana Farias *et alii*, *Cidades Negras*: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

em São Paulo não implica atestar o completo apartamento em relação a outros grupos raciais e étnicos. A presença de indivíduos brancos não seria, portanto, suficiente para dissolver as experiências negras em muitos espaços. Segundo Raquel Rolnik, nos chamados territórios negros paulistas, "desde os tempos da escravidão misturavam-se os pobres da cidade. O Bexiga, por exemplo, tem sido negro e italiano [...]. No entanto, isso não quer dizer que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares"[50]. Afora isso, conforme observação de Olga de Moraes von Simson, havia outras especificidades que nada serviam para atestar a existência de igualdade e convívio harmônico:

> Embora encarados em sua totalidade como zonas urbanas desvalorizadas, esses bairros apresentavam clara diferenciação interna: nas ruas mais urbanizadas habitavam as famílias brancas, e as ruelas e becos, com topografia muito irregular e sujeitas a constantes alagamentos, eram ocupadas por famílias negras. Assim, dentro de cada uma dessas regiões havia setores brancos e redutos exclusivamente negros[51].

Ponderações dessa natureza servem de guia para o cruzamento dos dados obtidos sobre o distrito do Sul da Sé, onde tanto os jornais quanto a maioria de seus responsáveis tiveram morada. O endereço de referência de *A Pátria* é tomado como ponto de partida. Conforme se recomendava em 1889: "Correspondência, assinatura e tudo o que tiver relação com *A Pátria* pode ser dirigido ao Largo da Sé 2D, Casa Aymoré"[52]. Mais conhecida como Charutaria Aymoré, de propriedade de Kanz e Bicudo, essa loja era tida como um "ninho de caifazes"[53] – ou seja, outra indicação da rede sociopolítica na qual estavam inseridos os membros daquele impresso. Próximo dali, no número 45 da Rua das Flores, funcionaria em 1899 o escritório de *O Progresso*, onde José Cupertino, redator secretário, receberia as correspondências[54].

A simples possibilidade de edição de jornais como esses chama atenção para detalhes da constituição da Sé como espacialidade favorável ao desenvolvimento de

[50] Rolnik, Territórios negros nas cidades brasileiras..., p. 35.
[51] Simson, *Carnaval em Branco e Negro*..., p. 100.
[52] *A Pátria*, n. 2..., p. 4.
[53] Andrade *apud* Moraes, *A Campanha Abolicionista*..., p. 222.
[54] *O Progresso,* n. 1..., p. 4.

manifestações culturais e políticas da população negra, que ali se fazia presente desde muito tempo. Não é demais lembrar que, sendo "a semente de tudo que brotou depois" em São Paulo, o bairro da Sé abrigou o antigo prédio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construído no século XVIII por gente de origem bantu. Após várias investidas em prol da retirada da igreja do seu lugar original desde a década de 1870 − processo durante o qual descendentes dos construtores, famílias de libertos, tiveram suas casas desapropriadas para a realização de reformas urbanísticas –, o prédio foi finalmente destruído no primeiro decênio do século XX, no mandato do prefeito Antônio Prado, sendo outro construído no Largo do Paissandu[55]. Foi, portanto, nesse novo templo que Theophilo Dias de Castro exerceu a função de juiz provedor, como mencionado páginas atrás.

Por outro lado, na Sé também se estabeleceu a Faculdade de Direito, em 1827, onde estudaram vários "homens de cor". A julgar pelo discutido na primeira parte desta tese, esses foram mais do que se fala e menos do que poderiam ter sido. A título de recapitulação, temos entre outros, José Fernandes Coelho, Ferreira de Menezes, Castro Alves, José Rubino de Oliveira e Aurélio Bittencourt Júnior – este membro fundador de *O Exemplo*, primeiro jornal negro do Rio Grande do Sul. Barros Ferreira chama atenção, entre outras particularidades, para o fato de a Sé ter sido espaço de muitas oficinas e redações de jornais paulistanos[56]. Além de terem sido aproveitadas como oportunidade de emprego para indivíduos como Ferreira de Menezes, Luiz Gama e Ignácio de Araújo Lima, algumas dessas oficinas e redações acabaram se tornando ponto de convergência de outros tantos homens negros letrados ou simplesmente interessados nas questões públicas de seu tempo. A sede de *A Redempção* mesmo, que se destacou nesse sentido, esteve localizada nessa região, primeiramente na Rua da Esperança n. 11 e depois no Largo 7 de Setembro[57].

Ao facilitar intuir a movimentação das pessoas e permitir perceber como determinadas ações compartilharam o mesmo espaço e até o mesmo tempo, a incorporação

[55] Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo*...

[56] Barros Ferreira, *O nobre e antigo bairro da Sé*. São Paulo: Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação e Cultura / Departamento de Cultura, 1971.

[57] *A Redempção – Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa*, ano I, n. 1, 2 de janeiro de 1887; ano II, n. 132, 22 de abril de 1888.

de novas informações aos mapas da cidade de São Paulo garantem força a esta narrativa[58]. Como pondera Maria Lúcia Perrone Passos, se é verdade que "os mapas têm sido, através dos tempos, a linguagem do poder, não do protesto", e que o "mapa [...] tanto pode revelar quanto ocultar, e por intermédio da cartografia é possível atingir, codificar e legitimar o poder político e econômico", é certo também que usos inusitados desse material podem servir para iluminar questões que se queriam apagar no momento de sua criação e retirar do subterrâneo o que para alguns continuou sendo digno de esquecimento[59].

De tal sorte, com base ainda nos dados domiciliares de 1890 de Arthur Carlos, Ignácio de Araújo Lima e José Cupertino e na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897, que oferece a visualização detalhada das ruas, pude entrever certas condições de estabelecimento de parcerias entre eles. Como dito anteriormente, Arthur Carlos morava na Rua Conde de Sarzedas, enquanto Ignácio de Araújo Lima tinha domicílio na Rua São Paulo; e José Cupertino, na Ladeira da Tabatinguera. O detalhe do mapa a seguir (Imagem 11) confirma que, além de compartilharem o mesmo distrito, moravam em ruas vizinhas e ainda mantinham considerável proximidade com a Baixada do Glicério, reduto de outros abolicionistas como Antonio Bento[60].

[58] Para tanto, tomei como referência os seguintes mapas: Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, desenhada e publicada por Jules Martin em 1890; e Planta Geral da Capital de São Paulo, organizada sob a direção do dr. Gomes Cardim, 1897, in*:* Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, *São Paulo antigo*: plantas da cidade. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

[59] Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio, *Desenhando São Paulo*: mapas e literatura (1877-1954). São Paulo: Editora Senac / Imprensa Oficial, 2009, p. 19.

[60] Cf.: Edson Roberto de Jesus, "Bamo samba". *História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 40, fevereiro de 2010. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/ anteriores/edicao40/materia02/ texto02.pdf. Acesso em: setembro de 2010.

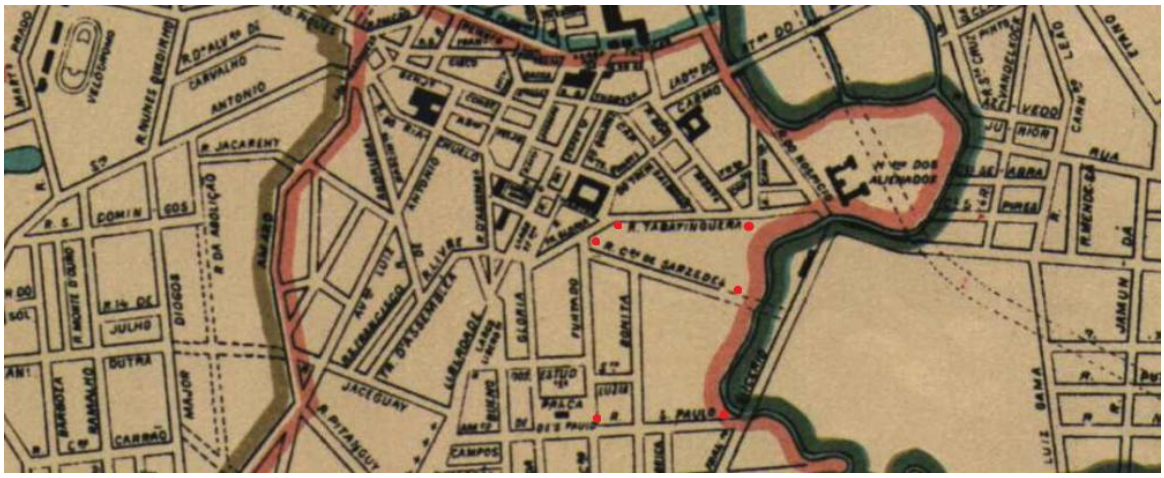


Imagem 11 – Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897 – detalhe do Sul da Sé
Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. *São Paulo antigo*: plantas da cidade. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

A imagem revela que, uma vez envolvidos em demandas semelhantes, os sujeitos que aturam nas lutas abolicionistas certamente podiam saber da existência uns dos outros. O reconhecimento de tamanha proximidade permite pensar até mesmo que, nos momentos decisivos das ações abolicionistas, de apoio ou crítica ao Império, ou ainda quando se anunciou a campanha de registro de novos eleitores na República, esses indivíduos podem ter tomado isso como assunto para conversas em esquinas, bares, charutaria, praça pública ou mesmo durante uma visita domiciliar.

Sobre o último ponto, não me parece obra do acaso que todos eles tenham se tornado eleitores somente em 1890 e se registrado em dias muito próximos, o que pode estar relacionado com alguma mobilização republicana para garantir a participação de seus correligionários nos processos eleitorais ou uma ação espontânea de quem já esperava por aquela oportunidade havia algum tempo[61]. A despeito do que foi ou não feito para facilitar que esses registros específicos acontecessem naquele momento, quando muitas pessoas seguiriam excluídas do processo eleitoral, o fato é que aqueles homens livres, letrados, trabalhadores, politicamente atuantes e aptos a exercer o direito de voto, estavam em conformidade com as regras estabelecidas pela Reforma Eleitoral de 1881. Por conseguinte, não precisavam ter esperado tanto tempo para exercer aquele direito político.

[61] *Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1881-1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398; *Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390.

Constatar isso me levou a uma incursão neste universo das leis a fim de entendê-las um pouco melhor e refletir sobre o impacto desses dispositivos jurídicos – em tese franqueados desde o Império − na vida desses homens de cor. O acompanhamento da sequência dos decretos e leis imperiais e republicanos foi me indicando como que, em alguns detalhes da aplicação das restrições, estariam sumarizados certos limites e especificidades da cidadania para negros livres e libertos nas últimas décadas do século XIX.

***

A 19 de novembro de 1889, na sala das sessões do governo provisório, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, na companhia de seus ministros Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Campos Salles (Justiça), Benjamin Constant (Guerra), Eduardo Wandenkolk (Marinha) e Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), assinava o Decreto n. 6, que assim versava em seu primeiro artigo: "Consideram-se eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, *que souberem ler e escrever*"[62]. Os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral ficariam sob a responsabilidade do Ministério do Interior. Daí em diante, revogavam-se as demais disposições em contrário, expressas no Decreto n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881; no Decreto n. 7.981, de 29 de janeiro de 1881, regulamentados pelo Decreto n. 8.213, de 13 de agosto de 1881 (conhecidos como Lei da Reforma Eleitoral, Lei Saraiva ou Lei do Censo)[63].

Menos de um mês depois, em 21 de dezembro de 1889, o governo provisório vangloriava-se de seus primeiros feitos ao ressaltar: "da sua dedicação ao serviço da democracia e do seu respeito à franca expansão da vontade nacional, já deu o Governo Provisório cópia cabal e decisiva, estendendo o sufrágio eleitoral a todos os cidadãos não analfabetos, e decretando a grande naturalização, que chama às urnas imensas camadas

[62] Decreto n. 6, 19 de novembro de 1889. in*:* Brasil. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Primeiro Fascículo, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 − grifos meus.

[63] Decreto n. 3.029, 9 de janeiro de 1881; Decreto n. 7.981, de 29 de janeiro de 1881; Decreto n. 8213, 13 de agosto de 1881, in*:* Brasil, *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1881*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

populares"[64]. Verdade seja dita, a exclusão dos analfabetos, apesar de polêmica, já não era tema novo desde pelo menos o gabinete Sinimbu. Então, afinal, que mudança efetivamente trazia esse instrumento normativo tão desprovido de detalhes? Do que se valia o governo para almejar fazer crer que estaria dando prova inconteste de sua tendência progressista mediante tal gesto?

Nos termos dos referidos decretos imperiais, no primeiro momento, mais do que a questão do analfabetismo, era a comprovação de "renda líquida anual não inferior a 200$ [duzentos mil réis] por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego", mediante a apresentação de documentos legitimados, que parecia dar corpo às exigências feitas aos que, por ventura, viessem a pleitear o título de eleitor. Entre uma especificação e outra, a regra se pretendia intransigente: "Não servirão para prova da renda quaisquer outros impostos não mencionados nesta lei"[65]. De tal sorte, quem não era funcionário público tinha reduzidas as possibilidades de se manter ou ascender ao status de eleitor[66].

Por sua vez, acerca da exigência de "saber ler e escrever", o texto curiosamente soava mais brando, embora essa tenha sido uma das questões mais recorrentes nas discussões que precederam à promulgação da lei. Tal exigência nem mesmo aparece registrada nos capítulos "Dos eleitores" e "Do alistamento eleitoral" de ambos os decretos de 1881. Num país onde apenas cerca de 20% da população masculina era "alfabetizada" e nem todos tinham idade para votar, o que se insinuava como instrumento de exclusão dos mais radicais dispunha de espaço para assumir contornos de elemento subjetivo na concessão desse direito político[67]. Pode não ter sido, mas o texto abria brechas para tanto. Os trechos pinçados a seguir ilustram esses modos controversos de abordar a questão do letramento entre eleitores, nos termos da legislação imperial de 1881.

---

[64] Decreto n. 78 B, 21 de dezembro de 1889, in*:* Brasil, *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Primeiro Fascículo, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

[65] Decreto n. 3.029, art. 2, 3 e 4.

[66] José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem:* a elite política imperial; *Teatro de sombras*: a política imperial. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 394.

[67] Com base no "Quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidade e grau de instrução, com indicação dos números de casas e fogos", in: Brasil / Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

No Decreto n. 3.029, capítulo "Do alistamento do eleitoral", artigo 6º, no parágrafo 4º, lê-se: "Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido *por escrito e com assinatura sua ou de especial procurador*, provando o seu direito com os documentos exigidos nesta lei". No parágrafo 14, lê-se:

> Os títulos de eleitor, extraídos de livros de talões impressos, serão assinados pelos juízes de direito que tiverem feito o alistamento. Estes títulos conterão, além da indicação da província, comarca, município, paróquia, distrito de paz e quarteirão, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicílio e renda do eleitor, salvas as exceções do art. 4º, *a circunstância de saber ou não ler e escrever*, e o número e data do alistamento.

Já o parágrafo 15 do artigo 6º do mesmo decreto, estabelece que: "Os títulos serão entregues aos próprios eleitores, os quais os assinarão à margem perante o juiz municipal ou juiz de direito; e em livro especial *passarão recibo com sua assinatura, sendo admitido a assinar pelo eleitor, que não souber ou puder escrever, outro por ele indicado*". Por sua vez, o artigo 8º ainda do capítulo "Do alistamento eleitoral", assegura que:

> No primeiro dia do mês de setembro de 1882 e de então em diante todos os anos em igual dia, se procederá à revisão do alistamento geral dos eleitores, em todo o Império, somente para os seguintes fins: [...]
>
> II. De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que requererem e provarem *ter adquirido as qualidades de eleitor de conformidade com esta lei, e souberem ler e escrever*.
>
> § 1º A prova de haver o cidadão atingido a idade legal será feita por meio da competente certidão, e *a de saber ler e escrever pela letra e assinatura do cidadão que requerer sua inclusão no alistamento, uma vez que a letra e firma estejam reconhecidas por tabelião no requerimento que para este fim dirigir*.

Não sendo apenas essas as amostras das ambiguidades deixadas na lei, algo mais acintoso era expresso no parágrafo 19 do artigo 15, capítulo "Da eleição em geral", que instruía acerca dos procedimentos necessários quando da votação propriamente dita:

> O voto será escrito em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, sinal ou numeração. A cédula será fechada de todos os lados, tendo rótulo conforme a eleição a que se proceder. [...] Depois de lançar na urna sua cédula, o eleitor assinará o seu nome em um livro para esse fim destinado e fornecido pela Câmara Municipal, o qual será aberto e encerrado pelo respectivo presidente ou pelo vereador por

> ele designado, que também numerará e rubricará todas as folhas do mesmo livro. *Quando o eleitor não souber ou não puder assinar o seu nome, assinará em seu lugar outro por ele indicado, e convidado para este fim pelo presidente da mesa*.

Reproduzidos nos Decretos n. 7.981 e n. 8.213, esses postulados podem ter dado margem a uma série de arranjos diversos e em sentidos opostos, ora para incluir, ora para excluir. A capacidade objetiva de excluir até 90% do eleitorado, como observado por José Murilo de Carvalho, não limitava os usos subjetivos desse instrumento legal que se anunciava interessado na moralização das eleições no país e que teria de ser implementado à revelia de muitos costumes[68]. Assim, as dezenas de páginas que davam corpo à Lei da Reforma Eleitoral, tão ricas em detalhes, com efeito, buscavam consolidar a jurisprudência formada ao longo dos últimos anos, em decorrência de uma série de contratempos que teimavam em solicitar o pronunciamento dos jurisconsultos, ao mesmo tempo em que promovia malabarismos para acomodar certas práticas comuns, que muito tinham a dizer sobre as disputas entre as forças políticas do Império[69].

Um caso ilustrativo desses quiproquós corresponde a uma ação movida por Benedito José de Oliveira Júnior perante o Conselho Municipal de Recursos em 1872, em que é possível acompanhar um processo por ele movido mediante seis petições à Junta de Qualificação, envolvendo 321 cidadãos, dos quais 177 deveriam ser incluídos ou reincluídos e outros 144 teriam de ser excluídos. Nesse emaranhado, por exemplo, tanto se solicitava "a inclusão de 40 cidadãos, que todos têm sido já votantes desta paróquia, e que têm sido gradualmente excluídos desde 1869 com a mudança na situação política", quanto se demandava a exclusão de "18 cidadãos qualificados votantes, mas que não têm a idade legal [e] de 63 que não têm rendas". Para desgosto do requerente, a Junta, a princípio, incluíra apenas catorze votantes, não procedendo a nenhuma das exclusões solicitadas. Benedito José de Oliveira Júnior, no entanto, seguiu em sua cruzada e recorreu ao Conselho Municipal, acabando por lograr maior sucesso em suas solicitações. Na falta de detalhes sobre a identidade dos envolvidos, a julgar pelos termos empregados no despacho, a peça

[68] José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 39.

[69] José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem:* a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial...

permite intuir que em tal investida havia a intenção de prejudicar determinados indivíduos que gozavam das condições necessárias ao exercício do voto, bem como favorecer outros com os quais o requerente compartilhava interesses políticos[70].

De volta às ambiguidades dos decretos da reforma eleitoral de 1881, obviamente influenciada pelo quadro anterior e pelas lembranças de leituras fortuitas, desfez-se a minha surpresa sobre o fato de que, enquanto muito cuidado fora dispensado aos documentos comprobatórios de renda, ocultar ou dissimular o fato de não saber ler e escrever pôde ter sido um tema ausente até mesmo dos artigos relativos aos crimes eleitorais das leis de 1881. Ocorre, porém, que toda essa maleabilidade facultada por tais decretos acabou não passando na prova de coerência, e a comprovação das habilidades de saber ler e escrever tornou a ser tema da lei que em 1882 promoveu a revisão de alguns trechos da legislação promulgada no ano anterior. Ou seja, não se tratava de uma questão de tão fácil de manejo assim. De tal sorte foi que no artigo 1º, parágrafos 12 e 13, do Decreto n. 3.122, de 7 de outubro, procedeu-se ao ajuste:

> § 12. A disposição do primeiro período do § 4º do art. 6º da Lei n. 3029, bem como a do art. 23 do Regulamento n. 8213 (sem prejuízo dos §§ 1º e 2º deste último artigo) ficam substituídas pelo seguinte:
> Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escrito e de próprio punho e com assinatura sua, provando o seu direito com os documentos exigidos pela lei. *Será, porém, admitido requerimento escrito e assinado por especial procurador, no caso somente de impossibilidade física de escrever do cidadão, provada com documento*.
> § 13. Quando, nos termos do parágrafo antecedente, for escrito e assinado por especial procurador o requerimento do cidadão que pretender ser incluído no alistamento dos eleitores, a prova de saber o mesmo cidadão ler e escrever, da qual trata o art. 8º, § 1º, da Lei n. 3029, será feita pela exibição de papel anteriormente escrito e assinado por esse cidadão, uma vez que a letra e assinatura estejam reconhecidas no próprio papel por tabelião[71].

[70] Nome do autor: Benedito José de Oliveira Júnior – Assunto: Direito a voto / Alistamento eleitoral. Arquivo Nacional, Tribunal da Relação Rio de Janeiro, 84, Processo n. 1659, Maço: 46, Gal: C, 1872. Agradeço a historiadora Lucimar Felisberto pela indicação do documento.

[71] Decreto n. 3.122, 7 de outubro de 1882, in*:* Brasil, *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

Nesses termos ficava resolvida a questão, embora a emenda tenha mantido o texto sob o manto da desconfiança, ao expor uma incomum preocupação de garantir os direitos políticos de um eventual cidadão que, por alguma "impossibilidade física", não pudesse demonstrar sua habilidade de escrita do próprio nome na presença das autoridades competentes. E mais, deixava inalteradas as outras partes mencionadas do Decreto n. 3.029. Quanto a isso, parece que os republicanos foram mais assertivos. Taxativos ao negar o voto aos analfabetos no primeiro decreto sobre o assunto, mostraram-se ainda mais práticos acerca dos métodos adotados para aceitar os pedidos de alistamento. Assim versava o Decreto n. 200A, de 8 de fevereiro de 1890, que vinha para regulamentar as eleições republicanas:

> Art. 22. O cidadão que se julgar nas condições legais de ser qualificado poderá requerer o seu alistamento à comissão.
> Parágrafo único. No caso de requerimento, a letra da firma e data lançada neste será reconhecida por qualquer escrivão ou tabelião.
> Art. 23. Poderá também o cidadão comparecer perante a comissão e requer verbalmente o seu alistamento.
> Parágrafo único. Neste caso, sujeitar-se-á a um rápido exame a que a comissão *in continenti* o submeterá, obrigando-o a ler e escrever em sua presença[72].

Penso que, embora as leis republicanas de primeira hora tenham mantido uma forte tendência de cercear o direito ao voto, promoveram naquele momento uma sutil alteração de eixo ao ressaltar ainda mais o letramento como requisito-chave para limitar a participação popular em certos momentos da vida política brasileira. O corte peremptório, obviamente, capta nossa imediata atenção. Ocorre, entretanto, que tentar restringir não é o mesmo que conseguir impedir[73]. É o que parecem dizer os casos dos membros dos jornais negros e de outros trabalhadores de baixo prestígio social que não deixaram de se registrar

[72] Decreto n. 200A, de 8 de fevereiro de 1890, in*:* Brasil, *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Segundo Fascículo, de 1 a 28 de fevereiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

[73] Sobre essas possibilidades de desvio da regra após a Reforma Eleitoral de 1881, cf.: Marcelo Mac Cord, Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife, in: Caderno de textos do *Seminário Assistência e Mutualismo no Brasil, séculos XIX e XX*. Cecult, Unicamp, 16 e 17 de junho de 2011, *mimeo*, p. 71-96.

como eleitores em 1890, muito em decorrência de sua participação em outros espaços políticos da sociedade de que se sentiam e se queriam participantes.

Passo seguinte ao regulamentado pelo Decreto n. 200A, de 8 de fevereiro de 1890, a qualificação e o alistamento de novos eleitores na freguesia da Sé de São Paulo ocorreram ao longo do mês de abril e primeiros dias do mês de maio[74]. Se tudo aconteceu conforme o previsto em lei, a organização desse processo começou em 7 de março daquele ano, envolvendo as demais freguesias e distritos. De acordo com as exigências novamente expressas nos artigos 4º e 5º do decreto de 1890, os eleitores seriam cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, do sexo masculino, que soubessem ler e escrever, maiores de 21 anos e menores desta idade desde que fossem casados, oficiais militares, bacharéis formados e doutores e clérigos de ordem sacra[75].

O município de São Paulo, pelos dados do Censo de 1890 – de cujas limitações muito foi dito −, contava com 69.934 habitantes, dos quais 49% eram homens, sendo que os homens negros (pretos e mestiços) somariam 15% desse contingente. Entre os homens em geral, os "alfabetizados", incluindo brasileiros e estrangeiros, ou seja, os potenciais eleitores correspondiam a apenas 17% da população total[76]. Para o caso específico da freguesia de N. S. da Assumpção da Sé, a realidade era um pouco melhor, pois, num contingente de 16.395 habitantes, quase 24% dos indivíduos (3.906) preenchiam os requisitos básicos para acessar o direito ao voto. Infelizmente, não existem dados agregados por raça e alfabetização para freguesia da Sé. Todavia, importa registrar que a população negra (mulheres e homens) totalizava 16% dos moradores da região, o que em números brutos significava 2.623 pessoas[77].

---

[74] *Livros de Alistamento de Eleitores*, *Sul da Sé, 1881-1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1390.

[75] Decreto n. 200A, de 8 de fevereiro de 1890, in*:* Brasil, *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Segundo Fascículo, de 1 a 28 de fevereiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

[76] Entre outros, cf. Decreto n. 58 A, de 14 de dezembro de 1889, in*:* Brasil, *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Primeiro Fascículo, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

[77] População recenseada do Estado de São Paulo quanto ao sexo, à raça e ao estado civil; População recenseada no Estado de São Paulo quanto ao analfabetismo, in*:* Brasil / Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 1890*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895, p. 135 e 441.

Foi entre esses indivíduos que saíram os eleitores do Norte da Sé cujas informações estão registradas no Livro de "Alistamento de Eleitores Sé, Braz e Consolação – 1890", totalizando 984 entradas; e os do Sul da Sé, disponíveis no Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890". Os dados somam um total de 1.358 registros[78]. A listagem compreende, pois, 2.342 nomes, número que se mostra compatível com os 3.906 homens alfabetizados moradores da freguesia da Sé assinalados no Censo de 1890.

A primeira questão que salta aos olhos vem de que, a despeito da exclusão dos analfabetos, após a promulgação do decreto republicano, o número de eleitores mais que dobrou nos distritos do Norte e do Sul da Sé. Mais da metade dos alistamentos registrados aconteceram após 1890, pois a outra metade dos eleitores compareceu apenas para fins de qualificação (Tabelas 1). Tendência semelhante se reproduz no caso específico do Sul da Sé, onde residiam os sujeitos pesquisados (Tabela 2).

Tabela 1 − Eleitores dos Distritos do Norte e Sul da Sé por ano de alistamento

Entre 1870 e 1889	Entre 1890 e 1892	Data Ignorada	Total
909	1431	2	**2342**
38,8%	61,1%	0,1%	**100%**

Fonte: Livro de Alistamento de Eleitores Sé, Braz e Consolação – 1890. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP), Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1389; Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890". AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398.

Tabela 2 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé por ano de alistamento

Entre 1870 e 1889	Entre 1890-1892	Total
643	715	**1358**
47,3%	52,7%	**100%**

Fonte: Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890". AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398.

A segunda questão diz respeito às profissões dos cidadãos que puderam se registrar como eleitores a partir de 1890. Conforme os dados das Tabelas 3 e 4, artistas, carpinteiros, pintores e outras profissões de menos prestígio social tiveram um aumento da sua participação no corpo eleitoral nos primeiros anos da República. E mais, enquanto o número de categorias profissionais de alto conceito (como advogado, capitalista,

[78] Livro de Alistamento de Eleitores Sé, Braz e Consolação – 1890. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1389; Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890". AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398. Embora haja outros livros que tratem da mesma matéria no Arquivo Municipal Washington Luís, optei pela transcrição deste por perceber que ali estavam as relações mais completas de alistamento e qualificação de eleitores.

empregado público, engenheiro e proprietário) prevalecia entre os eleitores registrados até 1889, a listagem dos novos votantes após 1890 também sugere o aumento da presença de trabalhadores com status social inferior, tendo em vista os ofícios que passaram a ser declarados: barbeiro, canteiro, carniceiro, ferreiro, jardineiro, oleiro, operário e sapateiro.

Tabela 3 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé alistados entre 1870 e 1889, por ocupação declarada

Ocupação	N.
Advogado	29
Agência	81
Alfaiate	5
Apontador	1
Aposentado	3
Arquiteto	1
Artista	54
Caixeiro	2
Capitalista	3
Carpinteiro	4
Chapeleiro	1
Charuteiro	1
Clérigo	6
Cocheiro	3
Comerciante	3
Dentista	2
Diretor de Colégio	1
Empregado	119
Empregado Público	20
Empregador	1
Empreiteiro	3
Engenheiro	5
Escrevente	4
Estudante	3
Estucador	1
Farmacêutico	8
Fiscal	3
Fotógrafo	1
Funileiro	2
Guarda Livros	14
Ignorada	1
Industrial	2
Jornalista	1
Lavrador	10
Lente	3
Maquinista	2
Magistrado	3
Marceneiro	1
Mecânico	1
Médico	4
Militar	23

Negociante	95
Normalista	1
Oficial de Justiça	1
Padeiro	1
Pedreiro	2
Pianista	1
Pintor	1
Professor	25
Proprietário	50
Reformador	5
Serralheiro	1
Solicitador	3
Tabelião	2
Telegrafista	1
Tintureiro	1
Tipógrafo	18

Fonte: Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890". AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398.

Tabela 4 − Eleitores do Distrito do Sul da Sé alistados entre 1890 e 1892, por ocupação declarada

Ocupação	N.
Advogado	8
Agência	13
Alfaiate	4
Artista	91
Barbeiro	3
Caixeiro	2
Canteiro	1
Carniceiro	1
Carpinteiro	12
Chapeleiro	6
Charuteiro	2
Cobrador	1
Cocheiro	1
Comerciante	10
Conferente	1
Delegado-Fiscal	1
Dentista	3
Desenhista	1
Diretor de Colégio	1
Eletricista	1
Empregado	164
Empregado no Comércio	1
Empregado Público	33
Empreiteiro	1
Encadernador	2
Engenheiro	3
Escrevente	6
Estucador	1

Estudante	54
Farmacêutico	6
Fazendeiro	1
Ferreiro	1
Fiscal	1
Forneiro	1
Guarda Livros	13
Ignorada	3
Impressor	2
Industrial	8
Jardineiro	1
Jornalista	2
Lavrador	19
Litógrafo	1
Lustrador	1
Maquinista	4
Marceneiro	3
Médico	8
Militar	14
Músico	3
Negociante	108
Normalista	3
Oficial de Justiça	1
Oleiro	4
Operário	2
Ourives	2
Pintor	12
Professor	19
Proprietário	13
Reformador	1
Relojoeiro	2
Sapateiro	1
Seleiro	2
Serralheiro	1
Tipógrafo	24

Fonte: Livro de "Alistamento de Eleitores, Sé, 1881-1890"AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398.

No calor da hora, para quem ansiava tempos melhores e que acabara de presenciar as comemorações do fim do escravismo e apostava na República como toque final da reforma democrática, a exemplo dos membros de *A Pátria*, em 1889, tal crescimento pode não ter parecido uma alteração tímida. Afinal, para quem vive o presente, o futuro sempre pode ser uma porção de coisas. E ainda que tais expectativas tenham sido mesmo ilusões momentâneas, penso ainda ser interessante fazer algumas ponderações sobre os passos dados por essas pessoas nesse terreno chamado "cidadania brasileira".

Ao iniciar o passeio por esses caminhos da República, a recapitulação de um comentário de José Murilo de Carvalho veio como uma pedra no sapato a deixar a caminhada mais intranquila. Refletindo sobre a relação entre cidadania e exercício do direito político do voto, tendo em vista documentos relacionados à participação popular nos processos eleitorais republicanos, em seus primeiros anos no Rio de Janeiro − mas não só −, ele afirma: "O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país"[79]. Sem negar a valia dos trabalhos de Carvalho[80], na medida em que me interessa perceber justamente as expectativas e as frustrações dos "homens de cor" que apostaram em seus status de cidadãos brasileiros e participaram dos eventos e processos sociopolíticos das últimas décadas do século XIX e início do XIX, as pistas que encontrei a respeito deles não se enquadram no sugerido em outras asserções semelhantes feitas pelo historiador.

Primeiramente, elas não permitem compartilhar da aposta na operacionalidade das categorias "cidadania ativa" e "cidadania inativa", que Carvalho recupera de Pimenta Bueno para seguir na discussão sobre participação popular na vida política da República[81]. Tal dicotomia pressupõe que o privilégio ou o direito ao voto (cidadania ativa) implique e pressuponha a demonstração/confirmação de autonomia do cidadão. Ademais, ao enquadrar determinados sujeitos e ações no âmbito da "cidadania inativa", corre-se o risco de simplesmente reduzir as experiências históricas aos limites das categorizações explicativas – tantas vezes indispensáveis e ao mesmo tempo uma cilada para as pesquisas em Ciências Humanas.

Segundo porque, diante da exclusão de grandes parcelas da população do direito político ao voto e dos desvios de regra promovidos por outros sujeitos, Carvalho vale-se disso para atestar sua tese da "República que não foi". Em sua ideia de que a "arraia miúda" não se considerava membro da República ou da Nação em sentido amplo, algo que estaria

[79] José Murilo de Carvalho, *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo Companhia das Letras 1987, p. 89.

[80] Cf. José Murilo de Carvalho, Introdução: Com o coração nos lábios, in: José do Patrocínio, *Campanha abolicionista:* coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996; *Idem*, Os três povos da República, *Revista USP*, n. 59, 2003, p. 96-115.

[81] Carvalho, *Os bestializados*..., p. 44.

demonstrado nas manifestações anômicas do "Zé Povinho" no cotidiano da cidade das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, defende a existência de várias repúblicas paralelas, reforça a imagem de uma Nação que nunca se formou e nos mantém no velho esquema explicativo do "Brasil inacabado". Em suas palavras: "Havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada"[82].

Não posso negar que há em sua análise o reconhecimento de um processo de exclusão que ocorreu de fato. Só que, da forma como o faz, acaba por silenciar o empenho e a participação de outros personagens que também fizeram parte dessa história, não eram medalhões, nem capangas desses e se mostraram interessados em ampliar a participação e o reconhecimento dos anseios de grupos marginalizados[83]. Como isso, Carvalho subtraiu, por exemplo, um indivíduo emblemático e uma mobilização negra em torno dele que poderiam ser facilmente localizadas na documentação. Falo de Manoel da Motta Monteiro Lopes e da campanha empreendida na primeira década do século XX com a finalidade de garantir o direito dos negros de serem elegíveis e o respeito ao voto popular.

Carolina Vianna Dantas vem pesquisando exemplarmente a trajetória desse homem negro, doutor formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889, abolicionista e republicano, que chegou ao Rio de Janeiro em 1892 e pouco depois já havia se tornado conhecido como "líder dos pretos". Após exercer a advocacia naquela cidade ao longo de dez anos, candidatou-se e elegeu-se intendente municipal sem vínculo partidário em 1903. A vitória do momento marcava o início de uma série de entraves que se levantariam contra sua carreira legislativa. Em 1905, ao se candidatar novamente ao mesmo cargo, obteve uma votação expressiva, mas dessa vez não foi empossado. Pleiteou no mesmo ano uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal, ainda sem se associar a partidos, foi eleito, mas não diplomado. Como destaca Carolina Dantas, Monteiro Lopes declarou, tempos

[82] *Idem*, *ibidem*, p. 38.

[83] Questionamentos a esse respeito são levantados em: Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, n. 26, janeiro de 2009, p. 1-14.

depois, em entrevista ao jornal *A Tribuna* que havia sido "esbulhado" em seus direitos por ser negro. Em 1909, tornou a concorrer à Câmara dos Deputados, só que então vinculado ao Partido Republicano Democrático. No fim de janeiro, fruto de uma intensa campanha, foi eleito com ampla quantidade de votos. Mas fevereiro começou com os rumores de que ele não seria novamente empossado. "Os boatos diziam que o presidente Afonso Pena e o Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, não queriam um negro na Câmara dos Deputados, alegando que isso envergonharia o país". Em face do mesmo risco, reuniu-se com um grupo de "homens de cor" no Centro Internacional Operário, e juntos organizaram uma campanha de apelo nacional para que ele não deixasse de ser reconhecido como deputado eleito pelo voto do povo, pelo fato de ser negro. A campanha ganhou as ruas e reuniões particulares, aglutinando muitos "homens de cor" e brancos simpáticos à defesa da posse de deputado negro, bem como incomodando outros tantos brancos que se incomodavam com aquela rede de solidariedade fundada na identificação racial negra de seus membros. Com efeito, Monteiro Lopes foi finalmente empossado em abril de 1909, como o quarto deputado mais votado do 1º Distrito da capital federal. Todavia, estando em franco diálogo com outros negros acerca dos problemas enfrentados por esses no pós-abolição, veio a falecer subitamente em dezembro de 1910[84].

Tal como ocorreu com outros indivíduos negros notáveis do período, a emergência política de Monteiro Lopes não se deu por acaso ou no vazio. Em vez disso, aponta para o interesse da "arraia miúda" pela política oficial da República. E pelo que conta Carolina Dantas, o deputado negro foi alguém que, desde os anos 1880, manteve contatos com outros "homens de cor" letrados e ativistas políticos de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, etc. Sua trajetória, portanto, também fala sobre essas complexas redes de diálogo entre intelectuais negros das quais me ocupo aqui. Nesse sentido, para além do óbvio de que o Rio de Janeiro não era São Paulo, a história de Monteiro Lopes e o empenho dos membros de *A Pátria* e *O Progresso* para se tornarem eleitores nos primeiros dias da República servem para relativizar o alcance de outra

[84] Cf.: Carolina Vianna Dantas, Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910): trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição. *PPGH/UFF Publicações*, n. 1. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/files/ public_ppgh/2009-12_dantas.pdf. Acessado em: maio de 2011; e Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da República, *Afro-Ásia,* n. 41, 2010, p. 167-209.

constatação de José Murilo de Carvalho, quando diz: "Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros"[85].

Para o caso específico dos homens negros paulistanos mencionados, eles podem ter aproveitado o clima que vinha sendo criado pelas campanhas de alistamento do Partido Republicano Paulista (PRP), que desde 1887 pelejava para ampliar o seu corpo eleitoral e, assim, obter sucesso nas eleições de deputados e senadores. Ao relatar os esforços anteriores à eleição de agosto de 1888, a nova diretoria do PRP, encabeçada por Campos Sales, fazia questão de destacar a estratégia adotada:

> Em todos os pontos, trabalhou-se ativamente para investir do direito de voto o maior número possível de nossos correligionários, e a Comissão, servindo de centro a esse trabalho, procurou atender com a maior solicitude a tudo quanto dela reclamaram nas localidades para completar a prova da capacidade eleitoral[86].

É certo, porém, que a inclusão dos citados "homens de cor" abolicionistas e republicanos só se deu em 1890. De tal sorte, se a participação político-eleitoral desses homens foi impactada pelas leis e dinâmica política do fim do Império, há de se questionar também as práticas estabelecidas dentro do PRP no que toca a participação de determinados indivíduos ou grupos já simpáticos à causa republicana ou potenciais alvos de convencimento. Esse "atraso" na inclusão, todavia, não serve para reforçar a ideia de que os negros se mantiveram absolutamente avessos aos discursos contra a Monarquia. Como se verá no próximo capítulo, sendo um grupo volumoso, nada mais natural que houvesse diferentes opiniões entre as pessoas negras que viveram aqueles anos e aquelas disputas.

[85] Carvalho, *Os bestializados*..., p. 30.

[86] Ata da Comissão Permanente, 23 de março de 1889. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Fundo Particular Manoel Lopes de Oliveira, Série: Partido Republicano Paulista (1838-1888), Etiqueta 0011, p. 167-173. Observação: Campanha de Alistamento.

CAPÍTULO 8 – ORGANIZAÇÕES NEGRAS E DISSONÂNCIAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE ABOLIÇÃO[1]

> Restituídos aos seus direitos, em 13 de maio, os negros pensaram que lhe estava garantida pela lei e pelos costumes a autonomia mental, que deve exercer todo o cidadão. Enganaram-se[2]

Em 23 de setembro de 1898, a Rua Presidente Barroso foi agraciada com o nascimento do mestre Heitor dos Prazeres, filho de Eduardo Alexandre dos Prazeres, marceneiro e clarinetista da banda da Guarda Nacional, e Celestina Gonçalves Martins, costureira[3]. Tal acontecimento, por si só, já faria daquele lugar de questionado prestígio social um ponto dos mais importantes para a cidade do Rio de Janeiro. Acontece que a vizinhança era composta por muitas outras pessoas interessantes e cheias de assunto... Lugar de expressiva presença negra no final do século XIX, a Cidade Nova, centralizada pela Praça Onze, teve entre seus moradores as famosas tias baianas e também mineiras e fluminenses, que, junto com demais membros de famílias de libertos e livres locais, fizeram da região a "Pequena África" − que abrangia ainda os bairros da Saúde, Gamboa, Estácio e Santo Cristo[4].

---

[1] As linhas gerais deste texto foram apresentadas no simpósio temático "Pós-abolição: racialização, memória e trabalho" do XXVII Simpósio Nacional de História, realizado em Natal, Rio Grande do Norte, entre 22 e 26 de julho de 2013, sob o título "Club Republicano dos Homens de Cor: uma face da participação política negra no pós-abolição (1889-1893)". Disponível em: www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/ 1364834113 _ARQUIVO_Anpuh2013-Artigo_Versaopreliminar_.pdf. Agradeço os comentários feitos pelo debatedor Amilcar Pereira e demais colegas presentes.

[2] *Cidade do Rio*, 16 de janeiro de 1889, p. 1.

[3] Cf. Heitor dos Prazeres: biografia. Disponível em: www.heitordosprazeres.com.br/hp/biografia/. Acesso em: junho de 2014.

[4] Cf. Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995; Tiago de Melo Gomes, Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930, *Afro-Ásia*, n. 29-30, 2003, p. 175-198; Maria Clementina Pereira

Em seus fazeres cotidianos, esses indivíduos estabeleciam meios para se firmar e se afirmar como moradores legítimos da cidade[5]. Numa dessas estratégias, dez anos antes da alegria vivida pela família Prazeres, na noite de 13 de maio, a casa de número 36 da mesma Presidente Barroso recebeu um grupo de 23 "moradores da Cidade Nova e descendentes da raça negra que, tendo já em começo a organização de um modesto núcleo familiar", deliberou pela fundação da Sociedade Familiar de Dança Prazer da Violeta. A inauguração ficava marcada "impreterivelmente" para o dia 29 de julho daquele ano, quando da comemoração do aniversário da princesa Isabel. Com essa decisão, aqueles cavalheiros e damas (!), que tinham em José do Patrocínio um "chefe e invicto libertador", vinham demonstrar "o seu regozijo pela brilhante terminação da Independência Brasileira, podendo hoje considerar nosso Brasil, com todo júbilo, glória, flores e risos, coirmão da grande terra redimida por Abraham Lincoln"[6]. Na lista de nomes hoje desconhecidos estavam: Agostinho José Alves, Severino de Sousa Júnior, Julio Antonio de Miranda, Guilherme Ferreira Alves, Afonso Gil da Mata, Adão de Oliveira Costa, Francelino Satyro de Alcantara, Damasio Ernesto da Fonseca, Alfredo Eloy Cardoso, Virgilio da Silva Gurgel, Raphael Guillobel, José Joaquim de Oliveira, Antonio Felix Vieira da Silva, Elisario Luiz dos Santos, Cecilia Maria do Rosário, Joana Baptista, Augusta d'Oliveira Alves, Lucia Geraldina da Silva, Anaysa da Conceição, Justina Camila dos Santos, Maria Francisca Vaz, Antonia Maria da Penha, Leopoldina Lauriana Rodrigues.

Atentos ao significado do momento, aqueles "descendentes da raça negra" − uns mais escuros, outros menos − não perderam a oportunidade de, no primeiríssimo instante do pós-abolição, se colocar perante a sociedade nos termos que avaliavam ser os mais adequados e condizentes com o status de cidadãos respeitáveis. Formavam uma união de famílias, tinham o interesse de consolidar um espaço saudável de diversão para pessoas de seu grupo sociorracial e se mostravam antenados às conexões que o Brasil estabelecia com outros países. Na contramão dos estigmas que recaíam sobre o fim da escravização dos

---

Cunha, *Ecos da folia*: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[5] Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, v. 1: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

[6] *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1888, p. 1.

negros e tendiam a reduzir o alcance da universalização da liberdade, a Sociedade Familiar de Dança Prazer da Violeta, justamente a partir da Cidade Nova, buscava romper com uma série de estereótipos[7]. Ao mesmo tempo, não se disfarçava o partido tomado na disputa política que envolvia a continuidade ou a queda da Monarquia, marcando uma evidente distância em relação aos republicanos, e, com isso, chamando para si outros problemas.

Assim, a despeito da boa vontade, não faltavam vulnerabilidades. Tanto que, não sei se em decorrência de entraves promovidos pelos agentes da segurança pública, se em respeito ao estado de saúde da princesa no dia do aniversário, por alguma desarticulação interna ou mero desinteresse posterior do jornal acerca das atividades daquela sociedade, essa foi a única vez que uma atividade sua foi noticiada[8]. Se a reunião de julho aconteceu ou não, essa informação me falta. No entanto, sendo a historiografia obrigada a conviver com lacunas, a ausência nos periódicos não deve ser tomada como prova da dissolução do projeto ou do que o mobilizava. As práticas de sociabilidade que articulavam livres, libertos e escravizados décadas antes e o que se viveu por ali entre o fim do século XIX e início do XX estão aí para atestar que a Prazer da Violeta não foi um caso isolado[9]. Exemplo disso é

[7] As pesquisas sobre os clubes sociais negros, como uma expressão do associativismo negro, têm obtido interessantes avanços nos últimos anos. Se, a princípio, o foco esteve dirigido às experiências paulistas iniciadas no século XX, atualmente, os trabalhos avançam em várias outras direções, tanto no que diz respeito ao tempo quanto aos territórios. Os resultados alcançados para a região Sul têm se destacado. É importante notar que o desenvolvimento desse campo de pesquisa é tributário da articulação entre indivíduos ligados aos clubes, membros da comunidade acadêmica e órgãos governamentais. Uma boa amostra do que se tem produzido pode ser acessada na plataforma virtual *Clubes Sociais Negros do Brasil,* disponível em: www.clubessociaisnegros.com.br. Acesso em: março de 2014. Cf. José Correia Leite e Cuti, *... E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992; Uassyr de Siqueira, Clubes recreativos: organização para o lazer, in: Elciene Azevedo *et alii* (orgs.), *Trabalhadores na cidade:* cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 271-312; e Fernanda Oliveira da Silva, *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

[8] Nas vésperas de 29 de julho de 1888, "os libertos da lei áurea de 13 de maio e os sócios da Caixa José do Patrocínio" tiveram frustrada sua intenção de saudar a "Excelsa Princesa Redentora" em "consequência do incômodo de saúde da mesma augusta senhora" (*Cidade do Rio*, 26 de julho de 1888, p. 3 e 28 de julho de 1888, p. 3). Como observa Robert Daibert Júnior, a associação entre o aniversário da princesa Isabel e a causa abolicionista foi sendo promovida desde meados da década de 1880. Cf. Robert Daibert Júnior, *Isabel, a "Redentora" dos escravos:* uma história da princesa entre olhares negro e brancos (1846-1988). Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 117.

[9] Uma síntese a respeito pode ser encontrada em: Juliana Faria *et alii*. *Cidades Negras*: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006, p. 77-152.

dado por Julio Antonio de Miranda, que havia sido secretário de um grupo de Cucumbis nos anos 1880 e se tornou tipógrafo da *Cidade do Rio* na década de 1890 e na seguinte[10].

De tal sorte, esse rápido registro e o reconhecimento das condições em que ele foi produzido convidam a uma observação mais atenta às possibilidades de atuação da gente negra livre e liberta de então, e menos afoita em promover categorizações facilmente acionadas para legitimar os discursos envolvendo a experiência racial brasileira. Outrossim, mais do que despender tempo tentando demostrar se inciativas como essa representaram uma ação política de cultura ou uma ação cultural política, ou coisas do tipo, pareceu ser mais interessante para os objetivos desta pesquisa investir nas informações encontradas sobre um conjunto de organizações negras do pós-abolição; uma vez que isso se afigura como uma boa oportunidade de colaborar para a construção de um quadro mais complexo acerca dos esforços dos descendentes de africanos em defesa de sua cidadania[11].

Esse interesse, por sinal, ganhou ânimo na identificação das semelhanças e diferenças existentes entre a Liga dos Homens de Cor; a Sociedade Cooperativa da Raça Negra; a Guarda Negra; o Club Republicano dos Homens de Cor; e o jornal *A Pátria – Orgam dos Homens de Cor*, que apareceram nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre 1887 e 1889; e alcançaram alguma repercussão posteriormente. Dado relevante, o nome de José do Patrocínio aparece como um ponto comum na documentação relativa a essas experiências, embora não necessariamente por receber demonstrações de simpatia. Só que, mais do que simplesmente se orientar pelas contendas políticas que concentravam a atenção pública, os responsáveis por essas organizações estavam empenhados na manutenção do trabalhador negro no mercado de trabalho livre, no letramento de seus consortes e na ocupação de outros espaços sociais.

Cabe ressaltar que esses projetos e, sobretudo, os seus agentes não foram alçados à condição de protagonistas da cena republicana nos anos seguintes. É certo que seguiram existindo e figurando como demonstração empírica das limitações democráticas da sociedade em que estavam inseridos, mas quando muito foram reconhecidos como

[10] *Gazeta de Notícias*, 30 de dezembro de 1886, p. 3; *Cidade do Rio*, 30 de novembro de 1895, p. 2; 26 de agosto de 1898, p. 2; 31 de dezembro de 1901, p. 2; 29 de janeiro de 1902, p. 2.

[11] Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho, *Tempo Social*, v. 18, n. 1, junho de 2006, p. 214-240.

coadjuvantes de terceira ordem nesse cenário. Por esse motivo, a última parte deste capítulo volta-se a uma abordagem dessa impossibilidade de participação equânime da população negra no pós-abolição e a relação disso com os destinos dos sujeitos-chave deste trabalho.

***

Uma vez que a maioria das pessoas negras da Corte já era livre ou liberta e que em questão de pouco tempo a legalidade da escravidão certamente seria derrotada, um grupo de indivíduos negros tomou a inciativa de criar, ainda em 1887, a Liga dos Homens de Cor, a fim de contribuir para que todos tivessem as condições necessárias ao pleno exercício da cidadania. A abolição do "elemento servil" não afetaria apenas a vida dos ainda escravizados e era preciso que a população de pretos e pardos se apresentasse minimante articulada para defender seus direitos. Assim, com o objetivo de "levantar o nível moral dos homens de cor, e de habilitá-los pela cooperação, mutualidade e solidariedade a entrar por igual na elaboração da riqueza e do futuro brasileiro", José do Patrocínio, Antonio Luiz do Espírito Santo Castro, Geraldo José Alexandre das Mercês, Agostinho José Alves, Antonio Honorato de Santa Rosa, Assindino Seveliano José Gomes, Flávio José de Andrade, entre outros, assumiram o desafio de levar a missão adiante[12].

Essa não seria a primeira nem última vez que boa parte desses indivíduos se envolveria em experiências de associativismo. Geraldo das Mercês, primeiro secretário, esteve envolvido com grupos carnavalescos desde pelo menos o início da década de 1880, compôs o conselho da Associação de Socorros Mútuos Auxílio Operário de 1883 e propôs a fundação da Sociedade Recreativa e Instrutiva, em 1896[13]. Assindino Gomes, que ocupou o posto de Geraldo em 1889, havia sido secretário interino da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em 1881 e comporia o conselho da Sociedade Cooperativa da

[12] *Cidade do Rio*, 2 de agosto de 1888, p. 3; 31 de agosto de 1888, p. 1. *Gazeta de Notícias,* 22 de abril de 1888, p. 4; 13 de maio de 1888, p. 30 de maio de 1889, p. 2; 1º de setembro de 1889, p. 5.

[13] *Gazeta de Notícias*, 8 de agosto de 1880, p. 3; 26 de dezembro de 1883, p. 2; *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1896, p. 2.

Raça Negra, fundada em abril de 1888 – da qual nos ocuparemos logo mais[14]. Agostinho Alves, que também atuou como secretário da Liga, tornou-se um dos fundadores da Sociedade Familiar de Dança Prazer da Violeta em maio de 1888, como mencionado anteriormente[15]. Flávio José de Andrade, por essa época, também passou a integrar o Centro Tipográfico Treze de Maio[16].

Por mais que essas conexões evidenciadas possam impressionar pela variedade e a densidade, o reconhecimento da presença desses homens nos espaços mencionados alcança apenas pequenas frações de suas trajetórias. Suas vidas, por óbvio, foram muito mais cheias de meandros; e as influências recebidas a partir da presença em ambientes religiosos, lúdicos, escolares, de trabalho, etc. não foram processadas uma em detrimento da outra. O resultado foi que diferentes percursos deram em sujeitos distintos, mas, ao mesmo tempo, nem tão distintos assim. Tanto que, naquele momento, o que serviu de justificativa para que essas individualidades se aglutinassem foi uma identidade racial compartilhada. Ou seja, o ambiente que favorecia a formação de identidades de classes era o mesmo que servia de estímulo à constituição de identidades raciais, de modo que essas sustentassem até mesmo plataformas políticas. Acrescente-se a isso o fato de que o gesto não era uma surpresa para ninguém. Até onde pude me informar, não houve quem tenha procurado a imprensa por ter se surpreendido ou para se opor à existência dessa e das outras organizações negras, quando de seus respectivos surgimentos. A escravidão ruía, mas as práticas da racialização permaneciam naturalizadas, embora submetidas a uma dinâmica de sutil reordenamento. Por força do hábito, as pessoas e grupos se orientavam por categorias raciais. Elementar e complicado assim.

Em certa medida, havia interesse para que os negros falassem nesse novo contexto. Em outra época, investidas dessa natureza não receberam apoio algum por parte das autoridades imperiais. Um bom exemplo é dado por Sidney Chalhoub. A partir dos casos da Sociedade de Beneficência da Nação Conga, Protetora da Sociedade do Rosário e São

[14] *Gazeta de Notícias*, 5 de julho de 1881, p. 2; 11 de abril de 1888, p. 2; 1º de setembro de 1889, p. 5; *Cidade do Rio*, 11 de abril de 1888, p. 2.

[15] *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1888, p. 1; *Gazeta de Notícias,*

[16] *Revista Typographica*, 28 de julho de 1888, p. 3.

Benedito; da Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência; e da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, nas décadas de 1860 e 1870, o historiador evidencia que outras entidades negras conseguiram existir informalmente, mas, ao buscarem a legalização de suas atividades, foram condenadas pelo Conselho do Estado, em decorrência da manifesta vontade dos seus membros em se organizar econômica e politicamente a partir de critérios étnicos e raciais. O pior é que isso não mobilizou uma reação ou protesto por parte dos órgãos de imprensa e da opinião pública[17].

De todo modo, voltando ao que a Liga trazia de particular, além dos homens lembrados há pouco, ainda existia o presidente Antonio Luiz do Espírito Santo Castro, que, colocado em separado, chega a ofuscar o brilho dos demais, só perdendo para José do Patrocínio. Em virtude de um requerimento movido pelo deputado mineiro Sebastião Mascarenhas, do Partido Liberal, em agosto de 1888, ficamos sabendo que Espírito Santo Castro gozava de notoriedade suficiente para receber o título de comendador. Ocorre, porém, que o parlamentar citado julgou ser a condecoração um despropósito e resolveu buscar a anulação da entrega do título, sob a alegação de isso não condizer com a pessoa de um mero barbeiro. Sabendo dessa investida, o consócio José do Patrocínio, editor da *Cidade do Rio*, fez questão de ocupar a coluna nobre do jornal para se pronunciar crítica e ironicamente em sentido oposto, apresentando detalhes sobre os feitos públicos daquele homem.

Logo de início, ele coloca em xeque a postura do parlamentar e, com isso, encurrala os liberais como um todo. Nas palavras de Patrocínio, haveria ali uma "manifesta contradição entre o seu requerimento e as aspirações de seu partido, que nos promete uma monarquia democrática. Há, além disso, atentado constitucional, por isso que a lei suprema do Estado não distingue os cidadãos senão pelo saber, merecimentos e virtudes". Em seguida, identifica Espírito Santo Castro como "negro" e encaminha o artigo de fundo para a valorização do ofício de barbeiro, bem como para o reconhecimento do colega injustiçado como "uma das maiores influências liberais do 2º distrito da freguesia do Sacramento". Sempre eleitor de sua paróquia, fora ademais eleito juiz de paz pelo voto popular em 1879;

[17] Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 240-265.

e 1º suplente de juiz de paz nas últimas eleições municipais, "apesar de tudo e principalmente de suas ideias abolicionistas" – chegando a substituir o titular do posto. O jornalista não se furtaria de ressaltar o fato de Castro ter sido presidente da Imperial Sociedade dos Artistas Brasileiros, por cinco anos; conselheiro da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficentes, havia dez; e responder naquele momento pela presidência da Liga dos Homens de Cor. Ainda no âmbito das conflituosas relações raciais, destacou, por fim, que "o cidadão Espírito Santo Castro só não exerceu funções de subdelegado, durante a situação liberal, porque entendeu que a sua cor poderia servir de pretexto a dolorosas injustiças e preferia a obscuridade ao sofrimento moral por amor de efêmeras posições"[18]. Um dos prováveis estímulos para a organização da Liga? Provavelmente...

A propósito, mesmo sendo nosso conhecido, não posso passar batido pela participação de José do Patrocínio. Com o acúmulo obtido na imprensa e nos embates abolicionistas e republicanos, ele foi outro fundador da Liga dos Homens de Cor e contribuiu para dar visibilidade e inserção política à inciativa. Não é descabido, pois, deduzir que o prestígio de Patrocínio colaborou para a amistosa, embora discreta, recepção dada por alguns jornais. Afora o respaldo recebido pela *Gazeta de Notícias*, que não se negou a publicar uma série de notas e avisos sobre as atividades da associação, o *Diário de Notícias*, de posse do estatuto, publicado e enviado em abril de 1888 aos órgãos de imprensa da cidade, foi outro que considerou legítimo noticiar o fato e elogiar a iniciativa:

> Recebemos: [...] Estatutos da Liga dos Homens de Cor, sociedade cujo fim é desenvolver intelectual e moralmente a raça negra e cruzada, e restituir-lhe na comunhão brasileira a autonomia que lhe foi roubada pela escravidão. É louvável o *tentamen*, necessário, sem dúvida como complemento da emancipação da raça[19].

Ânimo para tanto não faltava aos demais integrantes, sobretudo porque eles criavam um contexto favorável àquela agitação. Articulados com Patrocínio, os membros da Liga participaram de reuniões públicas e privadas durante as quais eram interlocutores privilegiados, mesmo estando na companhia de medalhões. É verdade que são poucos

[18] *Cidade do Rio*, 31 de agosto de 1888, p. 1.

[19] *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1888, p. 2.

registros dessa atuação presentes nos jornais. Porém, se houve oportunidade para exporem seus desejos de "levantar, através do comércio, da indústria, da instrução e do trabalho duro, o nível de sua raça", num evento como a reunião de fundação da Guarda Negra, na redação da *Cidade do Rio*, em setembro de 1888, é mais do que provável que tenham estado nos *meetings* promovidos para rebater as investidas de escravistas e republicanos de 14 de Maio[20].

Curiosamente, José do Patrocínio não permaneceu na organização por muito mais tempo. Personalidade aclamada e escolhida para entregar o hábito da Rosa ao presidente e comendador Espírito Santo Castro, ainda em outubro de 1888, consta que, quando da morte deste, em maio do ano seguinte, já teria se desvinculado em virtude de uma "oposição que lhe foi movida no seio da Liga"[21]. A explicação dessa dissidência, contudo, se perde num emaranhado de especulações que envolvem vaidades, incertezas e ainda a conturbada trajetória da Guarda Negra, da qual falarei adiante.

É importante evidenciar que as atividades da Liga dos Homens de Cor não se limitavam às participações em eventos externos. Havia o desejo de que a associação tivesse uma dinâmica própria. Eles, aliás, mantinham uma sede na Rua de S. Pedro n. 292 − localizada na região onde hoje passa a Avenida Presidente Vargas −, aberta diariamente entre as 18 e 20 horas e aos domingos a partir das 17 horas. O espaço foi bastante utilizado para atividades de debate e formação. Segundo os anúncios divulgados entre o público mais amplo, a partir de abril, eles passaram a realizar, nas noites de domingos, conferências sobre "interesses gerais de nossa sociedade", ficando os próprios consócios encarregados de se revezar como oradores[22].

Com o advento do Treze de Maio, essa rotina que se tentava instituir ficou um tanto comprometida, sendo eles interpelados novamente por outras demandas. Resolveram, por exemplo, acatar a sugestão do deputado Domingos Jaguaribe Filho para que liderassem uma campanha em prol do erguimento de uma estátua da liberdade por meio de subscrição

[20] *Cidade do Rio*, 29 de setembro de 1888 *apud* Rebeca Bergstresser, *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de História, Universidade de Stanford, 1973, p. 177.

[21] *Cidade do Rio*, 27 de outubro de 1888, p. 3; *O Carbonário*, 15 de maio de 1889, p. 3.

[22] *Gazeta de Notícias*, 22 de abril de 1888, p. 4; 6 de maio de 1888, p. 4; 13 de maio de 1888, p. 3.

pública. Desdobramento rápido dessa decisão, no dia 15 de maio, o *Diário de Notícias* noticiaria o pedido enviado ao seu redator-chefe para que uma subscrição fosse aberta em seu escritório. Dois dias depois, quando a comissão de sociedades de descendentes da raça negra convocava a comunidade a colaborar para a festa de comemoração do fim da escravidão – processo no qual também devia estar envolvida −, a Liga dos Homens de Cor enviaria um comunicado específico a seus sócios para que comparecessem na sede para tratar de "negócio urgente" e de "pronta solução". Havia, no mínimo, duas questões urgentes com que lidar e não se falou de outra coisa até pelo menos o fim do mês[23].

Outro aspecto marcante na experiência da Liga dos Homens de Cor é a forma como buscaram garantir sua existência. Conforme sinalizado pelas cobranças do tesoureiro Antonio Honorato de Santa Rosa em prol da quitação dos atrasos, com poucas ou na falta de subvenções externas, era a contribuição dos consócios que permitia o desenvolvimento das atividades da sociedade[24]. Consequentemente, eram necessários estímulos extras para que a colaboração coletiva de fato ocorresse. Uma estratégia empreendida para tentar alcançar os inadimplentes foi a convocação de assembleias gerais periódicas, nas quais os sócios deveriam comparecer munidos de suas cadernetas[25]. Aqueles que estivessem com a contribuição pendente seriam alvo fácil dos constrangimentos promovidos por meio dos avisos sobre devedores. Com o orgulho maculado, haveria quem resolvesse o problema tão logo a reunião acabasse.

Ao que parece, obtiveram algum sucesso com essa insistência. Em fins de julho, sob uma nova gestão, eleita após a morte de Espírito Santo Castro, dava-se o informe do pleno funcionamento das classes noturnas: "Cientifico-lhes que acha-se aberta a aula do curso primário, funcionando nos dias úteis das 7 às 9 horas da noite, para os associados e pessoas do sexo masculino pertencentes a suas famílias". Os alunos contavam com aulas de português, aritmética e geografia. Não dá para deixar passar em branco, entretanto, a facilidade com que reproduziam as desigualdades de gênero. Naquela sociedade

[23] *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888, p. 2; Cidade do *Rio*, 17 de maio de 1888, p. 2; 20 de maio de 1888, p. 3; 27 de maio de 1888, p. 3; *Gazeta Paranense*, 23 de maio de 1888, p. 2.

[24] *Cidade do Rio*, 2 de agosto de 1888, p. 3; 30 de maio de 1889, p. 2.

[25] *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1888, p. 4; 30 de maio de 1889, p. 2; 1º de setembro de 1889, p. 5; *Cidade do Rio*, 4 de agosto de 1888, p. 3; 30 de maio de 1889, p. 3; *O Paiz,* 4 de agosto de 1889, p. 5.

administrada exclusivamente por homens, o compromisso com o avanço da comunidade dos "de cor" era estruturado unicamente pelo empoderamento deles próprios. Querendo ou não, enquanto um braço ajudava a alavancar alguns, o outro seguia a embarreirar a emancipação das outras. A subalternização feminina negra era tratada ali como um ponto pacífico[26]. Feliz e infelizmente, esse esforço pelo avanço educacional masculino negro, que se renovou no início de 1890, foi a última ação vinculada à Liga dos Homens de Cor que encontrei[27].

Voltando a 1888, antes mesmo de a impressão do estatuto da Liga ficar pronta, a cidade do Rio de Janeiro receberia a notícia de outra façanha. Era a vez da Sociedade Cooperativa da Raça Negra, fundada em 8 de abril de 1888. Sua diretoria, cujos nomes não me custa registrar, era composta por: Estevão Roberto da Silva (presidente), João José Tavares Júnior (vice-presidente), Lourenço Izidro de Siqueira e Silva (1º secretário), Martinho dos Prazeres (2º secretário), Manoel Fernandes Tupper (tesoureiro geral). Almejando ser uma associação bem estruturada, contaria ainda com um conselho formado por: Francisco Paula de Oliveira Veado; Francisco José de Lemos Magalhães; Misal Gomes da Silva; Jorge Furtunato Martins; Assindino Seveliano José Gomes; João Guedes de Azevedo; Manoel Wenceslau do Valle Porto; Luiz Antonio Ribeiro; Manoel Justiniano de Oliveira; e Manoel Frontino.

Para completar, surgia com três propósitos rigorosamente definidos. Como prioridade número um, objetivava "encaminhar os descendentes da raça africana ao trabalho, criando a Sociedade para isso *um registro onde serão lançadas as pessoas desempregadas com as suas respectivas profissões e com o maior número de informações que possam ser colhidas*". A segunda frente de atuação passava por "promover a instrução primária, comercial, artística e agrícola". Por último, a fim de garantir sustentabilidade às

[26] Algumas mulheres negras, no entanto, conseguiram romper o cerco e se tornaram até mesmo professoras, como nos apresenta Maria Lúcia Rodrigues Müller por meio de fotografias do início do século XX: *A cor da escola:* imagens da Primeira República. Cuiabá, MT: Entrelinhas / EdUFMT, 2008, p. 28, 40, 42, 46, 78, 80, 84, 88.

[27] *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1889, p. 4; 19 de janeiro de 1890, p. 4.

atividades de auxílio mútuo, fundariam "uma caixa beneficente e uma funerária com 15% da renda"[28].

De imediato, salta aos olhos o fato de não se pautarem em aspectos gerais da cidadania. Defendiam, isso sim, a garantia de emprego e capacitação tecnológica para o trabalhador descendente da raça africana. E mais, não comungavam da crença de que a gente negra, num sentido abstrato, estivesse incapacitada para atuar com competência no mercado de trabalho autônomo do capitalismo competitivo. Se é certo que a falta de formação era entrave a uma parcela do grupo, é inegável que a constituição da Sociedade Cooperativa da Raça Negra vinha evidenciar que outra parte amargava o desemprego por razão diversa. Havia quem pudesse, até mesmo, comprovar profissão definida e dar testemunhos de suas qualificações. Em outras palavras, mesmo sem contar com índices de desemprego desagregados por raça/cor, esses homens se reuniam para protestar contra a desvalorização do operário negro nacional, defendiam um pertencimento racial, falavam em causa própria e acabavam por se contrapor à priorização das políticas migratórias, que recebia forte apoio das elites nacionais.

O cenário com o qual se confrontavam assumia características um tanto diferentes do vivenciado por homens negros livres de outros tempos, quando era cabível ao menos tentar não ser confundido com um escravizado e se distanciar dos vínculos familiares com o cativeiro[29]. Com efeito, o que Hebe Mattos observou para o mundo rural do Sudeste, em *Das cores do silêncio*, em larga medida vale também para o espaço urbano. Em decorrência da ruína do escravismo, "as categorias e identidades socioculturais [...] subitamente deixaram de fazer sentido. Senhores, escravos e homens "nascidos" ou tornados livres

[28] *Cidade do Rio*, 11 de abril de 1888, p. 2; e *Gazeta da Tarde*, 11 de abril de 1888, p. 2 – grifo meu.

[29] Marcelo Mac Cord aborda as contradições dessa estratégia ao acompanhar as ações de membros da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do Recife oitocentista. Segundo ele, ao analisar um registro fotográfico de 1880: "Apesar de os mais destacados sócios efetivos de pele escura enfrentarem a lógica dos ideólogos racistas, eles próprios não defendiam quaisquer critérios genéricos de 'igualdade', fossem eles quais fossem. Há pelo menos dois indícios a justificar tal afirmativa. Primeiramente, os artífices de cor da associação utilizavam estratégias destinadas a dissociá-los dos estigmas da escravidão, um fardo que os perseguia enquanto descendentes de (ex-)cativos. [...] Em segundo lugar, apesar de mestres e operários integrarem o mundo do trabalho, [...] os sócios efetivos pareciam ser 'iguais' aos capitalistas que os que 'proletarizavam'". Cf. Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania:* mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 409.

historicamente não mais existiam"[30]. Não por acaso, integrantes da comunidade negra não esperaram a definição dada naquele domingo de maio para se organizar nos termos solicitados pela nova conjuntura. Ocupavam-se, portanto, das demandas de livres e libertos num mesmo espaço.

Por outro lado, o direcionamento do trabalho pedagógico sugere que essa sociedade priorizaria os anseios de segmentos profissionais específicos, como os artífices e aqueles ligados ao comércio e à agricultura, mesmo sem deixar de contemplar a carência por instrução primária. Estava implícita a articulação entre práticas de apoio mútuo e de defesa profissional[31]. Tal opção, ao mesmo tempo em que marcava seu caráter insurgente, servia para endossar valores e preconceitos que se consolidavam no âmbito da gestão educacional pública, privada e beneficente, sobretudo no que diz respeito ao letramento de adultos. Por mais que essa não fosse a intenção, ao endossar a crença na educação como porta de saída das mazelas, projetos como esses vinham servindo como reforço à estigmatização dos analfabetos, que atingia grande parte da população, em especial os negros[32]. De qualquer maneira, havia gente querendo aprender. Permanecer inerte diante dessa vontade seria, por conseguinte, outra forma de compactuar com a proscrição da gente negra. Essa opção, se em algum momento foi considerada, teve de ser descartada, não só pelos membros dessa associação, mas por outros mais.

Diante de tantos detalhes, sou obrigada a parar e fazer uma pergunta básica: que experiências teriam servido de inspiração para esses homens de cor constituírem uma organização tão centrada no compromisso com o trabalho e na educação tecnológica? Ainda sob o impacto de saber que José do Patrocínio fora um leitor entusiasta de Frederick Douglass, o primeiro impulso foi pensar que o perfil ideológico adotado pela Sociedade Cooperativa da Raça Negra pudesse ter tido alguma influência de Booker T. Washington,

---

[30] Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 309.

[31] Cf. Cláudio H. M. Batalha, Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 41-67.

[32] Cf. Ana Luiza Jesus da Costa, *À Luz das Lamparinas*, *as escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte* (1860-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) − Centro de Educação e Humanidades, UERJ, Rio de Janeiro, 2007; Alceu Ravanello Ferraro, *História inacabada do analfabetismo no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2009.

que veio a adquirir notoriedade após assumir a direção do Tuskegee Institute, histórica universidade negra no Alabama, Estados Unidos, voltada para a educação industrial. Acontece, porém, que a fama nacional desse líder afro-estadunidense só viria após 1895 e sua influência internacional só se consolidaria no início do século XX[33]. Logo, hipótese descartada...

A explicação teria, então, origens locais? Bingo! Na busca por informações acerca do presidente Estevão Roberto da Silva, pude encontrar um conjunto substancioso de evidências para justificar as escolhas feitas por aquela Sociedade Cooperativa. A primeira delas remete ao ano de 1876, época em que ele se sobressaia entre os alunos da Academia Imperial de Belas Artes e recebia medalhas de prata por seu desempenho nos cursos. Nascido livre em 1848, filho de Victor Roberto da Silva, aos 28 anos, era solteiro, eleitor da freguesia de Sacramento, sabia ler e declarava desempenhar o ofício de pintor, percebendo com isso o rendimento de 500 mil réis[34].

Estamos falando daquele que ficou conhecido como o primeiro estudante negro a se destacar na Academia Imperial de Belas Artes, tornando-se um dos expoentes da casa e professor do Liceu de Artes e Ofícios, notabilizando-se por seus quadros de natureza-morta. O Diamante Negro, na alcunha dada por Artur de Azevedo (Imagem 12)[35]. Mas antes de isso acontecer, vários episódios fizeram parte de sua trajetória. Um dos mais marcantes se passou entre 1879 e 1880. Durante a premiação dos alunos que se distinguiram na Exposição Geral da Academia de Belas Artes, concurso ao qual compareceu o imperador D. Pedro II, Estevão Silva, "autor do melhor trabalho de pintura histórica apresentado, segundo a opinião dos entendidos (não oficiais)", vendo-se preterido da condecoração que

[33] Cf. Booker T. Washignton, *Up from slavery: an autobiography*. Nova York: Dover Publications, INC., 1995. Sobre a influência de Washington entre os afro-cubanos, cf.: Frank Andre Guridy, *Forging Diaspora*: Afro-Cubans and African Americans in a world of empire and Jim Crow. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010; em especial o capítulo "Forging Diaspora in the Midst of Empire: The Tuskegee-Cuba Connection", p. 17-60.

[34] *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1876, p. 3; 26 de julho de 1876, p. 2; 30 de dezembro de 1876, p. 2.

[35] Diante do pouco conhecimento que se tem atualmente acerca de mais esse sujeito, para quem, de fato, se interessar pelo assunto, cf.: José Roberto Teixeira Leite, *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K, 1988.

merecia, protestou de modo enfático[36]. Segundo as memórias do colega Antonio Parreiras, reproduzida pelo crítico de arte José Roberto Teixeira Leite:

> Estávamos convencidos de que o primeiro prêmio seria conferido a Estevão Silva. Ele, trêmulo, comovido, esperava. A sua cabeça pendeu, seus olhos se encheram de lágrimas. Recuou, e foi ficar atrás de todos. Íamos nos revoltar. − Silêncio! Eu sei o que devo fazer. Tão imperiosamente foram ditas estas palavras, por aquele homem que chorava, que obedecemos. Um por um, foram sendo chamados os premiados. Finalmente, o nome de Estevão Silva ecoou na sala. Calmo, passou entre nós. A passos lentos atravessou o salão. Aproximou-se do estrado, onde estava o Imperador. Depois, belo, oh! Muito belo! − Aquele negro ergueu arrogantemente a cabeça e forte gritou: Recuso![37]

Não podendo dizer que o trabalho fosse inferior e que não merecia o primeiro lugar, os professores alegaram que não concederam o título a ele em razão de sua antiguidade... (Ora essa! Do início ao fim ele deveria ficar mais do que satisfeito com as repetidas medalhas de prata?!) A explicação não convenceu a quem acompanhava o caso. Mesmo assim, o colegiado não recuou e, "sendo tomada em conta de circunstância atenuante a *inopia intelectual do aluno delinquente*", puniu Estevão da Silva com um ano de suspensão, sem antes propalar que o desejo havia sido a expulsão sumária[38]. Correndo o risco de não poder concluir sua formação, recorreu ao auxílio dos amigos. José do Patrocínio foi um dos que respondeu ao chamado. Em agosto daquele ano, destinou a renda obtida em uma conferência para "coadjuvar o pintor Estevão Roberto da Silva, a fim de ir este para a Europa completar seus estudos"[39].

A viagem, entretanto, não ocorreu, haja vista que Estevão manteve residência fixa, ao longo de toda a década, na rua do General Câmara, n. 283 – outra que também deixou de existir em decorrência da construção da Presidente Vargas. O endereço, além de servir como moradia, abrigou sua oficina, na qual desempenhou os ofícios de

---

[36] *Gazeta da Noite*, 1º de março de 1880, p. 1.

[37] Antonio Parreiras *apud* José Roberto Teixeira Leite, José Roberto Teixeira Leite, *Pintores Negros do Oitocentos*..., p. 64.

[38] O trecho citado é parte do parecer dado pela comissão de professores responsáveis por deliberar sobre o caso. Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 63-64; e da *Gazeta da Noite*, 1º de março de 1880, p. 1.

[39] *Gazeta da Tarde*, 12 de agosto de 1880, p. 3.

carpinteiro/marceneiro, pintor de paisagem e retratista. Além disso, a partir daquele lugar figurou como inspetor de quarteirão do segundo distrito da freguesia de Sacramento[40]. Ou seja, aquele ocorrido não interrompeu sua vida artística. Tanto foi assim que, tempos depois, ele passou a compor o quadro de professores do Liceu de Artes Ofícios, instituição mantida pela Sociedade Propagadora das Belas Artes[41].



Imagem 12 – Estevão Roberto da Silva. Fotografia de Brito & Delfort.
Reprodução encontrada em José Roberto Teixeira Leite, *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K, 1988, p. 61.

Pintor dedicado, Estevão Roberto da Silva também dispensou bastante do seu tempo às atividades das associações de artistas e operários da cidade. Em maio de 1878, tomara posse no conselho da Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Corte. No ano seguinte, entraria na disputa para a eleição da diretoria da Sociedade dos Artistas Brasileiros Trabalho União e Moralidade, mantendo-se vinculado até o seu falecimento em

[40] *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial,* n. 36, 1879, p. 186; n. 37, 1880, p. 190, 927,993; n. 38, 1881, p. 727; n. 39, 1882, p. 715; n. 40, 1883, p. 765; n. 41, 1884, p. 833; n. 42, 1885, p. 812; *Cidade do Rio*, 24 de maio de 1888, p. 1; 11 de janeiro de 1889, p. 1.

[41] *Diário do Commercio*, 2 de dezembro de 1889, p. 1.

1891[42]. No decorrer dos anos 1880, tomou parte na diretoria da União Operária (1881) e atuou como professor na escola gratuita mantida pela administração do Congresso Operário de Beneficência (1886-1888)[43]. Sua dedicação ao associativismo lhe rendeu uma bonita homenagem. Conforme publicado na *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1887*:*

> O Exm. Sr. senador Manuel Francisco Corrêa mandou para a Escola Noturna Gratuita do Congresso Operário de Beneficência um livro denominado *Prêmio Estevão da Silva*, para ser conferido ao aluno que mais se distinguir na aula de desenho de figuras e ornatos, a cargo do mesmo professor Estevão Roberto da Silva[44].

Laborioso e articulado, Estevão Roberto da Silva poderia seguir nessa linha de atuação associativa e tudo estaria relativamente bem arranjado. Em seus afazeres individuais e coletivos, compartilhava sua vida com pessoas como ele, seja pelas dificuldades ligadas ao fato de não poderem ostentar riqueza, seja por não poderem deixar de ostentar suas peles escuras. Estava todo mundo ali, negros e brancos, livres e libertos, ainda que a proporção entre esses variasse entre um caso e outro. Juntos haviam construído espaços valiosos para a defesa dos direitos da classe operária. Ocorre que nesse processo o fim do escravismo veio evidenciar, ou mesmo acentuar, as fragilidades que ameaçavam o trabalhador de cor. Somado a isso, dando vazão a uma latência que insistia em despertar, a expectativa criada em torno da decretação da igualdade civil de todos os brasileiros era um catalisador da agitação política negra e popular. Pouco importa se o que foi contado depois priorizou a atuação abolicionista de representantes das elites. As multidões que ocuparam as ruas e compareceram às atividades públicas se comportavam como protagonistas. De tal sorte, o momento convocava uma tomada de posição a respeito. E foi isso que fizeram aqueles que instituíram a Sociedade Cooperativa da Raça Negra, em abril de 1888.

---

[42] Seu falecimento foi lamentado até mesmo pelos professores da Escola Nacional de Belas Artes, para onde foram levados um conjunto de seus quadros: *Diário de Notícias*, 18 de novembro de 1891, p. 1; 20 de dezembro de 1891, p. 1.

[43] *O Cruzeiro*, 23 de maio de 1878, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 25 de setembro de 1879, p. 3; 28 de outubro de 1881, p. 2; 25 de novembro de 1886, p. 2; *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1887, p. 1; 12 de dezembro de 1888, p. 3; *Diário do Commercio*, 4 de novembro de 1889, p. 2.

[44] *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1887, p. 1.

Passando a existir, numa estratégia aos moldes do que vinha sendo feito nas atividades abolicionistas, entre outras, buscaram adesões por meio de conferências abertas ao público, durante as quais foram apresentadas as bases do programa da associação. Às cinco horas da tarde do domingo de 15 de abril, deram início à sua série de palestras, desenvolvendo os oradores teses sobre "a necessidade e a conveniência do trabalho e os seus benéficos resultados" e a respeito da "Utilidade da Instrução". As fontes consultadas não oferecem dados sobre a quantidade do público presente nessas reuniões. Apenas ficamos sabendo que ao longo do mês tiveram êxito na realização de pelo menos três encontros[45].

Decerto não foram frustrados em suas intenções, pois, com a chegada de maio e na véspera da promulgação da Lei Áurea, tiveram respaldo para liderar uma articulação entre organizações negras no intuito de promover seus próprios festejos em homenagem à decisão do governo imperial. Detalhe interessante é que procuraram os jornais apenas para comunicar o que fora decidido em assembleia, a partir do que se presume que contavam com outras ferramentas de comunicação para manter os seus interlocutores informados. Vejamos, pois, o que saiu na *Gazeta de Notícias* e no *Diário de Notícias*:

> Reuniram-se anteontem, a convite da Sociedade Cooperativa da Raça Negra, os *delegados de diversas corporações de descendentes da mesma raça*, a fim de deliberarem sobre os meios de agradecer àqueles que trabalharam para o acontecimento glorioso que, para honra de nossa pátria, completou-se sem a menor perturbação na ordem pública, e resolveram nomear uma comissão executiva dos festejos, que apresentará o programa destes, sendo um deles um *Te-Deum* na igreja da venerável irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito[46].

Agora, repare o que diz esse trecho: "delegados de diversas corporações de descendentes da mesma raça". Confesso que, mesmo depois de ter me acostumado com a existência de jornais negros no século XIX e com tudo o que fui aprendendo ao longo desta pesquisa, fiquei desconcertada com o alcance que o trecho sublinhado poderia ter. A atuação de uma rede negra publicamente estabelecida a partir da experiência da liberdade estava ali para quem quisesse ver? Diante dos fatos que temos acompanhado, dizer que não

[45] *Cidade do Rio*, 14 de abril de 1888, p. 3; *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1888, p. 2.

[46] *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888, p. 2; *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888, p. 3.

seria no mínimo uma leviandade. Até porque já sabemos que esses festejos efetivamente aconteceram e foram comentados pela imprensa. Mais difícil ainda quando se acrescenta a declaração emitida por um setor da vida cultural afro-carioca dias depois: "Reuniu-se anteontem a Sociedade dos Cucumbys Carnavalescos e deliberou que quatro comissões angariassem donativos para auxiliar os festejos iniciados pela Sociedade Cooperativa da Raça Negra"[47].

O que a princípio era entrevisto como algo vivido no subterrâneo social, a cada nova pista encontrada, se apresenta mais e mais à superfície. Afinal de contas, como observou Maria Cecília Velasco e Cruz, ao tratar das peculiaridades da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café na abertura do século XX:

> É possível que ao longo da vida, na dura batalha pela alforria em meio a uma sociedade fortemente mercantil, muitos escravos tenham desenvolvido uma ideia negativa de liberdade, equacionando-a estritamente à autonomia pessoal e à ausência de constrangimentos. Esse fato contribuiria para a compreensão dos atos daqueles libertos que se tornam senhores de escravos, sem verem nisso contradição, mas pouco concorreria para o entendimento das ações dos "homens de cor" brasileiros que dão suor e sangue para a formação dos movimentos sindicais[48].

Por mais difícil que seja acessar os meandros dessas relações de colaboração intragrupo, devemos ao menos trabalhar com a certeza de que elas existiram e tiveram importância na vida de muitas pessoas. Aceitá-las ajudaria, mais uma vez, a nos desarmar de todo o arsenal de dogmas que têm orientado nossas abordagens sobre a formação das classes sociais no Brasil e dar mais consistência às perspectivas inovadoras em curso. A aproximação desses dados com o que já se sabe sobre a Guarda Negra pode servir como um bom parâmetro.

Apesar de toda essa profusão de indivíduos, grupos e ações envolvendo a Liga dos Homens de Cor e da Sociedade Cooperativa da Raça Negra, foi a Guarda Negra que

[47] *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888, p. 1

[48] Maria Cecília Velasco e Cruz, Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição, *Topoi*, v. 11, n. 20, janeiro-junho de 2010, p. 132. Cf. também Maria Cecília Velasco e Cruz, Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930, *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p. 243-290.

recebeu mais atenção por parte da imprensa e de outros políticos. Foi ela que coube ser incorporada à maioria das narrativas, sobre o imediato pós-abolição, como expressão maior dos negros libertos e até livres. Nas palavras de Flávio Gomes: "A questão racial, aparentemente tornada invisível na campanha abolicionista, surgiria cristalina em torno da participação da Guarda Negra"[49]. Só que, além surgir num contínuo das lutas populares, ela foi interpretada amiúde como prova da disposição dos negros para o uso da violência a fim de fazer valer seus interesses pessoais, defender os da regente e o Terceiro Reinado − sem que isso significasse uma demonstração mínima de sua autonomia de pensamento. Como observou Clícea Maria Miranda:

> Na historiografia de um modo geral, o estudo da Guarda Negra aparece quase sempre associado à prática da capoeira na cidade do Rio de Janeiro. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque se confunde a atuação das maltas com a da Guarda, já que boa parte dos seus integrantes eram exímios jogadores da arte da cabeçada e da rasteira[50].

Tal percepção servia tanto para nutrir os preconceitos acerca da universalização da liberdade e da cidadania a todos os habitantes do Brasil quanto para vender a ideia de que a instauração da República seria o remédio mais oportuno para os males criados pela Monarquia[51]. Senão vejamos...

A primeira reunião destinada a tratar da criação da "Guarda Negra da Redentora", por ironia da história, aconteceu em 9 de julho de 1888, no dia em que a princesa regente e muitos de seus simpatizantes, como José do Patrocínio e outros membros da Confederação Abolicionista, celebravam o aniversário da República Argentina no Teatro S. Pedro. À

[49] Flávio Gomes, *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 20.

[50] Clícea Maria Miranda, *Guarda Negra da Redentora*: verso e reverso de uma combativa associação de libertos. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UERJ, Rio de Janeiro, 2006, p. 28.

[51] Vários contrapontos a esse julgamento raso sobre a Guarda Negra foram apresentados nos últimos anos. Entre eles, destacam-se: Michael Trochim, The Brazilian Black Guard: Racial Conflict in Post-Abolition Brazil, *The Americas*, v. 44, n. 3, janeiro de 1988, p. 285-300; Flávio dos Santos Gomes, No meio de águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte − 1888-1889), *Estudos Afro-Asiátícos*, n. 21, dezembro de 1991, p. 75-96; Carlos Eugênio Líbano Soares, *A Negregada Instituição* − os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Coleção Biblioteca Carioca, 1994; Clícea Maria Miranda, *Guarda Negra da Redentora*...; Wlamyra R. de Albuquerque, Divergências políticas, diferenças raciais: Rui Barbosa e a Guarda Negra, in: Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação:* abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 140-194.

Cidade do Rio coube informar que o encontro ocorrera na casa de Emilio Rouède e listar os nomes dos pretos libertos ali presentes, infelizmente sem se importar com seus sobrenomes: Hygino, Manoel Antonio, Jason, Aprigio, Gaspar e Theocrito. Tal ocasião serviu para que tomassem e anunciassem as seguintes deliberações:

> 1. Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.
> 2. Só podem fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de um Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
> 3. Poderão ser sócios efetivos unicamente os que consideram o ato memorável do dia 13 de maio acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.
> 4. Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o Império.
> 5. Pedir à imprensa que participe desse sentimento com seu valioso concurso.
> 6. E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado[52].

Os supostos integrantes da organização seriam novamente homens negros. Porém, dessa vez, a prioridade eram os libertos, sem abrir margem para os que, entre esses, tivessem simpatias ou pretensões republicanas. Até aí, só podemos falar na definição de um perfil e não de uma detalhada estratégia de intervenção. Feito esse anúncio prévio, o segundo registro referente à afirmação pública da existência da Guarda Negra apareceu no contexto da entrega da Rosa de Ouro à princesa Isabel, enviada pelo Papa Leão XIII, em homenagem à sua "ação libertadora". Conforme reproduzido em várias narrativas historiográficas, na noite de 28 de setembro de 1888, formalizou-se a fundação da Guarda Negra durante uma reunião na redação da *Cidade do Rio*, na qual estavam presentes abolicionistas como André Rebouças, João Clapp, o próprio Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor[53]. Passados alguns meses, a Guarda Negra voltaria a ter destaque

[52] *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888, p. 2.

[53] Rebeca Bergstresser, *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de História, Universidade de Stanford, 1973, p. 175-178; Raimundo Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969, p. 249; e Flávio Gomes, *Negros e Política (1888-1937)...*, p. 16-17.

nos jornais por ocasião dos festejos do aniversário do presidente do Conselho de Ministros do Império Afonso Celso, em dezembro. O *Diário de Notícias* foi um dos que noticiaram que a Guarda Negra, "em cinco bondes, apresentou-se na residência de S. Ex., acompanhada de bandas de música do 10º batalhão e do corpo de polícia da corte. Orou em seu nome o Sr. Clarindo Alves"[54].

Fato curioso, a pancadaria envolvendo indivíduos acusados de fazerem parte da Guarda Negra e defensores da bandeira republicana durante o comício republicano de Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica, na região da atual Praça Tiradentes, só aconteceria no dia 30 de dezembro de 1888. Mas, bem antes disso, republicanos recorriam às páginas de jornais como o *Novidades*, *O Paiz* e a *Província de S. Paulo* para acusar a Guarda de Negra de ser um "corpo de capangas", de "capoeiras aliciados" pelo governo para assegurar o trono à princesa[55]. Salvo engano, essa alegação ficou a cargo de rumores da época e textos de memória como os de Silva Jardim e Medeiros e Albuquerque, que tinham interesse em defender sua imagem de bravura em nome da República a despeito dos riscos que corriam[56].

Isso pode ser interpretação errônea causada por um furo da pesquisa, mas, para até a segunda quinzena de dezembro de 1888, não encontrei qualquer comentário nos jornais que relatasse o emprego desenfreado da força física por parte da Guarda Negra para marcar sua posição. Além disso, um comentário da *Gazeta de Notícias* motivado por aquele incidente alimenta minha desconfiança. Sem provas para assegurar a natureza violenta da Guarda Negra, o articulista, provavelmente Ferreira de Araújo, formula uma observação que coloca a Guarda Negra numa situação semelhante à do lançamento da Liga dos Homens de Cor e da Sociedade Cooperativa da Raça Negra:

> Geralmente atribui-se à Guarda Negra a agressão que sofreram os republicanos reunidos a 30 de dezembro para assistir a conferência do Dr. Silva Jardim. Não se sabe bem o que é a Guarda Negra; diz-se vagamente que foi constituída por cidadãos da raça ultimamente redimida, levados

[54] *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1889, p. 1.

[55] *Cidade do Rio*, 31 de outubro de 1888, p. 1.

[56] Antonio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*: campanha de um propagandista (1887-1890). Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891; e José Joaquim de Medeiros e Albuquerque, *Quando eu era vivo – memórias* (1867 a 1934). Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1945.

> por louvável sentimento de gratidão para com a Princesa Redentora, e que se propunham a defender sua vida.
>
> *Quando pela primeira vez se falou na existência dessa guarda, dando-lhe tais intenções, não causou o fato estranheza; também não fez maior impressão o segundo sinal de vida que ela deu, indo incorporada à casa do Sr. presidente do conselho, saudá-lo pelo seu aniversário natalício*; eram manifestações de um entusiasmo inofensivo e naturalíssimo em quem tinha recebido da Princesa e do chefe de gabinete tão assinalado benefício[57].

Indiferença era o que editor da *Gazeta de Notícias* assegurava ter ocorrido. Foi, portanto, depois da reunião na *Cidade do Rio* que a Guarda Negra passou a incomodar. Interessante perceber que, quando isso começou, passaram a correr em paralelo as "candongas" contra José Patrocínio, que, dando por certa e realçando sua influência sobre a sociedade de libertos, acessavam com tranquilidade o catálogo de ideias racistas para condenar ambos. O jornalista, como de praxe, não se intimidou com o ultraje e cuspiu seus marimbondos, dirigindo um bocado desses a Quintino Bocaíuva e Rangel Pestana. Os trechos a seguir dão uma boa medida do que se dizia:

> Para estender o insulto até a raça, a que me honro de pertencer, os pretorianos da oligarquia, os carunchos da caixa de S. Paulo dizem que a Guarda Negra é uma malta de capoeiras assalariados.
>
> Aí está a ideia que eles fazem de homens, cuja honestidade não sofre confronto com a dos parasitas, que querem viver à ceva da lavoura e da credulidade dos papalvos. [...]
>
> A Guarda Negra é uma capangada assalariada pelos princípios! A razão é essa república não ter conseguido iludir a maioria dos cidadãos de 13 de Maio e seus irmãos pelo sangue.
>
> Eles entendem que os negros devem seguir os advogados que acertavam cousas contra eles no foro desta corte, os filantropos que surravam e vendiam seus irmãos, os propagandistas que ainda agora chamam de pobre lavoura a súcia que, estando com a jurisdição da polícia no interior, recruta os seus credores de salários e emprega contra os libertos a fraternidade de pólvora e bala
>
> Declararam-me traidor à República e como sabem que sou pobre e sou negro, venderam-me ao governo[58].

[57] *Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1889, p. 1 – grifo meu.

[58] *Cidade do Rio*, 2 de novembro de 1888, p. 1; 4 de janeiro de 1888, p. 1.

Não era segredo para ninguém que Patrocínio era visto como uma referência para muitos negros da Corte, como tem sido pontuado em diferentes momentos deste trabalho. A novidade vinha tão somente do receio, que assumia contornos de pânico, diante da possibilidade de que esse protagonismo fosse canalizado em intervenções mais incisivas, e se pudesse chegar a um cenário de guerra civil. Cômico ou trágico, a história brasileira está recheada de episódios forjados a partir da combinação entre racismo e especulação... Mas, de fato, era razoável acreditar que uma ordem de Patrocínio pudesse desencadear uma ostensiva reação negra naquele momento.

Tomemos o exemplo de quando, em 28 de novembro, o jornalista foi abordado por oficiais do exército na tentativa de censurá-lo em sua liberdade de imprensa, pelo que escrevera a respeito do conflito entre militares e policiais de São Paulo naquela semana. Iniciado no desentendimento entre um guarda urbano e um soldado de linha que intervieram numa briga de rua, o incidente acabou numa disputa ferrenha entre os chefes das duas instituições locais, alcançando essa discórdia a reputação do presidente da província e dos ministros da Justiça e da Guerra. A *Província de S. Paulo* e *O Paiz*, nas pessoas de Rangel Pestana e Bocaiúva, defendiam, inclusive, que se tratava do ressurgimento da "questão militar". Patrocínio se contrapôs a tal ideia, considerando-a uma artimanha republicana[59].

Na noite em que seu posicionamento foi publicado, ao deixar a confeitaria Paschoal na companhia dos amigos Orozimbo Barreto (1º tenente), Coelho Netto e Pardal Mallet, foi surpreendido pela aproximação de um grupo de cinco ou seis oficiais, que a ele teriam se dirigido com as seguintes palavras: "Negro! Se continuares a escrever, cortamos-te a cara a chicote, ou fazemos alguma cousa mais". Foi quando o amigo militar assumiu o controle da situação de conter os militares, enquanto os outros dois companheiros protegiam Patrocínio dentro da loja. Saindo dali, tomaram as providências para que a notícia corresse a cidade. No outro dia, tendo ciência do ocorrido a seu benemérito, a assembleia da Guarda Negra, frustrada a agenda de entregar o título de presidente honorário a Patrocínio, mandou um

[59] *Cidade do Rio*, 26 de novembro de 1888, p. 1; 28 de novembro de 1888, p. 1; 1º de dezembro de 1888, p. 1. Para um resumo dos significados da "Questão Militar", cf.: Celso Castro, *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

representante ao seu encontro para lhe entregar o diploma e manifestar solidariedade. A homenagem, obviamente, teria que vir acompanhada de algumas palavrinhas:

> O orador, cujo nome não pode ser revelado nessas colunas, "declarou que não havia no procedimento da Guarda Negra nenhum sentimento de hostilidade, que não estavam diante de José do Patrocínio para demostrar força, nem ascender rivalidades, mas unicamente para testemunhar ao jornalista dos escravos que a raça a que ele pertence sabe reconhecer nele o homem que só se tem servido da imprensa para bem do seu país e para a garantia dos direitos de todas as classes"[60].

Como se diz, para bom entendedor, pingo é letra... Tanto um lado quanto o outro davam mostras das forças que poderiam ser acionadas num eventual conflito. Não demoraria muito para que, nas duas últimas semanas de dezembro, a tensão se aprofundasse ainda mais. De acordo com o noticiado na *Cidade do Rio*, no domingo 23, "um grupo de cinco cidadãos de cor preta", que estava no hotel Petit-Console para fazer uma refeição, fora agredido com pedradas e tiros por correligionários republicanos, pelo fato de terem manifestado apoio à Coroa. Segundo consta, Clarindo de Almeida, chefe da Guarda, uma vez notificado sobre o incidente, buscou demover sua gente da ideia de uma retaliação, argumentando que a desordem pública era tudo o que neorrepublicanos queriam. "A nossa calma é mais um sacrifício feito ao governo, que no dia 13 de Maio fez uma pátria bastante grande para conter a nossa gratidão e a torpezas dos assalariados do escravismo, mascarados de republicanos"[61].

Contudo, mesmo o posicionamento tendo sido publicado na imprensa, tais palavras não impediram que o grave confronto na região da Sociedade Francesa de Ginástica ocorresse sete dias depois. Numa tentativa de tirar o peso racial do conflito, o editorial da *Cidade do Rio* veicularia um lamento um tanto desconexo com o que defendera Patrocínio dias antes:

> Apesar da abstenção da Guarda Negra, foi impossível conter, ontem, a explosão de cólera popular que desde muito fumega do caráter e do brio nacional, contra essa propaganda que insulta duas vezes a pátria, rebaixando-lhe o ideal americano e uma raça que, pelos seus sentimentos

[60] *Cidade do Rio*, 30 de novembro de 1888, p. 1.

[61] *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888, p. 1.

> generosos, conseguiu fazer-se amar *ao ponto de sermos nós um povo quase sem preconceito de cor*.

Mesmo assim, as duras acusações que pesaram ainda mais sobre a organização não deixaram de se pautar pela origem racial de seus membros, o que fez com que vários de seus apoiadores tivessem de ir aos jornais para defender a entidade e seus pontos de vista[62]. Afora José do Patrocínio e Emilio Rouède, o próprio Clarindo de Almeida apresentaria sua defesa na *Cidade do Rio:*

> Li no *Novidades* e *Gazeta da Tarde* de ontem tremendas acusações que esses dois jornais fazem à Guarda Negra, qualificando-a de elemento de desordem e desassossego da população.
>
> Ora, Santo Deus, isto é que é uma irrisão!
>
> Pois haverá quem prove tudo quanto tem dito esses jornais com referência à Guarda Negra? Não ressalta o propósito de ofendê-la só porque a desordem não pode contar com ela? [...]
>
> Se a Guarda Negra fosse corporação republicana, seria a criação mais justa e patriótica do mundo, mas como a Guarda Negra é corporação monárquica é uma afronta à dignidade da Pátria; é a raça negra que se arma para matar a raça branca, fazendo aparecer no país o ódio da cor, etc., etc. [...]
>
> Assevero ao meu país que não temos o fim que nos atribuem. Somos uma corporação presa à sua pátria e a quer elevar à altura a que não a deixaram atingir 300 anos de escravidão.
>
> O nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado de intervir nos negócios públicos. Não é por serem brancos os republicanos, mas por serem a vergonha da nação que os combatemos[63].

Se as acusações procediam neste momento, ainda é difícil precisar. A questão é que a existência da Guarda Negra e a ocorrência daquele conflito serviram de impulso não apenas para a campanha republicana de modo geral, como observou Maria Tereza Chaves de Mello, mas também para que indivíduos e grupos negros alcançassem relativa visibilidade no cenário político antimonarquista[64]. A partir de janeiro de 1889, a *Gazeta da Tarde* e a *Tribuna Liberal* passaram a reproduzir notícias vindas, sobretudo, da província

[62] *Cidade do Rio*, 5 de janeiro de 1889, p. 1, 16 de janeiro de 1889, p. 1.

[63] *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1889, p. 3. Clarindo de Almeida também havia se manifestado por meio de um texto mais curto na *Gazeta de Notícias*, de 1º de janeiro de 1889.

[64] Maria Tereza Chaves de Mello, *Com o arado do pensamento*: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

de São Paulo sobre as manifestações negras a favor da República e em contraponto à Guarda Negra. Era um outro caminho por onde outros sujeitos negros se fizeram visíveis nas lutas políticas do país no pós-abolição.

Numa das primeiras moções reproduzidas na folha fluminense, ficamos sabendo da agitação promovida na capital paulista, no dia 7 de janeiro de 1888. O documento tirado no final da assembleia afirmava:

> Os homens de cor residentes nesta capital, reconhecendo que a abolição do elemento servil no Brasil fez-se unicamente em virtude dos esforços populares, não estão dispostos a auxiliar a quem quer que seja no plano de dividir o país em castas, plantando ódios de raças no solo da nossa pátria.
>
> Declaram, portanto, que, em qualquer emergência, estarão do lado do povo[65].

Dias depois, repercutindo uma notícia dada primeiramente pela *Tribuna Liberal*, ofereceria mais detalhes sobre outra reunião de homens de cor opositores da Guarda Negra, que aglutinou em torno de quinhentas pessoas no Quilombo do Jabaquara, em Santos, em 13 de janeiro[66]. Entre os presentes, estavam famosos abolicionistas negros da região. Quintino de Lacerda, mais uma vez, era o líder da mobilização. "À monarquia, disse ele, nós devemos a conservação da escravidão por três séculos; devemos-lhe as balas com que ela mandou espingardear alguns aqui presentes na célebre jornada de Cubatão". Eugênio Wansuit, a quem a *Gazeta da Tarde* se referiu como "um preto muito inteligente, ex-militar, com quatro anos de campanha no Paraguai" também discursou, opondo-se ao recrutamento forçado, recentemente anunciado pelo governo, e "concitou os companheiros à revolta contra mais essa escravização". Ao final, também tiraram uma moção apoiada por cerca de trezentas assinaturas, que, além dos pontos levantados na anterior, protestava "contra aqueles que aliciam os irmãos da raça, formando uma verdadeira farsa a que intitulam 'Guarda Negra' em qualquer parte que ela seja formada, porque enxergam nessa infâmia o início da guerra civil produzida pelo ódio de duas raças". Na edição seguinte, a

[65] *Gazeta da Tarde*, 9 de janeiro de 1889, p. 2.

[66] Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico:* os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / EDUSP, 1994; *Idem*, De rebeldes a fura-greves: as duas faces da liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação, in: Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Quase-cidadão:* histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2007, p. 241-282.

folha publicaria mais um comentário a respeito, destacando a proximidade de Quintino de Lacerda com Silva Jardim[67].

Em fevereiro foi a vez dos republicanos negros de Mogi-Mirim e de Campinas, que realizaram *meetings* respectivamente em 11 e 17 de fevereiro. Em Campinas, a reunião aconteceu durante a Festa de São Benedito, logo após a missa, contando com os discursos de Albino Aranha, Francisco Gonçalves de Andrade e Irineu Augusto da Silva, apresentados como sendo "homens de cor". O documento final também ia de encontro à criação da Guarda Negra e ao recrutamento, manifestando-se contrário ao "ódio de raça". Todavia, segundo nota publicada no *Diário de Rio Claro,* um dos que tomaram a palavra teria chegado a proferir a seguinte frase: "Esses pretos que pertencem à Guarda Negra merecem tronco, ferros e bacalhau"[68]. É de se dizer, no mínimo, que a solidariedade racial não estava acima de tudo...

E foi no cenário gerado por essa dinâmica que emergiu o Club Republicano dos Homens de Cor na Corte, em junho de 1889, anunciando ter os seguintes princípios:

> 1º Combater em todos os terrenos contra as instituições vigentes.
> 2º Assistir a todas as reuniões políticas que se realizarem nesta cidade e combater em seu favor.
> 3º Instituir-se uma caixa de beneficência e uma aula noturna.
> 4º Reconhecer como chefe o cidadão que for eleito pelo conselho federal.
> 5º Fazer a propaganda política com a raça preta e fazer crer a essa mesma raça que estão sendo vítimas do trono[69].

Era, pois, uma espécie de versão republicana da Guarda Negra. A reunião de fundação ocorreu no dia 2 de junho de 1889 na residência de José Pedro Ferreira de Souza Coelho, numa inciativa dele e do também propagandista republicano Deocleciano Martyr. Conforme informação reproduzida na *Gazeta da Tarde,* no *Diário de Notícias*, no *Diário do Comércio* e na *Cidade do Rio*, estiveram presentes "55 homens de cor", que comungaram da missão de "fazer propaganda das ideias republicanas, contra as instituições

[67] *Tribuna Liberal*, 15 de janeiro de 1889, p. 2 e 16 de janeiro de 1889, p. 1; e *Gazeta da Tarde,* 16 de janeiro de 1889, p. 2 e 17 de janeiro de 1889, p. 2. Sobre a questão do recrutamento forçado, cf. Álvaro Pereira do Nascimento, *A ressaca da marujada*: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

[68] *Gazeta da Tarde*, 26 de fevereiro de 1889, p. 2; e 21 de fevereiro de 1889, p. 1.

[69] *Gazeta da Tarde,* 3 de junho de 1889, p. 1.

vigentes"[70]. Na nota que traz mais detalhes sobre o evento, a *Gazeta da Tarde* registrava os nomes da diretoria: como presidente estava Augusto Xavier de Mello; José Martins Pereira assumia a vice-presidência; o cargo de 1º secretário ficava com Anacleto Alves de Freitas; e o de 2º secretário com Rodolpho Gomes; Sinerio Alves responderia pela tesouraria; enquanto Francisco Alves de Freitas seria o procurador[71].

A notícia da *Gazeta da Tarde* trazia à baila nomes de indivíduos que até então passavam bem despercebidos nos comentários sobre abolicionistas e agitadores políticos negros. Cabe admitir, de imediato, que não foi encontrada qualquer evidência que me permita dizer que os dois homens que criaram o contexto para a reunião fossem negros. Na verdade, o fato de eles não terem sido incorporados à diretoria do clube ao final da reunião e a falta de comentários diretos ou sugestivos a esse respeito me levam a crer que eles não se entendiam e/ou não eram vistos como tal. O que se destaca nos diferentes documentos consultados é a vinculação de ambos à causa republicana. Deocleciano Martyr, ademais, ganharia bastante notoriedade anos mais tarde por sua intensa participação no ativismo político dos jacobinos[72].

Os comentários sobre os membros da diretoria, por sua vez, levam a outra direção. Afora a reiterada menção à presença da meia centena de homens de cor na reunião, há documentos que informam sobre o fenótipo de alguns deles. Particularmente, não restam dúvidas sobre Anacleto de Freitas, que a princípio respondia pelo cargo de 1º secretário, mas que logo se tornou a principal representação pública do clube e acabou assumindo o posto de presidente[73]. A Evaristo de Moraes, por exemplo, não escapou a oportunidade de assinalar que Anacleto de Freitas fora um aliado negro de Silva Jardim: "No seio do operariado, também, tinha Silva Jardim fervorosos seguidores, sendo expressiva a dedicação de alguns homens de cor, de situações humildes, que, acompanhando Anacleto

[70] *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1889, p. 1; *Cidade do Rio*, 6 de junho de 1889, p. 2; *Diário do Commercio*, 4 de junho de 1889, p. 1.

[71] *Gazeta da Tarde,* 3 de junho de 1889, p. 1.

[72] Raimundo Magalhães Júnior, *Machado de Assis – Vida e Obra*, v. 3 (Maturidade). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 283-296.

[73] *Diário de Notícias*, 24 de julho de 1890, p. 1.

de Freitas, se batiam, nas ruas, por ele, contra a Guarda Negra"[74]. Essa informação é confirmada nas memórias daquele propagandista republicano e também pela homenagem prestada por Anacleto durante a sessão comemorativa do segundo aniversário do falecimento de Silva Jardim, promovida pelo Club Nacional 23 de Novembro, quando ofereceu "um retrato de seu falecido chefe e amigo"[75].

A partir daquela plataforma, o Club Republicano dos Homens de Cor se faria presente na cena política fluminense em seu primeiro ano de existência. Logo no início de julho, emitiria uma convocatória na *Gazeta da Tarde* dirigida "ao eleitorado republicano dos homens de cor":

> Correligionários – A diretoria do Club Republicano dos Homens de Cor vem por meio deste apelar para o eleitorado dos homens de cor republicanos, para que votem nos candidatos do partido que forem eleitos em escrutínio prévio.
>
> É preciso não recuarmos diante deste governo, que na câmara dos deputados disse que havia de exterminar esse movimento, que é hoje quase que aspiração nacional; é preciso mostrarmos que somos homens para a luta, quer por meio das urnas, quer por meio da palavra e quer por meio da força!
>
> É preciso reprimir esse labéu, porque fomos taxados de especuladores, de despeitados e em suma fomos ameaçados por esse governo áulico.
>
> É preciso não recuarmos a essa capangagem desenfreada, que vai aparecer no dia das eleições para nos ameaçar e atemorizar para assim nós não votarmos; é preciso nesse dia estarmos todos lá, quer eleitores ou não, para repelirmos esses infames perturbadores da ordem pública; é preciso mostramos a esse governo que ainda há nesse grande torrão brasileiro homens que morrem por uma causa!
>
> O nosso partido não tomará impulso sério enquanto não entrar em ação.
>
> É preciso nesse dia estarmos decididos a tudo e não recuarmos ante a navalha e o cacete do capoeira, porque nossa facha patriótica será – vencer ou morrer!
>
> Portanto a postos!
>
> Às urnas!
>
> Avante patriotas e teremos a nossa santa e justa causa ganha!!![76]

[74] Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2.ed. Brasília: Editora UnB, 1985, p. 20.

[75] Antonio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens...*; e *O Tempo*, 3 de julho de 1893, p. 1.

[76] *O Paiz*, 3 de julho de 1889, p. 3.

Tamanha mobilização, ao ser noticiada em São Paulo, recebeu apoio rasgado de outra sociedade de homens de cor republicanos. A turma do jornal *A Pátria* não poupou elogios à reação dos correligionários da Corte: "Hosana, hosana, entoemos esse dia". Aproveitando o ensejo, Ignácio de Araújo Lima, em artigo publicado no segundo número do impresso afro-paulistano, não economizou nas tintas para ressaltar o quão próximas eram as duas experiências, na medida em que partiam das mesmas motivações e dos mesmos objetivos:

> E poderíamos nós, os homens de cor daqui da capital de S. Paulo, recebermos com o silêncio essa notícia dada pela imprensa da Corte, e aqui reproduzida pela imprensa paulista, que encheu-nos de prazer? Não. Nós que ontem levantamos a nossa fraca voz contra a organização da então projetada Guarda Negra aqui na capital, há muito tempo que nutríamos uma esperança, a qual tem as mesmas bases, os mesmos fins, que é a vossa que hoje publicamente manifestastes, é também a nossa, e sabeis por quê? Chamam-nos paulistas porque tivemos nosso berço na cidade de São Paulo, legendária e heroica pelos brilhantes feitos de seus filhos, porém nós que somente podemos dizer: Aqui nesta parte da América do Sul, tivemos nosso berço, mas onde está nossa Pátria?... Eis o que não podemos responder por enquanto[77].

Como se vê, o lado republicano também promovia sua rede de trocas de informação, o que contribuía tanto para os interesses gerais quanto os particulares no que tange à busca pelo reconhecimento de legitimidade perante a sociedade. Em busca de ampliar sua visibilidade nos espaços que aglutinavam os homens das letras e da política, o clube seguiu participando de diferentes eventos públicos.

Por ocasião do centenário da república francesa, em 14 de julho, os sócios do Club Republicano dos Homens de Cor se organizaram tanto para compor o préstito quanto para discursar na sessão comemorativa realizada no Congresso Brasileiro, num evento promovido pelo Centro Republicano Lopes Trovão. Mas nem só de moderação e comedimento se fizeram suas intervenções. Naquele mesmo dia, é praticamente impossível não suspeitar que seus integrantes também tenham se envolvido nas brigas que tomaram as principais ruas da cidade (Ouvidor, Uruguaiana, Gonçalves Dias), decorrentes dos choques

[77] *A Pátria*, 2 de agosto de 1889, p. 2. A título de complementação, a *Cidade do Rio* registrou em suas páginas o lançamento desta edição de *A Pátria* e agradeceu a gentileza do envio de exemplares (*Cidade do Rio*, 5 de agosto de 1889, p. 1).

entre monarquistas e republicanos. Tal como aconteceu em dezembro, os que relataram os fatos não foram capazes de precisar que grupo começou seja os ataques verbais, seja os físicos. Muitos vivas à monarquia e outros mais à república foram ouvidos, logo acompanhados dos atraques e até de tiros. Entre os feridos, constavam pelos menos dois homens de cor: Aristides, "pardo, 15 anos, copeiro, morador à rua Formosa n. 13, ferido no pé"; e Pedro Justo de Souza, "brasileiro, de 24 anos de idade, solteiro, empregado da confeitaria da rua de Estácio de Sá, e morador no largo de Catumbi n. 72" – que declarou ser membro da Guarda Negra[78].

Sendo a vida cheia idas e vindas, o reconhecimento público desse fato selou, ainda, o fim da ligação de José do Patrocínio com a Guarda Negra. Em artigo de fundo intitulado "Aos homens de cor", o diretor da *Cidade do Rio* manifestaria sua desilusão com os caminhos tomados pela entidade nos últimos meses. Apresentando um entendimento um tanto utilitarista acerca legitimidade da Guarda Negra, ele acabou reproduzindo ali várias das acusações que rebatera no decorrer do último ano. Os argumentos empregados, no entanto, beiravam à parvoíce. O primeiro estabelecia uma relação entre a restituição da saúde de D. Pedro II e a segurança do Império:

> O restabelecimento do imperador, que se incumbiu de salvar por si a sua dinastia, a evolução política que se operou, arrefecendo os ódios e fazendo voltar a calma ao movimento político, restituíram a sociedade ao seu estado normal e desaparecendo a causa, por isso mesmo deviam cessar os seus efeitos.

Estranhava, assim, que a Guarda Negra tivesse se conservado e, ainda por cima, "desviada de seu nobre e generoso fim por indivíduos que entendem fazer dela escada para as posições". De quem estava falando exatamente? Quiçá um dia saberemos. Não fosse isso o suficiente, no intuito de explicar o porquê desse fácil desvirtuamento, corroboraria com opinião de que faltaria aos libertos "o quinhão da instrução", o que os deixava "mais à mercê das conspirações de interesse de indivíduos, que, se dizendo amigos dos negros, se aproveitam da coragem e abnegação deles". Em outras palavras, não restava vestígio dos Treze de Maio cidadãos conscientes de poucos meses antes... Por fim, convocava os

[78] *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1889, p. 1 e *Gazeta da Tarde*, 15 de julho de 1889, p. 1-2.

"homens de cor mais instruídos" a "convencer aos nossos mais desditosos irmãos de que eles vão ser dentro em pouco condenados a um cativeiro ainda pior do que o de ontem, o do ódio público"[79].

Dito isso, não adiantou ele retomar o assunto cinco dias depois sob o pretexto de puxar pela memória o quão louvável havia sido a fase inicial da Guarda Negra[80]. Esta já estava irreversivelmente condenada aos olhos da comunidade. Esse rompimento, por sua vez, também parece ter sido decisivo em relação aos vínculos evidentes de Patrocínio com outras organizações negras de caráter evidentemente político[81]. Por sinal, ele já tinha sido desligado da Liga dos Homens de Cor no primeiro semestre de 1889.

Com efeito, se a boa saúde de D. Pedro II não foi o suficiente para a dissolução da Guarda Negra, a proclamação da República também não foi entendida como deixa para que o Club Republicano dos Homens de Cor também se dispersasse. Em março de 1890, a presença de seus integrantes ainda seria registrada na recepção ao retorno de Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, ao Rio de Janeiro. As atividades internas também tinham um bom funcionamento, uma vez que eram nas reuniões que se deliberava o tipo de participação na agenda sociopolítica da capital[82].

Àquela altura, os nomes de outros sócios que não apenas os da primeira diretoria passaram a aparecer, como os de Thomaz José da Silva, Antônio José Ferreira, Joaquim Euclides de Miranda, Vitor Gustavo da Paixão e Ezequiel Alves da Silva[83]. Lamentavelmente, porém, dando seguimento à tendência reinaugurada pelo gabinete liberal de Afonso Celso, o interesse dos medalhões da política e da imprensa pelas ações dos homens de cor republicanos ou monarquistas estava em franca derrocada. Nesse caso específico, os republicanos que subiram ao poder com o golpe de 15 de novembro não

[79] *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889, p. 1.

[80] *Cidade do Rio*, 20 de julho de 1889, p. 1.

[81] José do Patrocínio ainda seguiu mantendo vínculos com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito, como ficou registrado acerca das comemorações do Treze de Maio de 1902. *Cidade do Rio*, 15 de maio de 1902, p. 1.

[82] *O Paiz,* 8 e 10 de março de 1890, p. 1.

[83] *O Paiz,* 10 e 29 de março de 1890, p. 1.

tinham razão para se interessar pelos que queriam ou deixavam de querer os "pretos e mestiços" que se bateram contra a Guarda Negra e o governo monárquico.

Mesmo assim, um mês após o primeiro aniversário da proclamação, Anacleto de Freitas recorreu novamente à *Gazeta da Tarde* para fazer saber que*:* "HOMENS DE COR − O cidadão Anacleto de Freitas convida todos os homens de cor a comparecerem amanhã, às 4 horas da tarde, no largo de Santa Rita, a fim de tratarem do seu bem-estar"[84]. Algo me diz que, agarrado em seus mais verdadeiros sonhos, Anacleto alimentava a esperança de ver suas expectativas contempladas pelos donos do poder da Primeira República. Isso é o que deve ter feito com que a movimentação em torno do Club Republicano dos Homens de Cor ainda existisse por mais algum tempo, mesmo com o aprofundamento da marginalização vivenciado a partir de 1891. Digo marginal num duplo sentido. Em 1892, por exemplo, Anacleto e outros sócios do clube foram acusados de envolvimento numa agitação de rua motivada por conflitos étnicos e raciais, conforme sugerido no trecho a seguir:

> Parece que felizmente o caso do 1º distrito de Sacramento ficou solvido na noite de 6, sem a efusão e sem maior conflagração dos elementos etíopes, mestiços, lusitanos e turcos, postos em movimento há bastantes dias, com perturbação da vida familiar do quarteirão e do tráfego regular do comércio, pelos Srs. Anacleto de Freitas, Carlos Silva, Antonio Pires e Felippe José, que todos juntos formavam a hidra revolucionária que devia engolir o velho inspetor Sabroza. [...] Dizem, por exemplo, que o Sr. Pires, armou a popularidade dos nossos revoltosos prometendo a restauração do Sr. Jacintho, antigo inspetor; que o operário Carlos e cidadão Anacleto só incorporaram à revolta os elementos da classe operária e do Club Republicano dos Homens de Cor, na esperança de que a um desses seria entregue a roseta...[85]

Depois desse episódio, as informações sobre o clube se fazem ainda mais esporádicas na imprensa, enquanto aumentam as notícias de envolvimento de Anacleto de Freitas em brigas de rua e prisões. Ele era, então, acusado de ser capoeira, fazer troça em frente a batalhões do exército, mesmo sendo, ao que parece, militar, uma vez que chegou a ser identificado como sargento do 1º batalhão de artilharia do Exército[86]. Mesmo em meio a

[84] *Gazeta da Tarde,* 7 de dezembro de 1890, p. 3.

[85] *O Tempo*, 10 de janeiro de 1892, p. 1.

[86] Na verdade, notícias desses "encontros" de Anacleto de Freitas começam a aparecer ainda em 1890: *Diário de Notícias,* 21 de agosto de 1890, p. 2; *Diário de* Notícias, 6 de maio de 1893, p. 1; *Diário de Notícias*, 20 de

todas essas confusões, Anacleto de Freitas trabalharia duro para reativar a organização em agosto de 1893. O jornal *O Tempo* chegou a publicar uma nota informando que a reinstalação daquela associação ocorreria nos primeiros dias do mês de setembro no salão do Club Tiradentes[87].

Algum contratempo, entretanto, ocorreu e fez Anacleto mudar seus planos por completo. Eis que dois dias da publicação da nota e ele volta a *O Tempo* para apresentar um manifesto de rompimento político com o governo republicano:

> Em consequência da péssima orientação política que têm mostrado nestes últimos tempos aqueles a quem está confiado o destino da minha pátria, vejo-me forçado a retirar-me à vida privada, entristecido pelo estado lastimoso a que chegou este país.
>
> Outrossim, declaro que retiro todo o apoio que até aqui patrioticamente tenho prestado aos Srs. Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República e tenente-coronel Valadares, prefeito municipal[88].

Diferentemente de outros tempos, Anacleto não comungaria do jacobinismo de Deocleciano Martyr, em sua defesa do Marechal Floriano. Essa não vinculação e mais a falta de Silva Jardim, como seu possível apoiador para além do seu vínculo com o militarismo, reduziam sobremaneira as suas possibilidades de uma participação legitimada naquele ambiente. Nisso talvez repouse parte da explicação para o seu ostracismo.

À luz de uma sequência de percalços, chega a ser doloroso encontrar o registro da situação criada pelos integrantes do Club Republicano dos Homens de Cor na intenção de oferecer "ao seu digno presidente, cidadão Anacleto de Freitas, uma lapiseira de ouro em regozijo pela data de 15 de novembro"[89]. Digo doloroso porque, ao que tudo indica, isso não serviu para uma reviravolta gloriosa no destino do clube. Eu, pelo menos, deixei de encontrar pistas que apontassem em outra direção...

***

---

maio de 1894, p. 1; *O Tempo*, 22 de outubro de 1891, p. 2; *O Tempo*, 22 de janeiro de 1892, p. 2 e 12 de dezembro de 1893, p. 2; *O Paiz,* 18 de maio de 1894, p. 1.

[87] *O Tempo*, 23 de agosto de 1893, p 1 e 30 de agosto de 1893, p. 2.

[88] *O Tempo*, 2 de setembro de 1893, p. 3.

[89] *O Tempo*, 18 de novembro de 1893, p. 2.

A marcha do progresso seguiria acelerada nos anos 1890. Na capital federal, cortiços, ruas, animais e certas gentes indesejadas não poderiam atravancar o "progresso geral" e, como pedras a atravancar o caminho, seriam retirados mediante o emprego de tecnologia adequada. Afinal, o importante era zelar pelo suposto bem comum[90]. Por sorte ou azar, entre aqueles que acompanhamos ao longo desta tese, somente os que atravessaram os umbrais da eternidade não assistiram de perto a essa série de acontecimentos caros à história das cidades e do país. Machado de Assis foi um dos que ficaram para registrar suas impressões e apreensões; e o fez ora de modo mais cifrado, ora escancaradamente, a depender do estado dos óculos do leitor.

Em outubro de 1892, por exemplo, quando a inauguração dos bondes elétricos causava frisson entre os habitantes do centro e da zona sul do Rio de Janeiro, o cronista de *A Semana* nos ofereceria um diálogo entre dois burros, que até então figuravam como a principal força de tração daquele veículo de transporte público. Era noite, a viagem rumo ao Cosme Velho já era feita apenas na companhia do condutor e cocheiro, que cochilavam, quando o narrador foi surpreendido pelas vozes dos quadrúpedes híbridos. Graças às lições obtidas nas histórias de Gulliver, o humano tornara-se proficiente na língua dos cavalos Houyhnhnms, o que curiosamente o permitia entender tudo o que se dizia.

Na iminência de serem retirados dos trilhos graças à chegada da novidade puxada a fios, os burros debatiam sobre que lhes reservava o destino. O trecho a seguir parte das expectativas positivas alimentadas pelo interlocutor da direita:

> − Desde que a tração elétrica se estenda a todos os bondes, estamos livres, parece claro.
>
> − Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletes que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vinga-se no dia seguinte.
>
> − Que tem isso com a liberdade?

[90] Sidney Chalhoub, *Cidade Febril:* cortiços epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

> − Vejo, redarguiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça[91].

Sendo o da direita asno de inteligência elevada, teve de explicar em detalhe os perigos que os rondavam. Mostrava-se completamente descrente sobre o que estava por vir. Tinha a certeza de que o bonde elétrico os faria apenas "mudar de senhor", com chances até de colocá-lo em situação ainda pior. Vendidos como bens da companhia a um desconhecido qualquer, deixariam o bonde e passariam à carroça. Da carroça à lazeira, desta às ruas e à fome e, por fim, esticar as canelas e desfrutar a "liberdade de apodrecer". A sequência trágica atordoaria o colega da esquerda, que tergiversaria acusando o outro de lúgubre por demais e ignorante da "língua da esperança". O narrador que nos contava a história ficara a tal ponto impactado com aquela manifestação de profunda filosofia que, aproveitando o fim da viagem, se lançou numa tentativa de se incluir na conversa. A satisfação da descoberta de um potencial interlocutor entre os humanos sobressaltou os animais. Porém, o impacto de uma forte lambada dada pelo cocheiro veio comprovar a procedência da desilusão do burro da direita. Sem terem feito nada errado, recebiam pancada. "Onde está a justiça deste mundo?", a pergunta em tom de ironia encerrava a crônica[92].

A figura do burro teria outras participações honrosas nas crônicas machadianas: o "menos burro que o senhor"; o que, em seu leito de morte, ao "pé dos trilhos de *bonds*" da Praça Quinze de Novembro, refletira sobre sua má sorte na vida; ou ainda aquele que fora ao jardim da casa do cronista para solicitar sua intervenção via imprensa em defesa de seus direitos e pela punição dos homens que se excedessem nos castigos físicos contra os seus

[91] Machado de Assis, 16 de outubro de 1892 (A Semana), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 927.

[92] Na semana seguinte, após o bonde elétrico ter dado uma amostra de seu poder de destruição ao vitimar um casal de idosos num acidente, Machado retomaria o assunto da lógica do progresso num tom ainda mais cáustico: "Todas as coisas têm a sua filosofia. Se os dois anciãos que o bonde elétrico atirou para a eternidade esta semana, houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bonde, não teriam entestado com o progresso que os eliminou. É duro dizer; duro e ingênuo, um pouco à La Palisse, mas é verdade. Quando um grande poeta deste século perdeu a filha, confessou, em versos doloridos, que a criação era uma roda que não podia andar sem esmagar alguém. Por que negaremos a mesma fatalidade aos nossos pobres veículos?" (Machado de Assis, 23 de outubro de 1892 (A Semana), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 928). A crônica faz referência ao acidente que vitimou o comendador Custodio Leite Ribeiro e sua esposa D. Iria de Aquino Leite (*Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1892, p. 1).

companheiros[93]. Tamanha semelhança fica a sugerir o uso de um modo alegórico para se registrar percepções acerca dos infortúnios vivenciados por negros em seus conflitos com os organismos e instrumentos institucionais pré e pós-emancipação.

Coincidentemente, não seria por meio de uma forma muito diferente de escárnio que Machado de Assis se pronunciaria a respeito de evidências de continuidade da escravidão ainda em 1892; das ações violentas do governo de Barata Ribeiro contra os moradores negros e pobres do cortiço Cabeça de Porco; do cinismo do Conselho Municipal contra os trabalhadores ao tratar da regulamentação do serviço doméstico; da perseguição às feiticeiras e ao jogo do bicho, entre outros temas[94].

A nação que se (re)formava não oferecia as mesmas oportunidades para todos os seus cidadãos. Disso também deram provas as experiências vivenciadas pelos sujeitos protagonistas e coadjuvantes desta narrativa. Tempos depois, no conto "Pai contra Mãe", em 1906, quando a escravidão havia levado consigo ofícios e aparelhos como a máscara de flandres curadora de vícios, alguns anos ainda mais adiante, Machado de Assis encerraria o assunto registrando um dos ensinamentos legados por aquela instituição: "nem todas as crianças vingam". Era a justificativa dada por Candido Neves, caçador de escravos, à morte do filho de Arminda, uma mulher escravizada que fugira na esperança de ter sua criança em liberdade, mas que acabou sofrendo um aborto resultado de sua resistência à captura[95].

[93] Machado de Assis, 5 de novembro de 1886 (Gazeta de Holanda); 8 de abril de 1894; 10 de junho de 1894 (A Semana), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 675-678, 1061-1063, 1075-1078. Entendimento próximo foi apresentado Osmar Pereira Oliva em sua apresentação no II Seminário de Literatura Brasileira: Machado de Assis e suas múltiplas vozes − ecos e ressonâncias, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros (MG) em junho de 2008, tal como indicado no resumo: Osmar Pereira Oliva, Metamorfoses dos narradores machadianos − entre defuntos, burros e filósofos. Disponível em: www.unimontes.br/machadodeassis/resumos.pdf. Acessado em agosto de 2008.

[94] Machado de Assis, 15 de maio de 1892, 29 de janeiro de 1893; 9 de abril de 1893; 10 de março de 1895 (A Semana), in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 4..., p. 886-888, 955-956, 974-975, 1154-1155.

[95] Machado de Assis, Pai contra Mãe, in: Machado de Assis, *Obra Completa em quatro volumes*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 638.

FONTES

MANUSCRITOS

Biblioteca Nacional

Luiz Gama. *Carta a Lúcio de Mendonça*. Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-02,11,018.

Atas de reuniões de comissão formada por diversas personalidades contra a cobrança do imposto do vintém e protestando contra a morte de civis em movimentos contrários ao imposto. Biblioteca Nacional, Manuscritos, Coleção Ernesto Senna, I-05,24,096.

Arquivo Nacional

Tribunal da Relação Rio de Janeiro, 84, Processo n. 1659, Maço: 46, Gal: C, 1872. Nome do autor: Benedito José de Oliveira Júnior – Assunto: Direito a voto / Alistamento eleitoral. Arquivo Nacional.

Academia Brasileira de Letras

Assentamento de Batismo de José Carlos do Patrocínio, 1853, Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória, Coleção José do Patrocínio.

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Carta de Luiz Gama a João China, de 10 de julho de 1873, AESP, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Fundo João Rodrigues de Oliveira China, Grupo: Documentação de Trabalho, Dossiê Abolicionismo.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMSP) – São Paulo

Ata da Comissão Permanente, 23 de março de 1889. AHMSP, Fundo Particular Manoel Lopes de Oliveira, Série: Partido Republicano Paulista (1838-1888), Etiqueta 0011, p. 167-173. Observação: Campanha de Alistamento.

Livro de Alistamento de Eleitores, *Sul da Sé, 1890.* AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390.

Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1890. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390.

Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1881-1890. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398.

Livro de Alistamento de Eleitores Sé, Braz e Consolação, 1890. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1389.

Alistamento de Eleitores, Sé – Sul, 1890. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1390.

Assinaturas de Eleitores, Sé – Norte e Sul, 1890-1902. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1101.

Livro de Inumação n. 22, p. 168. AHMSP, Acervo do Serviço Funerário Municipal – Cemitérios.

Cartório da Consolação

Certidão de Óbito de Arthur Carlos. Cartório da Consolação. Livro C-16, fls. 185-V, termo 934.

Faculdade de Direito

Registro da Carta dos Bacharéis 1856-1870. Faculdade de Direito de São Paulo. Restauração do Archivo, L. 2º.

Fundação Joaquim Nabuco

Carta José Veríssimo a Joaquim Nabuco, 3 de outubro de 1908, Fundação Joaquim Nabuco, Base Nabuco, 7090, [CP P257 DOC 5261].

Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo, 25 de novembro de 1908, Fundação Joaquim Nabuco, Base Nabuco, 7208 [CA P62 DOC 1226].

CARTOGRAFIA

Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, *São Paulo antigo*: plantas da cidade. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1954.

FONTES IMPRESSAS

Jornais[1]

A Constituinte

A Pátria – Orgam dos Homens de Cor (Biblioteca Nacional)

A Redempção – Folha Abolicionista, Literária e Noticiosa (AESP)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial

Almanaque Brasileiro do Garnier

Cidade do Rio

Correio da Tarde

Correio da Tarde

Correio Mercantil

Correio Paulistano

Corsário

Democrata Federal

Diário de Notícias

Diário de S. Paulo

Diário do Commercio

Diário do Rio de Janeiro

Diário Oficial (Imprensa Oficial)

Diário Oficial do Estado de São Paulo (Imprensa Oficial)

Gazeta da Noite

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

Gazeta Paranense

Gazetinha,

Jornal da Tarde

Jornal das Famílias

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio (AEL)

[1] Exceto os títulos acrescidos de informação complementar, a consulta aos jornais foi feita na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br/.

Kosmos

Marmota Fluminense

O Besouro

O Carbonário

O Cruzeiro

O Espelho

O Paiz

O Progresso – Orgam dos Homens de Cor (Biblioteca Nacional)

O Tempo

O Ypiranga

Radical Paulistano

Revista Illustrada

Revista Popular

Revista Typographica

The Rio News

Tribuna Liberal

Edições fac-similares

Diabo Coxo. São Paulo: Edusp, 2005.

O Cabrião. Introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: Editora Unesp / Imprensa Oficial, 2000.

O Polichinelo. Introdução de Maria de Almeida Camargo. São Paulo: Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, 1981.

Memórias e ensaios de época

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Medeiros e. *Quando eu era vivo – memórias* (1867 a 1934). Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1945.

ALENCAR, Mário de. Discurso do Sr. Mário de Alencar, in: ABL, *Discursos Acadêmicos*, Tomo I, v. I-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 205-221.

AMARAL, Raul Joviano do. *Os pretos do Rosário de São Paulo:* subsídios históricos. São Paulo: Alarico, 1953.

D'AVILA, Antero Ferreira. *Retratos biographicos de academicos contemporâneos*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1866.

DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom.* Nova York: The Modern Library, 2003.

JARDIM, Antonio da Silva. *Memórias e Viagens*: campanha de um propagandista (1887-1890). Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891.

MENEZES, José Ferreira de. Prefácio. in: VARELLA, Luiz Nicolau Fagundes. *Cantos e phantasias.* São Paulo: Garraux de Lailhacar e Cia., 1865, p. 7-15.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NOGUEIRA, José Luis de Almeida. *A Academia de S. Paulo:* tradições e reminiscências – estudantes, estudantões, estudantadas, Nove Séries. São Paulo: [s.n.], 1907.

PACHECO, Félix. *Robles e Cogumelos:* José do Patrocínio e os pygmeus da imprensa, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1932.

Petition for compensation for the loss of slaves by emancipation in the Danish West Indies, *The Journal of Negro History*, v. 2, n. 4, outubro de 1917, p. 423-428.

REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Salvador: Editora Guanabara, 1894.

ROMERO, Sílvio. A questão do dia: a emancipação dos escravos. *Revista Brazileira*, ano 2, tomo 7, janeiro de 1881, Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1881, p. 191-203.

_____. *Estudos de literatura contemporânea.* Rio de Janeiro/Aracaju: Imago/Universidade Federal de Sergipe, 2002 [1885].

_____. *Machado de Assis:* estudo comparativo de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1897.

SANTOS, Presalindo de Lery. *Pantheon fluminense:* esboços biográficos. Rio de Janeiro: Typ. G.Leuzinger & Filhos, 1880.

SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora UnB, 1983.

VAMPRÉ, Spencer *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, v. I e II. 2.ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

WASHIGNTON, Booker T. *Up from slavery: an autobiography*. Nova York: Dover Publications, INC., 1995.

Obras de referência

Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: www.dicionariompb.com.br.

LOPES, Nei. *Dicionário Escolar Afro-Brasileiro.* São Paulo: Selo Negro, 2006.

MARCONDES (ed.), Marcos Antônio. *Enciclopédia da Música Popular Brasileira:* erudita, folclórica e popular. 2.ed. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 2000.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*, v. III. São Paulo: Editora Saraiva, 1969.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionario Bibliographico Brazileiro*, v. 4, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Obras literárias

AZEVEDO, Álvares de. *Noite na taverna.* Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.

CASTRO ALVES, Antonio de. *Gonzaga ou a Revolução de Minas*: drama histórico brasileiro. Rio de Janeiro: Livraria do Editor A. A. da Cruz Coutinho, 1875.

SOUZA, Cruz e. *Obra Completa.* Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 1995.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de Raça*. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.

STOWE, Harriet Beecher. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Madras, 2004.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *As Vítimas-Algozes*: quadros da escravidão. 3.ed., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991.

ALENCAR, José de. *Mãe.* Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000161.pdf. Acesso em: fevereiro de 2013.

ALENCAR, José de. *O Demônio Familiar.* São Paulo: Martin Claret, 2005.

PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*, v. 1 e 2. São Paulo: Editora Três, 1973.

MENEZES, José Ignácio Gomes Ferreira de. *Flores sem cheiro – poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Antonio Gonçalves Guimarães e Cia, 1863.

GAMA, Luiz. *Com a palavra Luiz Gama:* poemas, artigos, cartas, máximas. Organização, apresentações e notas de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

GAMA, Luiz. *Obras completas de Luiz Gama*. Organização de Fernando Góes. São Paulo: Edições Cultura, 1944, p. 177-181.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Edição de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000

ASSIS, Machado de. *História de Quinze Dias.* Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis afro-descendente* – escritos de caramujo (antologia). Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

TRINDADE, Solano. *O poeta do povo*. São Paulo: Ediouro, 2008.

Correspondências editadas

ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* – comentários e notas à correspondência entre esses dous escriptores. São Paulo: Monteiro Lobato e C. Editores, 1923.

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, tomo I*: 1860-1869. Apresentação, coordenação e orientação: Sergio Paulo Rouanet; Organização: Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, tomo II*: 1870-1889. Apresentação, coordenação e orientação: Sergio Paulo Rouanet; Organização: Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

Legislação, projetos e debates parlamentares

BRASIL, *Código Criminal do Império do Brasil*, anotado por J. M. Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Antonio Gonçalves Guimarães, 1860.

_____. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

_____. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1881*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

_____. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

_____. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Segundo Fascículo, de 1 a 28 de fevereiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

_____. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*: Primeiro Fascículo, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

_____. *A abolição no parlamento:* 65 anos de luta (1823-1888), v. 1 e 2. 2.ed. Brasília: Senado, 2012.

Estatísticas

BRASIL / Diretoria Geral de Estatística (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872.* Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

_____. *Recenseamento Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos do livro.* Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Artur Ramos. in: RIZZINI, Ilma (org.). *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil:* cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: Edusu, 2000, p.119-142.

_____. Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da lei do ventre livre (Rio de Janeiro, 1871). In: RIZZINI, Ilma (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil:* séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR, Ministério da Cultura, Edusu, Amais, 1997, p. 107-125.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação:* abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos Cebrap*, n. 19, dezembro de 1987, p. 68-72.

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, setembro-dezembro de 2011, p. 166-199.

ALVES, Ueliton Farias. *José do Patrocínio:* a imorredoura cor do bronze. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*, 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

AMARAL, Antonio Barreto do. *História dos velhos teatros de São Paulo*: da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

ANDREWS, George Reid. *Negros en la nación blanca:* historia de los afro-urugayos, 1830-2010. Montevidéu: Linardi y Risso, 2011.

_____. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru, SP: Edusc, 1998.

_____. O protesto negro em São Paulo – 1888-1988. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, dezembro de 1991, p. 27-48.

ARAÚJO, Tiago Gomes de. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870).* Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Brasília, Brasília, 2012.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, 2010, p. 157-172.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica: problemas e perspectivas. *Oralidades,* v. 2, 2007, p. 45-60.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*: uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004

_____. Abolicionismo e memória das relações raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, setembro de 1994, p. 5-19.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *Orfeu de carapinha:* a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

AZEVEDO, Elciene *et alii* (orgs.). *Trabalhadores na cidade:* cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro. *Um palco sob as arcadas*: o teatro dos estudantes de Direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

AZEVEDO, Silvia Maria. *A trajetória de Machado de Assis:* do *Jornal das Famílias* aos contos e histórias em livro. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *A vida atormentada de Fagundes Varella*. São Paulo: Livraria Martins, 1966.

BACON, Jaqueline. *Freedom's Journal*: the first African-American Newspaper. Lanham, MD: Lexington Books, 2007.

BALABAN, Marcelo. "Voluntários involuntários": o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009, p. 221-256, Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221/11102. Acesso em: abril de 2013.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras:* a ação da maçonaria brasileira. Campinas: Editora da Unicamp / CMU, 1999.

BARROS, Frederico Pessoa de. *Poesia e vida de Fagundes Varela*, São Paulo: Editora das Américas, 1965.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 41-67

BERGTRESSER, Rebecca. *The moviment for the abolition of slavery in Rio de Janeiro.* Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de História, Universidade de Stanford, 1973.

BOSI, Alfredo *História Concisa da Literatura Brasileira.* 43.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL, Eric. Cucumbis carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880). *Afro-Ásia*, n. 49, 2014, p. 273-312.

CAMINO, Rizzardo da. *Introdução à Maçonaria*: história, filosofia e doutrina, v. 2 (História da Maçonaria Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem. in: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*, São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

_____. Fora do texto, dentro da vida. in: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 100-121.

_____. Preconceito e democracia. *Remate de Males – Revista do Departamento de Teoria Literária da Unicamp*, Número Especial sobre Antonio Candido, 1999, p. 97-104.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*, v. 1 e 2. 8.ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CANO, Jeferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Os três povos da República. *Revista USP*, n. 59, 2003, p. 96-115.

_____. Introdução: Com o coração nos lábios, in: PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista:* coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

_____. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Márcio Sampaio de. *Bexiga, um bairro afro-italiano.* São Paulo: Annablume, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, v. 1: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis. in: CHALHOUB, Sidney e PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cachoeira: EdUFRB; Brasília: MEC, 2015 (no prelo).

_____. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Machado de Assis: historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida; e PEREIRA, Leonardo (orgs.), *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, Campinas, SP, Editora Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney *et alii* (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAPEAUX, Pedro Dechamps. *El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX*. Havana: Ediciones Revolución, 1963.

COMPARATO, Fábio Konder. Luiz Gama, advogado emérito. *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, n. 97, ano XXXVI, 2009, p. 7-19.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

COOPER, Frederick; HOLT; Thomas; e SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas*, *as escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte* (1860-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) − Centro de Educação e Humanidades, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA-LIMA NETO, Luiz. O teatro das contradições: o negro nas atividades musicais nos palcos da corte imperial durante o século XIX. *Opus – Revista Eletrônica da Anpom*, v. 14, n. 2, dezembro de 2008. Disponível em: www.anppom.com.br/opus/data/issues/archive/14.2/files/OPUS_14_2_Neto.pdf. Acesso em: maio de 2014.

COUCEIRO, Luiz Alberto e ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, 2003, p. 281-306.

CRUZ, Heloísa de Faria. A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50. in*:* PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*, v. 2 − a cidade no Império, 1823-1889, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 351-385.

CRUZ, Ricardo Alexandre da. *Negros e Educação*: as trajetórias e estratégias de dois professores negros na Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia*: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a "Redentora" dos escravos:* uma história da princesa entre olhares negro e brancos (1846-1988). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DANIEL, G. Reginald. *Machado de Assis:* multiracial identity and Brazilian novelist. The University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2012.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da República. *Afro-Ásia,* n. 41, 2010, p. 167-209.

_____. Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910): trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição. *PPGH/UFF Publicações*, n. 1. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/files/ public_ppgh/2009-12_dantas.pdf. Acessado em: maio de 2011.

DINIZ, André. *Joaquim Callado:* o pai do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada:* negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Juliana *et alii*. *Cidades Negras*: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações*: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio Janeiro: Museu Nacional, 2005.

FERNANDES, Valéria Dorneles. Escravização de pessoas livres na fronteira Brasil-Uruguai: Pelotas (1850 – 1866). *Revista História em Reflexão*, v. 3 n. 6, julho-dezembro de 2009, p. 1-24. Disponível em: www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/ historiaemreflexao/article/viewFile/471/339. Acesso em: abril de 2014.

FERRARO, Alceu Ravanello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Barros. *O nobre e antigo bairro da Sé*. São Paulo: Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação e Cultura / Departamento de Cultura, 1971.

FERREIRA, Shirley. *As trovas burlescas de Luiz Gama*: a afirmação da identidade negra na literatura brasileira. Dissertação (Mestrado em Letras) − Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

FONSECA, Gondin da. *Machado de Assis e o hipopótamo*: uma revolução biográfica. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os caifases (1882-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) − Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

FRANCISCO, Luis Roberto de. *Elias Álvares Lobo, um momento na música brasileira.* Itu, SP, Ottoni Editora, 2001.

FREHSE, Fraya. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FREITAS, Affonso A. *A Imprensa Periódica de São Paulo,* desde seus primórdios em 1823 até 1914. São Paulo: Typ. do Diário Official, 1915.

GELER, Lea. *Andares negros, caminos blancos*: afroporteños, Estado y nación – Argentina a fines del siglo XIX. Rosário: Prohistoria Ediciones / TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Cor e política no Segundo Reinado: o editor Paula Brito e o debate entre liberais e conservadores na imprensa do Rio de Janeiro (1840-1850). in: CHALHOUB, Sidney e PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). *Pensadores Negros − Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cachoeira: EdUFRB; Brasília: MEC, 2015 (no prelo).

_____. A fábula de um cronista liberal: política e literatura em um conto fantástico machadiano. *Revista de Letras*, v. 48, n. 2, julho-dezembro de 2008, p.49-69. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/1189/969. Acesso em: março de 2013.

GOLD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES. Ângela de Castro e ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, n. 26, janeiro de 2009, p. 1-14.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas:* mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. No meio de águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte − 1888-1889). *Estudos Afro-Asiátícos*, n. 21, dezembro de 1991, p. 75-96.

GOMES, Marcela Moraes. Hemetério dos Santos: o posicionamento do intelectual negro a partir das obras *Pretidão de amor* e *Carta aos Maranhenses*. *Revista Cantareira,* n. 15, julho-dezembro de 2011. Disponível em: revistacantareira.files.wordpress.com/2012/01/hemetc3a9rio-dos-santos-o-posicionamento-do-intelectual-negro-a-partir-das-obras3.pdf. Acesso em: dezembro de 2013.

GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*, n. 29-30, 2003, p. 175-198.

GONDIN, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1965.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. in: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções:* homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 485-509.

GRINBERG, Keila. Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil a República do Uruguai: notas de pesquisa. *Cadernos do CHDD*, ano 5, n. especial, 2007, p. 98-112.

_____. Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. in: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império:* novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 267-287.

_____. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. in: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101-128.

_____. *O fiador dos brasileiros:* cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GURIDY, Frank Andre. *Forging Diaspora*: Afro-Cubans and African Americans in a world of empire and Jim Crow. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

HARTMAN, Saidiya V. *Scenes of subjection:* terror, slavery, and self-making in Nineteenth-Century America. Nova York: Oxford University Press, 1997.

HEINEBERG, Ilana. *La suite au prochain numéro*: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens *Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro* et *Correio mercantil* (1839-1870). Tese (Doutorado em Estudos Lusófonos (Literatura Brasileira) − U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Universite de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, Paris, 2004.

HOLLOWAY, Thomas. The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 19, n. 1, 2008-2009. Disponível em: www1.tau.ac.il/eial/index.php? option=com_content&task=view&id= 238&Itemid=162. Acesso em: junho de 2011.

HOLT, Thomas C. *The problem of freedom*: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1992.

HONORATO, Claudio. *Valongo*: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HUTTON, Frankie. *The early Black Press in America, 1827-1860*. Westport, CT: Greenwood Press, 1993.

JESUS, Edson Roberto de. "Bamo samba". *História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 40, fevereiro de 2010. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/ edicao40/materia02/ texto02.pdf. Acesso em: setembro de 2010.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da monarquia*: escravos, operários e abolicionismo na corte. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

JOVINO, Ione da Silva. *Crianças negras em imagens do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KINSBRUNER, Jay. *Not of pure blood*: the free people of color and racial prejudice in Nineteenth-Century Puerto Rico. Durham e Londres: Duke University Press, 1996.

KODAMA, Kaori *et alii*. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* 2012, v.19, sup.1, p. 59-79.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; e BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/FCRB, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, v. 12, outubro de 1995, p. 43-56.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos*, n. 11, v. 4, setembro de 2012, p. 602-615. Disponível em: seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/30737/20890. Acesso em: outubro de 2013.

LEITE, José Correia e CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K, 1988.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia, in*:* Amado e Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. Feitiço pega sempre: alforrias e curandeirismo no oeste paulista (século XIX). *Anais da IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,* Curitiba, 2009, Disponível em: www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/adrianobernardomoraeslima.pdf. Acesso em: dezembro de 2013.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOPES, Nei. Rebouças, Teodoro e Juliano: o gênio afro-baiano na ciência e na tecnologia. *Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, 1997, p. 178-183.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania:* mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. in: Caderno de textos do *Seminário Assistência e Mutualismo no Brasil, séculos XIX e XX*. Cecult, Unicamp, 16 e 17 de junho de 2011, *mimeo*, p. 71-96.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

MACHADO, Maria Helena. De rebeldes a fura-greves: as duas faces da liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação. in: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão:* histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2007, p. 241-282.

_____. *O Plano e o Pânico:* os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / EDUSP, 1994.

_____. *Crime e escravidão:* trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-188), São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACIEL, Nilto. Literatura Fantástica no Brasil. *Bestiário – Revista de Contos,* ano 2 n. 14, abril de 2005. Disponível em: www.bestiario.com.br/14_arquivos/lit%20fantastica.html. Acesso em: março de 2013.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*, v.1 (Aprendizado). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Machado de Assis – Vida e Obra*, v. 2 (Ascensão). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Machado de Assis – Vida e Obra*, v. 3 (Maturidade). 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio.* Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

_____. *Ao redor de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

_____. *Machado de Assis desconhecido*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada.* São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARSH, Clifton E. A Socio-Historical Analysis of the Labor Revolt of 1878 in the Danish West Indies. *Phylon*, v. 42, n. 4, 1981, p. 335-345.

MARTINS, Heitor. Luís Gama e a consciência negra na literatura brasileira. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, p. 87-97.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, v. 3. São Paulo: Cultrix / Editora Universidade de São Paulo, 1977.

MARZANO, Andrea. *Cidade em cena:* o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

MATTOS, Hebe [Hebe Maria Mattos de Castro]. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. "Pretos" and "Pardos" between the Cross and the Sword: racial categories in Seventeenth Century Brazil. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 80, abril de 2006, p. 43-55.

MEGID, Daniele. *À roda de Brás Cubas:* literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis. Dissertação (Mestrado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. A militância do Apostolado Positivista do Brasil em favor da abolição da escravidão por intermédio de opúsculos e correspondências (1881-1888). *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338250807_ARQUIVO_TrabalhoANPUH2012-1.pdf. Acesso em: novembro de 2013.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Com o arado do pensamento*: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MIRANDA, Clícea Maria. *Guarda Negra da Redentora*: verso e reverso de uma combativa associação de libertos. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello e AZEVEDO, Sílvia Maria. *Revista Popular* (1859-1862) e *Jornal das Famílias* (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier, *TriceVersa*, v. 3, n. 2, novembro de 2009-junho de 2010, p. 156-166. Disponível em: www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/8/arq4ce65b4913393.pdf. Acesso em: abril de 2013.

MONTELLO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora UnB, 1986.

_____. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2.ed. Brasília: Editora UnB, 1985.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MÜLLER. Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola:* imagens da Primeira República. Cuiabá, MT: Entrelinhas / EdUFMT, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada*: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, junho de 2006, p. 214-240.

NOBRE, José Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.

NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro:* a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha. São Paulo: Edusp, 1992.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo e DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. 4, 2000, p. 178-179. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf. Acesso em: novembro de 2013.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição.* Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1953.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone e EMÍDIO, Teresa. *Desenhando São Paulo*: mapas e literatura (1877-1954). São Paulo, Editora Senac / Imprensa Oficial, 2009.

PAULINO, Mara. *A estética do ser/estar no "entre lugares" imagens do negro, do mestiço, do mulato e do branco em* Primeiras trovas burlescas de Getulino, *de Luiz Gama*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial:* jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

_____. Um romanista entre a escravidão e a liberdade, *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, p. 33-75.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/Iphan, 2007.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*: estudo crítico e biográfico. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade*: o *Jornal das Famílias* (1863-1878) e sua rede de produção. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro/Summus Editorial, 2010.

PORTER, Dorothy B. The Negro in the Brazilian Abolition Movement. *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 1, janeiro de 1952, p. 54-80.

PRIDE, Armistead S. e WILSON II, Clint C. *A history of the Black Press*. Washington, DC: Howard University Press, 1997.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história, *Topoi*, v. 10, n. 19, julho-dezembro de 2009, p. 7-16.

PROENÇA FILHO, Domício. Prefácio. in: TEIXEIRA e SOUZA, Antonio Gonçalves. *O Filho do pescador*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.

QUARLES, Benjamin. *Black Abolitionists*. Nova York: Oxford University Press, 1969.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras:* outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume, 2002.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil:* a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. in*:* Jacques Revel (org.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

RODRIGUEZ, Junius P. (ed.). *Enciclopedia of Slave Resistence and Rebellion*, v. 2 – O-Z and primary documents. Westport, CT: Greenwood Press, 2007, p. 433-435.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, 1989, p. 29-41.

ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*, Brasília: MEC/Secad, 2005.

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do império*: a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÁ, Marcio Cícero de. *Da literatura fantástica*: teorias e contos. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano:* São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro*: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade os negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. O caso do jornalista Apulco de Castro. *Anais da Biblioteca Nacional – Abolição & Abolicionismos*, Rio de Janeiro, v. 116, 1996 (volume publicado em 1999).

SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro:* jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. A autobiografia de Luiz Gama. *Novos Estudos Cebrap*, n. 25, outubro de 1989, p. 136-141.

_____. *Ao vencedor as batatas*: *forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance:* hidden transcripts. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República, in: Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.), *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27-46.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição:* a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura, *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 2006 (Sociedade, Cultura e Poder no Império), Disponível em: http://sbph.org/2006/sociedade-cultura-e-poder-no-imperio/ eduardo-silva#sdendnote2sym, Acesso em: dezembro de 2010.

_____. *As camélias do Leblom e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Dom Obá II D'África Príncipe do Povo* − vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943).*

Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade*: negros em São Paulo (1900-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

SILVA, Júlio Romão da. *Luiz Gama e suas Poesias Satíricas*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

SILVA, Robson Roberto da. O cotidiano e a experiência social das meninas órfãs internadas no Seminário da Gloria na cidade de São Paulo (1870 – 1888). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 49, agosto de 2011. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/ historica49.pdf. Acesso em: junho de 2013.

SILVEIRA, Daniela Magalhães. *Contos de Machado de Assis*: leituras e leitores do *Jornal das Famílias.* Dissertação (Mestrado em História) − Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Carnaval em Branco e Negro*: Carnaval Popular Paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007

SIQUEIRA, Baptista. *Três vultos históricos da música brasileira* − ensaio biográfico: Mesquita, Callado, Anacleto. Rio de Janeiro: D. Araújo, 1970.

SIQUEIRA, Uassyr de. Clubes recreativos: organização para o lazer. in: AZEVEDO, Elciene *et alii* (orgs.). *Trabalhadores na cidade:* cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 271-312.

SLENES, Robert W. "Great Arch" Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Enslaved, Freeborn and Freed Black Identities in Southeastern Brazil, 1791–1888, in: GLEDHILL, John e SCHELL, Patience A. (orgs). *New Approaches to Resistance in Brazil and Mexico*. Durham: Duke University Press, 2012, p. 100-118.

_____. *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Negregada instituição*: os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Coleção Biblioteca Carioca, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUSA, José Galante de. *O Teatro no Brasil:* subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil, tomo II. Rio de Janeiro: INL, 1960.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cá estou outra vez em cena: diálogos políticos nas *Scenas Comicas* de Francisco Correa Vasques. *Revista História Social – Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*, n. 12, 2006, p. 151-181.

_____. Um Offenbach tropical: Francisco Correa Vasques e o teatro musicado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *História e Perspectivas*, n. 34, janeiro-junho de 2006, p. 225-259.

SPTIZER, Leo. *Vidas de entremeio:* assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Central, 1780-1945. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?. in: THOMPSON, Edward P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1989, p. 13-61.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TROCHIM, Michael. The Brazilian Black Guard: Racial Conflict in Post-Abolition Brazil. *The Americas*, v. 44, n. 3, janeiro de 1988, p. 285-300.

VARGAS, João H. Costa Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of White supremacy in Brazil. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, n. 4, 2004, p. 443-470.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. *Educação em Revista*, 2010, v. 26, n. 1, p. 263-286.

VELASCO e CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, v. 11, n. 20, janeiro-junho de 2010, p. 114-135.

_____. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p. 243-290.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANA, Hélio. Paula Brito – o protetor de Machado de Assis. *Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*, n. 6, Rio de Janeiro, 1961, p. 4-10.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O movimento abolicionista niteroiense, o Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos. in: SBHE, *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7. Acesso em: maio de 2014

_____. A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata, in: Iolanda de Oliveira (org.). *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde*: Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, v. 25, n. 1, janeiro-junho de 2007, p. 21-39.

XAVIER, Giovana. *Brancas de almas negras?:* beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH), Unicamp, Campinas, 2012.